ORGANIZAÇÃO
LENÁ MEDEIROS DE MENEZES
CHIARA PAGNOTTA

PONTES ENTRE A EUROPA E AMÉRICA LATINA (XIX-XXI)

HISTÓRIA DE MIGRAÇÕES E MOBILIDADES

PUENTES ENTRE EUROPA Y AMÉRICA LATINA (XIX-XXI)

HISTORIAS DE MIGRACIONES Y DE MOVILIDADES

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
UERJ

LABIMI
Laboratório de Estudos de Imigração

ISBN
978-85-66244-04-5

Lená Medeiros de Menezes e Chiara Pagnotta (org.)

Pontes entre a Europa e América Latina (XIX-XXI). Histórias de migrações e mobilidades

Puentes entre Europa y América Latina (XIX-XXI). Historias de migraciones y de movilidades

Rio de Janeiro

LABIMI-UERJ

2018

Pontes entre a Europa e América Latina (XIX-XXI).Histórias de migrações e mobilidades

Puentes entre Europa y América Latina (XIX-XXI).Historias de migraciones y de movilidades
Lená Medeiros de Menezes e Chiara Pagnotta e (org)

ISBN 978-85-66244-04-5

1ª Edição – Copyright, 2018 LABIMI-UERJ
Todos os direitos reservados

Capa e Projeto gráfico: Carlos Marcelo M. Paes
Diagramação e produção: Lená M. de Menezes
Revisão: Leila M. de Menezes

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Reitor: *Ruy Garcia Marques*
Vice-reitora: *Maria Georgina Muniz Washington*

Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI)
Coordenação: *Érica Sarmiento*; *Lená Medeiros de Menezes*
www.labimi.uerj.br
labimi.uerj@gmail.com
Rua São Francisco Xavier, 524, sala 9002 – A, Maracanã , Rio de Janeiro – RJ CEP: 20550-013
Tel +55 (21) 2496-7040

CONSELHO EDITORIAL: Alexandre Belmonte, André Azevedo, Angela Roberti Martins, Érica Sarmiento, Lená Medeiros de Menezes, Luís Reznik, Mônica Leite Lessa, Maria Izilda de Matos, Roseli Boschilia, Syrléa Marques Pereira.

Dados internacionais de catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da UERJ

R454 Pontes entre a Europa e América Latina (XIX-XXI).Histórias de migrações e mobilidades / Puentes entre Europa y América Latina (XIX-XXI). Historias de migraciones y de movilidades/ Organizadores Lená Medeiros de Menezes; Chiara Pagnotta
Rio de Janeiro : LABIMI/UERJ, 2018.
279 p. : il.; e-book

ISBN 978-85-66244-04-5

1. Migrações e mobilidades -História – Europa e América Latina. I. Menezes, Lená Medeiros de. II. Pagnotta, Chiara. III. Título.

CDU: 947"1917"

Todos os direitos reservados ao LABIMI-UERJ. Proibida a reprodução, armazenamento ou transmissão deste livro ou qualquer de suas partes, através de quaisquer meios, sem prévia autorização.
As ideias contidas nos textos são de inteira responsabilidade dos autores.

Sumário

Apresentação 4

Presentación 9

Emigração de jovens do noroeste de Portugal. Mobilidades oitocentistas 14
Henrique Rodrigues

Visões, discursos e práticas sobre a emigração portuguesa e açoriana, em particular durante a I República (1910-1926) 42
Susana Serpa Silva

Serviço militar e emigração. Reflexões, possibilidades e problemáticas a partir do caso espanhol 63
Érica Sarmiento e Oscar Gila Álvarez

Tramas do feminino: outros olhares sobre a e/imigração portuguesa 85
Lená Medeiros de Menezes

As Hospedarias de imigrantes das Américas 103
Luis Reznik

Cartas do amor e da saudade 123
Dolores Martin

Extranjeros indeseables entre discursos y papeles. Ecuador y la inmigración china (1889-1944) 145
Chiara Pagnotta

Trajetórias, dilemas e tensões da Colônia Espanhola no Amazonas (1901-1921) 166
Maria Luiza Ugarte Pinheiro

João Luso, intelectual jornalista, presença da cultura luso brasileira, no século XX (primeira metade) 189
Maria Aparecida Franco Pereira

Ruth Escobar e a cena teatral brasileira da década de 1970. Exercícios de liberdade e práticas de resistência 203
Rosangela Patriota Ramos

A Itália idealizada. O retrato do regime fascista através das reportagens de Mariateresa Cavalcanti Ellender e Abner Mourão 223
Fulvia Zega

Puentes tejidos con viaje interior: mujeres narrándose y contando territoriosen la América del siglo XIX 245
Patricia Martinez i Alvarez

Imagens e estereótipos da imigração brasileira na Espanha durante as primeiras décadas do século XXI 264
Erika Masanet Ripoll
Maria Estela Escanhoela Amaral Santos

Apresentação

A vida não é o que se viveu,
Mas o que dela se lembra e como
a lembramos para contá-la.

(Gabriel Garcia Marquez)[1]

Os processos migratórios que tiveram lugar entre a Europa e a América Latina, nos séculos XIX-XX, culminaram com o encontro/desencontro com 'o outro', definindo-o pela diferença 'conosco', estabelecendo hierarquias que resistiram no tempo. Por outro lado, as novas identidades, produzidas no contexto social da migração, redefiniram tanto as comunidades de saída quanto as de chegada. Nesse sentido, podemos analisar as migrações como um processo dinâmico entre os dois lugares, que decompõe e recompõe papéis, relações, memórias e hierarquias de gênero, classe e etnia.

Estas problemáticas foram objeto de reflexão de um grupo de investigadores/as, historiadores em sua maioria, reunidos/as por ocasião do XVIII congresso da AHILA, cujos trabalhos foram apresentados no interior do simpósio n. 26: "Pontes entre Europa e América Latina: história, memória e representações no diálogo entre o indivíduo e o coletivo". Uma seleção de trabalhos apresentados naquela ocasião -mais alguns trabalhos de queridos e prestigiosos colegas que trabalham há tempos sobre a mesma temática- compõem este volume, cujos textos estão organizados em ordem temática: emigração, imigração, presença e atuação nas Américas, imagens e representações.

Ao apresentar este trabalho procuramos formar as bases para um diálogo frutífero sobre a circulação (ou seu impedimento) de pessoas, sentimentos,

ideias, ideologias, estereótipos e identidades, entre Europa e América, com relação aos processos migratórios contemporâneos. O interesse em compreender alguns dos aspectos mais significativos dedos referidos processos levou os autores a estudar o surgimento ou redefinição das identidades coletivas e a construção da alteridade, no contexto migratório latino-americano, dando visibilidade aos processos de criação das histórias individuais, às lembranças/esquecimentos dos grupos imigrantes e às representações individuais e coletivas acerca da experiência migratória.

Os deslocamentos que marcaram os Oitocentos servem de base para a discussão da emigração de jovens portugueses, tema a que se vem dedicando Henrique Rodrigues. Nesse novo trabalho, intitulado "Emigração de jovens do noroeste de Portugal, mobilidades oitocentitas", o autor, utilizando como fontes centrais os pedidos de passaportes, analisa a questão dos móveis da emigração, com destaque para a questão do letramento, sem descuidar das discussões necessárias sobre idade, gênero e profissões.

Susana Serpa Silva, em "Visões, discursos e práticas sobre a emigração portuguesa e açoriana, em particular durante a I República (1910-1926)", propõe análise que coloca em foco práticas migratórias e representações, no que concerne, principalmente, à emigração açoriana, em inícios do século XX. Dedica-se a pesquisadora a perceber as mudanças e permanências registradas, no tocante às saídas e aos rumos da emigração, com o advento da I república em Portugal. Em outras palavras, que leis ou medidas impuseram-se e que discursos forma mantidos, contemplando, assim, diferentes durações.

Érica Sarmiento e Oscar Gila Álvarez discutem as relações entre serviço militar e emigração, em trabalho que intitulam "Serviço militar e emigração. Reflexões, possibilidades e problemáticas a partir do caso espanhol". O trabalho contempla uma primeira parte teórica e outra de caráter empírico, pelo

qual os autores questionam a ideia de que existe uma correlação efetiva entre emigração e serviço militar, considerando que este, surgido em toda Espanha, pela mesma época, influiu diferentemente, em termos de experiência migratória, nas diferentes regiões espanholas.

Dando centralidade à questão de gênero, Lená Medeiros de Menezes propor "novos olhares sobre a e/imigração portuguesa". Nas "tramas do feminino", e utilizando depoimentos de imigrantes, questiona a existência de uma solidariedade natural entre imigrantes de uma mesma nacionalidade, colocando em foco disputas, tensões e conflitos na terra de recepção.

Enfocado nas políticas migratórias dos países americanos, encontra-se o trabalho de Luís Reznik "As Hospedarias de Imigrantes das Américas". O historiador, a partir de uma análise sobre as construções das hospedarias de imigrantes em alguns países americanos, oferece uma análise, em uma dimensão global, das políticas migratórias e de controle sobre os potenciais imigrantes. A pergunta central do estudo gira em torno tanto dos elementos comuns encontrados nos Estados Unidos, Brasil e Argentina como, também, das singularidades de cada país receptor.

A prática da escrita, como meio de continuar construindo pontes entre terras distantes, emerge do capítulo que nos apresenta Dolores Martin Rodríguez Corner, intitulado "As cartas do amor e da saudade". A historiadora nos apresenta um estudo sobre a subjetividade da experiência migratória, a partir da correspondência pessoal -que abarca duas décadas- entre um avô galego e seu neto emigrado no Brasil, seguindo seus pais. A autora defende que a correspondência entre os dois foi um instrumento de narração na distância e um meio para uma participação emocional na vida cotidiana diante da ausência física.

No contexto das políticas imigratórias, insere-se a investigação proposta por Chiara Pagnotta, no capítulo intitulado "Extranjeros indeseables entre discursos y papeles. Ecuador y la inmigración china (1889-1944)", no qual, a partir da análise do bloqueio à imigração chinesa no Equador, oferece una chave de leitura mais ampla, concernente aos mecanismos de rechaço aos fluxos migratórios considerados 'não aptos' para os países americanos. A historiadora sustenta que foi, precisamente, o estado liberal - teoricamente baseado na igualdade entre os cidadãos - que aplicou as políticas 'racializadas' e 'racializantes' com relação aos imigrantes, ou potenciais imigrantes 'chinos'.

Resultado de pesquisa exaustiva em anúncios de jornais, o artigo intitulado "Trajetórias, dilemas e tensões da Colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921", de autoria de Maria Luiza Ugarte, analisa como os próprios imigrantes espanhóis pensaram sua inserção no contexto amazônico, como a interpretaram e a vivenciaram, expressando-a em periódicos que a própria comunidade fez circular em Manaus, nos primeiros decênios do século XX.

Focando seu trabalho na presença da cultura lusa em cidades brasileiras, Maria Apparecida Franco Pereira, no artigo "João Luso, intelectual-jornalista. Presença da cultura luso brasileira no século XX", apresenta ao leitor um pouco estudado "intelectual-jornalista", que circulou entre Santos e Rio de Janeiro do início dos Novecentos, como colaborador de revistas e jornais editados nas duas cidades.

Na dimensão da cultura, colocando em cena o teatro, situa-se, também, o artigo de Rosângela Patriota. No artigo "Ruth Escobar e a cena teatral brasileira da década de 1970 – Exercícios de liberdade e práticas de resistência", a autora dedica-se a analisar a trajetória artística de Ruth Escobar e sua importância para o teatro brasileiro em plena época de ditadura militar, ao desenvolver um trabalho, a um só tempo revolucionário e importante estratégia de resistência.

No contexto das imagens e das representações, Fulvia Zega, autora de "A Itália idealizada. O retrato do regime fascista através das reportagens de Mariateresa Cavalcanti Ellender e Abner Mourão", discorre sobre as formas pelas quais os autores por ela analisados, que publicaram seus trabalhos na Era Vargas (1933-1940), pensam a Itália fascista apresentando, como desdobramento, determinadas aproximações entre os dois regimes.

Segue o trabalho da historiadora Patrícia Martínez i Àlvarez: "Puentes tejidos con viaje interior: mujeres narrándose y contando territorios en la América del siglo XIX". O objetivo da autora é mostrar como, através da escritura dos textos de Flora Tristán, Juana Manuela Gorriti y Clorinda Matto de Turner emerge a visão do território, da nação e das sociedades americanas que as rodeavam. A autora defende que o que aproxima as três mulheres, entre outras coisas, é a experiência de viagens, das violências políticas e sociais que existiam nos países de origem.

O imaginário social e os estereótipos sobre o Brasil e os imigrantes brasileiros na Espanha são as temáticas do trabalho de Erika Masanet y Maria Estela Escanhoela Amaral Santos: "Imagens e estereótipos da imigração brasileira na Espanha durante as primeiras décadas do século XXI". As autoras conduzem sua pesquisa, principalmente, no contexto valenciano, chegando a demostrar a persistência dos estereótipos, em particular aqueles relativos às mulheres brasileiras, ao longo da primeira década do século XXI.

Referência bibliográfica

[1] Gabriel García Márquez. *Vivir para contarla.* Barcelona: DeBols!llo, 2005, p. 7. No original: "La vida no es la que uno vivió, Sino la que uno recuerda y como la recuerda para contarlo". Tradução livre do original.

Presentación

La vida no es la que uno vivió,
Sino la que uno recuerda y como
la recuerda para contarlo.

(Gabriel Garcia Marquez)[1]

Los procesos migratorios que tuvieron lugar entre Europa y América latina en los siglos XIX-XX culminaron con el encuentro/desencuentro con "el otro", definiéndolo por la diferencia con el "nosotros" y estableciendo jerarquías que resistieron en el tiempo. De otro lado, las nuevas identidades que se reproducen en el entorno social de la migración, redefinen tanto las comunidades de salida como las de llegada. En este sentido, podemos analizar las migraciones como un proceso dinámico, entre los dos lugares, que descompone y recompone roles, relaciones, memorias y jerarquías de género, clase y etnia.

Estas problemáticas fueron objeto de reflexión de un grupo de investigadores/as, historiadores en su mayoría, reunidos/as en ocasión del XVIII congreso de AHILA, y cuyos trabajos fueron presentados dentro del simposio n. 26, "Puentes entre Europa y América Latina: historia, memoria y representaciones en el diálogo entre el individuo y el colectivo". Una selección de los trabajos presentados en aquella ocasión -más algunos trabajos de queridos y prestigiosos colegas que trabajan desde hace tiempo sobre la misma temática- se recogen en este volumen, cuyos estudios están organizados en orden temático: emigración, inmigración, presencia y prácticas en las Américas, imágenes y representaciones.

Al presentar este texto procuramos sentar las bases para un dialogo fructífero sobre la circulación (o su impedimento) de personas, sentimientos, ideas, ideologías, estereotipos, identidades, entre Europa y América, a raíz de los procesos migratorios contemporáneos. El interés por comprender algunos de los aspectos más significativos de dichos procesos ha llevado a los autores a estudiar el surgimiento o redefinición de las identidades colectivas y la construcción de la alteridad en el contexto migratorio latinoamericano, visibilizando los procesos de creación de las historias individuales, las memorias/olvidos de los grupos inmigrantes y las representaciones individuales y colectivas acerca de la experiencia migratoria.

Los traslados que marcaron el siglo XIX están en la base de la discusión acerca de la emigración de los jóvenes portugueses, asunto al que se ha dedicado Henrique Rodrigues. En este nuevo trabajo, titulado "Emigração de jovens do noroeste de Portugal, mobilidades oitocentitas", el autor, utilizando como fuente principal las solicitudes de pasaportes, analiza los factores de la emigración, destacando la temática de la alfabetización, sin dejar de lado las discusiones necesarias sobre edad, género y profesiones.

Susana Serpa Silva, en "Visões, discursos e práticas sobre a emigração portuguesa e açoriana, em particular durante a I República (1910-1926)", propone un análisis enfocado en las prácticas migratorias y representaciones concernientes principalmente a la emigración azoriana a principios del siglo XX. La investigadora se ocupa de entender los cambios y permanencias registrados, respecto a las salidas y a las direcciones de la emigración, con la llegada de la Primera República en Portugal. En otras palabras, qué leyes o medidas se impusieron y qué discursos fueron mantenidos, contemplando así diferentes duraciones.

Érica Sarmiento y Oscar Gila Álvarez debaten sobre las relaciones entre servicio militar y emigración, en un trabajo que titulan "Serviço militar e

emigração. Reflexões, possibilidades e problemáticas a partir do caso espanhol". El trabajo contempla una primera parte teórica, y otra de carácter empírico, y en base a él los autores cuestionan la idea de que existe una correlación efectiva entre emigración y servicio militar, considerando que éste, establecido en toda España al mismo tiempo, influyó diferentemente, en términos de experiencia migratoria, en las diferentes regiones españolas.

Dando centralidad a la cuestión de género, Lena Medeiros de Menezes propone "Nuevos lhaes sobre la inmigración y / portugués". En las "tramas do feminino", y utilizando testimonios de inmigrantes, cuestiona la existencia de una solidaridad natural entre inmigrantes de una misma nacionalidad, poniendo en foco las disputas, tensiones y conflictos en la tierra de recepción.

Enfocado en las políticas migratorias de los países americanos, tenemos el trabajo de Luís Reznik "As Hospedarias de Imigrantes das Américas". El historiador, a partir de un análisis de las construcciones de los albergues de inmigrantes en unos cuantos países americanos, ofrece un análisis, en clave global, de las políticas migratorias y del control sobre los potenciales inmigrantes. El interrogante central del estudio gira tanto en torno a los elementos comunes encontrados en Estados Unidos, Brasil y Argentina, como a las singularidades de cada país receptor.

La práctica de la escritura, como medio de continuar construyendo puentes que unan tierras lejanas, emerge del capítulo que nos presenta Dolores Martin Rodríguez Corner "As cartas do amor e da saudade". La historiadora nos presenta un estudio sobre la subjetividad de la experiencia migratoria, a partir de la correspondencia personal -que abarca dos décadas- entre un abuelo gallego y su nieto emigrado a Brasil siguiendo a sus padres. La autora plantea que la correspondencia entre los dos fue un instrumento de narración en la distancia, y un medio para la participación emocional en la vida cotidiana frente a la ausencia física.

Acerca de las políticas migratorias trata la investigación que propone Chiara Pagnotta en el capítulo "Extranjeros indeseables entre discursos y papeles. Ecuador y la inmigración china (1889-1944)", donde, a partir de un análisis del bloqueo a la inmigración china en Ecuador, se ofrece una clave de lectura más amplia, concerniente a los mecanismos de rechazo a los flujos migratorios considerados "no aptos" para los países americanos. La historiadora sostiene que fue precisamente el estado liberal -teóricamente basado en la igualdad de los ciudadanos- el que aplicó las políticas "racializadas" y "racializantes" hacia los inmigrantes o potenciales inmigrantes "chinos".

Resultado de una investigación exhaustiva de anuncios de periódicos, el artículo titulado "Trajetórias, dilemas e tensões da Colônia Espanhola no Amazonas, 1901-1921", de autoría de María Luiza Ugarte, analiza cómo los propios inmigrantes españoles pensaron su inserción en el contexto amazónico, cómo la interpretaron y la vivieron, expresándola en periódicos que la propia comunidad hizo circular en Manaos, en las primeras décadas del siglo XX.

Enfocando su trabajo en la presencia de la cultura portuguesa en las ciudades brasileñas, María Apparecida Franco Pereira, en el artículo "João Luso, intelectual-jornalista. Presença da cultura luso brasileira no século XX", presenta al lector a un poco estudiado "intelectual-jornalista", que se movió entre Santos y Río de Janeiro a comienzos del siglo XIX, desempeñándose como colaborador de revistas y periódicos editados en las dos ciudades.

En la dimensión cultural, poniendo en escena el teatro, se sitúa el artículo de Rosângela Patriota. En el artículo "Ruth Escobar e a cena teatral brasileira da década de 1970 – Exercícios de liberdade e práticas de resistência", la autora se dedica a analizar la trayectoria artística de Ruth Escobar, y su importancia para el teatro brasileño en plena época de la dictadura militar, al desarrollar un trabajo revolucionario a la vez que importante estrategia de resistencia.

En el contexto de las imágenes y de las representaciones, Fulvia Zega, autora de "A Itália idealizada. O retrato do regime fascista através das reportagens de Mariateresa Cavalcanti Ellender e Abner Mourão", discurre sobre las formas en que los autores analizados por ella, que publicaron sus trabajos en la Era Vargas (1933-1940), piensan la Italia fascista, presentando, como desdoblamiento, determinadas aproximaciones entre los dos regímenes.

Sigue el trabajo de la historiadora Patrícia Martínez i Àlvarez "Puentes tejidos con viaje interior: mujeres narrándose y contando territorios en la América del siglo XIX". Objetivo de la autora es mostrar cómo, a través de la escritura de Flora Tristán, Juana Manuela Gorriti y Clorinda Matto de Turner, emerge la visión del territorio, de la nación y de las sociedades americanas que las rodeaban. La autora plantea que lo que aproxima a las tres mujeres, entre otras cosas, es la experiencia del viaje, y las violencias políticas y sociales que existían en los países de origen.

El imaginario social, y los estereotipos sobre el Brasil y los inmigrantes brasileños en España son las temáticas del trabajo de Erika Masanet y Maria Estela Escanhoela Amaral Santos "Imagens e estereótipos da imigração brasileira na Espanha durante as primeiras décadas do século XXI". Las autoras conducen su pesquisa prevalentemente en el contexto valenciano, llegando a demostrar la persistencia de los estereotipos, en particular sobre las mujeres brasileñas, a lo largo de la primera década del siglo XXI.

Referencia bibliográficas

[1] Gabriel García Márquez, *Vivir para contarla,* (Barcelona, DeBols!llo, 2005), 7.

Emigração de jovens do noroeste de Portugal. Mobilidades oitocentistas

*Henrique Rodrigues**

Introdução**

O século XIX promoveu novas dinâmicas migratórias transatlânticas, de Portugal e de outros países europeus, para a América Latina. O aparecimento dos vapores muito contribuiu para a ligação de ambas as margens do Oceano, impulsionando a circulação de pessoas e correspondências. Muito tem sido dito e escrito sobre quantos sairam, de onde partiram e para onde se deslocaram, e até se fizeram projeções de clandestinos e teceram-se ficções sobre o perfil do emigrante. As abordagens sustentadas em fontes quantitativas e no imaginário dos investigadores pouco esclarecem sobre a pessoa que deixou a terra e se fixou em outras paragens. Os principais trabalhos produzidos no século XX centraram-se em dados quantitativos, fazendo corresponder o número de embarcados aos totais de emigrantes. Daqui resultaram impressionismos deturpadores dos tipos de mobilidades. Usaram-se, também, listas de entradas nos portos brasileiros,[1] mas os números nem sempre correspondem aos que são apurados nos locais de emissão de licença de saída, por serem de natureza diferente e sem homogeneidade.[2]

Importante é conhecermos quem requereu documentação para se ausentar de Portugal; cada um dos emigrantes. A fonte mais completa, e que

* Pesquisador no CETRAD/APHVIN-GEHVID.

** O texto foi vertido para as normas ortográficas em uso no Brasil.

temos estudado desde finais dos anos oitenta do século passado, foi produzida pelos Governos Civis, entidades emissoras de licenças de viagem para o estrangeiro; tratam-se de *Livros de Registos de Passaportes* (L.P.) e dos respectivos documentos processuais. Estes livros resumem o essencial do perfil do impetrante; umas vezes com elementos de identificação pormenorizados, outras mais breves, por terem estrutura variada e porque foram elaborados por diferentes escrivãos, ao longo dos tempos. As várias certidões exigidas para prova da identificação, existentes nos processos respectivos, contendo idade, sexo, data de nascimento, casamento, óbito, estado civil, filiação, naturalidade, residência, destino, profissão, além do retrato sinalético e do perfil cultural, através da assinatura, dentre outros dados, permitem-nos conhecer o emigrante de oitocentos e também os quadros familiares.

A organização do nosso texto começa com uma abordagem relativa ao embarque de crianças e jovens celibatários sem referência profissional. Depois analisaremos um grupo identificado por caixeiros e estudantes à data da aquisição de passaporte. Para uma visão mais abrangente desses movimentos, trataremos da mobilidade de um grupo constituído por ambos os sexos, de idades entre os seis e os vinte e cinco anos, congregando os casos anteriores, para chegar a uma visão de conjunto. Assim, pretendemos, a partir de abordagem por segmentos, apresentar perfis do emigrante do século XIX, desmistificando ideias feitas e sem sustentabilidade, por estarmos perante mobilidades dominadas pela juventude letrada dos Oitocentos.

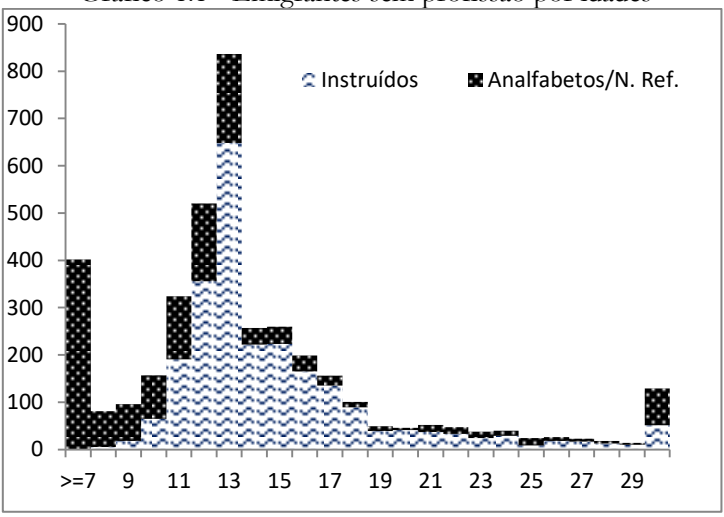
A. Jovens sem profissão declarada

Selecionamos um grupo de emigrantes em um volume superior a três dezenas de milhares de pessoas documentadas em Viana do Castelo, quase sempre rapazes averbados no passaporte de um requerente familiar. Por se tratar de uma saída sem licença em nome próprio, alguém registrado no passaporte de um impetrante mais velho, nem sempre foram averbadas informações sobre todos os quesitos destes acompanhantes, por não terem eles obrigação de assinar o documento de viagem nem de registrar outros dados, como a atividade profissional, nem mesmo quando eram estudantes.[3] Por se tratar de um grupo bem representativo, embora nele tivéssemos incluído os menores de dez e maiores de quinze anos, procedemos a uma reflexão sobre a mobilidade de crianças e adolescentes.

Os jovens não identificados profissionalmente faziam a viagem sob a tutela de alguém, que assumia a liderança da viagem como irmãos, pais, parentes e amigos dos pais ou, mesmo, como paroquianos conhecidos. Nesse contexto, entre os solteiros sem mister anotado, cujo total é de 3895, selecionamos o movimento de celibatários dos onze aos vinte anos, idade a partir da qual os fluxos com esse perfil começam a diminuir (gráfico 1.1).

Nesse segmento os rapazes dos 11 e 20 anos, rubricam mais de 71% desse fluxo; entre eles há 1684 jovens dos onze aos treze anos, ou seja, 60,8% são adolescentes. Chegados à idade de catorze, a presença destes emigrantes diminui consideravelmente. O índice de literacia, todavia, comparado ao do analfabetismo ou de quem desconhecemos tais competências, é muito elevado, ficando sempre acima dos 83%, atingindo mesmo os 88,7% entre os de vinte anos, embora os quantitativos destes sejam mais reduzidos.

Gráfico 1.1 - Emigrantes sem profissão por idades



Fonte: RODRIGUES, 2003, pp. 582-6

Nesse segmento, os rapazes dos 11 e 20 anos, rubricam mais de 71% desse fluxo; entre eles há 1684 jovens dos onze aos treze anos, ou seja, 60,8% são adolescentes. Chegados à idade de catorze, a presença destes emigrantes diminui consideravelmente. O índice de literacia, todavia, comparado ao do analfabetismo ou de quem desconhecemos tais competências, é muito elevado, ficando sempre acima dos 83%, atingindo mesmo os 88,7% entre os de vinte anos, embora os quantitativos destes sejam mais reduzidos.

O movimento dessas crianças, nos finais dos Oitocentos, acompanha a mobilidade de famílias, quando as mães decidem abandonar a casa, quase sempre com o objetivo de reorganizarem a vida junto aos cônjuges, radicando-se além do Atlântico. Os maridos emigrantes debatiam-se com uma conjuntura econômica desfavorável, devido à desvalorização da moeda, o que também dificultava o envio de remessas e o regresso à aldeia.

Muitos desses rapazes tinham passado pela escola antes de deixarem a casa. Embora não haja menção expressa em como eram estudantes, a assinatura perfeita, própria de quem sabia escrever muito bem, faz prova de uma aprendizagem escolarizada, onde se ministrava caligrafia.

Tais quadros têm paralelismo com a emigração de colegas identificados como estudantes e caixeiros, a quem os pais proporcionaram o embarque, quase sempre até aos treze anos. Quem obtivesse a licença, depois dessa idade, tinha de prestar fiança para se ausentar do país. Antes de 1859, o mancebo podia sair "sem escolhos" até aos dezoito anos; depois dessa data, os maiores de treze ficaram abrangidos pela nova regulamentação, ficando comprometidos com o exército.[4]

Alguns eram meninos de sete anos, que tinham aprendido as letras antes de sair de casa, sendo arrancados da escola, iniciados ou não profissionalmente, seguindo rumo às terras de Vera Cruz, onde as competências acadêmicas seriam importantes para um trajeto de sucesso profissional.[5]

O destino, à semelhança de outros movimentos, está registado por 'Brasil' ou Rio de Janeiro, locais indicados por 82,9% desses jovens. Depois aparecem Pará, São Paulo, Manaus e Bahia, mas os números são de expressão reduzida. Se poucos apontaram Santos, são dominados pelos de quem se ignora se sabiam ou não escrever; e para estes o indicador de alfabetização é baixo. O cenário é idêntico para São Paulo. Se uns sabiam escrever, outros não eram comprovadamente iletrados porque não referiram tais incompetências. Quem indicou Pernambuco exibe marcas de instrução superiores aos oitenta pontos percentuais; depois estão a Bahia e o Pará; para esta última área há pouco mais de setenta assinaturas por cada cem indivíduos e só dois se declararam ignorantes do abecedário, não tendo os restantes mencionado o perfil de

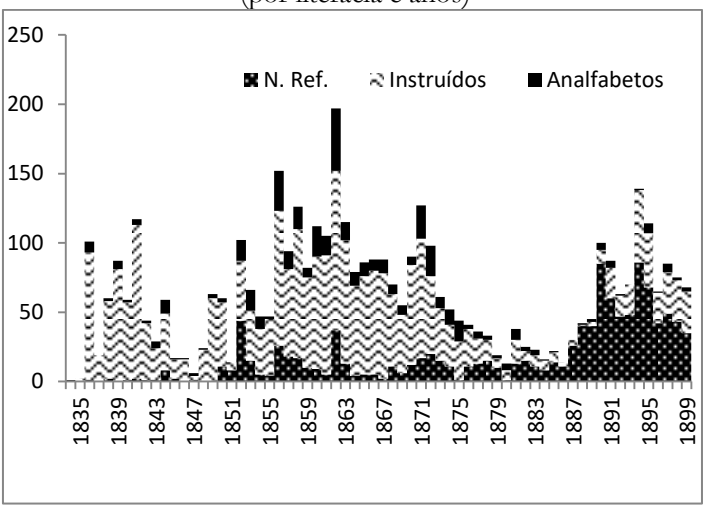
literacia. Os que apontaram o embarque para o Brasil, sem local específico, reúne o maior grupo de analfabetos, com 13,5%, e os declarados sem competências para assinar, que seguiram rumo ao Rio de Janeiro, representam menos de oito por cento.

Tendo em vista que nesses cômputos inserimos os celibatários de todas as idades, nota-se uma presença considerável de crianças, donde resulta, globalmente, uma percentagem superior a 27% relativa aos que não deixaram referências quanto à instrução, por muitos serem menores de oito anos, enquanto apenas 9,9% foram declarados analfabetos.

Ao analisarmos estes fluxos por ano de saída, usando o gráfico 1.2, encontramos ciclos migratórios diferenciados de acordo com a literacia. Até meados da centúria, exibem índices de instrução elevadíssimos, cuja média é superior a 88%. Em um período de crise econômica, nos anos cinquenta, observa-se uma diminuição dos indicadores de cultura letrada. A partir de 1855 até 1871, as referências continuam elevadas, fixando-se acima dos 76% de rapazes sem mister declarado, a saber ler e escrever. Nos anos oitenta, com novas dinâmicas de mobilidade e maior presença feminina, inverte-se esse quadro, devido à entrada em cena de famílias, onde as crianças sem idade de escolarização têm bastante peso.

Esses rapazes, até o ano de 1877, exibem um perfil declaradamente letrado, quando uns pelos outros apresentam uma média de literacia de 76,6% para este período. Depois ocorre uma nova mobilidade, gente de todos os estratos sociais, onde a emigração familiar ganha espaço e surgem crianças na companhia de ascendentes, muitas vezes as próprias mães liderando o embarque para o Brasil, onde se encontrava o consorte.

Gráfico 1.2 - Emigrantes sem profissão
(por literacia e anos)



Fonte: RODRIGUES, 2003, pp. 582-6

Esses rapazes, até o ano de 1877, exibem um perfil declaradamente letrado, quando uns pelos outros apresentam uma média de literacia de 76,6% para este período. Depois ocorre uma nova mobilidade, gente de todos os estratos sociais, onde a emigração familiar ganha espaço e surgem crianças na companhia de ascendentes, muitas vezes as próprias mães liderando o embarque para o Brasil, onde se encontrava o consorte.

Na distribuição por anos de saída, onde apresentamos as variáveis de literacia e, em outra representação gráfica, por grupos etários, observa-se uma lógica de relação entre menores de dez anos e os 'indeterminados' quanto às capacidades de ler e escrever; ao mesmo tempo, enquanto os alfabetizados identificam-se com os emigrantes dos 11 aos 15 anos. Podemos asseverar o mesmo para quem tem mais de 21 anos, onde bem se evidencia o analfabetismo.

Há dois ciclos diferentes no tocante às saídas coletivas: as fraternas e as protagonizadas pelo sexo feminino. Nas primeiras destacam-se emigrantes maiores de onze, onde dominam os instruídos e menores de vinte; depois estão crianças com menos de dez, meninos saídos com mães, que aparecem sem referências de literacia, não tendo a maior parte deles idade de escolarização. Dos anos cinquenta aos setenta começam a despontar os analfabetos declarados, correspondendo em parte aos mais idosos, como referimos. A dicotomia desse segmento masculino assenta em mobilidade jovem e letrada versus adulta e analfabeta.

Em síntese, nesse movimento de sem anotação de mister, as crianças menores de dez anos representam 18,9% dos embarques, enquanto as menores de sete ultrapassam os 10% destes cômputos e os rapazes dos 14 aos 18 anos figuram com 25%. Como dissemos, a maior participação corresponde ao grupo dos onze a treze de idade, pois rubricam 43,5% da mobilidade masculina sem profissão registrada nos Livros de Passaportes. Estamos perante emigrantes maioritariamente escolarizados, detentores de competências para se integrarem em uma profissão ligada a atividades comerciais. No destino havia, muitas vezes, gente conhecida para acolher essas crianças e mancebos em casas de negócio.[6]

B. Trabalhadores do comércio e estudantes

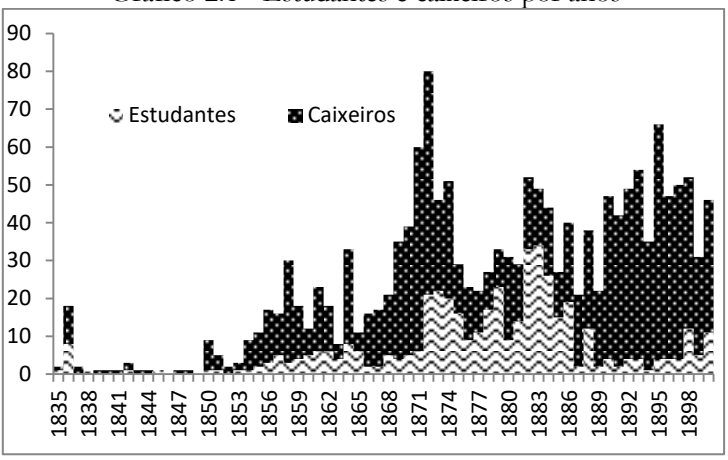
Outro segmento migratório, formado por rapazes saídos da escola ou iniciados numa atividade ligada ao comércio[7], permite-nos uma abordagem relativa à 'fuga' de elites: meninos a quem a família proporcionou uma obtenção de competências necessárias para o futuro longe de casa. Tratam-se de lares com boas condições econômicas. Começavam por embarcar o filho mais velho

que, mais tarde, levaria os irmãos.[8] Esse conjunto, identificado profissionalmente, aos quais associamos outros rotulados como "filhos-família", tem em comum a preparação acadêmica: crianças, jovens ou mancebos preparados para atingirem o topo da pirâmide social e profissional, enquanto emigrantes no Brasil.[9]

A família não se coibia de deixá-los partir em tenra idade, com passaporte individual ou coletivo. Como os colegas anteriores, atravessavam o Atlântico, quase sempre, antes dos catorze anos, como referimos relativamente a quem não indicou a profissão. Em alguns casos, lares com quadros financeiros mais débeis obrigavam os progenitores à venda ou à hipoteca de bens.[10] Em outras situações, quando se tratavam de órfãos de pai, mãe ou ambos os progenitores, esses meninos dispunham das heranças para preparação da viagem, assim como acontecia com filhos ilegítimos e expostos emigrantes.[11]

Vejamos o movimento anual, seguindo o gráfico 2.1. Ao longo da centúria, estudantes e caixeiros estão presentes nessas travessias, até meados da centúria em veleiros e depois em vapores. Desde a década de quarenta, a sangria de futuros quadros ganha ritmo e é regular entre os grupos aqui abordados. Mas em relação ao movimento, não há expressão quantitativa até à década de cinquenta, embora acompanhem o ritmo dos fluxos. Depois dos anos setenta, mais notadas se tornam essas travessias. Se os caixeiros representam, entre 1872 e 1886, cerca de dois terços do caudal, os estudantes emergem com alguma visibilidade, devido ao impulso dado ao ensino pelas escolas privadas dos anos sessenta, no Noroeste de Portugal.[12] A marca dos marçanos está bem patenteada, tratando-se de jovens profissionais, quase sempre instruídos.

Gráfico 2.1 - Estudantes e caixeiros por anos



Fonte: RODRIGUES, 2003, pp. 552-5

A família preocupava-se com a preparação escolar e de empregabilidade dos filhos, tendo alguns destes prolongado a formação acadêmica, sinal da existência de condições econômicas nos lares, assumindo os pais a obrigação de custear despesas com o serviço militar, quando partiam com o perfil de mancebos, depois dos treze anos.

Os fluxos de adolescentes nascidos a partir de 1841 (saídos depois de 1854) são constantes. Relativamente aos caixeiros, quando ocorre a quebra nos volumes desse grupo, os estudantes repõem parte das falhas, pois nem sempre havia tempo e oportunidade para iniciar o tirocínio no mundo rural, porque a dedicação aos serviços comerciais tinha um caráter urbano dominante. Estes quadros promovem movimentações precoces de crianças, deixando diretamente a escola, sem terem adquirido experiência profissional, suspendendo os estudos para seguirem rumo ao Brasil.[13] Os rapazes, quando se encontravam habilitados na arte de ler, escrever e contar, ou tinham alguma experiência no ofício de caixeiro, eram enviados para além do Atlântico. Nesse

contexto emergem as redes de solidariedade para com os adolescentes recomendados a parentes, amigos, compadres e conterrâneos, destinadas a empregarem-nos nas casas de negócio, onde faziam o tirocínio e se beneficiavam de apoio para atingirem os êxitos da emigração.[14]

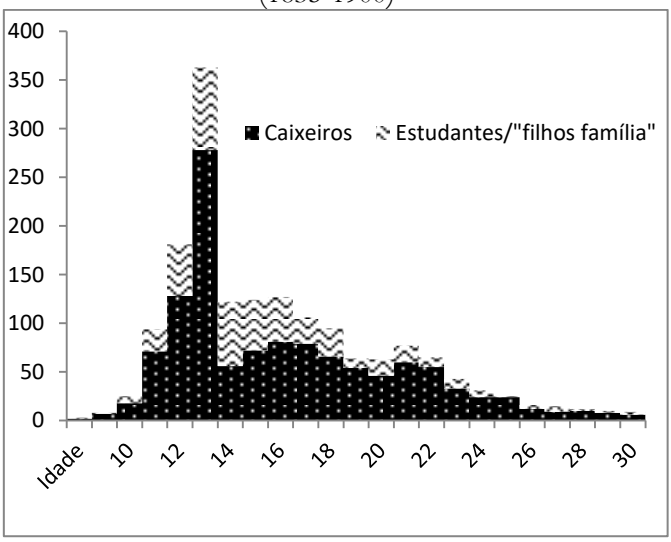
As gerações nascidas a partir da década de quarenta contribuíram com embarques ritmados, por isso importa conhecer as idades desses rapazes no momento da obtenção do passaporte, de forma a observarmos o perfil etário desta de mão-de-obra adolescente.

Idade de embarque

Estes jovens apresentam quadros etários diferenciados entre eles; por um lado, há as gerações formadas por estudantes em mobilidade até os anos setenta; por outro lado, os caixeirosestavam enquadrados em períodos diferentes: uns viram a luz do dia na década de cinquenta e outros nasceram nos lustros de 1876-1885. Essa mesma tendência de descontinuidade nota-se quando analisamos as idades à data da obtenção do passaporte.

A distribuição por idades ajuda a percepcionar essa variável. (gráfico 2.2). Os marçanos ausentam-se na faixa dos doze/treze anos. Entre eles, os de letra caligráfica determinam a estrutura da pirâmide, mas alguns apresentam uma firma cujo *ductus* foi classificado ao nível das assinaturas menos cuidadas, podendo ser interpretado como tendo menor índice de escolarização ou, pelo menos, competências diferenciadas no que concerne à caligrafia. Estes são, quase sempre, rapazes mais velhos ou mancebos identificados com a atividade de caixeiro.

Gráfico 2.2 - Caixeiros e estudantes por idades (1835-1900)



Fonte: RODRIGUES, 2003, pp. 552-5

Sobre um pequeno quantitativo, não apuramos o estado relativo à cultura das letras, sendo uns mais novos e outros de idade mais avançada, embora não tenham uma expressão digna de nota, nem podemos asseverar que se tratam de analfabetos, quando são oriundos de lares onde a cultura letrada coabitava, pois outros familiares sabiam ler e escrever.

Dissemos que os iniciados na atividade comercial partiam antes dos treze anos. Além dessa constatação, também há adolescentes embarcados dos quinze e aos dezassete, emigrantes a quem a lei permitia a saída antes dos 18 anos, até 1859, como referimos.[15] A partida de filhos com mais de treze anos é um indicador da existência de condições econômicas no lar para arcar com tais compromissos, encargos tabelados oficialmente e difíceis de suportar por famílias sem recursos.[16]

Estes movimentos decaem depois dos dezesseis, embora haja caixeiros com vinte e cinco anos, sendo raros os emigrantes depois dessa idade. Sublinhemos, ainda, que os jovens de treze representam mais de vinte e dois por cento desse grupo, e, se lhes associarmos os de onze e doze, passam de trinta e nove em cem meninos iniciados na atividade comercial.

Os estudantes também deixavam a escola antes dos catorze, embora o arco dessa mobilidade vá dos doze aos dezesseis. Para estes, a decisão de partida depois dos treze poderá estar associada à necessidade de completar estudos, garantindo boa preparação acadêmica quando entrassem no Brasil. Nesse grupo, as assinaturas caligráficas e elevada destreza passam a casa dos noventa por cento, suplantando os caixeiros com letra cuidada. A principal nota vai para a tenra idade à data da travessia e para as competências de alfabetização que detinham. São rapazes instruídos e preparados para traçarem o futuro na outra margem.

Síntese

A mobilidade de estudantes, filhos-família e caixeiros, jovens instruídos e preparados para investirem o futuro em terras do Brasil, como outros grupos profissionais, revelam uma faceta da emigração escolarizada dos Oitocentos. São rapazes, adolescentes e mancebos com indicadores de habilitações com as três operações: ler, escrever e 'contas'. Embarcavam depois de se habilitarem ou mesmo antes de concluída a formação acadêmica e, se possível, iniciavam um estágio na área comercial. Muitos fizeram carreira como negociantes e comerciantes, investiram em ações e destacaram-se na área dos negócios, como é o exemplo de Lebrão;[17] outros regressaram identificados como capitalistas e banqueiros, vivendo de rendimentos, e muitos exibiram perfis filantrópicos,

quando retornaram à terra de origem, criando escolas e deixando bolsas de estudos para estudantes, mas não deixaram de registrar a diferença, através da opulência, adquirindo bens imóveis, construindo palacetes.[18]

Em uma época marcada pelo analfabetismo, saber ler, escrever e contar, ou tendo frequentado o ensino secundário e liceal, eram competências de famílias com recursos bastantes. Embarcar meninos de tenra idade, iniciados profissionalmente ou a frequentar a escola, para enfrentarem o futuro longe de casa, era uma decisão tomada e apoiada pelos ascendentes.

Devido ao tempo de formação acadêmica, os estudantes adiavam a debandada, outros completavam a formação escolar no Brasil, quando iam para junto dos progenitores.[19] Os caixeiros aventuravam-se mais cedo no mundo do trabalho e saíam em fluxos anuais constantes. Se os colegiais registram um movimento brando da década de noventa, a 'exportação' mais expressiva destes escolares tem lugar entre 1872 e 1895, período correspondente a elevados movimentos de emissões de licenças para patrícios de outras profissões.

A origem geográfica desses rapazes mostra-nos uma distribuição orientada pelas duas grandes vias fluviais do Alto Minho, havendo uma presença mais discreta de aprendizes das letras do interior do distrito de Viana do Castelo. Algumas terras, sem escola estatal também colaboram com adolescentes escolarizados, o que demonstra a capacidade financeira das famílias para proporcionarem a aprendizagem dos descendentes em paróquias onde havia professores (públicos ou particulares). A intervenção de agentes de ensino privado e doméstico, no qual muitos membros da Igreja ensinavam, difundindo cultura e preparando os rapazes para o sucesso longe da terra que os viu nascer, foi fundamental no contexto migratório.

Dos futuros quadros profissionais, perto de noventa, em cada cem fugas, identificaram o Brasil como destino concreto. Um pequeno grupo (4,2%) solicitou passaporte para as colônias portuguesas de África, além daqueles de quem não ficou esclarecida a área de fixação. Se a maioria registrou a ida para o 'Brasil', 28,9% apontaram o desembarque no Rio de Janeiro e 7,6% assinalaram a atracagem no Pará. Outras terras indicadas por estes jovens são: Pernambuco, Baía, Campos, Ceará, Grão Pará, Mácio, Manaus, Maranhão, Rio Grande do Sul, Santos, São Paulo e Vitória. Tais destinos, todos juntos, registram um volume pouco significativo, ficando pelas seis dezenas entradas de rapazes com o perfil descrito.

A juventude portuguesa encontrava no Rio de Janeiro ou no Pará os locais mais apropriados para o êxito na área do negócio ou do comércio, se considerarmos as escolhas anunciadas ao obterem passaporte. Os caixeiros são mais precisos no registro do local de fixação e os estudantes indicaram como desembarque o 'Brasil' ou o Rio de Janeiro.

Em conclusão, os quadros preparados nas escolas públicas e privadas existentes no Noroeste de Portugal investiram, juntamente com outros patrícios letrados, no desenvolvimento do Brasil, onde muitos portugueses se fixaram definitivamente.

C. Mobilidade de jovens dos seis aos vinte e cinco anos

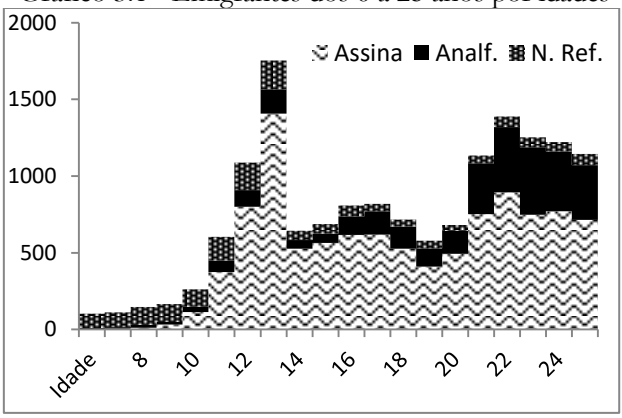
Tendo sido apresentada uma perspectiva fragmentada da saída de elites e de emigrantes sem profissão declarada, caracterizada pelo perfil jovem e letrado, é importante conhecermos o fluxo onde entram ambos os sexos, agregando uma faixa de vinte anos. Para o efeito, selecionamos quem tinha entre seis e vinte e cinco de idade, por tempos de partida, sexo, alfabetização e

enquadramento profissional, dentre outras variáveis, para uma visão de conjunto.

Primeira nota vai para a o dignificado quantitativo desse movimento, que representa mais de 68% dos emigrantes com um passaporte, para o século XIX. Se lhes acrescentarmos os menores de seis anos, os valores sobem para 72,3%. Esses números são a prova do domínio da mobilidade oitocentista jovem.

Comecemos por observar a composição etária (gráfico 3.1). Para o sexo feminino, a tendência é descendente dos seis aos catorze; depois dessa idade a curva inverte-se e vai crescendo até aos 25 anos, embora o caudal seja reduzido. Os rapazes exibem lógicas de embarque idênticas a outras referidas anteriormente, com explosão dos onze aos treze, seguindo-se uma quebra que vai dos catorze aos vinte, pelas razões já explicadas e associadas aos deveres dos mancebos. Depois dessa idade, inicia-se um ciclo de saídas volumosas, representando mais de 40% do fluxo, entre os 21 e 25 anos, em um universo de 15309 travessias, quando os colegas meninos, dos onze a treze anos, ficam pelos 22,5% dos embarques.[20]

Gráfico 3.1 - Emigrantes dos 6 a 25 anos por idades



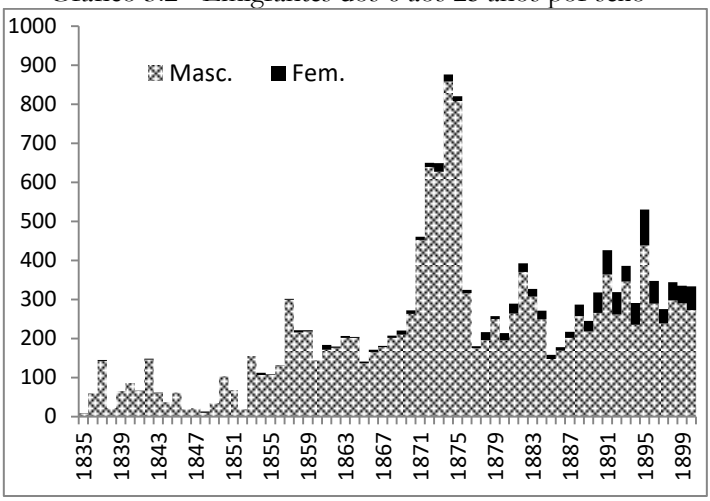
Fonte: AGC. *Livros de Passaportes*, 1835-1900. Elaboração própria.

Nesse quadro etário, interrogamo-nos sobre o perfil de literacia. Globalmente, entre ambos os sexos e idades aqui representadas, os instruídos perfazem 67,8%. Os de treze a quinze anos apresentam índices de escolarização acima de 82%, confirmando-se a 'fuga' de instruídos de todas as profissões. Mas os indicadores vão diminuindo, à medida que o surto envelhece, especialmente entre os de 21 a 25 anos, faixa etária com os maiores volumes de iliteracia, rondando os 31%, embora, dentre eles, os alfabetizados sejam mais de 60%. Os ignorantes das letras, uns pelos outros e de ambos os gêneros, correspondem a 20,8%. Ao mesmo tempo, os adolescentes de 13 a 15 de idade também apresentam menos iletrados. Sobre quem não deixou assinatura (não referido), que correspondem a 11,5%, temos o maior peso entre os menores de onze anos; depois dessa idade, quase sempre, os emigrantes ou firmam o registo de passaporte ou declaram-se incapazes de fazê-lo.

Na distribuição desse movimento, por anos e sexo, domina o fluxo masculino, até 1887, pois as raparigas exibem uma presença muito reduzida antes dessa data (gráfico 3.2). A mulher tem mais visibilidade a partir dos catorze anos e é na década de noventa que ela emerge, quando as famílias se agregam junto do marido/pai, reorganizando o lar na outra margem do Oceano. À medida que os 'corrimentos' engrossam, como nos anos setenta e finais da centúria, é mais visível a presença do sexo feminino e de ignorantes das letras. Elas, nesse contexto etário, apenas representam 6,6% do movimento e saem, geralmente, em grupos com relações de parentesco.

No tocante ao masculino instruído, mais de 56% firmaram com perfeição, dando provas de dominar a arte caligráfica, revelando indicadores de boa formação acadêmica.

Gráfico 3.2 - Emigrantes dos 6 aos 25 anos por sexo



Fonte: AGC, *Livros de Passaportes*, 1835-1900. Elaboração própria.

Sobre a origem geográfica, sem grandes detalhes, temos uma cobertura abrangente ao distrito de Viana do Castelo. Observa-se a concentração no concelho de Paredes de Coura, área do centro do Alto Minho. Todas as paróquias viram sair jovens para além do Atlântico. Os municípios do litoral e de fronteira ostentam boa dinâmica, assim como o de Ponte de Lima. Nas regiões de montanha, nos Arcos de Valdevez, Melgaço e Ponte da Barca, temos uma distribuição mais rarefeita, como seria previsível, não deixando de haver jovens nestas dinâmicas.

B. Atividades profissionais

Outra questão a colocar relaciona-se ao perfil dos menores de vinte e seis anos, relativamente às ocupações indicadas nos Livros de Passaportes. Foram nomeadas mais de meia centena de atividades entre os menores de 25 anos (tabela em anexo). Um quantitativo bem significativo não está identificado com

a ocupação: são 4656 e correspondem a 30,4% das deslocações, quadro que se conjuga com a emissão de licenças coletivas. Com percentagem idêntica, mas ligeiramente superiores, estão os lavradores/lavradeiras. Se uma boa parte não averbou a atividade, não deixa de ter relevo o perfil de cultura letrada, com 61,6% de assinaturas dos não identificados profissionalmente, percentagem superior à dos lavradores, embora a média do movimento seja mais elevada. Com impacto entre estes misteres estão os caixeiros e estudantes; sobre estes últimos já nos debruçamos. Os pedreiros e carpinteiros também têm relevo pelos quantitativos, com indicadores de literacia bem acima da média, apresentando-se os profissionais da madeira com 81,9% de alfabetizados; indicadores surpreendentes. Os jornaleiros também constituem um grupo com alguma relevância, pois não se tratam apenas de emigrantes iletrados, havendo entre eles mais de 63% assinaturas do nome.

Entre as jovens foram arroladas lavradeiras, costureiras, domésticas, criadas, jornaleiras e donas de casa. Os números - como anotamos - não são de grande monta e muitas das raparigas não se identificaram com qualquer atividade. As domésticas e donas de casa apresentam-se com mais de 62% de letradas relativamente ao próprio grupo.

Em outros casos, homens de sucesso, como comerciantes, negociantes, proprietários, escriturários, farmacêuticos, artistas, escultores, professores, padres, empregados e tipógrafos, estão entre os de maior nível de alfabetização, juntamente com caixeiros, estudantes e filhos-família.

O painel de misteres é representativo da emigração oitocentista do Noroeste de Portugal. Entre eles afirmam-se jovens destacados na pirâmide profissional e outros preparados para o sucesso, considerando as profissões elencadas e as competências identificadas.

Destino

Temos referido o Brasil como destino primeiro de maiores de seis e menores de 25 anos, embora haja um pequeno grupo direcionado para outras localidades. Perto de sete centenas registraram a ida para a Europa. Outros seguiram para vários locais de África, como Angola e Moçambique. Dentre estes, sublinhamos os índices de cultura letrada, posicionada acima de 68%, embora mais de 25% fossem declarados incapazes de escrever. Tais valores estão em linha com todo o movimento. Além desses, perto de cinco em cem não deixaram elementos sobre o destino, contudo o perfil de alfabetização é superior à média, ficando acima de 74%, relativamente ao próprio grupo, formado maioritariamente pelo sexo masculino.

Fixemos a atenção nos que embarcaram para a ex-colônia portuguesa do século XIX: o Brasil. Estes correspondem a mais de noventa por cento dos embarques. Como em outras situações, a informação sobre o destino é vaga, tendo sido apontado quase sempre o desembarque no 'Brasil' ou no Rio de Janeiro. Essas duas referências foram indicadas para mais de 89% dentre os que foram para 'terras de Vera Cruz'. Se o sítio ou estado concreto mais escolhido foi o Rio de Janeiro, seguem-se por ordem de valores: Pará, Manaus, Baía, São Paulo[21] e Santos; todos com mais de cem registros; depois vêm: Rio Grande do Sul, Maranhão, Ceará, Grão-Pará, Minas Gerais e América. Se lhes associarmos os que não identificaram o lugar de ancoragem, o movimento de jovens é superior a catorze milhares e meio, dentre os quais há perto de mil do sexo feminino. Em síntese, se pouco se esclarece sobre o destino, o Rio de Janeiro atraía a juventude, sem deixar de haver opções por outros estados e cidades para fixação.

Notas finais

O estudo das mobilidades tem sido orientado com múltiplas perspectivas, quer usando fontes produzidas na origem ou no destino, e mesmo com recurso à história oral. Caracterizar os fluxos e rotulá-los, sem ter em conta os tempos da emigração, os contextos dos embarques, os perfis destes protagonistas, os aspectos culturais - que variam ao longo do tempo – e, ainda, os percursos de vida na terra de fixação e mesmo o retorno, leva o investigador a proferir afirmações e a obter resultados de conjuntura; estes não podem ser generalizantes, mesmo que tratem de embarques de um espaço 'concelhio'.

Os vários segmentos aqui apresentados exibem distintos perfis etários, embora sejam marcados pelos jovens de treze anos. Os emigrantes sem profissão declarada descrevem uma pirâmide diferente da dos caixeiros e estudantes. Estes mostram algum equilíbrio, depois dos treze anos, com um fluxo constante até aos dezoito, devido à saída de estudantes com mais idade. A presença de jovens instruídos sem atividade declarada é expressiva a partir dos nove anos, sendo um indicador da partida de crianças escolarizadas.

Comparando todo o movimento, que agrega quem embarcou dos seis aos vinte e seis, o perfil etário tem outra composição, diferenciando-se os vários segmentos. Na verdade, essas movimentações continuam a ser lideradas por crianças de treze anos; depois entra em cena o grupo dos maiores de vinte. Neste caso, se excluirmos os jovens de 12/13 anos, o desenho da pirâmide é de crescimento constante, excetuando a faixa dos dezoito a vinte, que exibe uma quebra nos embarques.

As dinâmicas passam pela marca da juventude, onde as crianças têm uma presença assinalável pelos quantitativos e pelos índices de instrução, enquanto o

analfabetismo começa a se evidenciar a partir dos dezasseis anos e ganha mais expressão à medida que as idades vão aumentando.

As comparações dos tempos destas mobilidades têm ritmos variados, entre quem obteve licença sem indicar se exercia alguma atividade e os caixeiros e estudantes. Os primeiros desenham ciclos diferentes de outros fluxos, com maior expressão no período de 1853 a 1873. Depois dessa data, vão desaparecendo, para voltarem a dar sinal de alguma mobilidade nos anos noventa, por estarem integrados na emigração familiar. Por sua vez, os estudantes e caixeiros afirmam-se a partir de 1868. Se associarmos os dois tipos de movimentos, temos uma imagem dominada por crianças sem ocupação até meados da centúria, quando entram nestas dinâmicas os caixeiros e estudantes, dando volume aos caudais de jovens, ganhando mais expressão à medida que vão saindo menos rapazes sem registo profissional. Trata-se de uma mobilidade onde se conjugam os dois segmentos.

As oportunidades de êxito eram maiores quanto mais cedo os rapazes emigravam. Para o sexo feminino, a idade de catorze anos não era o momento de embarcar, elas ou saem mais novas, com os pais, ou a partir dos quinze, aumentando o número de partidas à medida que a idade avança.

Os tempos de embarque de caixeiros, estudantes e rapazes sem mister declarado são diferentes dos restantes colegas dos 6 aos 25 anos, onde temos emigrantes de todas as profissões.

As crianças e adolescentes sem iniciação profissional declarada integram-se em travessias coletivas, sendo a maioria acompanhante de familiares em primeiro grau, mas, também, com gente conhecida ou tios, primos, cunhados, dentre outros. Trata-se, quase sempre, de embarques com ligações de parentesco usando um só documento de viagem. Nestes casos, a faixa dos 11

aos 15 anos é dominada pelos escolarizados. Os caixeiros e estudantes, juntamente com o grupo anterior, considerando tratar-se de jovens alfabetizados, reúnem condições ímpares para gizarem um percurso no Brasil com êxitos profissionais. Era importante a preparação acadêmica e o que fizeram esses jovens, tendo ou não iniciação nas atividades de comércio.

Globalmente, a saída de jovens menores de 26 anos corresponde, para o século dos Oitocentos, a um modelo de emigração dominado pelo sexo masculino, jovem e instruído, ao qual se associam outros mais idosos, casados e, na última década da centúria, a mobilidade feminina, quando as mulheres se viram obrigadas a juntar-se aos maridos.

Os fluxos dirigem-se, maioritariamente, para o Brasil, indicando como destino a capital ou referindo uma área indeterminada, além de outros estados e cidades, como: Pará, Manaus, São Paulo e Santos, Rio Grande do Sul, Baía, Ceará, Maranhão, Grão-Pará, Minas Gerais.

Com profissão declarada, destacam-se os lavradores, gente que tinha terras e gado, seguindo-se pedreiros, carpinteiros, jornaleiros, além dos já sublinhados caixeiros e estudantes. Outros, bem posicionados profissional e culturalmente, são elites onde estão: comerciantes, negociantes, professores proprietários, escriturários, farmacêuticos, artistas, escultores, padres, empregados e tipógrafos.

Tabela 1 - Jovens dos 6 aos 25 anos por atividade profissional e literacia (saídos entre 1835 e 1900)

Profissões	Assinam	Analfa.	N.Ref.	Total
Alfaiate	182	65	7	254
Alvanel	23	8	0	31
Artista	6	1	0	7
Barbeiro	42	5	1	48
Barqueiro	11	7	0	18

Caiador	115	51	3	169
Caixeiro	1349	16	22	1387
Canteiro	24	7	1	32
Carpinteiro	381	74	10	465
Comércio	123	3	4	130
Cordoeiro	3	0	0	3
Costureira	12	23	4	39
Criada	2	14	13	29
Criado	60	45	28	133
Doméstica	30	12	7	49
Dona de casa	2	0	0	2
Empregado(*)	11	0	0	11
Escriturário	20	0	0	20
Escultor	4	0	0	4
Estucador	21	2	3	26
Estudante	506	0	0	506
Farmacêutico	9	0	0	9
Ferrador	4	0	0	4
Ferreiro	84	17	0	101
Filho-família	28	0	0	28
Fogueteiro	5	3	0	8
Funileiro	10	0	0	10
Jornaleira	0	2	1	3
Jornaleiro	290	157	10	457
Lavradeira	10	90	16	116
Lavrador	2762	1666	169	4597
Marítimo	191	60	9	260
Negociante	95	2	3	100
Padeiro	6	9	4	19
Padre	4	0	0	4
Pedreiro	485	187	11	683
Pescador	18	9	1	28
Pintor	87	10	4	101
Pregueiro	4	3	0	7
Professor	3	0	0	3
Proprietário	66	2	4	72
Sapateiro	106	40	1	147
Serrador	6	1	0	7
Serralheiro	20	2	1	23
Servente	77	98	11	186

Tamanqueiro	9	3	0	12
Telheiro	23	3	0	26
Tipografo	7	0	0	7
Trabalhador	73	60	4	137
Várias	102	31	2	135
Não Ref.	2868	389	1399	4656
Total	10379	3177	1753	15309

(*) Empregados públicos, empreiteiros, empregados do tabaco, saboaria. Fonte: AGC. *Livros de passaportes,* 1835-1900. Elaboração própria.

Entre os jovens menores de 25 anos encontram-se os representantes da mobilidade do Noroeste de Portugal no século XIX.

---

[1] Sobre as listas de emigrantes ao desembarque, ver, dentre outros: MATOS (2007), in SOUSA E MARTINS, (eds.), pp. 291-304.

[2] MARTINS (2007), in *ibidem*, pp. 79-88.

[3] Como simples exemplo, remetemos para um passaporte coletivo em nome de Hermenegildo Solheiro, estudante saído com 13 anos. Regressou com o estatuto profissional de negociante e reembarcou levando os irmãos José e Cícero, de 16 e 14 anos. Estes rapazes tinham conhecimentos de caligrafia, mas não temos informação sobre a profissão. Também é certo que os pais tinham capacidades para proporcionarem estas viagens, ficando com compromissos relativos ao serviço militar de dois filhos. AGC. LP. nº 47, f. 169v passaporte nº 512, emitido em 20 maio 1893. Os três irmãos assinaram o respectivo livro.

[4] Cf. Portaria de 2 de Julho de 1859, in *Diário do Governo nº 159*, 9 jul. 1859, p. 931.

[5] O sucesso destes jovens era visível por volta dos trinta anos, tendo alguns iniciado o trajeto antes dessa idade, a partir dos vinte. Ver MENEZES e CYPRIANO (2008), in MATOS; SOUSA e HECKER, pp. 103-18.

[6] A distribuição de comerciantes por ramos de actividades, no Rio de Janeiro, entre 1851-1870, dá conta dos seguintes grupos, com duas centenas ou mais registos: fazendas e roupas feitas, comissões e descontos, secos e molhados; entre cinco e sete dezenas de casos temos: ferragens e metais, agropecuária e agentes auxiliares do comércio. A listagem continua e pode ser consultada em MENEZES; CYPRIANO (2008), p. 109.

[7] Nesta parte do texto seguimos as principais ideias apresentadas no nosso trabalho. Ver RODRIGUES (2017), in XVIII Congreso AHILA, pp. 1253-1277.

[8] Numa análise às emissões de licenças coletivas, as redes familiares emergem em torno de saídas fraternais, seguidas dos progenitores, o pai ou pai/mãe. Depois vêm os tios/tutores com sobrinhos e em quarta posição os primos. Também se encontram cunhados, avós, padrastos e, por fim, na última posição, patrões com criados e

colegas averbados no mesmo passaporte. Relativamente ao estudo, BOSCHILIA (2014), in SOUSA et alii, p. 250, cf. a informação de que "…muitas crianças viajassem na companhia de um de seus progenitores, de parentes ou de vizinhos, também havia aquelas que eram levadas por pessoas absolutamente desconhecidas."

[9] Tomemos apenas os exemplos de titulados de viscondes, comendadores, ou identificados como proprietários e capitalistas: Visconde Amoroso Lima, Comendador Jerónimo da Costa Jácome, José Augusto Palhares Malafaia (capitalista), Manuel Lebrão (fundador da confeitaria Colombo no, Rio de Janeiro), emigrantes saídos do Alto Minho, dentre muitos outros homens de sucesso, embarcados de tenra idade para o Brasil.

[10] São vários os exemplos de família que hipotecaram os haveres para a saída de membros do lar, o confirmam as correspondências do destino. Um exemplo paradigmático foi anotado por António José Cerqueira, emigrante de muito sucesso, quando esteve de férias (em viagem pelo Minho) e encontrou a mãe e tias de um colega na miséria, com as casas penhoradas. Perante esse quadro, denuncia-o a colegas e transmite ao filho/sobrinho a necessidade de fazer chegar apoio à mãe e tias. «Hoje fui fazer uma visita a sua mãe, a qual tem saudades, porem, tanto ella como suas tias vivem na maior miséria que é possivel. Fui informado que ellas tem vergonha de pedirem pelas ruas e, por isso, ficão em casa esperando que alguma alma caridosa lhes mande em casa um pedaço de broa e, senão (sic) fosse assim, já terião morrido de fome; enfim, fui informado que ellas tem dias que nem ao menos tem um pedaço de pão para comerem. Não têm roupa e a casa em que vivem está hipothecada e quase a cahir.» Cf. Carta de António José Cerqueira, dirigida a Manuel José da Rocha Azevedo, Ponte de Lima, 4 de Junho de 1876, arquivo pessoal de Henrique Rodrigues..

[11] Sobre estas mobilidades ver os nossos trabalhos: *Expostos no Alto-Minho no Século XIX e Contextos Migratórios* (2005); "Emigração de filhos Ilegítimos no século XIX, uma análise aos passaportes emitidos em Viana do Castelo", *em Actas do IX Congreso da ADEH* - Asociación Ibérica de Demografía Histórica (2010), sessão 13; "Emigração de órfãos no século XIX com passaporte obtido em Viana do Castelo", em TRISTAN e CALVO GONZÁLEZ - eds. (2010). *Actas do Congresso Internacional,* Santiago de Compostela, pp. 949-72.

[12] RODRIGUES (1995), pp. 76-80; pp. 206-12.

[13] Pela lista de estudantes do professor Miguel Roque dos Reis Lemos, de 1860, conhecemos alunos dados como tendo deixado de estudar para emigrarem, como Manuel Álvares Vaz, de 12 anos de idade, filho de um lavrador de São João da Ribeira, Ponte de Lima, "sahiu em Março de 1860 e embarcou para o Brasil", abandonando o ensino secundário a meio do percurso. Cf. Arquivo do Liceu de Viana do Castelo. *Mappa do movimento annual da Eschola de latim e Latinidade*, de Ponte de Lima, em 10 de Setembro de 1860, doc. avulso. No cruzamento de outras fontes, como os *Livros de Recenseamento Militar*, encontramos mancebos estudantes, outros

ausentes da residência e outros como emigrantes no Brasil, sinal de terem saído antes dos catorze anos.

[14] Várias fontes mostram a existência destes apoios, visível em testamentos de emigrantes de sucesso. Outros exemplos encontram-se nas correspondências, como a carta de Cipriano Costa dirigida a José Augusto Palhares Malafaia, capitalista brasileiro que recomendou a um amigo um afilhado, dando nota das qualidades do jovem protegido. Cf. RODRIGUES (2005), pp.1693-4.

[15] Sobre esta questão, ver nota 4.

[16] RODRIGUES (1995), pp. 41-4.

[17] Manuel José Lebrão, natural de Sopo, Vila Nova de Cerveira, nascido a 20 de Fevereiro de 1868, obteve passaporte aos 17 anos, em 1885, indo para o Rio de Janeiro, com autorização dos pais; fundou a Confeitaria Colombo em 1894, uma referência neste *setor*, no Rio de Janeiro. Cf. AGC, L.P. nº 40, f. 74v, passaporte nº 177.

[18] São vários os portugueses envolvidos na banca, como sócios ou fundando agências. Sobre este quadro, devidamente anunciado no Almanack-Anuário de 1902-1903, o leitor tem ao dispor o texto de FRUTUOSO (2008), in MATOS; SOUSA e HECKER, (eds.), pp. 141-154.

[19] AGC. *Carta* do Processo do Passaporte número 37 datado de 18 abr. 1886. "O Eduardo, logo que chegue cá, vai para o colégio acabar de se preparar para o comércio e o Manuel com ele, isto é questão, o muito, de cinco ou seis anos". Ver também: Processo do Passaporte número 362 datado de 25 out. 1886.

[20] Para o Norte de Portugal, numa abordagem onde entram os distritos de Braga e Viana do Castelo, Aveiro, Porto, Viseu e Bragança, na faixa dos 10 aos 14 anos, os de treze representam 43% do movimento juvenil, segundo BOSCHILIA (2014), in SOUSA et alii, p. 244.

[21] Para este estado/cidade, em meados da centúria, também se verifica o predomínio de celibatários, entre caixeiros. BASTOS (2008), in MATOS; SOUSA e HECKER (eds.), pp. 138-40.

Referências bibliográficas

BASTOS, Sênia (2008). Na cidade de São Paulo em meados do século 19. In: Maria Izilda MATOS, Fernando de SOUSA e Alexandre HECKER, (eds.) *Deslocamentos e Histórias: os portugueses*, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, pp. 138-140.

BOSCHILIA, Roseli (2014). Pequenos viajantes; reflexões sobre o deslocamento de menores da região Norte de Portugal para o Brasil do século XIX. In: Fernando de SOUSA, et alii , *Portugal e as Migrações da Europa do Sul para* a América do Sul. Porto: CEPESE.

FRUTUOSO, M. (2008). A presença de portuguesa no comércio em Santos. In: Maria Izilda MATOS; Fernando de SOUSA e Alexandre HECKER, (eds.). *Deslocamentos e*

Histórias: os portugueses, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, pp. 141-54.

MARTINS, Ismênia (2007). Relações e registros sobre a imigração portuguesa no Rio de Janeiro. Uma análise crítica das fontes. In: Fernando de SOUSA e Ismênia MARTINS, (eds.) *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 79-88.

MATOS, Maria Izilda de (2007). Imigração portuguesa em São Paulo: perspectivas e possibilidades de investigação. In: Fernando de SOUSA e Ismênia MARTINS, (eds.) *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 291-304.

MENEZES, Lená M. De; CYPRIANO, Paula (2008). Imigração e negócios; comerciantes portugueses segundo os registros do Tribunal do Comércio da Capital do Império (1851-1870). In: Maria Izilda MATOS, Fernando de SOUSA e Alexandre HECKER, (eds.) *Deslocamentos e Histórias: os portugueses*, São Paulo, Editora da Universidade do Sagrado Coração, pp. 103-118.

RODRIGUES, Henrique (1995). *Emigração e Alfabetização, A Miragem do Brasil*. Viana do Castelo: Governo Civil, pp. 76-80.

_____ (2005). *Expostos no Alto-Minho no Século XIX e Contextos Migratórios*. Viana do Castelo: ed. Autor.

_____ (2010). Emigração de filhos Ilegítimos no século XIX, uma análise aos passaportes emitidos em Viana do Castelo. *Actas do IX Congreso da ADEH* (Asociación Ibérica de Demografía Histórica), versão digital.

_____ (2010)"Emigração de órfãos no século XIX com passaporte obtido em Viana do Castelo". In: Eduardo Rey TRISTAN e Patrícia Calvo GONZÁLEZ (eds.) *Actas do Congresso Internacional 200* Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 2010, versão digital, pp. 949-72.

_____(2017). Representações do emigrante português e memórias escritas, uma análise ao movimento de elites e à correspondência oitocentista. Actas do XVIII Congreso AHILA, Simpósio "Puentes entre Europa y América Latina: Historia, Memoria y Representaciones en el Diálogo entre el Indivíduo y el Colectivo". Valência: AHILA, pp. 1253-77.

Visões, discursos e práticas sobre a emigração portuguesa e açoriana, em particular durante a I República (1910-1926) *

*Susana Serpa Silva***

Introdução

Considera-se como Primeira República o período da História de Portugal compreendido entre 1910 e 1926. Por via de um golpe revolucionário, na madrugada de 5 de Outubro de 1910, o secular regime monárquico deu lugar a uma nova realidade política de modelo republicano. Segundo Oliveira Marques, a geração republicana, que se fortaleceu à sombra das polêmicas questões coloniais, emergiu com promessas de regeneração do país, defendendo um aceso nacionalismo, uma nação una e indivisível. Por consequência, fazia a apologia do colonialismo, propondo o fomento ultramarino, em particular das possessões africanas. Além da abolição das instituições monárquicas, pugnava pelo anticlericalismo e a total laicização do Estado. De espírito democrático, pretendia a extinção do analfabetismo. Apesar de apostar num partido único, ela era favorável ao associativismo, bem como ao municipalismo e às soluções federalistas.[1]

---

* Este texto resulta da comunicação apresentada no Simpósio nº 26, do Congresso da AHILA, Valência, 2017. Apesar da opção da autora por manter as regras de escrita anteriores ao Acordo Ortográfico, o texto, devido ao fato da revista ser editada no Brasil, foi vertido para o português do Brasil pela editora.

** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade do Açores. Investigadora do CHAM-A Univ. Nova de Lisboa/ Univ. dos Açores. Investigadora colaboradora do LABIMI/UERJ.

A Constituição de 1911, no Título II, dedicado aos direitos e garantias individuais, proclamava a qualquer cidadão liberdade e igualdade perante a lei. Como refere o parág. 1.º "Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei".[2] Desta forma, pressupõe-se que, uma vez cumpridos os regulamentos legais, qualquer cidadão era livre de se deslocar ou emigrar... O texto constitucional republicano, contudo, não faz qualquer referência à prática da emigração, contrastando com a Carta Constitucional de 1826, outorgada por D. Pedro IV (I do Brasil) que, no Título VII, art.º 145, previa que qualquer cidadão podia conservar-se ou sair do Reino, como lhe conviesse e levando consigo os seus bens, desde que respeitasse "os Regulamentos policiais, e salvo o prejuízo de terceiros".[3]

Apesar da Monarquia Constitucional ter dado maior visibilidade ao fenômeno emigratório, como refere Miriam Halpern Pereira, já nesse período as autoridades procuraram limitar os fluxos de emigração, por influência dos proprietários agrícolas que temiam perder mão de obra barata. Apesar do teor da Carta, as leis relativas à emigração eram controladoras e repressivas. A partir de 1870, o aumento substancial dos fluxos emigratórios para o Império do Brasil, uma vez terminada a Guerra do Paraguai, motivaram uma forte apreensão e, por isso, as autoridades portuguesas, não só promoveram inquéritos e estudos, como procuraram estimular o retorno e uma viragem do rumo dos emigrantes para as possessões portuguesas em África. O assunto foi amiudadas vezes discutido nos debates parlamentares, mas este desiderato nunca foi alcançado, nem no continente, nem nas ilhas. Assim, persistiu a fortíssima corrente de emigração para o Brasil que, ao motivar importantes remessas monetárias, deixou de preocupar os governantes portugueses. A tolerância para como a emigração tornou-se uma realidade, excetuando as

saídas clandestinas.[4] Os fluxos migratórios continuaram, ainda para mais quando alguma mecanização agrícola começou a substituir a mão de obra camponesa.[5]

Assim, durante o período final da Monarquia e na transição para a Primeira República a emigração afigurou-se como uma "válvula de escape que atenuou as tensões sociais" resultantes do desemprego e das incipientes reivindicações sindicais, regulando a própria demografia.[6] Mas, o que caracterizava a emigração portuguesa e açoriana, em particular, durante a Primeira República?

A emigração portuguesa e açoriana, em particular, durante a Primeira República

Segundo o clássico estudo de José Manuel Ferraz, o pequeno crescimento da população portuguesa entre 1890 e 1920, que passou de cerca de 5 para aproximadamente 6 milhões,[7] deveu-se a três causas: as elevadas taxas de emigração, a gripe pneumónica e a Grande Guerra, pois Portugal foi um país beligerante. Assim, a emigração é tida como um dos factores principais do lento crescimento demográfico, persistindo o movimento que já vinha do século XIX e que, nas primeiras décadas de 1900, atingiu valores bastante elevados, na ordem dos 40.000 emigrantes/ano. A I Guerra Mundial é que travou, temporariamente, esta tendência, após a grande vaga de 1911 a 1913, como se pode ver no Quadro 1.

Quadro 1. A emigração portuguesa entre 1910 e 1925

Anos	Número de emigrantes
1910	39.502
1911	59.652
1912	88.920
1913	77.633

1914	25.722
1915	19.314
1916	24.879
1917	15.689
1918	11.853
1919	37.138
1920	64.783
1921	24.597
1922	39.595
1923	40.171
1924	29.710
1925	22.884
Total	622.042

Fonte: *Anuário Estatístico Português, 1910 a 1926,* FERRAZ, 1973-4, p.458 (adaptado).

Apesar da profunda virada político-ideológica que a República propiciou, do ponto de vista econômico e social, não se registraram grandes alterações. Portugal continuou a enfrentar os problemas de sobre-endividamento estatal, de atraso da economia, de uma balança comercial deficitária, o que muito contribuiu para que a emigração continuasse a ser tão elevada, saindo uma média anual de 1,5% da força de trabalho, primordialmente masculina e cujo destino continuava a ser o Brasil.[8]

De acordo com Sacuntala de Miranda, embora a emigração fosse um fenômeno estrutural da sociedade portuguesa, resultante da incapacidade de absorção, por parte da economia, dos excedentes demográficos, a transferência de capitais da praça financeira de Londres para a América do Sul (para financiamento de grandes empreendimentos) ajudou também a activar o recrutamento de mão de obra europeia.[9] Só após a I Guerra Mundial, os portugueses começaram a inflectir o seu rumo para os EUA e também para a Argentina e a Venezuela, em detrimento do Brasil e a partir de 1929, com a

crise mundial, regista-se uma diminuição devido às politicas imigratórias restritivas daqueles países.[10]

No que se refere ao arquipélago dos Açores, composto por nove ilhas, divididas em três distritos, a emigração também era considerada um fenômeno preocupante. Logo por meados de 1914, o Governador Civil do Distrito de P. Delgada, em ofício dirigido ao Director Geral de Administração Política e Civil, considerava que, para além das questões ligadas à rede viária e às comunicações, dos problemas da floresta e da educação, avultava "o problema importantíssimo da nossa excessiva emigração".[11] Ora, os números, durante a Primeira República, são os seguintes:

Quadro 2. Emigração açoriana por Distritos e percentagem no todo da emigração portuguesa (1910-1929)

	1910-1919		1920-1929	
Distritos	Número	%	Número	%
Angra do Heroísmo	13.512	3,4%	5.320	1,4%
Horta	6.303	*1,6%*	3.265	0,9%
Ponta Delgada	24.563	6,1%	8.702	2,4%
Totais	44.378	11,1%	17.287	4,7%

Fonte: MIRANDA, 1991, p. 29 (adaptado).

No período de 1910 a 1919, apenas o distrito do Porto ultrapassava a percentagem total das ilhas, o que significa que até à Grande Guerra o arquipélago continuou a sofrer uma grave perda de população. Por isso, entre 1920 a 1929, verificou-se um decréscimo do número de emigrantes açorianos, especialmente em P. Delgada, o que levou a que além do Porto, Viseu, Coimbra, Braga e Aveiro tomassem a dianteira.[12] Ao contrário do continente, para os açorianos, os EUA consolidaram-se como o maior rumo de emigração. Veja-se o exemplo do Distrito de P. Delgada que era o mais populoso:

Quadro 3. Destinos de emigração e emigrantes por gênero no Distrito de Ponta Delgada – Açores (1904-1913)

Anos	Europa	EUA	Brasil	Outros Países	Varões	Fêmeas	Totais
1904	16	2.137	224	12	1.317	1.072	2.389
1905	22	3.947	248	4	2.193	2.028	4.221
1906	28	4.844	252	240	2.779	2.585	5.364
1907	21	4.716	248	8	2.590	2.403	4.993
1908	35	1.642	182	-	927	932	1.859
1909	28	2.937	180	109	1.626	1.628	3.254
1910	22	2.581	155	-	1.430	1.326	2.758
1911	61	2.727	194	7	1.522	1.467	2.727
1912	50	4.840	217	-	2.551	2.556	5.107
1913	31	3.947	222	-	2.074	2.126	4.200
TOTAL	314	34.318	2.122	380	19.009	18.125	37.143

Fonte: PT. Secretaria do Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, 30 de Janeiro de 1914. O Governador Civil. BPARPD – FGCPD. Livro 407: *Correspondência com Administradores dos Concelhos, Câmaras e Junta Geral 1913-1923),* fl. 9.

Quadro 4. Movimento Emigratório no Distrito de Ponta Delgada (1914-19)

ANOS	Destino e N.º de Passaportes	Bilhetes de Identidade	N.ª de Pessoas
1914	Europa - 10 Brasil - 97 Argentina - 4 Marrocos - 1 América Norte - 1.170 Total -1.282	2.073	Europa - 10 Brasil - 97 Argentina - 4 Marrocos - 1 América Norte - 1.961 Total – 2.073
1915	Europa - 14 Brasil - 49 Argentina - 1 América Norte - 1.613 Total – 1.677	2.363	Europa - 14 Brasil - 49 Argentina - 1 América Norte – 2.298 Total – 2.362
1916	Europa - 4 Brasil - 32 Sandwich - 1 África P. - 13 América Norte - 2.172 Total – 2.222	3.548	Europa - 4 Brasil - 32 Sandwich - 1 África P. - 13 América Norte – 3.398 Total – 3.548
1917	Europa - 0 Brasil - 3	1273	Europa - 0 Brasil - 3

	América Norte - 822 Total - 825		América Norte - 1272 Total - 1275
1918	Europa - 3 Brasil - 2 América Norte – 119 Total - 124	185	Europa - 3 Brasil - 2 América Norte – 180 Total - 185
1919	Europa - 10 Brasil - 30 América Norte – 470 Total – 510	812	Europa - 10 Brasil - 30 América Norte – 772 Total – 813

Fonte. Governo Civil do Distrito de Ponta Delgada, 20 de Março de 1920. O Governador Civil. BPARPD- FGCPD- Livro 425, *Correspondência com Secretarias de Estado (1917-1928)*, fl. 47.

Como se explica a diminuição da escolha do Como se explica a diminuição da escolha do Brasil? Sendo certo que já no século XIX muitos açorianos saíam para os EUA, especialmente das ilhas ocidentais, os próprios governantes facultam-nos uma das explicações:

> Por informação do Cônsul Geral de Portugal no Rio de Janeiro, o Governo Português teve conhecimento de que, no momento actual, as principais cidades brasileiras não oferecem colocação fácil e remuneradora aos nossos emigrantes, nas profissões comerciais ou industriais a que, na grande maioria, eles se destinam, em consequência da grave crise económica que afecta aquele país.[13]

Por este motivo, o Ministério do Interior encarregou todos os Governadores Civis de apelarem aos administradores dos concelhos no sentido de alertarem as populações interessadas em emigrar para o Brasil, mas com muita discrição, "para evitar susceptibilidades na opinião pública brasileira".[14]

Ainda no tocante ao Distrito de P. Delgada, por volta de 1917, o Governador Civil esclareceu os seus superiores da seguinte forma:

> Sobre as modalidades de emigração neste Distrito devo dizer a V. Exa. que toda ela se faz livremente para a América do Norte, nenhum emigrante saindo vinculado a contratos de trabalho. É muito antiga a corrente emigratória dos Açores para aquele País; mas o emigrante, em geral, não se fixa lá. Adquiridas algumas economias, regressam aos Açores e são frequentes os casos de pessoas

> que passam um ano nos Estados Unidos e outro nos Açores, quando não vá lá apenas trabalhar uns meses em cada ano.[15]

Em contrapartida, após a I Guerra Mundial, esta tendência parece ter-se modificado. Segundo a imprensa:

> A corrente emigratória para os Estados Unidos que ainda recentemente era um facto quase limitado às nossas povoações açorianas, está-se espantosamente generalizando nas nossas províncias. Tem por certo contribuído para isso a situação do país, a valorização da moeda americana e as facilidades (...) dadas pela legislação dos Estados Unidos, que a guerra aproximou muito mais da Europa, a todos os emigrantes. (...). As leis americanas atraem-no[s] e enraízam-no[s]. Em contacto com uma civilização nova, que nem direitos políticos lhe nega, adaptado a uma outra raça, forte e jovem, que o isola e separa da pátria, o colono na América do Norte esquece rapidamente a sua nacionalidade. A Alemanha (...) na sua legislação não perdeu de vista esse carácter especial da emigração americana. Nós descurámo-lo por completo.[16]

Estas palavras, escritas em 1920, denotam a preocupação com o expatriamento definitivo no que tocava aos emigrantes portugueses nos EUA, apesar das leis norte-americanas não facilitarem assim tanto a entrada de certo tipo de mão de obra, sobretudo analfabeta. Com o Pós-Guerra as políticas de imigração dos EUA endureceram ainda mais, o que, ao longo dos anos 20, afetou bastante os Açores.[17] Em 1926, por exemplo, seria estabelecida uma quota anual, por país, para emigrantes com destino aos EUA (Decreto nº 12.837, 17 de Dezembro de 1926).

Como encararam então os governantes republicanos e alguma opinião pública da época o fenômeno emigratório?

Discursos e práticas sobre o fenômeno emigratório durante a I República

Mal o novo regime se implantou, enfrentou uma sangria emigratória, entre 1911 e 1913, que ainda hoje continua por explicar e que adquiriu um perfil de êxodo de massas.[18] Esta situação não só alarmou os novos governantes, como alimentou os debates políticos da época.[19] A realidade contrariava as expectativas dos novos governantes que "cedo fizeram do combate e/ou regulação desse movimento uma das suas bandeiras de luta".[20] A solução apontada por alguns parlamentares passava pela recondução dos emigrantes, rumo às colônias africanas, por serem terras portuguesas e ricas. Sem ser inédito, este argumento ganhou nova força e era esgrimido, com frequência, por deputados como José Barbosa ou Ezequiel de Campos.[21] Na prática, endureceram-se as medidas contra os engajadores e chegou-se a sugerir a imposição de restrições aos anúncios da imprensa que apelassem à emigração. Uma das prioridades foi a de reorganizar os processos de concessão de passaportes, impondo maior rigor e acréscimo de burocracia.

Em primeiro lugar, passou a ser obrigatória a apresentação de certidões por parte dos emigrantes que requeriam passaporte. Os primeiros entraves vieram dos párocos, que detinham os arquivos e a quem o regime perseguiu.[22] No entanto, a instituição do registro civil viria facilitar os procedimentos, especialmente para as gerações mais jovens. Logo em 1912, os administradores dos concelhos receberam os novos termos de abonação de identidade com vista à instrução dos processos de concessão de passaportes. A coleta de informação era muito mais exigente e completa do que nos anteriores documentos, facilitando também os trabalhos estatísticos. Chamava-se a atenção, por exemplo, para a necessidade de registrar todos os nomes porque era conhecido

o impetrante, a profissão, o grau de instrução e, sobretudo, no que respeita ao sexo masculino, na faixa dos 14 aos 35 anos, a situação relativa ao cumprimento do serviço militar. Quanto aos passaportes colectivos, as regras tornam-se igualmente mais apertadas, devendo incluir apenas o marido, esposa, filhos e criados.[23]

A partir de Janeiro de 1914, passou a ser obrigatório - para todos os emigrantes - a apresentação de bilhete de identidade com fotografia. No caso dos Açores, os gabinetes das secretarias dos Governos tiveram que se adaptar para se instalarem os "serviços de dactiloscopia".[24] Naturalmente eram inúmeras as dúvidas decorrentes das lacunas da própria legislação e um problema detectado, de imediato, residia no facto de no modelo de passaporte, em vigor, não existir lugar para a impressão digital.[25]

Doravante, foram constantes as circulares, com chamadas de atenção, dirigidas aos administradores dos concelhos, face às irregularidades cometidas com os processos de passaporte, atendendo não apenas à necessidade de cumprir os Regulamentos, mas de evitar prejuízos aos próprios emigrantes, com repetições de documentação. Esta tinha de ser escrupulosamente verificada, não sendo permitidas rasuras ou entrelinhas.[26] Em 1916, o Decreto-Lei nº 2690, de 25 de Outubro regulamentou o serviço interno das Secretarias dos Governos Civis e o próprio titular do Distrito de Ponta Delgada, ao solicitar mais esclarecimentos ao Ministério do Interior, considerava que um dos serviços mais importantes, senão mesmo o mais importante, destes órgãos de poder, era o de organização e fiscalização dos processos de concessão de passaportes, reconhecendo que em épocas de grande emigração os recursos humanos, da 2ª secção, eram manifestamente insuficientes face à crescente complexidade dos serviços.[27]

A procura de maior rigor estatístico foi também apanágio da República. Os discursos e as práticas apontavam para a necessidade de se cumprirem os registros e fornecerem, corretamente, todos os dados. Cabia ao Comissariado da Polícia Cívica preencher os boletins ou mapas de emigração, segundo os modelos enviados e sucessivamente atualizados, pela respectiva Direção Geral. Todavia, as demoras nos envios, por parte do Comissariado impediam, muitas vezes de, atempadamente, serem coligidos os dados e publicados os mapas.[28] O próprio Governador Civil, dá conta, em Fevereiro de 1913, da complexidade na elaboração dos mesmos, atendendo ao elevado número de informações exigidas. Em cada distrito esta se tornou importante tarefa e missão destinada aos Serviços de Estatística.[29] Em 1923, porém, no Relatório apresentado pelo Adido Comercial de Portugal no Brasil, foi feito um balanço da entrada de emigrantes no país durante um século (1820 a 1920), e são claramente referidas as falhas no nível do registo estatístico, tanto por parte de Portugal, como do Brasil, levando a que sejam postos em dúvida os valores apresentados.[30] Em finais da Primeira República, os atrasos na recepção dos impressos ainda motivavam dificuldades no envio dos mapas da emigração, que assim não seguiam regularmente para os respectivos serviços.[31]

Por outro lado, tal como no passado, a emigração clandestina continuava a ser o principal objeto de repressão e controle das autoridades. Nada de novo. Em 1913, por exemplo, Bernardino Machado, em carta confidencial enviada da Legação de Portugal no Rio de Janeiro ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, revela com clareza as medidas drásticas que propunha para travar a emigração clandestina:

> Proibir as Agências de Emigração. Derrogar a exigência dos passaportes aos passageiros de 3ª classe. Converter a polícia preventiva da Emigração clandestina em corpo inspector de todos os Emigrantes (...). Criar uma Junta superior de Emigração com sede na capital (...). Fundar uma Caixa de repatriação para os indigentes (...).[32]

Aliás, este futuro Presidente da República era um forte crítico da falta de apoio estatal aos emigrantes portugueses, acusando as autoridades de, com as suas medidas inócuas, apenas contribuírem para o crescimento da "indústria de aliciação". Para este político, o passaporte devia consistir num "simples registo estatístico legalizador das saídas", sendo mais importante o governo obrigar os armadores dos navios a entregarem, nos consulados, as listas de passageiros e restringir a acção das Agências de Emigração.[33]

Segundo a imprensa açoriana da época, sendo a emigração um "direito natural dos povos", não podia tolerar-se os fluxos clandestinos por impedirem os governos de "cumprir a sua missão de defesa nacional e manutenção dos elementos necessários à paz, subsistência e progresso dos indivíduos que ao país continuam a prestar o seu concurso e a exigir-lhe o seu apoio". A emigração ilegal era tida como a verdadeira inimiga da coletividade, acrescendo que, cada vez mais, envolvia mulheres e crianças e não apenas homens, criminosos e mancebos fugitivos, continuando a operar inúmeros engajadores, sob total incúria das autoridades.

Esta situação, porém, não era muito diferente do que se vivera no século XIX, apesar de agora surgir com novos contornos. Por um lado, apareceram as agências de emigração e, no caso de Ponta Delgada, a partir de 1916, passou a ser permitido, que as agências de companhias de navegação actuassem como agentes de emigração e passaportes, em conformidade com a decisão do Supremo Tribunal Administrativo.[34] Esta novidade veio proporcionar outro

meio de emigração clandestina: o recurso a passaporte falso, com falsa identidade e falsos testemunhos.[35]

Cabia aos delegados do Procurador da República receber e dar andamento aos autos instaurados pelo Comissariado de Polícia Cívica do Distrito de Ponta Delgada, sempre que se registrasse ausência ou "falsificação de documentos"[36] e daí e urgente necessidade de combater estas ilegalidades. Em Junho de 1913, o Governador Civil do Distrito oficiava ao Comissário do Corpo de Polícia Cívica, o seguinte:

> Tendo chegado ao conhecimento do Governo que, em lugares onde o público se reúne, aparecem indivíduos que aconselham e excitam o povo para que emigre do país, lançando mão, para conseguir tal fim, de afirmações dolosas e falsas, manda-me Sua Exa. o Ministro do Interior tomar rigorosas providências para que tais factos se não repitam, sendo presos e entregues em juízo os que usarem de tal meio para instigar alguém a que abandone o país. Deve V. Exa. ter por muito especialmente recomendado o objecto *deste* ofício, procedendo conforme o supra indicado e comunicando-me qualquer facto desta natureza que venha a averiguar ter sido cometido.[37]

Para garantir uma maior eficácia, desde 19 de Abril de 1915, foi estipulada uma recompensa monetária (12$50) para todos os guardas de polícia civil que conseguissem capturar emigrantes clandestinos a bordo de qualquer embarcação.[38] Ainda, assim, quer a Polícia, quer a Alfândega, lutavam com dificuldades para reprimir esta emigração e, por isso, os Governadores Civis instavam constantemente os seus superiores, solicitando mais meios de combate. Aos seus subalternos recomendavam as providências possíveis, ordenando, por exemplo, que a fotografia passasse a ser obrigatória também nos passaportes.[39] Tal como no século XIX, a principal preocupação assentava na fuga ao recrutamento militar, agravada aquando da deflagração da I Guerra Mundial. Desde 1915, passou a ser obrigatório, para todos os homens menores de 45 anos, apresentarem um documento comprovativo de terem satisfeito

"todos os requisitos das leis militares vigentes".[40] Só assim podiam obter autorização para emigrar.

Por tudo isto, por inícios de 1916, o Ministro do Interior instigava o Governador Civil de Ponta Delgada, a tomar "enérgicas providências no sentido de evitar a emigração clandestina, sobretudo dos mancebos sujeitos ao serviço militar". O Comissário do Corpo de Polícia Civil recebeu instruções para dar prioridade a este assunto e recomendar a máxima vigilância a todos os guardas, cuja gratificação, por cada captura, ascendeu a 15$00.[41] Nos barcos de serviço da Alfândega e da Capitania do Porto, os guardas policiais dirigiam-se, à noite, a bordo dos navios para fiscalizar e prender os clandestinos.[42] Em 1918, a instalação de linhas telefônicas entre o Comissariado da Polícia e os postos das Calhetas e de Santa Clara, assim como, para o próprio Governo Civil, Regimento de Infantaria, Consulado Americano, entre outros, viria contribuir para agilizar, ainda mais, todas estas diligências.[43] Por fim, em finais de 1919, e dado o movimento geral do porto de Ponta Delgada, o Governador Civil, apoiado pela Capitania do Porto, solicitou ao Ministério da Marinha, a criação de um Corpo de Polícia Marítima.[44]

Muitos dos normais procedimentos relativos aos processos de emigrantes, bem como às diligências de fiscalização, foram, nas ilhas, assaz dificultados com a deflagração da I Guerra Mundial. Escasseou o papel, faltavam as estampilhas e os selos, tardavam os modelos oficiais de passaporte.[45] Por outro lado, apesar da Grande Guerra ter travado, em geral, os fluxos emigratórios, este período continuou a suscitar interessantes ponderações sobre a problemática da emigração. Em Abril de 1917, o Governador Civil de Ponta Delgada, em exposição enviada ao Ministério do Interior, alertava para a urgência de resolver este problema que muito afetava a

economia. Segundo esta autoridade, ao ser proibida a emigração masculina entre os 16 e os 45 anos, não só dispararam as saídas ilegais, como também a emigração feminina e de indivíduos não compreendidos naquelas faixas etárias. Entre março de 1915 e março de 1917 haviam partido 6.303 pessoas de um distrito com cerca de 123.000 habitantes, o que se tornava muito lesivo à prática da agricultura, desde logo pelo aumento dos salários e, consequentemente, dos preços. Por tudo isto, para este Governador Civil era necessário proibir a emigração durante a Guerra, sendo de enaltecer a lei norte-americana que impedia a entrada de imigrantes analfabetos, por ser uma forma, ainda que insuficiente, de restringir a emigração açoriana.[46] De fato, já em 1916, o Ministro do Interior havia reconhecido que o problema da emigração continuava a revestir-se de grande gravidade e a ser lesivo para o país, "sob o ponto de vista económico e militar".[47] A análise dos dados, embora confirme um decréscimo de partidas, comprova, no geral, o peso do número das mulheres emigrantes, bem como de crianças, adolescentes e homens provenientes do sector terciário e do mundo dos negócios.[48]

Quando após a I Guerra Mundial aumentaram as saídas de famílias inteiras, voltou a despertar o receio das autoridades.[49] As palavras do cônsul português em S. Paulo atestam bem as preocupações: "a emigração de famílias inteiras, além de nos denunciar propósitos de expatriação, torna muito improvável as remessas de dinheiro, não deixando os emigrantes dentro de Portugal pessoas a quem tenham o direito de enviá-lo".[50]

Para algumas autoridades insulares, além da importância das remessas, a emigração era vista como um excelente meio de regeneração dos presos que terminavam o cumprimento da pena. A todos quantos aguardavam, na cadeia, pela sua libertação, bastaria que apresentassem um fiador para poderem seguir

para os EUA, de modo a refazerem a sua vida e a ganhar o sustento para as suas famílias, caídas na miséria.[51]

Já a imprensa local, manifestava, por vezes, posições divergentes. Fazendo eco das elevadas cifras de expatriados, o jornal *O Açoriano Oriental* defendia que, ainda assim, eram muitos os entraves às saídas, desde logo, os elevados custos dos passaportes – que muito oneravam aqueles que queriam partir – bem como as exigências processuais. O jornalista em causa não concordava que se dificultasse a saída das gentes, porque muitas melhorias nas ilhas resultavam da diáspora.[52]

As clivagens entre correntes pró e contra persistiram durante a Primeira República, comprovando que apesar de algumas mudanças, o fenómeno da emigração continuava, como no passado, a impor os mesmos problemas e a motivar idênticos debates. Ainda na imprensa local se pode ler:

> Há muita gente que condena sistematicamente a emigração, vendo nela um despovoamento (...), uma vil exploração, por parte daqueles que têm a seu cargo as agências desse importante serviço! Mas quem assim procede, não obedece a um impulso generoso de consciência (...), porque o interesse que têm (...) é para não faltarem braços baratos para os seus campos, para as suas lavouras e assim tê-los acorrentados por muito pouco dinheiro (...).
> O proprietário, especialmente o ganancioso, faz uma guerra sem tréguas à emigração, pois que, para comodidade e economia da sua algibeira, muito lhe convém ter ao serviço um trabalhador ou operário baratinho. Isto não é verdade? (...) Isto não é extensivo a todos os homens ricos da nossa terra (...), mas outros há que melhor será até não nos alongarmos (...). O que seria, pois, de nós se não fosse a emigração em face desta terrível crise que nos entristece (...)?[53]

Nos anos 20 eram abundantes as opiniões desfavoráveis ao excesso de emigração, nomeadamente entre parlamentares portugueses, muitos dos quais aconselhavam o governo a cuidar deste problema "muito a sério".[54] Mas, eram

igualmente numerosas as posições que a defendiam como um mal necessário, contestando as medidas repressivas e sugerindo, até, alternativas:

> Os processos coercitivos contra a emigração de um povo liberalizado e pobre são intempestivos e agravam o problema económico. Os processos persuasivos (...) são também insuficientes para conter a grande tendência emigratória do povo. (...). Um só processo será capaz de cortar o nó górdio desta questão (...): - Dê-se a cada uma das famílias pobres e às que tiverem necessidade de emigrar qualquer espécie de indústria que lhes renda o mesmo dinheiro que eles irão buscar lá fora (...).[55]

Por outro lado, os repatriamentos, sobretudo dos EUA, tornaram-se, cada vez mais, numerosos, especialmente na década de 20 – de endurecimento das leis norte-americanas. Alguns emigrantes eram recambiados à custa do Estado, outros por intermédio de associações portuguesas de beneficência. Alguns, porém, procuravam emigrar, de novo, na esperança de voltarem a ser repatriados, o quê obrigava as autoridades a combater "semelhante ludibrio".[56] A lei de 10 de Maio de 1919 procurou facilitar o repatriamento dos desempregados e a protecção, mais eficaz, dos emigrantes no Brasil, mas sem grandes consequências práticas.

Considerações Finais

Em Portugal continental e insular, quer durante a Monarquia Constitucional, quer ao longo da Primeira República, persistiu um elevado movimento emigratório. Apesar da mudança política de 1910 e das promessas de regeneração do país, o novo regime falhou, especialmente no tocante à questão económica,[57] agravada pela participação na I Guerra Mundial. Daí, as elevadas cifras da emigração cujos fluxos, no caso açoriano, cada vez mais rumavam à América do Norte em vez do Sul. A divergência de discursos e de posições atesta o peso e a inevitabilidade deste fenômeno e, por isso, como

refere Sacuntala de Miranda, as leis republicanas acabaram por ser titubeantes e contraditórias, dado que a perda de braços era compensada pelas remessas de numerário, fundamentais para combater o *deficit* da balança comercial portuguesa.[58] Por conseguinte, e tal como se verificou durante a Monarquia, o maior combate e repressão continuaram a ser contra a emigração clandestina que, para mais, encontrou, neste período, diferentes meios, graças aos novos procedimentos processuais relativos à concessão de passaportes.

Empenhados na colonização dos territórios africanos, muitos republicanos vão continuar a defender o estímulo da emigração para África, considerada indispensável à consolidação da administração colonial. O grande problema é que estes contingentes teriam, forçosamente, que se orientar para o trabalho e desbravamento das terras, por vezes incultas e inexploradas, e muitos dos emigrantes portugueses partiam à procura de uma vida no comércio ou na indústria e daí a atratividade do Brasil urbano e dos EUA.

Em suma, as políticas republicanas não se distinguiram muito das políticas de emigração monárquicas e que já se faziam sentir desde os anos 70 e 80 do século XIX: tolerância para com a emigração legal, portadora de remessas financeiras; forte repressão da emigração clandestina e encorajamento, sem grande sucesso (cerca de 6% do total), dos fluxos migratórios para África,[59] última vertente do projeto de expansão imperial. De resto, as nuances dos discursos também não podem dissociar-se da posição politica ocupada: a favor do governo ou na oposição.

---

[1] MARQUES (1988), pp. 30-3.

[2] PT. *Constituição Portuguesa de 1911*. Disponível em <https://www.parlamento.pt/ Parlamento /Documents/CRP-1911.pdf>

[3] PT. *Carta Constitucional de 1826*. Disponível em <https://www.parlamento. pt/Parlamento /Documents/CartaConstitucional.pdf>

[4] PEREIRA (1981), pp. 48-50.
[5] PEREIRA (1981), p. 52.
[6] PEREIRA (1981), pp. 53-4.
[7] FERRAZ (1973-4), p. 457.
[8] FERRAZ (1973-4), pp. 457-8.
[9] MIRANDA (1991), pp. 28-9.
[10] PEREIRA (1981), pp. 54-5.
[11] PT. Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD). Fundo do Governo Civil de Ponta Delgada (FGCPD). Livro 382: *Correspondência com o Ministério do Interior,* 1ª Repartição, 1911-1913, fls. 478-9.
[12] MIRANDA (1991), p. 29.
[13] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 420: *Correspondência com os Administradores dos Concelhos,* 1915-1916, Circular Confidencial, fl. 220.
[14] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 420: *Correspondência com os Administradores dos Concelhos,* 1915-1916, Circular Confidencial, fl. 222.
[15] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 425: *Correspondência com Secretarias de Estado, 1917-1928*, fl. 74.
[16] *O Açoriano Oriental* "A Emigração", nº 4.458, 6 nov. 1920.
[17] Veja-se MENDONÇA e ÁVILA (2002), pp. 214-5.
[18] Segundo Ricardo Rocha, nos últimos vinte anos da Monarquia, a média anual de saída de emigrantes legais, de Portugal para o Brasil, rondava os 23.900 indivíduos, mas nos primeiros três anos da República essa média triplicou, aproximando-se dos 62.500. Cf. ROCHA (2011), in: SOUSA; MARTINS; MENEZES; MATOS; SARGES, SILVA, p. 186.
[19] FERREIRA (2011), in *ibidem*, pp. 233-4.
[20] ROCHA (2017), in MENEZES; SOUSA, p. 186.
[21] ROCHA (2017), in MENEZES; SOUSA, pp. 187 e 195.
[22] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 332: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1911-1912, fl. 93.
[23] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 334: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1912-1914, Circular de 21 nov. 1912.
[24] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 334: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição, 1912-1914*, fl. 400.
[25] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 382: *Correspondência com o Ministério do Interior, 1ª Repartição, 1911-1913*, fls. 478-479.
[26] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 338: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição, 1915-1916,* Circular de 16 de Fevereiro de 1916.
[27] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 387: *Correspondência com o Ministério do Interior, 1ª Repartição, 1914-1916,* Ofício de 8 de Novembro de 1916.

[28] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 336: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição, 1912-1928,* fl. 352; Livro, 338: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição, 1914-1916*.

[29] BPARPD/FGCPD. Livro 418: *Correspondência com Administradores dos Concelhos*, 1ª Repartição, 1912-1914, fls. 20-23.

[30] Cf. PEREIRA (1981), "Textos II – 1913-1927", pp. 250-252.

[31] PT. BPARPD/FGCPD – Livro 394: *Correspondência com Diversas Secretarias do Estado,* 1ª Secção, 1924-1929, fl. 119.

[32] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 394: *Correspondência com Diversas Secretarias do Estado,* 1ª Secção, 1924-1929, fl. 119.

[33] PEREIRA (1981), "Textos II – 1913-1927", pp. 229 e 231-232.

[34] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 425: *Correspondência com Secretarias de Estado, 2ª Secção,* 1917-1928, fls. 1-2.

[35] PT. *O Açoriano Oriental*, nº 4.212, 5 fev. 1916.

[36] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 332: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1911-1912, fl. 444.

[37] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 334: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1912-1914, fl. 219.

[38] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 338: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1915-1916, fl. 275.

[39] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 387: *Correspondência com o Ministério do Interior, 1ª Repartição,* 1914-1916, fls. 143-5.

[40] Até aqui eram os menores de 35 anos. PT. BPARPD/FGCPD - Livro 420: *Correspondência com Administradores dos Concelhos,* 1915-1916, fl. 29.

[41] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 338: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1915-1916, fls.473-4.

[42] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 340: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1917-1920, fl. 151.

[43] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 340: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas,* 1ª Repartição, 1916-1917, fl. 100 e ss.

[44] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 342: *Correspondência com Diversas Secretarias de Estado,* 1ª Secção, 1917-1920, fl. 376.

[45] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 425: *Correspondência com Diversas Secretarias de Estado,* 2ª Secção,1917-1928, fl. 74.

[46] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 340: *Correspondência com Diversas Autoridades e Pessoas, 1ª Repartição,* 1916-1917, Carta ao Ministério do Interior, 13 de Abril de 1917, fl. 96.

[47] ROCHA (2011), SOUSA; MENEZES; MATOS; SARGES, SILVA, p. 255.

[48] ROCHA (2011), SOUSA; MENEZES; MATOS; SARGES, SILVA, p. 270.

[49] Veja, por exemplo, os discursos dos parlamentares portugueses, no pós-guerra,, bem como as intervenções do deputado João Salema. FERREIRA (2011), 234, 239 e ss.

[50] Cit. por PEREIRA (1981), p. 56.

[51] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 384: *Correspondência com Diversas Secretarias de Estado, 1ª Repartição,* 1913-1916, fl. 128.
[52] PT. *O Açoriano Oriental*, nº 4.212, 5 fev 1916.
[53] MORAIS, RUY. "A Emigração". PT. *O Açoriano Oriental*, nº 4.313, 12 jan. 1918.
[54] Cf. FERREIRA (2011), SOUSA; MARTINS; MENEZES; MATOS; SARGES, SILVA, p. 238.
[55] PT. *O Açoriano Oriental* "A Emigração", nº 4.443, 24 Jul. 1920.
[56] PT. BPARPD/FGCPD. Livro 425: *Correspondência com Diversas Secretarias de Estado, 2ª Secção,* 1917-1928, Ofício de 1925, fl. 272.
[57] FERRAZ (1973-74), p. 470.
[58] MIRANDA (1991), p. 36.
[59] PEREIRA (1981), pp. 53-54.

Referências bibliográficas

FERRAZ, José Manuel (1973-4). "O desenvolvimento socioeconómico durante a Primeira República". Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223912673Y8 IRK 9tq7 Sh 930OU6.pdf>

FERREIRA, Diogo (2011). "A Emigração para o Brasil no Discurso Parlamentar Português após a Primeira Guerra Mundial (1918-1926)". In: *ibidem*.

MARQUES, H. de Oliveira (1988). "Republicanismo e Idealismo". *Ensaios de História da I República Portuguesa.* Lisboa: Livros Horizonte.

MENDONÇA, Luís; ÁVILA, José (2002). *Emigração Açoriana (Sécs. XVIII a XX),* Lisboa, s/l.

MIRANDA, Sacuntala de (1991). A Base Demográfica. In: A. H. de Oliveira Marques, coord., *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI, *Nova História de Portugal.* Lisboa: E. Presença.

PEREIRA, Miriam Halpern (1981). *A Política Portuguesa de Emigração, 1850-1930*. Lisboa: Regra do Jogo.

ROCHA, Ricardo (2011). "A Emigração do Porto para o Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918)". In: Fernando de SOUSA, Ismênia MARTINS, Lená Medeiros de MENEZES, Maria Izilda MATOS, Maria Nazaré SARGES, Susana Serpa SILVA (coord.). *Um Passaporte para a Terra Prometida.* Porto: Fronteira do Caos, Editores.

_____ (2017). "Emigração, Brasil e emigração para o Brasil no discurso parlamentar português no dealbar da Primeira República (1911-1912". In: Lená Medeiros de MENEZES e Fernando de SOUSA (org.). *Brasil-Portugal: Pontes sobre o Atlântico. Múltiplos olhares sobre a e/imigração*, Rio de Janeiro: EdUERJ.

Serviço militar e emigração. Reflexões, possibilidades e problemáticas a partir do caso espanhol*

*Érica Sarmiento***
*Oscar Alvarez Gila****

O alistamento militar como causa da emigração

O surgimento do serviço militar obrigatório, extensivo a toda a cidadania masculina, como meio de recrutamento principal para a manutenção estável dos exércitos, tanto nos tempos de guerra como de paz, constituiu-se em um processo que atingiu todos os Estados no mundo ocidental. Como sinaliza Kestnbaum:[1]

> *By the late-1870s, after more than a decade of expanding conflicts in both North America and Europe. the institution of conscription emerged as one of the chief solutions to manpower shortages available to warring states. Only a century before, however, the compulsory service of citizens in the line army was not only militarily suspect but also politically threatening. In less than a hundred years, conscription had undergone a dramatic transformation, becoming both an accepted military expedient and a way to rise national and massed armed forces*".

Muitos foram os fatores, vinculados à ideia de modernização que incidiram na progressiva e rápida adoção do novo sistema. Além das motivações de origem puramente técnicas e econômicas, que demandavam a

---

* O artigo é fruto das pesquisas desenvolvidas no projeto intitulado *Origen regional, diferenciación económica y proceso evolutivo en la emigración española a Brasil: la cuestión de la escala en el estudio de las regiones del norte de España (arco cantábrico) al sudeste de Brasil* (PHBP14/00079 CAPES). Circunscreve-se, também, no âmbito do grupo de pesquisa consolidado do sistema basco *País Vasco, Europa y América: Vínculos y Relaciones Atlánticas* (IT938-16, do qual fazem parte ambos os autores.

** Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Salgado de Olivera (UNIVERSO).

*** Professor da Universidade dos Países Bascos.

formação de um exército capacitado às necessidades das novas descobertas tecnológicas e das táticas militares financeiramente viáveis, o serviço militar também se tornou uma forma de enquadramento social e de nacionalização ideológica dos cidadãos. Tal como esclarece Anderson,[2] o alistamento militar como 'nacionalismo oficial' se converteria em uma das instituições mais importantes para a socialização nacionalizadora dos jovens recrutados. Esse processo, no entanto, não se daria de forma linear, e passaria a ser questionado pelas mais diferentes posições ideológicas.

Além da oposição que os chamados 'nacionalismos vistos de baixo' faziam às construções identitárias nacionais, implementadas a partir dos aparatos estatais, tanto nos impérios multiétnicos (por exemplo, o Austro-Húngaro) como, sobretudo, nos estados onde uma identidade numericamente majoritária coexistia com minorias nacionais centrífugas (irlandeses no Reino Unido, noruegueses na Suécia, bretões na França, bascos e catalães na Espanha), também surgiram resistências vinculadas às ideologias de classe (especialmente aquelas baseadas no marxismo), que viam no nacionalismo uma forma de neutralizar a luta operária, submetendo-a aos interesses das classes dominantes.[3]

Vale ressaltar que, além das motivações ideológicas, havia uma rejeição social ao recrutamento, já que este privava milhares de jovens de usufruir os melhores anos de juventude. Outro fator negativo estava na possibilidade dos recrutados serem enviados para as colônias, participarem nos conflitos bélicos declarados em seus países, e sofrerem as péssimas condições de vida enfrentadas nos quartéis.[4]

Em diversos períodos e contextos históricos ocorreram crises de resistência ativa, muitas vezes organizadas e, inclusive, violentas, contra a

obrigação do recrutamento forçado, demonstrando, assim, certa linha de continuidade com as motivações e modelos dos motins que ocorreram no Antigo Regime.[5] Esses motins evidenciavam a existência de uma crítica estrutural muito acentuada naquelas camadas sociais afetadas pelas condições impostas pelo recrutamento.[6]

No caso español, a prática da '*redención a metálico'* - ou, de um modo similar, a '*sustitución'*-[7] foi destacada como elemento-chave para se compreender a resistência ao serviço militar, que perduraria até os anos posteriores à Guerra Civil Espanhola de 1936-39. Como ressalta Molina:

> (...) *el servicio militar fue durante el XIX y las primeras décadas del XX un hecho contemplado como una fuerte carga impositiva sobre las clases menos favorecidas de la sociedad [dado que] durante la mayor parte del periodo (..) los más favorecidos socialmente contaban con la posibilidad de redimirse mediante el pago de una determinada cantidad.*[8]

Os recursos utilizados pelos jovens para não ingressarem no serviço militar desencadearam graves consequências como a extensão de práticas legais e ilegais. Esses recursos iam desde as automutilações reais ou fingidas, fraudes, subornos, corrupção até, em último caso, a deserção, que se tornou a prática mais perseguida pelas autoridades civis e militares.[9]

O prolongamento do serviço militar coincidiu em muitos países europeus com outro fenômeno, também ligado às transformações derivadas da modernização econômica: os processos migratórios massivos, tanto aqueles de ordem interna, que reajustavam a distribuição das populações urbana e rural, como, principalmente, o novo fenômeno da emigração de massas ultramarina, dirigida ao continente americano. Se por um lado, ainda persiste no meio acadêmico as dificuldades em se quantificar o contingente migratório e militar e se chegar a uma conclusão da relação entre ambos os fenômenos nos debates científicos, por outro lado, continuam sendo válidas as aproximações de

Mörner,[10] que contabilizava a presença europeia em torno de 50 a 60 milhões de pessoas, classificada nas migrações temporais ou definitivas, que se estabeleceram nas Américas entre os anos de 1850 e 1950. Ambos os fenômenos se interrelacionavam em um espaço mútuo de interferência: a obrigação do serviço militar afetava a população jovem masculina (na sua fase de alistamento, entre os 17 e os 22 anos, conforme a regra de cada país), que, por sua vez, representava o grupo mais propenso à emigração.[11]

Carecemos, ainda, de estudos específicos acerca de uma opinião generalizada e articulada no estamento militar em relação à emigração (como, por exemplo, se existem outros espaços de importância social como a imprensa, os partidos políticos ou as igrejas). Concordamos com a hipótese de Blanco[12] quando este estudioso afirma que uma das motivações dos estados europeus para levar adiante um desenvolvimento legislativo que controlasse a emigração foi, entre outras questões, a opinião generalizada contrária à emigração, uma vez que existiu um consenso, nas diversas leis aprovadas nos diferentes países, que objetivavam "castigar [aquel]la emigración que persigue eludir un servicio básico para el Estado nacional en sus proyectos imperiales, el servicio militar".[13] Como norma geral, entendia-se que a defesa da pátria, tanto no período de guerra como na preparação dos soldados em tempos de paz, era uma obrigação a ser cumprida e, consequentemente, era necessário restringir o princípio da liberdade de emigração. Segundo Llordén Miñambres:

> (..) *restricciones con relación al tenían Alemania, que prohibía la emigración de los varones comprendidos entre 17 y 40 años no licenciados o que no hubiesen dejado reemplazante (Ley de 1897); Hungría, que no concedía autorización a sus nacionales desde que cumplían 17 años y hasta el fin de sus obligaciones militares, si no pagaban una fianza de 100 a 1.000 coronas como compromiso de cumpliras en su momento (Ley de 1909); Italia, que no autorizaba la salida de los inscritos en el cuadro militar o que cumpliesen los 18 años en el transcurso del año; Noruega, donde los aptos para el servicio militar que hubiesen cumplido 20 años precisaban de una autorización militar especial para emigrar (Ley de 1910); Suecia,*

> *donde entre las restricciones para emigrar estaba incluida la obligación del servicio militar; Suiza, donde se prohibía que los agentes de emigración facilitasen la salida a los suizos sujetos al servicio militar, cuando no probasen haber restituido al estado sus efectos militares; Portugal, que imponía la obligación de pasaporte a los menores de 48 años que no hubiesen cumplido el servicio militar; Grecia, donde los comprendidos en el reclutamiento precisaban depositar una fianza de 500 a 10.000 dragmas para que se les autorizase a emigrar (Ley de 1920); Yugoslavia, donde sólo se entregaba pasaporte de emigración a los que justificasen el cumplimiento del servicio militar (Ley de 1921); o Checoslovaquia, donde los comprendidos entre 17 y 40 años necesitaban una autorización militar para salir del país. Igualmente España, cuyas normas decimonónicas más antiguas sobre la emigración están directamente relacionadas con el cumplimiento de las obligaciones militares, y donde la Ley de Emigración de 1907 impedía las salidas de los varones sujetos al servicio militar en su período activo, y también posibilitaba esta prohibición a los mayores de 15 años que no lo hubieran cumplido y a los pertenecientes a las primera y segunda reservas.*[14]

Existem, certamente, vários fatores que, em um primeiro momento, levaram a pensar na vinculação direta emigração-fuga ao serviço militar, como, por exemplo, o não comparecimento e, portanto, o não cumprimento de uma parte da população alistada para com as obrigações militares. Os observadores contemporâneos já ressaltaram[15] - e a historiografia posterior confirmou - o fato de que aquelas regiões e municípios com tendência a emigrar para o estrangeiro foram as que apresentaram a maior porcentagem de prófugos. Castillo Martos,[16] por exemplo, argumenta que as Astúrias, uma das regiões com maior índice emigratório de Espanha, apresentava- se como "una de las regiones con mayor número de jóvenes prófugos", entre os anos de 1915 e 1920, sendo 38,4% dos varões considerados desertores.[17] Esse índice representa mais do dobro da média nacional, que compreendia, naquele período, o total de 17%.[18] Os resultados são similares se comparados à outras regiões de emigração espanhola, como foram os casos da Galiza,[19] Andaluzia,[20] Canárias[21] ou o País Basco,[22] entre outras localidades que se destacaram por sua participação na emigração atlântica.

Emigrantes prófugos ou prófugos emigrantes?

Como afirma Mehats:

> *Les données d'un problème aux aires insolubles furen posèes. L'émigration était-ella responsable de l'insoumission, où est-ce la crainte du service militaire qui provoquait l'émigration. Intelectuels, fonctionnaires et politiques se lancèrent dans le débat, chacun rajputant sa démonstration.*[23]

A conclusão dos pensadores, informantes e responsáveis políticos foi a de que a emigração à América foi a causante do elevado número de prófugos. O periódico bilbaíno *La Unión Vasco-Navarra*, em 1890,[24] afirmava veementemente que o recrutamento,[25] as contribuições, as posições políticas, a opressão dos *caciques*[26] e todo o tipo de injustiças sofridas pela população, à época, foram responsáveis pelas emigração em massa. A afirmação não pode ser considerada exclusiva desse periódico, ela poderia ser escrita por qualquer corpo editorial da imprensa local ou nacional daquele contexto histórico. Como esclarece Anes Álvarez:

> *Las referencias de los contemporáneos a esta causa son múltiples, aunque no procedan de los propios emigrantes, nos referimos a testimonios escritos. Sírvanos de ejemplo lo que escribía Eva Canel [en 1889]: "muchos aldeanos envían a sus hijos a América porque no tienen dinereo para librarlos de la mili". O lo que vio Alfonso Camín [en 1958]: los barcos 'llegaban casi a diario al puerto de la Haban con los emigrantes en racimos, todos de catorce a quince años, huyendo de la fuerra de Marruecos, que era impopular en la Península, desangraba al país y llenaba de luto los hogares, especialmente los hogares campesinos, de donde salían los mayores contingentes para la guerra y para los barcos negreros de la emigración a la aventura'.*[27]

Dessa forma, consolidou-se um estado de opinião, o que Mehats denominou, acertadamente, de "a hipótese do recrutamento",[28] que obteve um consenso generalizado, permeando inclusive as explicações científicas do fenômeno, que começaria a se desenvolver a partir do final do século XIX, até se converter em um axioma, repetido e aceito por boa parte da historiografia

espanhola sobre as migrações.

De fato, no caso espanhol, a sua particular história militar ao longo do século XIX e nas primeiras décadas do XX, quando o país passou por diversas guerras (civis e coloniais), com a elevada demanda de recrutas, oferecia, sem dúvida, um panorama pessimista para os jovens convocados para servir ao exército. Esse cenário converteu a emigração em uma alternativa possível e real, frente à terrível perspectiva de cumprir um serviço militar longo, perigoso e, principalmente, carente de qualquer rentabilidade pessoal ou econômica. Dessa forma, podemos afirmar que são muitos os autores que adotaram a noção generalizada de que o serviço militar obrigatório foi uma das causas principais da emigração espanhola à América. Como resume taxativamente Jiménez Guerrero:

> (...) *la obligatoriedad del servicio militar, bajo unas condiciones legislativas específicas, mov[ió] a un determinado número de personas, con unas características sociales definidas, a optar por la emigración clandestina para evitar su ingreso en el ejército*".[29]

Os exemplos a respeito deste enfoque interpretativo se multiplicaram nos últimos anos. Torna-se mais fácil, para qualquer pesquisador interessado na temática, deparar-se com os escassos exemplos, na historiografia, de trabalhos dedicados a questionar a existência da relação causal emigração-fuga ao serviço militar. Colocando nossa atenção no caso da emigração basca, podemos observar uma notória concordância interpretativa em autores de diferentes tradições historiográficas, como - para citar alguns poucos exemplos - os destacados Marenales Rossi,[30] Azcona Pastor[31] e Irianni,[32] ou, fora do âmbito dos estudos especializados na história migratória, o caso de Mignaburu,[33] que vincula diretamente a lei abolitória dos *fueros*[34] bascos de 1876 com o fato de que "a quantidade de imigrantes [bascos] de Hegoalde[35] [a Argentina] aumentou

em decorrência da fuga do serviço militar"; ou ainda o autor Irusta Orbegozo[36] que assinala que "o sucesso da emigração se produziu ao terminar a Segunda *Guerra Carlista.*[37] A lei de 21 de julho de 1876, na qual se aboliam os *fueros* e se tornava obrigatório o serviço militar no período de sete anos, provocou a fuga de milhares de jovens bascos, desejosos de escapar do recrutamento. Os exemplos mencionados acima demonstram até que ponto a história não especializada coincidiu com a historiografía dos estudos migratórios, prevalecendo a mesma interpretação para os dois casos.[38] E não somente na historiografía: a ideia penetrou na memória coletiva dos bascos –na Europa e na América- em relação ao seu passado migratório. Prova disso é o livro divulgativo intitulado *Vascos en Buenos Aires*, publicado no ano de 2014 pelo governo da capital argentina, no programa denominado "Buenos Aires Celebra", que promove o conhecimento e a difusão da contribuição dos diversos grupos de imigrantes, os mais antigos e os mais recentes, na conformação da sociedade *porteña*. No capítulo referente à "Migración vasca en Buenos Aires", se afirma, sem nenhum esclarecimento, que o serviço militar foi um dos fatores causais da emigração à Argentina".

Na historiografia também ressoam vozes críticas quanto à vinculação causal unívoca entre prófugos e emigração. No ano de 1995, Yanes apontava, para o caso canário, (uma afirmação que serve também para outras regiões) as várias teses que buscavam na fuga do serviço militar uma relação causal direta com o fenômeno migratório:

> (...) *se trata de estimaciones vertidas en el pasado con tanta redundancia y con tanta redundante atribución a su origen que, con su eco en la memoria colectiva isleña y su falta de verificación a posteriori, han impelido a varios historiadores canarios a magnificar la emigración clandestina homologando el concepto 'prófugo' al de 'emigrante ilegal'*.[39]

É importante destacar que outros fatores explicativos assumem papel importante na emigração, como a decisão pessoal ou familiar, estudada a partir da perspectiva micro-histórica, que compreende o emigrante como sujeito racional ativo - e não como objeto passivo - de sua própria trajetória pessoal.[40] Há numerosos depoimentos que reforçam a importância que o desejo de escapar do serviço militar teve na decisão dos futuros emigrantes. A dureza que representava, para a maioria, o alistamento no exército, no que diz respeito ao tempo de serviço, o esforço e a possibilidade de perigos reais para a integridade física, eram sem dúvida, motivações suficientes que pesavam na decisão de emigrar. A fuga ao serviço militar certamente encontrava-se entre as decisões pessoais dos jovens varões, e determinaria, até certo ponto, as respostas a certas perguntas vinculadas à emigração, principalmente quando emigrar e, em menor medida, para onde emigrar. Essas motivações, entretanto, não apresentam um único lado da questão. Por exemplo, muitos varões decidiram escapar do serviço militar por questões ideológicas. Mengual[41] cita o caso do militante catalanista Hipòlit Nadal i Mallol que, no início da década de 1910, decidiu não prestar o serviço militar sob o governo de um regime monárquico, e com documentos falsos embarcou com destino à Argentina. Claro está que este não foi um fator predominante para fugir ao serviço militar e emigrar. As causas mais comuns foram as de índole pessoal e econômica: os anos destinados ao serviço do exército significavam anos perdidos para o progresso e limitavam o tempo e as oportunidades de trabalho.[42]

Encontramos nos estudos, muitas vezes, uma falta de correlação entre ambos os fenômenos, que permita estabelecer uma vinculação mais geral para tratar da fuga ao serviço militar como causa efetiva da emigração. A primeira delas corresponde a de índole puramente geográfica: o serviço militar surgiu em

toda Espanha na mesma época (com exceção de Navarra, que se incorpora em 1841, e das Províncias Bascongadas, em 1877), e, no entanto, como sabemos, as diferenças entre as regiões no tocante à sua participação na experiência migratória atlântica foram latentes. Sendo assim, não seria coerente justificar a emigração para determinadas regiões como um fenômeno que se repete em todas as regiões próximas. A segunda evidência dessa falta de correlação entre o serviço militar e a emigração é de natureza temporal: como afirmamos, devido à persistência do sistema foral de autogoverno, os naturais das províncias de Álava, Guipúscoa e Viscaia estiveram isentos da obrigação do serviço militar até o final da segunda guerra carlista. Apesar disso, não podemos afirmar que os bascos começaram a emigrar a partir da implantação do serviço militar:

> *En las provincias vascas el servicio militar no antecede a la emigración, sino que cuando se implanta ya estaba viviendo el éxodo migratorio un primer periodo de apogeo. No obstante, lo que sí se aprecia en algunos casos es que la perspectiva del servicio militar puede llegar a condicionar en gran medida la decisión, no tanto sobre la emigración en sí, como sobre el momento de la partida, para hacer que la marcha se produjera justo antes de que legalmente el emigrante entrara dentro del grupo de edad sujeto ya a las restricciones administrativas y monetarias derivadas de sus futuras obligaciones militares.*[43]

Convém recordar a tese sustentada por Yanes Mesa,[44] quando o autor chama a atenção para "a dissociação dos conceitos prófugo/emigrante ilegal". Yanes entende que somente poderia haver uma associação caso se constatasse a existência de uma relação causa/efeito entre os fenômenos, mas o autor evidencia que a metade dos declarados como prófugos haviam emigrado de forma legal, aproveitando a falta da necessidade de uma fuga real em face às facilidades que outorgava o âmbito jurídico para a expatriação legal dos jovens. Como bem resume Yanes Mesa: "*los mozos con ser simplemente previsores y al emigrar con dos o tres años de antelación al llamamiento a filas, quedaban a cubierto del oneroso servicio militar*".[45] A precoce idade da população masculina no momento de

emigrar transformou-se em um recurso amplamente utilizado para eludir problemas legais para a obtenção do passaporte. Na segunda metade do século XIX, como relata Anes Álvarez,[46] foram muitas as vozes que alertaram para a estratégia utilizada pelos jovens, que emigravam na mais tenra idade, para fugir das restrições militares à concessão do passaporte. Este comportamento mostraria, no fundo, uma decisão proativa – e não reativa - frente à obrigação militar: o emigrante não decidia emigrar quando (e por motivo de) era chamado para o serviço militar, mas as dificuldades em romper o recrutamento acabariam por se constituir em um fator motivador de peso na decisão de emigrar.

Emigração e fontes militares: o caso galego

A emigração é um fenômeno social que reúne vários fatores causais. Certamente, a fuga de jovens varões do serviço militar não compreende o único elemento explicativo da emigração europeia. Os alistamentos militares, entretanto, como fonte para os estudos migratórios representam um importante acervo documental, que contribui para entender e esclarecer, em parte, a saída de milhares de jovens, de seus lugares de origem, ao longo dos séculos XIX e XX. O chamado livro de *quintas*, ou registro militar, constitui-se em um conjunto de fontes que oferece uma documentação seriada, prolongada no tempo, e de natureza quantitativa para a análise de grupos homólogos relacionados aos micro-espaços geográficos. No caso espanhol, os elementos básicos do recrutamento militar na fase inicial da Grande Imigração, nos municípios, correspondiam à localização, à identificação, ao alistamento e à primeira revisão dos jovens varões, tanto no que dizia respeito aos nascidos quanto aos residentes em cada município.

Dada a relevância dos dados referentes à identificação dos jovens sujeitos à obrigação militar, criou-se um procedimento transparente e minucioso: após consultar as listas de nascidos e batizados do registro civil, os livros de censos e os arquivos paroquiais, os dados eram comparados às listas de falecimentos e, posteriormente, eram apresentados, de forma pública, para que a população fizesse os correspondentes acréscimos e retificações, assim como as averiguações acerca do paradeiro daqueles rapazes que não se encontravam residindo no município de nascimento e de alistamento. Essas averiguações davam-se a partir de duas vias: a primeira, através da correspondência cruzada entre os diversos municípios (mediante a comunicação emitida pela prefeitura de residência e a de nascimento, no caso dos que haviam mudado o domicílio dentro do território nacional), ou através da documentação oferecida pelos familiares, para o caso daqueles que residissem no estrangeiro. No segundo caso, a obrigação era contraída pelos próprios familiares, quando autorizavam a saída dos varões menores de idade. A autorização constava nos documentos de permissão legal.

Assim fica claro que o expediente militar é uma interessantíssima fonte nominativa que informa sobre os dados de nascimento, filiação, alfabetização, residência, profissão, altura, peso e estado de saúde. Dessa forma, a fonte permite a construção de uma tipologia dos jovens varões que se deslocaram para outros países. Os expedientes de recrutamento ou livro de "quintas" foram utilizados em diversos trabalhos de base estatística e quantitativa de diferentes origens, que aproveitaram o seu potencial de informações, como as características físicas dos alistados, alfabetização, nível educativo, ou até mesmo a profissão. O potencial dessa fonte, assim, vai muito além dos estudos referentes à história militar.

No caso da imigração galega, os alistamentos militares possibilitaram não só contabilizar e criar uma tipologia dos varões dessas localidades, como também avaliar os fluxos imigratórios anteriores para o Brasil, a fim de reconstituir as chamadas cadeias migratórias.[47] Dessa forma, averiguamos - como já haviam observado outros estudiosos das migrações peninsulares - se a emigração galega para o Rio de Janeiro e para o Brasil, de uma forma geral, foi influenciada por uma anterior emigração a Portugal. Isso também nos levou a analisar um conjunto bibliográfico[48] relacionado com a emigração portuguesa para o Brasil, e averiguar a influência que exerceram os portugueses na escolha do destino dos galegos que se deslocaram para o Rio de Janeiro.

A fuga ao serviço militar já tinha importante repercussão na emigração galega intrapeninsular, quando os moços emigravam para Portugal (cidades do Porto, Lisboa), e para regiões espanholas como Andaluzia, Castela e Cádiz no século XIX. Durante grande parte do período correspondente aos anos de 1830 a 1930, os prófugos galegos continuaram emigrando intensivamente para outras zonas da península. Com a consolidação da emigração para a América, o destino dos prófugos se ampliou, de forma massiva, para os países americanos. Nas costas cantábricas e atlântica da Galiza, as correntes de prófugos que se encaminhavam até as populosas cidades castelhanas ou andaluzas começaram a ser substituídas respectivamente por Cuba e Rio da Prata, a partir da década de 1840. Nas áreas do interior da província de Pontevedra e de seus limites com o sul da província de Lugo, ocidente de A Coruña e das zonas fronteiriças com Portugal, os rapazes orientavam-se majoritariamente em direção às principais cidades portuguesas, e através delas, chegavam até o Brasil. O interior de Lugo e Ourense, com pautas migratórias mais tradicionais, priorizavam os destinos em direção às terras de Castela, da Andaluzia e de Portugal. Para muitas famílias camponesas ou burguesas,

o serviço militar era prejudicial às suas economias, pois perdiam 'braços' para exploração agrícola e sofriam a redução de suas rendas complementares, provenientes das emigrações estacionais, além de privar os jovens de tempo para se instruírem ou adquirirem uma formação profissional (no caso das famílias com mais possibilidades econômicas).

A escassez de recursos econômicos da maioria das famílias galegas reduzia a possibilidade dos jovens, que eram chamados para o alistamento, obterem a isenção do serviço militar através do pagamento de um substituto, que custava entre 500 e 1.250 pesetas. O pagamento dessa taxa era o procedimento legal mais barato para os varões livrarem-se do serviço militar. Segundo os dados da *Estadística del Reclutamiento y Reemplazo*, publicados no período de 1912 a 1920, as províncias com maior índice de prófugos, eram Canárias, Oviedo, A Coruña, Pontevedra, Almeria, Ourense, Lugo, Málaga, Santander e Madri. Entre os anos de 1895 e 1933, a Galícia foi a responsável por 29,85% dos prófugos, em comparação com 13,71% do número de espanhóis. Em 1914 o número de prófugos galegos chegou a 50,67%, frente aos 22,09% dos espanhóis. As guerras que atingiram todo o século XIX (Guerras Carlistas; a Guerra da África, em 1859; as Guerras Cubanas, de 1869 a 1879 e 1895 a 1898; a Guerra das Filipinas de 1896 a 1898; a Guerra de Marrocos, de 1909 a 1925, entre outras) e as necessidades econômicas e sociais, juntamente com as atrações exercidas pelos países americanos, transformaram a Galícia em uma região com elevado índice de prófugos e, consequentemente, de emigrantes.[49] Uma parte importante da emigração clandestina espanhola saía do porto francês de Bordéus, entre os anos de 1865 e 1920. No caso do Brasil, foram registradas 6.695 saídas de espanhóis desse porto francês.[50] Em relação aos galegos, as cifras dos expedientes de *quintas* de alguns municípios da província de Pontevedra, analisados por Alejandro Vázquez, como Gondomar, Pontevedra e Salvaterra do Minho,

contabilizavam, para o Brasil, a soma de 63, 35 e 27 prófugos, respectivamente, nas três primeiras décadas do século XX.[51]

A emigração clandestina dos jovens que fugiam do serviço militar foi comprovada no levantamento de documentação que realizamos no estudo de caso do Concelho de Santa Comba, localizado na província de A Coruña. Dos livros de expedientes militares analisados no período de 1901 a 1930, encontramos 2.984 rapazes inscritos no serviço militar. Dos que foram chamados, menos da metade compareceu, e 65,28% foram considerados prófugos. É uma soma bastante elevada, se levarmos em consideração que mais da metade dos varões desse município não cumpriu o serviço militar. Um dos problemas dessa fonte é que, a partir da década de 1920, os dados começam a se tornar escassos, principalmente no que diz respeito às informações referentes ao destino dos jovens. Do período que compreende os anos de 1901 a 1910, o Brasil aparece com 36,54% dos prófugos, diminuindo para 3,6% na década de 1920. A diferença no número de prófugos está relacionada com a falta de informação, apresentada nos documentos, acerca do destino dos varões; já não aparece o país de ausência dos rapazes, unicamente consta a informação "*no compareció*" ou "*paradero ignorado*". A partir do livro de alistamento militar do ano de 1910, a falta de informação sobre o destino dos prófugos se torna uma constante na documentação, não sabemos se por desconhecimento dos familiares quanto ao destino dos jovens ou se por falta de rigor dos funcionários responsáveis.[52] No expediente militar do ano de 1913, por exemplo, de 96 jovens convocados para o alistamento, 75 (78,12%) deles não compareceram e desse total de prófugos conseguimos levantar somente o destino exato de 36 (48%).[53] O índice total de prófugos não decresceu, ao contrário, subiu nos anos de 1911 e 1920, mantendo-se acima de 70% na

década posterior, o que demonstra que uma elevada quantidade de jovens de Santa Comba continuou emigrando na faixa etária do alistamento militar.[54]

Grande parte desses moços, principalmente no século XIX, dirigia-se a Portugal, onde buscavam "uma saída para o mar". O intercâmbio entre Portugal e a Galícia existia antes mesmo do início da emigração transoceânica e fazia parte dos fluxos migratórios intrapeninsulares. Até os anos sessenta do século XIX, os prófugos se deslocavam predominantemente para o país vizinho e, nas décadas posteriores, devido à influência dos portugueses, decidiam ir para a antiga colônia lusitana, o Brasil.[55]

Apesar de haver uma relação muito próxima entre os alistamentos militares e a emigração, muitas foram as causas que fizeram com que milhares de jovens galegos partissem em direção às Américas. Independente, entretanto, dos fatores causa-consequência, esse conjunto documental apresenta uma gama de possibilidades para os estudos migratórios que vão além da questão militar. Os alistamentos militares constituem-se, assim, em uma importante fonte, abrindo novos horizontes e perspectivas, que vão além da escala nacional, possibilitando para os estudos migratórios outros olhares, como podem ser os estudos microrregionais.

---

[1] KESTNBAUM, in MJØSET; VAN HOLDE (2002), p. 117.
[2] ANDERSON (1991).
[3] MJØSET; VAN HOLDE (2002), pp. 48-9.
[4] JIMÉNEZ GUERRERO (1992), p. 316.
[5] JIMÉNEZ GUERRERO (1992; BORREGUERO BELTRÁN (1990), pp. 147-159.
[6] Sobre o conceito de "resistência ao serviço militar" e o seu desenvolvimento histórico na Espanha, ver o capítulo 3 da tese de Molina (1996).
[7] A diferença fundamental entre ambos os sistemas reside no fato de que na '*redención a metálico'* o rapaz sorteado conseguia se liberar do serviço militar através do pago de uma elevada soma de dinheiro pré-establecida pelo Estado; já no segundo sistema, o de 'substitución', era feito um contrato privado com outro jovem varão, para que este assumisse, em troca de um pagamento, o lugar do jovem que não queria cumprir o

serviço militar, ou seja, uma substituição em troca de um pagamento.

[8] MOLINA (1996), p. 57.

[9] *Ibidem*, pp. 62-5.

[10] MÖRNER (1985).

[11] A identificação tradicional do emigrante com um varão jovem e solteiro está sendo muito criticada pelas pesquisas mais recentes, que atentam para a diversidade de idades, sexos e condição civil do fenómeno migratório. "Aún así, a pesar de todo lo que se está avanzando, hoy todavía es necesario buscar a las mujeres en los manuales de emigracion agrupando la lupa, pudiendo solamente encontrar, la mayoría de las veces, cifras que no se ajustan a la realidad". ORTUÑO MARTÍNEZ (2007), p. 63. Não obstante, as limitações da fonte - por ser o serviço militar uma obrigação puramente masculina – nos impede de mostrar qualquer matização referente às questões de gênero neste texto.

[12] BLANCO; DACOSTA; SÁNCHEZ (2016), pp. 27-63.

[13] *Ibidem*, p. 30.

[14] LLORDÉN MIÑAMBRES (1995), pp. 11-2.

[15] O início da ação do estado para regularizar a emigração se vincularia, assim, à tentativa de combater "a deserção dos jovens sujeitos ao alistamento" pelo recurso da emigração clandestina. GIL LÁZARO; FERNÁNDEZ VICENTE (2015), p. 12. Sánchez Alonso ressalta que após a perda das últimas colônias espanholas na América e na Ásia proliferou-se a ideia de que emigrar era antipatriótico. SÁNCHEZ ALONSO (2005), p. 452.

[16] CASTILLO MARTOS (2001), p. 41.

[17] Em muitas ocasiões as palavras 'profúgo' e 'desertor' chegaram a ser sinônimos, mas, segundo a legislação militar existe uma diferença entre ser prófugo e ser desertor. O primeiro era aquele que eludia o recrutamento e não se apresentava no quartel; e o desertor era o jovem que já havia sido recrutado e incorporado à uma unidade do exército, e que abandonava o seu posto. As diferenças entre ambos comportamentos não só se davam em relação à responsabilidade que assumia o fugitivo (em geral, administrativa no primeiro caso e penal no segundo), mas também, no que dizia respeito à sua função como possível causa da emigração. Somente no segundo caso se pode supor uma vinculação direta entre a fuga do serviço militar e a saída para o estrangeiro como forma de escapar à perseguição das autoridades.

[18] Para esses dados, ver ANES ÁLVAREZ, in EIRAS ROEL (1991), p. 62. O autor afirma que a porcentagem de prófugos entre os jovens varões de origem canária era bem elevada.

[19] VÁZQUEZ (1999); SARMIENTO (2017).

[20] JIMÉNEZ GUERRERO (2005).

[21] *Idem* (1988); pp. 971-978 e 1990.

[22] No caso basco-francês, também coincidem os elevados índices de emigração atlântica com a insubmissão ao serviço militar. MEHATS (2005), pp. 51-2; AZCONA PASTOR; MURU RONDA; GARCÍA-ALBI GIL DE BIEDMA (1992).

[23] MEHATS (2005), p. 51.

[24] "Editorial". *La Unión Vasco-Navarra*, Bilbao, 17-VII-1890, citado en AZCONA PASTOR (2010), p. 1086.

[25] 'Quintas' é o nome dado popularmente, na Espanha, ao serviço militar obrigatório. Chama-se *quintas* porque o recrutamento forçado de soldados exigia a incorporação de um quinto da população masculina de cada território.

[26] Na linguagem política espanhola do século XIX, 'cacique' significa líder político regional, são aqueles que usam suas influências políticas (o dominio das eleições no espaço local, mediante sistemas de contrôle, manipulação e compra de votos) a serviço dos aparatos nacionais dos partidos políticos. Sobre o caciquismo na Espanha, ver VARELA ORTEGA (2001), pp. 11-2.

[27] ANES ÁLVAREZ (1991), p. 62.

[28] MEHATS (2005), pp. 50-1.

[29] JIMÉNEZ GUERERO (2005), p. 360.

[30] MARENALES ROSSI (1991).

[31] Sobre estes dois autores, Irusta Oregozo resume as suas interpretações a respeito do papel do serviço militar na emigração vasca afirmando que os destinos mais comuns eram África e Filipinas. Azcona Pastor vai além e se atreve a afirmar que foi "uma das mais claras motivações que impulsionaram a emigração basca". AZCONA PASTOR (1991).

[32] "Os bascos não chegam fugindo da fome e da miséria (..) mas sim (..) de duas guerras adversas e pela evasão ao serviço militar obrigatório". IRIANNI (2010), p. 998.

[33] MIGNABURU (2013), p. 56.

[34] 'Fueros' é o nome dado ao conjunto legislativo que outorgava uma altíssima autonomia política aos territórios bascos, levando em consideração sua origem na Baixa Idade Média e sua codificação ao longo dos séculos XVI ao XVIII. Durante o século XIX,a existência da autonomia política basca foi muito questionada, devido ao processo de construção nacional do Estado espanhol e à formação do Estado moderno. Dentre outras normas, os *fueros* ('foros' em português) estabeleciam que os bascos não estavam sujeitos à obrigação de prestar o serviço militar, situação que se manteve até o ano de 1876.

[35] 'Hegoalde' ('Zona Sul' na língua basca) é o nome que vem sendo dado ao território basco sob o domínio espanhol, recebendo essa denominação por se encontrar ao sul da fronteira franco-espanhola.

[36] IRUSTA ORBEGOZO (2008), p. 73.

[37] As Guerras Carlistas são as diversas guerras civis que afetaram a Espanha ao longo do século XIX. Derivam-se do nome 'Carlos', que era o pretendente ao trono español após o falecimento de seu irmão Fernando VII, substituído pela filha de Fernando, Isabel II, que assumiu o trono como rainha. Por trás da questão dinástica escondia-se uma luta ideológica entre os setores conservadores (organizados em torno do pretendente Carlos e, por isso, receberam o nome de 'carlistas') e os liberais (que apoiavam a rainha Isabel). A primeira guerra carlista surgiu nas décadas de 1830 e

1840, finalizando com uma derrota militar do pretendente Carlos. Apesar disso, as bases sociais do carlismo mantiveram-se fortes, e, no final da década de 1860, voltariam a se levantar em favor de outro pretendente, o filho do anterior, também chamado Carlos. Os carlistas voltaram a ser derrotados militarmente em 1876.

[38] Sobram exemplos na historiografia espanhola: CHUECA (in BLANCO RODRÍGUEZ, 2008, p 114) lança-se a essa ideia quando aponta, como uma das causas da emigração basca, "o fim da inserção do serviço militar, derivado da lei de 21 de julho de 1876, foi seguido de grande fluxo migratório". Na mesma obra, JENSEN (2008, p. 135) faz a mesma afirmação quando comenta que os "muitos catalães" chegavam ao Rio da Prata nas primeiras décadas do século XX porque "fugiam do serviço militar".

[39] E de fato YANES MESA (1995, pp. 157-174) menciona explicitamente uma obra que surgia como a primeira tentativa de compilação e estabelecimento de uma visão geral da emigração espanhola: o trabalho de MACÍAS HERNÁNDEZ, em obra coordenada por EIRAS ROEL (1991), pp. 33-60).

[40] SOUTELO VÁZQUEZ (1999), p. 288.

[41] MENGUAL CATALÁ (2016), p. 100.

[42] AZCONA PASTOR (1991); CASTILLO MARTOS (2001), pp. 33-57.

[43] ÁLVAREZ GILA, in SARMIENTO; GIL LÁZARO; FERNÁNDEZ VICENTE (2017), p. 33.

[44] YANES MESA (1995), pp. 9-11.

[45] SÁNCHEZ ALONSO (2011, p. 258) assume uma posição contrária, dizendo que " no período anterior à Guerra Civil é a própria normativa a que incentiva a emigração, independente dos requisitos legais, tanto no que diz respeito à complexidade dos trâmites burocráticos quanto em relação à fuga do serviço militar obrigatório". A autora cita as muitas exigências que havia, no ano de 1900, para um varão de 20 anos emigrar legalmente "a tramitação burocrática tornou-se mais simples a partir de 1907, mas de forma geral, mesmo que a emigração ao longo desse período histórico fosse considerada teoricamente mais livre, os emigrantes se deparavam com diversos obstáculos, como os controles indiretos que atrasavam, complicavam e encareciam a saída legal do país".

[46] ANES ÁLVAREZ (1991), p. 62.

[47] SARMIENTO (2017).

[48] Para o caso da emigração do Porto para o Rio de Janeiro ver Fernandes Alves (1994); para os portugueses na sociedade carioca ver, dentre outros, as duas obras de Sabina Ribeiro (1987 e 2002) e o estudo particular de Carolina Brettel (1991) sobre uma freguesia minhota.

[49] VÁZQUEZ (1999), pp. 290-315.

[50] YÁÑEZ GALLARDO (1994), pp. 127-8.

[51] VÁZQUEZ (1999), p. 309.

[52] Nas décadas de 1930 e 1940, praticamente não aparecem os destinos dos prófugos, por isso prescindimos da fonte.

[53] Contabilizamos 14 prófugos no Brasil, 11 prófugos na Argentina, 2 no Uruguai, 7 em Cuba, 1 em Madri e 1 em Portugal.

[54] Arquivo Municipal de Santa Comba. Servicios militares. Expedientes de alistamento militar: caixas 374-391 (1901-1962).

[55] VÁZQUEZ (1999), pp. 139-175.

Referências bibliográficas

ÁLVAREZ GILA, Óscar (2017). "El uso de las fuentes militares para una microgeografía de la emigración: Vizcaya, 1877-1930". In: Érica SARMIENTO, Alicia GIL LÁZARO y María José FERNÁNDEZ VICENTE (coords.). *Migrações atlânticas no mundo contemporâneo (séculos XIX-XXI): novas abordagens e avanços teóricos.* Curitiba PR (Brasil): Editora Prismas, pp. 25-46.

ANES ÁLVAREZ, Rafael (1991). "Ritmo, causas y consecuencias de la emigración de asturianos a América, 1850-1930". In: Antonio EIRAS ROEL (ed.). *La emigración española a Ultramar, 1492-1914*, Madrid, Tabapress, pp. 59-66.

ANDERSON, Benedict (1991). *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*. Londres: Verso.

AZCONA PASTOR, José Manuel (1991). *Los paraísos posibles. Historia de la emigración vasca a Argentina y Uruguay en el siglo XIX*. Bilbao: Universidad de Deusto.

_____. Fernando MURU RONDA e Inés GARCÍA-ALBI GIL DE BIEDMA (1992). *Historia de la emigración vasca a Argentina en el siglo XX*. Vitoria-Gasteiz: Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco.

_____ (2010). "Las campañas de prensa antiemigración: José Colá y Goiti y el caso vasco-navarro". *Congreso Internacional 1810-2010: 200 años de Iberoamérica*. Santiago de Compostela: USC, pp. 1061-1098.

BLANCO, Juan Andrés, Arsenio DACOSTA y Rubén SÁNCHEZ (2016). "Identidades en la emigración española a Iberoamérica". *População e Sociedade. CEPESE*, 25: 27-63.

BORREGUERO BELTRÁN, Cristina (1990). "Los motines de quintas". *Cuadernos de Historia Moderna*, 10, pp. 147-159.

BRETTEL, Carolina (1991). *Homens que partem, mulheres que esperam.Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote publicações.

CASTELLANO GIL, José Manuel (1988). "Aproximación al estudio de prófugos en el municipio de Firgas de Gran Canaria (1870-1898)". *Actas del I Congreso de Jóvenes Historiadores y Geógrafos*, Madrid, Universidad Complutense, vol. I, pp. 971-978.

_____ (1990). *Quintas, prófugos y emigración. La Laguna (1886-1935)*. La Laguna: Centro de Cultura Popular Canaria.

CASTILLO MARTOS, Manuel (2001). "Mano de obra española en la industria argentina (1830-1930)". *Llull*, 24, pp. 33-57.

CHUECA, Josu (2008); "El asociacionismo vasco en América. Itsasoz bestaldera. Al otro lado del mar", en BLANCO RODRÍGUEZ, Juan Andrés (ed.); *El asociacionismo en la emigración española a América*, Salamanca, UNED-Zamora, pp. 113-128.

FERNANDES ALVES, Jorge (1994). *Os Brasileiros. Emigração e retorno no Porto*

Oitocentista. Porto: Porto eds.

GIL LÁZARO, Alicia y María José FERNÁNDEZ VICENTE (2015). *Los discursos sobre la emigración española en perspectiva comparada. Principios del siglo XX - Principios del siglo XXI*. Alcalá de Henares: IELA-Universidad de Alcalá. (="Documentos de Trabajo IEALT", nº 73).

IRIANNI, Marcelino (2010). "Pastores y rebaños dispersos. Inmigrantes vascos en Argentina en vísperas del centenario". *Congreso Internacional 1810-2010: 200 años de Iberoamérica*. Santiago de Compostela: USC, pp. 973-1001.

IRUSTA ORBEGOZO, Juan María (2008). Biografía de Nemesio Olariaga". *Leiçaur*, 10, pp. 1-46.

JENSEN, Silvina (2008). "Asociacionismo catalán en América Latina. Notas al estudio de un territorio poco explorado". In: Juan Andrés BLANCO RODRÍGUEZ (ed.). *El asociacionismo en la emigración española a América*. Salamanca: UNED-Zamora, pp. 129-150.

JIMÉNEZ GUERRERO, José (1992). "Ejército y sociedad: el rechazo popular a las quintas en la Málaga de mediados del siglo XIX". *Baetica. Estudios de Arte, Geografía e Historia*, 14, pp. 313-326.

_____ (2005). "La emigración clandestina durante el proceso de reclutamiento militar. El caso de Málaga en el segundo tercio del siglo XIX". *Anales de Historia Contemporánea*, 21, pp. 359-381.

KESTNBAUM, Meyer (2002). "Citizen-Soldiers, National Service and the Mass Army: The Birth of Conscription in Revolutionary Europe and North America". In: Lars MJØSET, y Stephen VAN HOLDE (ed.). *The Comparative Study of Conscription in the Armed Forces (Comparative Social Research, Volume 20)*. Londres: Emerald Group, pp. 117-144.

LLORDÉN MIÑAMBRES, Moisés (1995). "Prólogo". In: Moisés LLORDÉN MIÑAMBRES (comp.). *Acerca de las migraciones centroeuropeas y mediterráneas a Iberoamérica: aspectos sociales y culturales*. Oviedo: Universidad de Oviedo, pp. 9-16.

MACÍAS HERNÁNDEZ, Antonio (1991). "La emigración española a América (1500-1914)". In: Antonio EIRAS ROEL, (coord.). *Emigración Española y Portuguesa a América*. Alicante: Instituto Gil-Albert, pp. 33-60.

MARENALES ROSSI, Martha (1991). *La aventura vasca. Destino: Montevideo*. Montevideo: Editorial Gamacor Producciones.

_____ (2000). "Vascos, presentes en todas las esferas de la actividad humana y social del Uruguay". *Euskal Etxeak*, 45-46, pp. 46-49.

MEHATS, Claude (2005). *Organisation et aspects de l'émigration des basques de France en Amérique: 1832-1976*. Vitoria-Gasteiz: Gobierno Vasco.

MENGUAL CATALÁ, Josep (2016). "La edición bonaerene de libros en gallego, euskara y catalán (hasta la entrada de España en la ONU)". *Kamchatka. Revista de análisis cultural*, 7, pp. 97-119. DOI: 10.7203/KAM.7.7242

MIGNABURU, Magdalena (2013). "Origen y antecedentes del EAJ-PNV en la República Argentina". *Hermes Pentsamendu eta Historia aldizkaria*, 44, pp. 54-62.

MJØSET, Lars y Stephen VAN HOLDE (2002). "Killing the State, Dying for the Nation: An Introductory Essay on the Life Cycle of Conscription into Europe's Armed Forces". In: Lars MJØSET y Stephen VAN HOLDE (ed.); *The Comparative Study of Conscription in the Armed Forces (Comparative Social Research, Volume 20)*. Londres: Emerald Group, pp. 3-94.

MOLINA, Fidel (1996). *Quintas y servicio militar: Aspectos sociológicos y antropológicos de la conscripción (Lleida, 1878-1960)* (Tesis Doctoral) - Universitat de Lleida, Department de Geografia y Sociologia.

MÖRNER, Magnus (1985). *Adventurers and Proletarians: The Story of Migrants in Latin America*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.

ORTUÑO MARTÍNEZ, Bárbara (2007). "Redes migratorias femeninas en la emigración española". *Millars: espai i història*, 40, pp. 63-76.

RIBEIRO, Gladys Sabino (1987). *Cabras e pés de chumbo: os rolos do tempo. O antilusitanismo no Rio de Janeiro da República Velha*. (Dissertação de Mestrado) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

_____ (2002). *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

SÁNCHEZ ALONSO, Blanca (2005). *Las causas de la emigración española, 1880-1930*. Madrid: Alianza.

_____ (2011). "La política migratoria en España. Un análisis de largo plazo". *Revista Internacional de Sociología*, 1, pp. 243-268.

SARMIENTO, Érica (2017). Galegos nos trópicos. Invisibilidade e presença da imigração galega no io de Janeiro. Porto Alegre: EdiPucRs.

SOUTELO VÁZQUEZ, Raúl (1999). "Los aspectos microsociales de la emigración gallega a Cuba: aproximación a sus consecuencias familiares y sociales en la periferia rural de Ourense (1890-1960) a través de los documentos personales". *Historia Contemporánea*, 19, pp. 287-317.

VARELA ORTEGA, José, dir. (2001). *El Poder de la Influencia. Geografía del caciquismo en España (1875-1923)*. Madrid: Marcial Pons Historia.

VÁZQUEZ, Alexandre (1999). *La emigración gallega a América, 1830-1930* (Tese de doutorado) - Universidade de Santiago de Compostela, 2 vol.

YANES MESA, Julio Antonio (1995). "En torno a la importancia de la emigración clandestina en Canarias durante el primer tercio del siglo XX". *Anuario de Estudios Atlánticos*, 41, pp. 157-174.

YÁÑEZ GALLARDO, César (1994). *La emigración española a América (siglos XIX y XX). Dimensión y características cuantitativas*. Gijón: Editorial Júcar-Archivo de Indianos.

Tramas do feminino: tensões e disputas na colônia portuguesa do Rio de Janeiro*

*Lená Medeiros de Menezes***

Quando eu era solteirinha,
usava fitas aos molhos.
Agora sou casada
e trago lágrimas nos olhos.

Eu casei-me, cativei-me
Troquei a prata ao cobre
Troquei minha liberdade
Por dinheiro que não corre.

Solteirinha, solta solta,
Casada, prisão, prisão
Mais vale uma só solteira
Que muitas casadas hão.

(*Apud* Brettell, 1991)[1]

Os estudos sobre emigração/imigração, na dimensão do feminino, vêm dando importantes contribuições ao tema geral das migrações. Cada vez mais, as mulheres abandonam o 'lugar' da passividade nos processos de deslocamento, para assumir a posição de protagonistas, seja com relação à decisão de migrar, os preparativos da viagem[2] e a escolha dos caminhos a serem seguidos na construção de uma nova vida em terra estrangeira, seja nas

* * O artigo constitui-se em resultado de pesquisa mais ampla desenvolvida com Bolsa de Produtividade em pesquisa do CNPq, que conta, também, com taxa de bancada da FAPERJ (Programa *Cientista do Nosso Estado*.).

** Professora Emérita da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Titular de História Contemporânea, atualmente com bolsa de Pesquisador visitante da mesma Universidade.

responsabilidades assumidas na terra de partida[3] e, quando também e/imigrante, na construção da nova vida em terra estrangeira.

> Silenciosas, as mulheres [perguntaria Michelle Perrot] - Mas entendemos que elas, dirão alguns de nossos contemporâneos, que demonstram até angústia frente a sua irresistível ascensão e sua palavra evasiva: 'Elas, elas, elas, elas, sempre elas, vorazes, tagarelas... mas, não mais exclusivamente nos salões de chá, transbordando do privado ao público, do ensino ao tribunal, dos conventos à mídia e mesmo, oh Cícero, Saint-Just e Jaurés, no Parlament'.
> Certamente. A erupção de uma presença e de uma palavra feminina nos lugares que lhe eram até então proibidos, podemos dizer familiares, é uma inovação do último meio século que muda o horizonte sonoro. Subsistem, então, áreas silenciosas e, no que concerne ao passado, um oceano de silêncio, ligado à própria divisão desigual dos traços, da memória e, mais ainda, da história, essa narrativa que, há muito tempo, "esqueceu" as mulheres, como se, condenadas à obscuridade da reprodução, inenarrável, elas estivessem fora de tempo, pelo menos fora dos eventos.[4]

Nas palavras de Michelle Perrot, a denúncia dos processos de silenciamento que, tradicionalmente, são impostos às mulheres. E mais, a de que, apesar dos avanços, permanecem 'zonas mudas' na dimensão do sonoro. Dizemos nós: 'zonas mudas' que impactam os estudos migratórios.

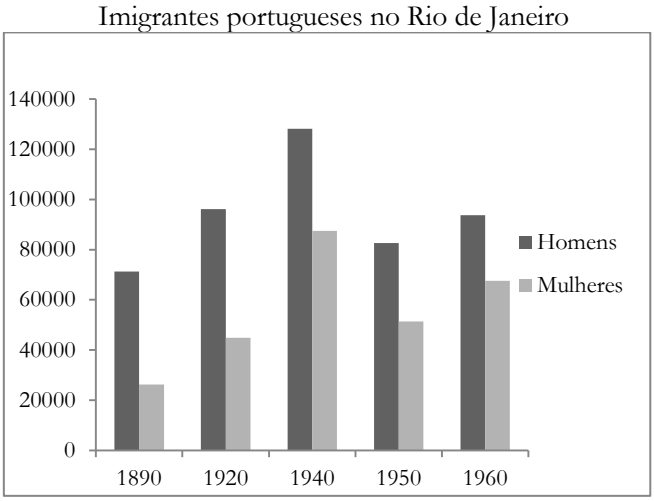
Várias facetas do cotidiano vivido pela mulher em terra estrangeira, portanto, permanecem à margem das análises realizadas. Além disso, os estudos conhecidos não têm conseguido fugir de representações que consagram tipos ideais e que contemplam, principalmente, mulheres sujeitas ao poder marital, que esgotam sua vida no trabalho e no cuidado com o marido e filhos, como bem ilustrado nos versos populares acima transcritos. Na contra mão dessas análises, situam-se estudos que se dedicam a analisar os bastidores dos processos de deslocamento de massa, com destaque para os deslocamentos transoceânicos que visavam o mercado prostitucional; processo no qual se incluíam, também, mulheres portuguesas.[5] Entre estes dois polos - verso e

anverso – do mesmo campo representacional, viveram, porém, mulheres que não se ajustavam a estes limites rígidos, com suas grandezas, limites, traições e tensões cotidianas, inerentes às relações afetivas seu ser e estar.

A interveniência dessas representações, certamente, é um obstáculo que o historiador deve ter sempre em mente, para não cair nas armadilhas ditadas por aquilo que os documentos ou os testemunhos dizem – ou não dizem – condicionando-os, não raras vezes, a reproduzir as mesmas imagens e os mesmos estereótipos. Esse processo, ademais, intervém nas análises sobre as migrações em geral, sujeitas a mitos recorrentes. No caso do Rio de Janeiro, em particular, determinadas representações, durante muito tempo, afetaram a imigração e a presença portuguesas, pois, a partir das propostas imperiais de modernização inspiradas em Londres ou Paris, houve a tendência a identificá-las com o atraso e com o imobilismo.[6]

Nas análises que não sofrem o recorte do gênero, as mulheres permanecem submetidas a um silêncio incomodativo. É corrente, por exemplo, a afirmação de que a imigração portuguesa para o Brasil foi eminentemente masculina, constituída por levas de homens solteiros. Quando priorizamos a presença da mulher, entretanto, em documentos como os censos demográficos, constatamos que essa afirmação não pode ser tão generalizada, pois uma evolução significativa na presença feminina ocorreu no século XX, com a ocorrência de uma tendência a um maior equilíbrio entre os números relativos a homens e mulheres, por volta de meados do século.

Tomando-se como base de análise os censos realizados entre 1890 e 1960, comprovamos que as mulheres portuguesas fixadas na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República, eram 26.221 em 1890, 44.908 em 1920, 87.540 em 1940, 51.308 em 1950 e 67.512 em 1960.



Fonte: BRASIL. Censos demográficos de 1890, 1920, 1940, 1950 e 1960. Elaboração própria.[7]

A presença das mulheres em relação aos homens descreveu, portanto, curva ascendente, representada pelos seguintes percentuais 36,82% em 1890, 46,68% em 1920, 68,32% em 1940, 62,12 % em 1950 e 72,03% em 1960.

Para esse crescimento contribuiu o crescimento da imigração familiar, e, superados os perigos do parto, a uma maior expectativa de vida por parte das mulheres, o que acabava resultando em total inversão nos números relativos à viuvez, majoritários no universo feminino; condição passível de ser observada nos registros censitários. Em 1920, por exemplo, havia quase duas viúvas para cada viúvo no conjunto da comunidade portuguesa, sendo 7.427 as viúvas contra apenas 4.480 viúvos.

É importante registrar que, mesmo com o falecimento de seus maridos, as mulheres emigradas tendiam a permanecer no Brasil, tendo por explicação e justificativa o fato de seus filhos terem nascido ou crescido no país; situação

que se mostra mais explícita quando são instadas a manifestar seu desejo de voltar ou não à terra de origem.

A cenografia[8] na qual se desenvolvem as análises desse trabalho tem, justamente, a imigração familiar dos idos de 1950 como pano de fundo, no qual se movimentaram mulheres que, por razões diferenciadas, desvincularam-se do domínio e autoridade marital.

Aprofundando o tema

Desdobramento de pesquisa mais ampla sobre imigração portuguesa no Rio de Janeiro, o presente artigo coloca o foco nos 'silêncios' que afetam mulheres 'comuns', com destaque para suas relações afetivas e as tensões delas derivadas, discutindo, ainda, a liberdade possível a mulheres que se tornaram viúvas de maridos mortos ou 'vivos'.[9]

O ponto de partida para as reflexões aqui apresentadas é o depoimento de uma senhora nascida em 1932, que chegou ao Brasil no contexto do renascimento da imigração de massa no imediato pós Segunda Guerra.[10] Simpática, falante, empreendedora, orgulhosa de ter vencido muitos desafios no vir a ser de sua vida no Brasil, por ocasião da entrevista a mim concedida, permeou a narrativa de sua trajetória com referências raivosas – portanto, dolorosas – a uma amiga, que veio a se tornar sua maior inimiga. Ao longo de toda uma entrevista voltada para pesquisa para o tema do empreendedorismo português feminino, o assunto era desvirtuado com menções a uma mulher que constituía seu maior desafeto, causadora de uma ferida que não sarava. Por mais que eu, na qualidade de entrevistadora, buscasse retornar ao tema que me havia levado à entrevista, suas lembranças sobre a 'outra' - tal qual um espectro

que assombrava sobre sua vida – voltava à cena demonstrando sua importância para seu passado-presente.

Tomando consciência de que as lembranças sobre seu passado estavam impregnadas pela relação conflituosa que vivenciara com a 'outra', decidi, por fim, deixá-la falar, fazendo anotações à parte sobre um tema transversal por ela a mim apresentado. Quem sabe, tal como Ginzburg[11] e o processo movido contra o moleiro do Friuri, estivesse a mim se apresentando novas possibilidades de tratar do tema amplo da e/imigração, que contemplassem o cotidiano dos/as imigrantes em terra estrangeira, nas relações que tratavam com seus conterrâneos.

Devido às especificidades das declarações prestadas, optei, por razões éticas, em manter, neste artigo, o nome da entrevistada, ainda que a mesma tenha assinado termo de concordância com a divulgação acadêmica de suas declarações, sem pedir exclusão de nada do que disse. O mesmo sigilo será mantido sobre a outra mulher, até porque nunca chegamos a entrevista-la. De seu nome verdadeiro, sabemos apenas que, como a entrevistada, a 'outra' chama-se Maria; uma dentre tantas outras Marias que desembarcaram nos portos brasileiros: das Dores, do Rosário, das Graças, Imaculadas, Aparecidas, Augustas, etc.

É importante destacar que ambas as mulheres nasceram em um mesmo distrito de Portugal, tendo amigos comuns dos dois lados do Atlântico, acrescentando-se o fato das duas famílias terem morado, durante vários anos, no mesmo bairro carioca, tecendo, portanto, relações muito próximas. As relações de amizade entre as duas mulheres só foram rompidas quando a entrevistada, que chamaremos Maria X, defrontou-se com uma traição inesperada, que plantou um ódio que nunca mais iria passar. Observe-se, que,

mesmo assim, Maria X permaneceu unida ao restante da família, continuando a prestar-lhe ajuda e solidariedade quando a outra estava ausente.

Tanto Maria X quanto sua Maria Y - a 'outra' – estão vivas, octogenárias e moram no Brasil, visto Maria Y, após muitas idas e vindas ter optado por terminar seus dias junto aos filhos. Cada qual a seu modo, as duas são exemplos vivos de coragem e decisão, que souberam tomar nas mãos seus destinos, atuando, de forma independente, na tessitura de seu cotidiano. E o principal: souberam viver, com intensidade, suas conquistas e defender a liberdade que - por uma ou outra razão - haviam conquistado. A primeira, por conta de uma viuvez precoce em terras brasileiras; a segunda, na condição de "viúva de marido vivo", optou por deixar marido e filhos no Brasil e viver a liberdade do ir e vir, circulando entre dois mundos.[12]

É importante esclarecer que temos total consciência dos limites e dos perigos existentes na opção por transformar um único caso - ainda que exemplar - em objeto de análise. Afinal, o desafio de passar do particular para o geral está repleto de armadilhas. No entanto, um caso individual, relativo a pessoas 'comuns', pode se mostrar altamente revelador, colocando-se como uma 'janela' para processos mais amplos, possibilitando, assim, novos olhares e novas perspectivas de abordagem. Nesse sentido, podemos evoluir da afirmação de Thompson (1987) de que as classes populares deixam poucos registros de sua trajetória e que esses registros podem ser buscados nos processos criminais, para a constatação de que a história oral também fornece importantes pistas de vidas relegadas no anonimato, desde que o historiador tenha sempre presente que a memória é seletiva e uma reconstrução permanente.

Narrando fatos

Corria o ano de 1950, quando Maria X desembarcou no porto do Rio de Janeiro, como integrante de uma família constituída por quatro integrantes. Tinha apenas 18 anos e pisava o solo brasileiro após uma "viagem terrível", na qual não conseguira se alimentar, devido à náusea permanente causada pelo balanço do mar. Chegar à nova terra constituiu-se, portanto, em motivo de dupla alegria, apesar da tristeza de ter deixado Portugal e seu primeiro namorado. Em primeiro lugar a alegria era explicada pelo fato de viver o primeiro ato de sua nova vida, o que significava deixar para trás o trabalho de "cortar capim e ordenhar ovelhas", em uma aldeia por ela descrita como "um lugar pequeno e feio, de ruas esburacadas e cheias de pedras".[13] Em segundo lugar, uma alegria mais imediata: o fato de poder pisar terra firme, abandonando o navio e os tormentos do movimento incessante das marés, que se tornava amedrontador durante as tempestades, tendo por local de abrigo e repouso uma rústica cabine de terceira classe.[14]

A escolha do Brasil como terra de destino fora feita pelo padrasto, que já tinha vivido no Brasil, onde deixara alguns amigos. A vinda da família reforçava, assim, uma cadeia migratória[15] que unia a aldeia natal a determinados subúrbios cariocas, onde havia a presença de trabalhadores e pequenos comerciantes portugueses,[16] oriundos de uma mesma região de origem.

Em família, a vida não era inteiramente feliz. As relações de Maria X com a mãe eram tensas e, segundo ela, marcadas pela falta de carinho. Por isso Aurora desenvolveu um profundo medo com relação a ela. Aliás, a falta de carinho da mãe foi um dado recorrente na entrevista. Foi o medo da reação da mãe, por exemplo, que a impediu, em um momento de profunda tristeza, de recorrer à embaixada portuguesa para pedir passagem para retornar para

Portugal. Com profunda tristeza ela recorda, também, que, quando estava para casar, não recebeu da mãe nenhuma peça de enxoval, tendo que assumir sozinha os preparativos do casamento, incluindo a confecção do enxoval.

Logo que chegou ao Rio de Janeiro, Maria X foi trabalhar como doméstica em um domicílio situado na zona sul da cidade. As investidas amorosas do patrão, entretanto, fizeram com que ela tivesse que abandonar o emprego. Tornou-se, a seguir, operária de fábrica e, posteriormente, garçonete em uma lanchonete, de propriedade de um português, que viria a desempenhar importante papel em sua vida, sempre disposto a auxiliá-la em momentos difíceis e a garantir-lhe o apoio emocional e financeiro necessários para a superação das dificuldades que enfrentava. Seria justamente esse homem que se transformaria no pivô das tensões, disputas, brigas e mágoas que marcariam, para sempre, sua vida.

O casamento com um português, sapateiro por profissão, que ela conheceu no Brasil, ocorreu em 1952, quando Maria X tinha 20 anos; dois anos, portanto, após ela ter chegado ao Brasil, De alguma maneira, o matrimônio significou, para ela, uma libertação, principalmente com relação à mãe. Profissional respeitado no ramo da fabricação artesanal de calçados (uma tradição em sua terra de origem), era auxiliado por Maria na finalização das peças que, antes dos filhos nascerem, sempre o acompanhava na venda das peças em sapatarias do centro da cidade.

Com o nascimento dos filhos – três no total - o casal mudou de casa e de bairro, passando a conviver, de perto, cidade, com a família de Maria Y que, por este tempo, possuía um pequeno armazém de subúrbio. Seguindo o caminho trilhado por muitos de seus conterrâneos, Maria X e o marido tornaram-se pequenos comerciantes, escolhendo o ramo das quitandas para desenvolverem

suas atividades. Dos três filhos que o casal teve, dois morreram ainda crianças: a menina, ainda bebê e o mais velho com nove anos de idade, pouco antes da morte súbita do pai. Com essas mortes, Maria viu-se viúva muito jovem e com um filho para criar, não tendo apoio familiar. Os gastos com o filho doente e, depois, com a morte do marido, custaram-lhe todas as economias e ela precisou "recomeçar do zero".

Entre voltar para Portugal ou permanecer no Brasil, ela optou por permanecer na terra que a acolhera havia 16 anos, quando ela era apenas uma jovem de poucos sonhos e nenhuma qualificação. Considerou, naquele momento, que não encontraria, na terra natal, boas oportunidades de trabalho e sobrevivência, tendo de criar o filho que lhe restara, com a dificuldade de seu iletramento.

Tendo fé em sua capacidade de trabalho, persistiu no caminho do negócio próprio, não mais investindo em quitanda, mas em um armazém de secos e molhados. Para tanto, recorreu aos amigos, ao antigo patrão (proprietário de lanchonetes) e a empréstimos bancários. Foi dessa forma que comprou o pequeno armazém de propriedade de Rosário. Emaranhavam-se, assim, os fios de uma trama transcontinental, envolvendo três personagens: um homem e duas mulheres, todos portugueses/as de nascimento.

Durante 12 anos, Maria X administrou o armazém, fazendo dos fundos do estabelecimento sua moradia, onde ela e o filho disputavam espaços com as mercadorias. Os lucros, porém, eram muito pequenos e a vida muito difícil, por mais que ela trabalhasse – e o trabalho, segundo ela, era bastante pesado. Acabou por falir e necessitar, mais uma vez, "recomeçar do zero". Segundo ela, foi alvo de sabotagens e pequenos furtos, onde via a mão invisível da antiga proprietária. Uma comprovação disto, de acordo com sua visão, foi o fato de

ter que vender o armazém, "pela metade do preço de compra" aos antigos proprietários.

Para recomeçar, contraiu novos empréstimos e obteve novo auxílio do amigo de sempre, conseguindo, assim, abrir um novo estabelecimento, em outro bairro da cidade, que administra e no qual trabalha, com o filho, até os dias de hoje. Não mais um armazém, mas um bar, onde passou a oferecer aos clientes pratos da culinária portuguesa que tão bem sabia fazer,[17] com destaque para o cozido dos dias de feira na localidade.

Situado na rua de maior movimento no bairro onde se situa, o bar foi o cenário no qual ela se deixou fotografar pela pesquisadora, sorridente e orgulhosa da trajetória que construiu. Esta, marcada por muito trabalho, permitiu-lhe ter negócio e casa própria, possibilitando, assim, a ascensão social tão sonhada por todos no momento da partida de "uma terra pobre", naquele momento, sem qualquer perspectiva de futuro. Nesse sentido, diz ela, agradece ao Brasil por suas conquistas. Com relação às suas lembranças elas são, em última instância, uma forma de valorizar o caminho percorrido. Apor outro lado, as dificuldades enfrentadas, longe de se traduzirem em desespero imobilizador fortaleceram seu caráter e ela tem orgulho em dizer que nunca teve medo de recomeçar; autopromoção comum e justificável.

Não só de perdas, tristezas e trabalho, porém, foi construída a vida de Maria X. Nas tramas do cotidiano, ela construiu amizades e fez inimizades; vivenciou parcerias e traições, entregou-se a afetos e desafetos. Tendo optando por nunca mais casar, não abdicou do afeto e amor masculino e pensou ter encontrado, no antigo patrão, o companheiro para o resto de sua vida. Amigo e companheiro das boas e más horas, ele se tornou, assim, elemento vital em sua vida e personagem destacado em suas dolorosas memórias, com a traição

protagonizada por ele e por aquela que ela considerava amiga, causando-lhe revolta e amargura que permanecem nublando sua felicidade.

Sobre Maria Y – a amiga que se transformou em sua pior inimiga –, segundo Aurora, ela exerceu sua feminilidade na circulação entre Portugal e Brasil (onde viviam o marido e os filhos). Ela emigrara na companhia deles, mas, alegando dificuldades de adaptação, permaneceu pouco tempo em terras brasileiras, retornando para a terra natal. A partir de teria empreendido várias viagens transatlânticas, passando períodos no Brasil, gozando, assim, de uma liberdade de movimentação nada comum à época.

Com o retorno de Maria Y para Portugal, Maria X permaneceu dando o apoio possível à família que ela deixara no Brasil, auxiliando nos trabalhos domésticos, tornando-se, de alguma maneira, parte do agregado familiar e contribuindo com o crescimento das crianças, carentes de mãe. O silêncio, porém, recaiu sobre os laços de amizade que passaram a existir entre ela e o marido da esposa.

As relações de amizade entre as duas Marias, cultivadas, em parte, à distância, mudou drasticamente por uma circunstância fortuita e amorosa. Com a partida de seu amigo e protetor para uma viagem por Portugal, com o objetivo de visitar parentes e amigos, Maria X encarregou-o da entrega de alguns presentes à amiga, para que a mesma os distribuísse às pessoas que ela indicava em carta. Esse encontro, por ela propiciado, deu início a um caso de amor, responsável por abrir feridas que nunca cicatrizariam, ao ponto de emergirem, como lembrança e desabafo, sempre que ela é convidada a falar sobre seu passado. O fato de Maria Y ter continuado casada, apesar de seu comportamento nada convencional, era para Aurora, para além da traição, um fato imperdoável.

Reflexões finais

Como foi mencionado anteriormente, a história acima constitui-se em caso particular e, assim, deve ser entendida. A questão que está proposta, porém, é mais ampla e se coloca para além de estereótipos consagrados e mitos reproduzidos ao longo do tempo, abrindo espaço para a enunciação de novas abordagens sobre o tema complexo das migrações e dos deslocamentos físicos que se desdobram em sociais e culturais. Duas possibilidades principais de análise, dessa forma, são aqui propostas. A primeira é a discussão, em novas bases, da situação da imigrante portuguesa com relação aos papéis sociais a ela atribuídos na terra de origem e das transgressões possibilitados pelos deslocamentos. A segunda é o destaque que pode e deve ser dado à liberdade conquistada pelas mulheres emigradas, principalmente no caso da viuvez real e da viuvez possibilitada por maridos vivos.

Segundo Mazzeo,[18] em livro dedicado, segundo ela, a "encontrar os traços deixados por uma mulher escondida por trás do rótulo da famosa marca de champagne", as viúvas eram "as únicas a ter liberdade social para gerir seus próprios negócios", pois "tendo perdido o marido, podiam tomar suas próprias decisões", ainda que, muitas vezes, tivessem que pagar "um preço alto (...) por essa oportunidade". A tese por ela proposta para o século XIX, a nosso ver, manteve-se verdadeira no século que se seguiu, principalmente quando o foco recai sobre mulheres imigrantes que, em última instância, sem o marido, não possuem os cerceamentos familiares que teriam em Portugal.

No caso específico das viúvas portuguesas, em livro referencial sobre emigração de uma freguesia do Minho, Caroline Brettell nos coloca em contato com mulheres que choram a partida de seus maridos, preservando, na ausência, a fidelidade ao marido distante. Segundo a autora, elas eram "de certo modo, o

resultado de uma longa tradição de emigração masculina" que, por outro lado, "contribuíram para a perpetuar".[19]

> Enquanto os maridos estavam fora do país, as mulheres do Norte de Portugal, em especial as da província do Minho, tinham o costume de se vestir de preto, pelo que lhes vieram a chamar 'viúvas dos vivos'. Cultivavam a terra, criavam os filhos e esperavam pelo dia em que os maridos voltassem da Espanha, do Brasil ou de outro lugar distante.[20]

Essa vida de espera e de resignação, apesar de passarem a desempenhar 'importantes papéis econômicos', certamente caracterizou a vida da maioria das mulheres "viúvas de vivos", possibilitando o surgimento de uma personagem-tipo no contexto da emigração portuguesa. Considerando-se, entretanto, a história narrada por Maria X, este foi um comportamento que admitiu exceções. Deve ser destacado, por outro lado, que o Minho interior ao qual se refere Brettell não era reproduzido – pelo menos da mesma forma – em outras regiões, principalmente nas litorâneas. No caso das Marias que protagonizam este trabalho, elas nasceram mais ao sul, próximo ao litoral, a caminho de Lisboa. Deve-se ser considerado, por outro lado, que a morte e o luto, em qualquer situação que se apresente, estão sujeitos a um vasto leque de emoções e de transformações pessoais, que cada pessoa vivencia de uma determinada forma. Para muitas mulheres, inclusive, o luto é pura convenção, pois a morte de seus maridos pode significas sua libertação de casamentos infelizes e/ou opressores.

A referência ao trabalho de Brettell não tem o intuito de buscar similitudes ou distanciamentos entre o Minho e outras regiões de Portugal, com relação às "viúvas de vivo". O objetivo do artigo é, antes de tudo, relativizar representações cristalizadas sobre a mulher e, principalmente sobre mulheres casadas e viúvas, buscando desvelar estratégias – silenciosas - para enfrentar a

distância e a viuvez (de fato ou assumida) e, consequentemente, a tristeza, o amor distante e a solidão. Ou melhor, o que está proposto é uma reflexão sobre o fato de que nem todas as viúvas – de maridos mortos ou vivos – esgotaram suas vidas no lamento e na tristeza. Houve aquelas que, ao assumir a condução de suas vidas, ousaram na busca de novas possibilidades de vida, muitas vezes transgredindo convenções sociais. Para tanto, contribuíam situações que variavam dos aspectos culturais e sociais à situação econômica ou grau de instrução, com a e/imigração sendo fator determinante.

Com base nestas e em outras questões, é possível cultivar novos olhares sobre as mulheres imigrantes e relações entre elas travadas, que contemplem, por exemplo, para além da questão do exercício da liberdade, tensões e disputas e novos aportes sobre a viuvez (real ou imaginada). Nesse caso, a consideração de que a liberdade que afetou às viúvas de marido falecido deve ser estendida, em alguns casos, às viúvas de 'marido vivo'; liberdade possibilitada pela distância que separava o casal, associada aos novos papeis assumidos pelas mulheres. Tudo colaborava, assim, para propiciar e aprofundar uma nova postura frente a si própria e à comunidade, que tendia, muitas vezes, a afastá-la da imagem da mulher submissa, conformada e sofredora.

Essa é uma tese instigadora, que, sem dúvida, incentiva a busca de novos caminhos de pesquisa, apesar das dificuldades que, certamente, aparecerão pelo caminho, devido às inúmeras estratégias do não dizer. Afinal, não podemos esquecer que, no caso que aqui serve de exemplo, uma das protagonistas que, sem dúvida, transgrediu – e muito – as convenções sociais e os padrões de comportamento não teve voz na narrativa. Ela se corporificou na voz e nas lembranças de uma 'outra' que nela jogou todo o peso de sua desventura amorosa e da amargura que invadiu sua alma. Essa, por sua vez, assumiu, com

liberdade, eu relacionamento amoroso para com o patrão transformado em 'namorado', mas silenciou sobre outras possíveis relações. Acreditamos, de qualquer forma, que, em casos específicos como o que dá corpo a este artigo, o ódio tolde a objetividade dos fatos, mas acreditamos, também, que, apesar dele, tramas afetivas sejam desveladas e, através delas, o processo da vida em terra estrangeira possa adquirir maior complexidade, que ultrapasse versões lineares dos processos migratórios.

---

[1] BRETELL (1991), p. 157.

[2] Destaque-se a compra e a arrumação da mala, a determinação de seu conteúdo, a escolha dos alimentos a levar, bem como dos presentes para parentes e amigos emigrados.

[3] Dentre estas, a do gerenciamento da casa, terra, rebanhos, negócios comerciais, dívidas, arrendamentos e outros.

[4] PERROT (1998).

[5] MENEZES (1996).

[6] Estas representações pontuam, por exemplo, a obra de Luís Edmundo, escritor francófilo por excelência, apologista da reforma Pereira Passos, no Rio de Janeiro do início do século. Seus elogios ao prefeito que buscava transformar o Rio de Janeiro na Paris dos trópicos baseavam-se no fato do mesmo "transformar em uma cidade moderna e digna a velha cidade portuguesa", declarando "guerra aos bacalhoeiros (...), aos tamanqueiros (...), aos mestres-de-obras que [construíam] no estilo compoteira e outros autores do atraso colonial" (Edmundo, 1957: 32 – grifos nossos). Ver, também, MENEZES (2008), in M. M. BENZONI; R. FRANK; S. M. PIZETTI, (org.), pp. 271-280.

[7] BRASIL. Directoria Brasileira de Estatística. *Recenseamentos Demográficos de 1890 e 1920*/ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Recenseamentos Demográficos de 1940, 1950 e 1960. Disponíveis em www.ibge.org.br. Acesso em diferentes datas e oportunidades.

[8] Termo tomado à Análise de Discurso.

[9] O termo viúva de marido vivo é utilizado por Caroline Brettell (1991), para caracterizar mulheres que permaneceram em Portugal à espera de maridos que nunca voltaram. No presente trabalho esse conceito é ampliado, também, para aquelas que optavam por emigrar e, depois, por retornar - sem a família - a Portugal, algumas das quais passavam a circular entre os dois continentes, construindo pontes de trânsito entre o 'lá' e o 'cá'.

[10] Os números constantes do Relatório do Ministério do Trabalho de 1964 indicam e evolução significativa dos números de entradas de portugueses no Brasil: 1.474 em

1945, 6.342 em 1946, 8.921 em 1947, 2.751 em 1948, 6780 em 1949, 14.739 em 1950, 28.731 em 1951, 42.815 em 1952, 33.735 em 1935, 30.062 em 1954, 21.264 em 1955, 16.803 em 1956, 19.471 em 1957, 21928 em 1958, 17.345 em 1959, 3.105 em 1960, 15.819 em 1961, 13.713 em 1962, 11.585 em 1963. O resultado ainda visível dessas novas levas de emigrados é a presença de viúvas, na faixa dos 80 aos 90 anos, administrando bares espalhados pelos diferentes bairros da cidade.

[11] GINZBURG (1987).

[12] É importante dizer que muito recentemente Maria Y, já 'viúva de fato', optou por se fixar no Brasil, indo morar na casa de um de seus filhos, conforme nos disse a depoente.

[13] A alegria pela libertação dos afazeres na lavoura também foi destacado por outras mulheres que foram entrevistadas, como Maria das Neves Dias Pinto, natural de Viseu, nascida em 10 de março de 1935. Para ela, a saída de Portugal significou "uma libertação das obrigações que tinha em Portugal, como o trabalho árduo da lavoura e a responsabilidade de cuidar dos irmãos e auxiliar a mãe nos afazeres domésticos".

[14] Depoimento em entrevista concedida à autora em 22 de abril de 2011.

[15] Para os MacDonald, "a cadeia migratória pode ser definida como o movimento através do qual os futuros migrantes tomam conhecimento de oportunidades, obtêm os meios para o transporte e conseguem instalação inicial e emprego, por meio de relações sociais primárias com emigrantes anteriores". Cf. MACDONALD (1964), pp. 82-6).

[16] É importante lembrar que os portugueses, desde o século XIX, acompanharam a expansão da malha urbana, buscando nas periferias as oportunidades para abrir o próprio negócio. Essa presença espraiada pode ser visualizada nos censos demográficos de 1890 e 1920. Sobre o tema, ver MENEZES (2007), in SOUSA; MARTINS (org.), pp. 86 - 105.

[17] Vários dos portugueses, que migraram na onda migratório dos anos 1950/60, são hoje proprietários de bares em diferentes bairros da cidade, com grande visibilidade em locais como a Grande Tijuca, São Cristovão e Irajá. Sobre o tema, ver MENEZES (2012). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 6, pp. 79-95.

[18] MAZZEO (2009), p. 70.

[19] BRETTELLL (1991), p. 113. Grifos nossos.

[20] BRETTELLL (1991), p. 113. Grifos nossos.

Referências bibiográficas

BRETELL, Caroline B. (1991). *Homens que partem, mulheres que esperam. Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Dom Quixote.

EDMUNDO, Luiz (1957). *O Rio de Janeiro do meu tempo*. Rio de Janeiro: Conquista.

GINZBURG, Carlo (1987). *O queijo e os vermes*. O cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras.

MACDONALD, J. S.; MACDONALD, L. D. (1964). *Chain Migration, Ethnic Neighborhood and Social Networks*.The Milbank Memorial Fund Quaterly, (XLII), 1, enero, pp 82-96.

MAZZEO, Tilar J. (2009). *A viúva Cliquot*. A história de um império do *champagne* e da mulher que o construiu. Rio de Janeiro: Rocco.

MENEZES, Lená Medeiros de (1996). *Os Indesejáveis*. Desclassificados da Modernidade, protesto, crime e expulsão na Capital Federal, 1890-1930. Rio de Janeiro: EdUERJ.

_____ (2008). Les portugais em tant que représentation de l'immobilisme dans la modernisation républicaine. In: Marie Matilde BENZONI; Robert FRANK; Silvia Marie PIZETTI (org.). *Images des peuples et histoire des relations internationales du XVIe siècle à nos jours*. Paris: Publications de la Sorbonne, pp. 271-280.

_____ (2012). "Imigração Portuguesa: lembranças de terras distantes. Tijuca e São Cristovão como estudo de caso". *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 6, pp. 79-95.

PERROT, Michelle (1998). *Les femmes ou les silences de l'histoire*. Paris: Champs/ Flammarion.

SARGES, Maria de Nazaré; SOUZA, Fernando; MATOS, Maria Izilda (org.) (2010). *Entre-Mares – O Brasil dos Portugueses*. Belém/Pará: Paka-Tatu.

SOUSA, Fernando e MARTINS, Ismênia de Lima (org.) (2007). *A Emigração Portuguesa para o Brasil*. Porto/Rio de Janeiro: CEPESE/FAPERJ, pp. 86- 105.

THOMPSON, E. T. (1987). *A formação da classe operária inglesa: I. a árvore da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. (Oficinas da História, 1).

As Hospedarias de Imigrantes das Américas*

*Luís Reznik***

Durante o século XIX, especialmente na segunda metade, iniciou-se o maior fluxo migratório intercontinental da História. Entre 1880 e 1915, cerca de 31 milhões de europeus partiram para o Novo Mundo na tentativa de 'fazer a América'.[1] Fome, miséria, empobrecimento, perda de condições de sobrevivência, fuga de serviço militar, entre outros, foram motivações para fazer essa grande travessia geográfica e cultural. Variadas estratégias foram mobilizadas pelas famílias. No mais das vezes, vinha primeiro apenas um familiar, para que, bem sucedido, pudesse chamar e/ou buscar os membros restantes.

As massas populacionais migrantes tornaram o mundo mais globalizado e mais conectado. Os e/imigrantes são, por definição, atores sociais globais,

---

* Texto elaborado para apresentação no Simpósio "Puentes entre Europa y América Latina: historia, memoria y representaciones en el diálogo entre el individuo y el colectivo", dentro do XVIII Congresso Internacional da Associação de Historiadores Latinoamericanistas (AHILA 2017). As reflexões aqui apresentadas foram desenvolvidas e muito se beneficiaram da interlocução com o grupo de pesquisa do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Especial agradecimento aos pesquisadores Julianna Carolina Oliveira Costa, Guilherme dos Santos Cavotti Marques e Rui Aniceto Nascimento Fernandes. Os projetos do Centro de Memória são apoiados pela FAPERJ e pelo CNPq, em forma de auxílios e bolsas.

** Professor do Departamento de Ciências Humanas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Ciência Política, Mestre em História. Coordenador do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores. Pesquisador Produtividade CNPq e Cientista do Nosso Estado FAPERJ.

pois passam a pertencer a vários mundos e territórios, carregam histórias e tradições, propiciam encontros e novas sínteses culturais.

Nas Américas, os principais países receptores, no final do século XIX, foram os Estados Unidos, Argentina e Brasil. Todos eles estavam de portas abertas para a recepção, ainda que seletiva, dessa população compreendida, no mais vezes, como força de trabalho para as economias em expansão e/ou contingente humano para ocupação de vastos territórios, pouco explorados. O impacto desse fluxo extraordinário estimulou debates públicos que tematizavam a própria formação da nação e do povo, assim como o papel do Estado no controle e estímulo ao movimento migratório.

Nesse sentido, governos se mobilizaram na criação de instrumentos legais, códigos próprios e agências estatais, isto é, de um conjunto de políticas públicas para lidar com esse fenômeno global que teria fortes repercussões em cada um dos países.

O nosso interesse específico volta-se para os dispositivos criados visando à recepção, ao acolhimento e à triagem da leva populacional massiva que se deslocou em fins do século XIX e início do século XX para os países americanos. Os dilemas para a recepção aos imigrantes foi uma experiência comum aos países americanos que criaram instituições similares. Não por acaso as maiores e mais conhecidas hospedarias de migrantes foram criadas nos principais países de recepção: Ellis Island, em 1892 (Nova Iorque), nos Estados Unidos; Hotel de La Rotonda, em 1882, e Gran Hotel de Inmigrantes, em 1911 (Buenos Aires), na Argentina; Hospedaria do Brás, em 1887 (São Paulo), e Hospedaria da Ilha das Flores, em 1883 (Rio de Janeiro), no Brasil; Pier 2, em 1880, e posteriormente, Pier 21, em 1928 (Halifax), no Canadá.[2]

O objetivo desse texto é pensar alguns temas comuns às políticas imigratórias e à constituição das hospedarias em todos esses países e, com isso, traçar paralelismos, semelhanças e diferenças. Nesse sentido, elencar essas características, conectadas temporalmente, serve para refletir, a partir das similaridades, os efeitos de um processo global. Mas também para pensar, a partir de respostas específicas e únicas, características singulares de cada um dos países receptores envolvidos.[3]

Hospedarias de imigrantes: dispositivos de recepção

As hospedarias constituíram apenas um dos fios da grande teia que enredava os movimentos migratórios e os vários procedimentos e serviços criados para levar milhões de europeus da origem ao destino americano. Havia uma extensa cadeia de elos que se iniciava na saída dos europeus de suas aldeias e cidades natais – muitas vezes, aliciados por agentes locais e internacionais e estimulados pela propaganda do Novo Mundo, ou convocados por parentes e conterrâneos, a partir de 'cartas de chamada' – até a chegada a um local de trabalho nas Américas, passando pelos trâmites oficiais da emigração nos portos e pelos dissabores do transporte nos vapores transatlânticos.[4]

Aqui chegando, era preciso registrar, acomodar provisoriamente, identificar 'aptidões' e alocar em locais de trabalho. Durante o século XIX, locais de recepção foram instituídos, por agenciamento privado ou público, para 'agasalhar'[5] os imigrantes. Foram criadas inúmeras pequenas hospedarias, geralmente em áreas litorâneas, que enfrentaram os dilemas para estabelecer um conjunto de procedimentos para abrigar os recém-chegados: os cuidados higiênicos, a constituição de um corpo de funcionários e de serviços especializados, a identificação de um local pertinente a estas funções, a atenção

com as bagagens, a administração de transportes para o destino, entre outras demandas que afloraram no curso desse processo. As grandes hospedarias criadas no final do século XIX e início do século XX, anteriormente mencionadas, representaram o amadurecimento desse processo, em um momento em que se intensificou, de modo inédito, o volume de imigrantes que chegam às Américas.

De forma similar ao que ocorreu no Brasil, os países que receberam grandes levas de europeus a partir de meados do século XIX, organizaram os seus dispositivos de recepção. Foram estabelecidas grandes hospedarias, todas no litoral em locais estratégicos para a chegada dos vapores europeus, por onde ingressou a maior parte dos imigrantes.

Constituição de políticas centralizadas

Um primeiro aspecto comum às políticas imigratórias foi a constituição de políticas nacionais centralizadas na segunda metade do século XIX. Nos EUA, por exemplo, desde a independência dos EUA até 1882, a política imigratória era responsabilidade dos Estados federados.[6] A partir desse ano, passou a ser atribuição da União e a entrada prioritária passou a ser por Nova York.[7] A centralização dos serviços está diretamente relacionada ao aumento do fluxo. Como sabemos, os Estados Unidos foram o principal destino das populações europeias migrantes durante os séculos XIX e XX. O crescimento demográfico do país foi absolutamente atípico para quaisquer épocas ou lugares: de 5 milhões de habitantes, em 1800, a população chega a cem milhões em 1914 e calcula-se em cerca de 40 milhões a população imigrante nesse período. Entre os anos de 1855 e 1860, a média anual de imigrantes que entraram nos Estados Unidos foi de 350 mil. Na década de 1880, o número de

ingressos anuais oscilou entre 700 e 800 mil.[8]

A política imigratória, na Argentina, era da responsabilidade do governo federal desde a promulgação da Constituição de 1853. Nas décadas de 1860 e 1870, houve forte estímulo para povoamento e colonização do país, culminando na Lei de Imigração e Colonização de 1876, que criou o Departamento Nacional de Imigração. Tal agência tinha como objetivos controlar as condições sanitárias e o transporte dos imigrantes, oferecer alojamento aos recém-chegados e facilitar-lhes a instalação no país. A mesma lei criou ainda as normas para o exercício da função de 'agentes da imigração' cujo principal objetivo era fazer propaganda do país no exterior.[9]

A baixa densidade populacional do território que pertencia à República Argentina foi uma preocupação chave dos diversos governos que se sucederam ao longo do século XIX e inícios do XX. A escassez da mão de obra foi enfrentada com a atração da imigração europeia. Esta devia cumprir a dupla função de prover os braços para o trabalho e melhorar a 'raça argentina', graças à chegada de pessoas do norte da Europa.

No Brasil, também em 1876, o Ministério da Agricultura promoveu a reestruturação dos departamentos dedicados à imigração, colonização e gestão das terras públicas, com a criação da Inspetoria Geral de Terras e Colonização. Cabia-lhe "desde o transporte marítimo e por terra até a alimentação, socorros médicos, e o mais que se fazia mister ao recebimento e agasalho de milhares de imigrantes, tudo foi prevenido com boa ordem, economia e a contento dos internados".[10]

No caso do Canadá, uma das principais promessas na formação do estado nacional havia sido a construção de um sistema ferroviário transcontinental. Essa ferrovia seria um meio de comunicação e transporte que

ligaria o Oriente e o Ocidente, promovendo a colonização e o comércio e foi concluída em 1885. Nesta década e na seguinte, políticas de imigração relativamente abertas levaram aos anos mais ativos na história da imigração canadense.

Nesse sentido não é mera coincidência que Argentina e Brasil criaram agências centrais no ano de 1876, para dar conta do processo imigratório: o Departamento Nacional de Imigração e a Inspetoria Geral de Terra e Colonização, respectivamente. A centralização das medidas de recepção dos imigrantes ocorre, um pouco depois, nos EUA e no Canadá.

Constituição das grandes hospedarias e sua localização

Desde meados do século XIX, pelo menos, já existiam hospedarias e dispositivos de recepção.

Nos EUA, *Ellis Island* foi precedida por *Castle Garden* (1855-1890), administrada pelo estado de New York, que recebeu cerca de 8 milhões de imigrantes.[11] O encerramento das atividades de *Castle Garden* e a transferência dos serviços de registro, controle médico-sanitário e triagem dos imigrantes para *Ellis Island* foi, sobretudo, resultado da centralização dos serviços imigratórios.

Na Argentina pequenas hospedarias foram constituídas. Boa parte delas era de gestão privada. Com o aumento do fluxo de imigrantes, especialmente após o subsídio às passagens para a vinda dos europeus, o governo argentino passou a arrendar imóveis para abrigar os recém-chegados.

No Brasil, também se formaram locais particulares de recepção, a partir de meados do século. No Rio de Janeiro, o Ministério da Agricultura arrendou,

em 1867, prédios particulares e instalou a Hospedaria de Imigrantes do Morro da Saúde, com capacidade para 400 pessoas. Com sua criação a administração imperial substituía as hospedarias privadas da Praia Formosa e a da Rua da Imperatriz, de menor capacidade. O Morro da Saúde funcionou, de forma intermitente, até 1881.[12]

Em São Paulo, o governo provincial instalou sua primeira hospedaria oficial, em 1878, no bairro de Santana. Desativada dois anos depois, foi substituída pela Hospedaria do Bom Retiro que abriu as portas em 1882, com capacidade para 500 pessoas. Pequena para o fluxo que se intensificava, esta hospedaria levou seu tiro de misericórdia em 1887 quando ali surgiu um surto de varíola e difteria.[13]

As grandes e reconhecidas hospedarias oficiais de imigrantes foram criadas no final do século XIX.

A mais importante e mais conhecida internacionalmente porta de entrada das Américas foi *Ellis Island*, localizada em Nova York. A hospedaria funcionou entre 1892 e 1954. Estima-se que 40% dos cidadãos norte-americanos atuais tem antecedentes que passaram por essa instituição.

Na Argentina, questões sanitárias tiveram enorme peso na urgência pela construção de um estabelecimento para os imigrantes. Era importante se precaver em relação aos surtos epidêmicos de febre amarela e cólera que a cidade de Buenos Aires sofria então, nas décadas de 1870 e 1880.[14] Os imigrantes recém-chegados deviam ficar afastados das condições insalubres da cidade. Assim, uma década depois da criação do Departamento Nacional de Imigração, e após diversos insucessos ocorridos nos asilos para imigrantes na cidade de Buenos Aires, foi criada a primeira hospedaria oficial, o *Hotel de Inmigrantes de La Rotonda* (1888-1911).

Os serviços se estendiam por duas edificações: um prédio poligonal, onde ficavam os dormitórios e um prédio retangular, que abrigava cozinha, refeitório, banheiros e a administração. Tinha capacidade para abrigar 2500 pessoas. Ali foi o primeiro abrigo de cerca de 1.400.000 imigrantes, o que equivalia a 50% do total dos que ingressaram na Argentina nesse período. Com a criação do Ministério da Agricultura (1898) e, acompanhando a bem-sucedida política de portas abertas para atração de mão de obra europeia, decidiu-se construir uma grande hospedaria, localizado entre Retiro e Puerto Madero. A construção começou em 1905 e, seis anos depois, é inaugurado o novo *Hotel de Inmigrantes*.

No Rio de Janeiro, uma das principais preocupações da Inspetoria Geral de Terras e Colonização, imediatamente após sua criação, em 1876, era a proteção dos imigrantes em relação às doenças que assolavam a Corte Imperial. Na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XIX, especialmente na sua segunda metade, irromperam muitas epidemias, flagelos crônicos, tais como febre amarela, cólera, varíola e malária.[15] O quadro epidêmico promoveu campanhas anti-emigratórias para o Brasil, na Europa. Assim, para alterar a imagem que se fazia do Brasil na Europa, a solução encontrada foi proteger os recém-chegados isolando-os em sanatórios, estabelecimentos bem reputados por sua salubridade. A preocupação das autoridades era não deixar que a força de trabalho europeia, sadia e vigorosa fosse penalizada e enfraquecida pela situação insalubre da cidade.

Com essa perspectiva o governo, através do Ministério da Agricultura, comprou a ilha das Flores. A escolha deste local se deveu a dois critérios: o da salubridade e o da proximidade. Sendo uma ilha não tinha contato permanente com os centros administrativos do Império – a cidade do Rio de Janeiro – e da

província fluminense – a cidade de Niterói – e com suas constantes epidemias.[16] A questão sanitária era uma constante nos relatórios. A preocupação era demonstrar que a hospedaria era um sanatório plenamente capaz de atender às demandas do abrigo dos imigrantes antes de sua transferência para os destinos finais. A ilha das Flores, por sua vez, era próxima à Corte. Situava-se na Baía de Guanabara, em território niteroiense, e poderia ser facilmente acessada por navios de pequeno porte a partir do porto do Rio de Janeiro.

No caso de São Paulo, o término da construção da São Paulo Railway em 1867, facilitou a transposição da Serra do Mar rumo ao planalto. Era evidente que o alojamento dos imigrantes teria que ser feito no planalto, região onde partiam os caminhos rumo ao interior do Estado e futuramente as estradas de ferro. Uma das estações que chegava no Município parava dentro da Hospedaria do Brás.

Os grandes estabelecimentos se posicionaram no 'litoral' (à exceção de São Paulo, cuja ferrovia Santos-Planalto tinha uma estação dentro da Hospedaria), local de chegada dos imigrantes europeus, pelo Atlântico e, no caso explícito da Argentina e do Brasil, as questões sanitárias tiveram papel central no sentido de afastar os imigrantes em relação às 'epidemias urbanas'. Podemos considerar o fenômeno como uma "quarentena ao inverso". Os imigrantes, diferentemente do que parte da bibliografia costuma afirmar, não ficavam isolados nas hospedarias como forma de evitar que contagiassem com doenças do além-mar, ou da viagem atlântica, os nativos. Justamente, era o contrário que prevalecia. O investimento realizado para atrair e trazer os imigrantes não poderia ser desperdiçado com o alastramento das epidemias das cidades do Rio, São Paulo e Buenos Aires.

À diferença dos EUA, Brasil e Argentina subsidiam o transporte para concorrer pelos imigrantes, a partir da década de 1880. O ano de 1886 coincide com a intensificação das ações visando o financiamento de passagens para imigrantes europeus tanto na Argentina quando no Brasil. Os EUA eram o destino desejado por grande parte dos europeus. Ajudá-los a atravessar o Atlântico e se instalar na América era uma forma de competir por essas levas populacionais.

As hospedarias de imigrantes no Brasil e na Argentina foram locais não apenas de registro, como Ellis Island, nos EUA, mas também para descanso e triagem, incluindo possível agenciamento para locais de trabalho. Na maior parte dos casos, os imigrantes e suas famílias permaneciam por alguns dias, gratuitamente, na Ilha das Flores, no Brás, em La Rotonda e no Gran Hotel. É correto afirmar que esses estabelecimentos se constituíram como uma faceta e parte dos subsídios estatais e atrativos que os dois países apresentaram aos europeus.

Serviços das hospedarias

Ellis Island era um complexo onde funcionava, entre outros, um setor de desinfecção de pessoas e roupas, sala de registro, dormitórios masculinos e femininos, restaurante, hospital, depósito de bagagens, escritório de telégrafo e caminho para a ferrovia. A inspeção médica foi se tornando mais rigorosa na passagem para o século XX. O processo se iniciava no porto de Nova York, onde oficiais da saúde pública examinavam toda a tripulação e todos os passageiros dos navios à procura de doenças infecciosas ou contagiosas. Os indivíduos que apresentassem sintomas de doenças como cólera, febre amarela

e peste ficavam detidos na estação de quarentena, recebendo o tratamento adequado até se recuperar da doença. Os imigrantes supostamente sadios eram encaminhados para o prédio principal da Ilha de Ellis, onde os médicos do *U.S. Public Health Service,* realizavam uma inspeção mais minuciosa. Os inspetores se concentraram em diagnosticar doenças incapacitantes, como distúrbios mentais, deficiências físicas e problemas cardiovasculares. Os imigrantes portadores desses males eram marcados com a sigla LPC *(likely public charge*), isto é, provável encargo público que geraria divisas para o estado, e eram deportados. Os imigrantes passavam ainda por uma inspeção jurídica, conduzida pelo *Bureau of Immigration*, em que inspetores judiciais realizavam o registro do imigrante, sucedido por um breve interrogatório e pelo exame da documentação.

Diana Pardue utilizou uma metáfora para *Ellis Island*, ao descrever essa situação:

> Enquanto um 'Portal de Esperança e Liberdade' para muitos imigrantes, também era uma "Ilha das Lágrimas" para os dois por cento que foram afastados quando não cumpriram os requisitos das várias leis e regulamentos de imigração dos Estados Unidos.[17]

A grande maioria, cerca de 80%, permanecia cerca de 5 horas na Ilha; poucos ficavam por dias. *Ellis Island* não foi exatamente uma hospedaria, mas um lugar de registro e controle da entrada de imigrantes. Entre 1900 e 1914, cerca de cinco a dez mil pessoas passavam diariamente por ali; em 1907, ano de pico, entraram 1.250.000 de pessoas; entre 1892 e 1924, passaram cerca de doze milhões pela Ilha. Os números correspondem à massiva leva migratória que se encaminhou para os Estados Unidos.

O complexo do *Gran Hotel de Inmigrantes* possuía um desembarcador próprio que permitia um completo isolamento da cidade de Buenos Aires. De forma similar aos que ocorria nos EUA, os serviços de controle se iniciavam no

barco, antes do desembarque. Uma junta verificava a documentação dos passageiros e as condições de saúde. A legislação argentina proibia o ingresso de pessoas com doenças contagiosas, inválidas, dementes ou sexagenárias.

O pavilhão dos dormitórios era um edifício imponente, composto por quatro andares. O primeiro andar era ocupado por uma cozinha e um refeitório, preparado para atender mil indivíduos de uma só vez. Os três pavimentos superiores eram destinados ao alojamento de três mil imigrantes. Havia, ainda, depósitos de bagagens, escritórios para registro e controle, agência de correios e telégrafos, além de oficinas de colocação. Era comum, após o jantar e ainda no refeitório, a realização de projeções e conferências sobre legislação, história e geografia argentina, e se ensinava a utilizar a maquinaria agrícola. Segundo Huernos, a despeito da legislação contemplar um período máximo de cinco dias na hospedaria, "a estadia podia estender-se, sobretudo para aqueles que não eram italianos ou espanhóis e que podiam ter problemas para se comunicar em espanhol. Dessa forma poderiam permanecer mais tempo, até que conseguissem trabalho".[18]

Por fim, o Estado fornecia passagem de trem a todos que seguissem para o interior do país.

A Hospedaria do Brás, em São Paulo, foi construída para abrigar cerca de três mil pessoas por vez, e encarregava-se de receber e direcionar os trabalhadores estrangeiros para todo o estado de São Paulo. O estabelecimento de uma hospedaria de imigrantes na região do Brás foi uma escolha estratégica, pois ali ocorria o entroncamento das linhas férreas da antiga Central do Brasil e da São Paulo Railway, vindas do Rio de Janeiro e do Porto de Santos, respectivamente. Além de possibilitar fácil acesso aos imigrantes que desembarcavam no Porto do Rio de Janeiro e no Porto de Santos, as estradas

de ferros localizadas próximas a Hospedaria do Brás garantiam o transporte dos recém-chegados para as grandes fazendas de café do interior paulista.

A edificação tinha dois andares: no andar térreo, ficavam os escritórios, a casa de câmbio, a sala médica, as cozinhas, os refeitórios e as salas de armazenagem. No andar superior, localizavam-se os dormitórios, que muitas vezes tinham apenas esteiras para as pessoas dormirem.

Recepção, triagem e encaminhamento era o tripé que determinava a estadia do imigrante na hospedaria. Os serviços de alimentação e alojamento eram intercalados com os de controle médico sanitário, registro e direcionamento ao trabalho. Os serviços de higiene incluíam banho, desinfecção e troca de roupas e inspeção médica. Ao chegar à hospedaria todos os imigrantes passavam pela Seção de Banhos, na qual deveriam realizar uma rigorosa higiene pessoal. Depois de serem asseados, os imigrantes retiravam-se por um corredor que não permitia o contato com os que ainda não tivessem passado pelo banho e pela desinfecção de roupas. No Salão de Chamadas eram realizados o registro e a verificação da documentação dos imigrantes, definindo se estavam ou não em condições de serem aceitos. Após serem higienizados, registrados e alimentados, os imigrantes passavam por uma inspeção médica. O hospital e a enfermaria da hospedaria atendiam apenas os casos de urgência. Os imigrantes acometidos por doenças mais graves eram encaminhados para a Santa Casa de Misericórdia ou para o Hospital de Isolamento.

A Agência Oficial de Colocação intermediava a contratação dos imigrantes pelos fazendeiros, além de auxiliar os acordos de distribuição, compra e venda de lotes de terra em núcleos coloniais. Após firmar o contrato, os imigrantes recebiam uma caderneta autenticada, constando os termos do acordo de trabalho ou de concessão de terras. O Regulamento Interno da

Hospedaria assegurava a todos os imigrantes o direito de permanecer na instituição pelo período máximo de seis dias. No entanto, caso os imigrantes recusassem a colocação oferecida pelos agentes oficiais perderiam esse direito. Ao fim da hospedagem, o governo paulista concedia passagens gratuitas aos imigrantes que se dirigissem para o interior da província.

As grandes hospedarias, aí incluída a Hospedaria da Ilha das Flores, tiveram serviços e procedimentos similares. Recepção, triagem e encaminhamento era o tripé que determinava a estadia do imigrante na hospedaria. As autoridades dos três países preocuparam-se fortemente com as questões sanitárias na chegada dos imigrantes. No início do século XX, foram formalizados acordos internacionais para controle na saída da Europa e na chegada às Américas. Passando por essa primeira 'barreira', os imigrantes na Argentina e no Brasil eram acolhidos em hospedarias, com alojamento e refeições por alguns dias. Por isso mesmo, essas instituições abrigaram inúmeros funcionários, dentre eles, diversos intérpretes.

Outros usos

As grandes hospedarias foram construções portentosas para acolher alguns milhares de imigrantes ao mesmo tempo. Ainda que de maneira eventual, em todas elas, houve ocorrências de superlotação, chegando a alojar precariamente mais de quatro mil pessoas em alguns dias. O inverso também foi verdadeiro. Os alojamentos e seus beliches vivenciaram diversos momentos de ociosidade.

No Brasil, tanto o Brás como a Ilha das Flores acolheram migrantes, em sua maioria, da parte norte (hoje em dia, regiões norte e nordeste) do país. Segundo Odair Paiva, dos três milhões e meio que a Hospedaria do Brás

recebeu entre 1888 e 1978, 1,9 milhão era de estrangeiros e 1,6 milhão era de trabalhadores nacionais, cerca de 45% do total.[19] Na Ilha das Flores, entre 1882 e 1966, foram acolhidos cerca de vinte mil migrantes, das setecentas mil pessoas que por lá se alojaram; isto é, cerca de três por cento. Diferença que se faz notar entre os dois estados, Rio de Janeiro e São Paulo, já que no último, a forte presença imigrante na formação da mão de obra assalariada rural e urbana foi sendo substituída pelos migrantes nacionais ao longo do século XX. Ao fim e ao cabo, essas hospedarias cumpriam os seus papeis originais ao acolherem migrantes nacionais com fins de deslocamento para regiões de trabalho.

Outra utilização, que foi comum às várias hospedarias, se deu como espaço prisional.

Com a entrada dos Estados Unidos na Primeira Guerra Mundial, em 1917, *Ellis Island* se transformou em centro de detenção para os inimigos estrangeiros. O mesmo ocorreu durante a Segunda Guerra Mundial. O confinamento na Ilha também atingiu, logo após o fim da Primeira Guerra com o chamado 'perigo vermelho', vários suspeitos 'radicais'.

Na Ilha das Flores, tropas da marinha mercante alemã ficaram aprisionadas após o Brasil ter entrado na Guerra, em 1917. A Marinha do Brasil assumiu o controle da Ilha durante dois anos e cessou a recepção de imigrantes. Diferentemente, durante a Segunda Guerra Mundial, uma parte da hospedaria se transformou em presídio para os inimigos do Brasil e os chamados quintacolunistas. Tanto na Ilha das Flores como no Brás, os presos políticos nos episódios da Revolta Constitucionalista de 1932 como da Revolta Comunista de 1935, foram ali encarcerados. Da mesma forma, na ocasião do Golpe civil-militar, em abril de 1964. Em todas essas ocasiões, no caso da Ilha

das Flores, a hospedaria continuou a receber imigrantes, ainda que em menor número.

Declínio das hospedarias

Oficialmente, *Ellis Island* fechou as suas portas em 1954, a Hospedaria do Brás em 1978, a Ilha das Flores em 1966, e o Gran Hotel de Inmigrantes em 1953. Entretanto, em termos gerais, o declínio da entrada de imigrantes nas hospedarias brasileiras e argentinas (e também na 'Estação' de Ellis Island), ocorreu no período do Entre guerras.

Vários fatores estão a isso relacionados, sendo primordial, dentre eles, o próprio declínio da emigração massiva europeia. Em paralelo, nos países de recepção, foram criadas políticas variadas de restrição ao ingresso de imigrantes – por exemplo, a Lei de Cotas de 1924, nos EUA, a Lei de Imigração, no Brasil, em 1924, e a Lei de Cotas de 1934, no Brasil.

Vale registrar que as hospedarias receberam um novo fôlego no imediato pós Segunda Guerra Mundial, por conta da leva dos *displaced persons* que foram trazidos pela Organização Internacional de Refugiados (OIR).

Importante, porém, assinalar outro fator, no que diz respeito especialmente às hospedarias brasileiras e argentinas. Na medida em que se constituíram redes familiares e comunitárias de recepção, as hospedarias foram perdendo o seu sentido primordial. O imigrante encontrou abrigo e segurança nas inúmeras redes de sociabilidade que se constituíram nas Américas, desde membros da família que chegaram anteriormente até clubes e associações agregadoras de pessoas das aldeias e cidades natais e das respectivas regiões.

No caso da Ilha das Flores, as estatísticas da primeira década (1883-1893) apresentam nitidamente essa evidência. Um percentual pequeno de portugueses

foi registrado na Hospedaria em comparação com o número registrado no Porto do Rio. Por outro lado, quase cem por cento de alemães que ingressaram no país foram registrados como tendo ficado alguns dias na Ilha antes de seguir viagem. É certo que, à medida que os parentes e amigos aguardavam nos portos, escasseou o ingresso nas hospedarias.

Considerações finais

A recepção aos imigrantes, em fins do século XIX, foi uma experiência comum em toda a América. A hospedaria de imigração foi um dos elos da extensa e complexa cadeia migratória constituída desde a aldeia da terra natal até a chegada ao destino final. Os principais países de imigração, como Estados Unidos, Argentina e Brasil, criaram dispositivos similares nos principais portos de chegada. Nestes termos foi uma experiência universal. Em todas essas instituições houve preocupação com registro pessoal, serviços médicos, alojamento, controle de bagagens, além da existência de meios de transporte contíguos, serviços paradigmáticos presentes em todas elas. Certamente, cada uma das instituições apresentou soluções particulares para cada uma das preocupações listadas acima.

Sabemos pouco ainda sobre as conexões administrativas, políticas e intelectuais entre dirigentes políticos e autoridades administrativas dos diferentes países receptores que possam evidenciar a circulação de propostas e realizações para a constituição destes dispositivos. Essa é uma história a ser pesquisada.

[1] Entre 1880 e 1915, os Estados Unidos registraram a entrada de mais 21 milhões de imigrantes. Argentina e Brasil receberam 4,2 e 2,9 milhões de imigrantes, respectivamente. Cf. KLEIN, in FAUSTO (2000), p. 25.

[2] Não é irrelevante o fato de que esses espaços e experiências foram musealizados: *Ellis Island National Museum of Immigration*, administrado pelo *National Park Service*, do governo norteamericano; *Museo de la Inmigración*, dirigido pela *Universidad Nacional de 3 de Febrero*, em Buenos Aires; Museu da Imigração do estado de São Paulo, vinculado à Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo e administrado pelo Instituto de Preservação e Difusão da História do Café e da Imigração; Museu da Imigração da Ilha das Flores, uma parceria entre a Marinha do Brasil e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro; *Canadian Museum of Immigration at Pier* 21, em Halifax, Canadá.

[3] Esse texto se beneficiou, parcialmente, do dossiê "Hospedarias de imigrantes das Américas", organizado por Luís Reznik para *Navegar, Revista de Estudos de E/Imigração* (Cf. Navegar, 2 (3), Jul.-Dez. 2016, [http://www.labimi.uerj.br/navegar/edicoes/03/Navegar _3_completa.pdf].

[4] A trajetória dos e/imigrantes foram as mais variadas. Por exemplo, muitos chegaram ao Brasil e se estabeleceram na Argentina, passando pelo Uruguai; outros foram contratados já na Europa para trabalhar em fazendas no Brasil. A literatura sobre imigração remete aos mais diversos e inusitados caminhos trilhados pelos emigrantes europeus. Para uma boa descrição da extensa cadeira de agentes da emigração, companhias de navegação, serviços consulares e tantos intermediários que compuseram a extensa cadeia migratória. Ver GONÇALVES (2012).

[5] Termos como agasalhar, abrigar, acolher, depositar, eram comuns na documentação brasileira do século XIX.

[6] Ainda assim, a União, logo após a independência, promoveu políticas de estímulo à imigração promulgando, por exemplo, o Ato de Naturalização, em 1790, que possibilitou a naturalização às pessoas brancas e livres que provassem ser de 'bom caráter' e que realizassem o juramento à Constituição.

[7] A primeira ação legislativa centralizadora, o Ato de Imigração de 1882 (*Inmigration Act*), impôs algumas restrições à entrada no país de pessoas debilitadas. Ela havia sido precedida pela restrição ao ingresso de trabalhadores chineses, por dez anos (*Chinese Exclusion Act* of 1882). Ver MORENO (2004).

[8] HOBSBAWN (1996).

[9] DEVOTO (2009). Ver, também, LOPES (2012).

[10] BR. *Relatório apresentado á Assembléia Geral Legislativa na primeira sessão da décima sexta legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas* Thomaz Jozé Coelho de Almeida. Rio de Janeiro: Typographia Perseverança, 1877.

[11] É digno de nota duas referências a *Castle Garden* na documentação sobre Hospedarias no Rio de Janeiro, especialmente na comparação com a Hospedaria do Morro da

Saúde, criada em 1867. Tavares Bastos, importante jornalista brasileiro, escreve nesse mesmo ano: "Tendo-se criado aqui uma agência oficial de colonização, é agora essencial criar hospícios de emigrantes modelados pelo *Castle Garden* de *New York* ou *Bremen-hofen*. Quanto ao porto do Rio de Janeiro, parece que satisfará o edifício da Saúde ultimamente arrendado pelo governo, se o dotarem de arranjos indispensáveis". Apud SEGAWA (1989). *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 30, jun. 1989, p. 26. A outra referência é do *Anglo-Brazilian Times*, de 23 abr.1867, republicado pelo Diário Oficial do Império, com o título "O *Castle Garden* do Rio": "O Ministério da Agricultura tem hoje pronto para a recepção de imigrantes um belo estabelecimento que corresponde em sua destinação à casa de recepção de Castle Garden em Nova York, mas, que lhe é muito superior no seu estilo geral e nas comodidades preparadas para os imigrantes". Apud OLIVEIRA (2008), p. 2.

[12] REZNIK; FERNANDES (2014). *História* (São Paulo. Online), v. 33, pp. 234-253.

[13] Sobre estas e outras pequenas hospedarias instaladas na Província de São Paulo, ver UDAETA (2013).

[14] HUERNOS (2016). *Navegar*, 2 (3), Jul.- dez. 2016, pp. 37-58.

[15] BENCHIMOL (2001). Ver, também, CHALLOUB (1996).

[16] Niterói foi grassada pela febre amarela em 1849, 1851,1876, 1885, 1886, 1888, 1889; pela varíola em 1849, 1876, 1885, 1886, 1888, 1888,1893; e pelo cólera em 1853, 1867. Cf. WERHS (1984); SOARES (1994).

[17] PARDUE (2016). *Navegar*, 2 (3), Jul.-Dez. 2016, p. 214.

[18] HEURNOS (2016). *Idem*, p. 26..

[19] PAIVA (2016). Idem, 54. Ver, também, PAIVA; MOURA (2008).

Referências bibliográficas

BENCHIMOL, Jaime Larry (2001). *Febre amarela: a doença e a vacina, uma história inacabada*. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Bio-Manguinhos.

CHALLOUB, Sidney (1996). *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras.

DEVOTO, Fernando (2009). *Historia de la inmigración en la Argentina*. Buenos Aires: Sudamericana.

GONÇALVES, Paulo César (2012). *Mercadores de braços*: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo. São Paulo: Alameda.

HOBSBAWN, Eric (1996). *A era do capital* (1848-1875). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

HUERNOS, Marcelo (2016). "Atracción, recepción y hospitalidade. Asilos y hoteles para inmigrantes en la Argentina (1812-1953)". *Navegar*, 2 (3): 37-58, Jul.-Dez. 2016.

KLEIN, Herbert (2000). Migração Internacional na história das Américas. In: Boris FAUSTO (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP.

LOPES, Maíne (2012). *"Como un justo reconocimiento a los inmigrantes"?* A imigração na Argentina pelo Museo Nacional de la Inmigración de Buenos Aires. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. São Leopoldo: UNISINOS.

MORENO, Barry (2004). *Encyclopedia of Ellis Island*. Greenwood Press.

OLIVEIRA, Betty Antunes de (2008). *Alguns dados históricos da vinda de norte-americanos ao Brasil no século XIX*. Disponível em [http://www.pibrj.org.br/historia/arquivos/ Dados ImigracaoAmericana. pdf].

PARDUE, Diana (2016). "Ellis Island and the Story of Immigration to the United States". *Navegar*, 2 (3), Jul.-Dez. 2016.

REZNIK, Luis; FERNANDES, Rui (2014). "Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores". *História* (São Paulo. Online), v. 33, p. 234-253.

SEGAWA, Hugo (1989). "Arquitetura de hospedarias de imigrantes". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 30, jun. 1989.

SOARES, Emmanuel de Macedo (1994). *Figura e fatos da medicina em Niterói*. Rio de Janeiro: Imprinta.

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares (2013). *Nem Brás, nem Flores: hospedaria de imigrantes na cidade de São Paulo (1875-1886)*. Dissertação de Mestrado. FFLCH/USP.

WERHS, Carlos (1984). *Niterói. Cidade Sorriso*. A história de um lugar. Rio de Janeiro: Soc. Gráfica Vida Doméstica.

PAIVA, Odair da Cruz (2016). "Hospedaria de Imigrantes de São Paulo". *Navegar*, 2 (3), Jul.-Dez. 2016.

_____; MOURA, Soraya (2008). *Hospedaria de Imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra.

Cartas do amor e da saudade

*Dolores Martin Rodríguez Corner**

Introdução

Os deslocamentos humanos provocam rupturas nas relações familiares e sociais, bem como mudanças no estilo de vida, instaurando novas dinâmicas no cotidiano.

> De fato, é precisamente a ruptura, quase sempre traumática, do legado familiar e comunitário o que faz com que a escrita assuma usos e valores completamente novos: o que para muitos era algo excepcional, como por exemplo, escrever uma carta, se converte agora em uma prática cotidiana e consuetudinária, em uma obrigação moral e social, e inclusive em um verdadeiro ritual.[1]

No que tange à realidade, o distanciamento produzido pelas viagens forçadas de imigrantes, embora quase sempre de intenção transitória, causavam, em suas vidas, a necessidade premente de comunicação, o anseio de enviar e de receber informações, tanto dos que partiram quanto dos que ficavam nas aldeias e cidades, sentindo o vazio da ausência e o peso da distância.

Torna-se difícil ao homem moderno, no entanto, imaginar o mundo sem comunicação ou de poucos contatos, pois hoje as diversas mídias disponibilizam meios rápidos, quase instantâneos, ao alcance de todos, como a internet e seus recursos: Skype, *Facebook*, *Face Time* e outros, que fazem, a qualquer canto do mundo e em uma fração de segundos, vozes e imagens.

---

* Pesquisadora do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI –), do Programa de Pós graduação em História da Universidade do estado do Rio de Janeiro (UERJ) UERJ e do Laboratório de Estudos sobre Etnicidade, Racismo e Discriminação (LEER), da Universidade de São Paulo (USP).

Como exemplo dessa explosão das comunicações, recordamos um fato recente: quando dois aviões se chocaram contra as torres gêmeas do *World Trade Center* em Nova York, em 11 de setembro de 2001, o mundo recebeu, em tempo real, as imagens que chocaram a todos.

Nem sempre, porém, foi assim. Até bem pouco tempo, inclusive, as cartas eram o único meio de comunicação existente e demoravam muito para chegar a seus destinos. Através das linhas marítimas, elas eram transportadas em viagens lentas, que levavam aproximadamente quinze dias, em inícios do século XX, tempo necessário para fazer o caminho de ida e de volta, caso as missivas fossem respondidas com brevidade.

Quando surgiram as cartas aéreas, o processo foi agilizado, embora os custos e as facilidades de sua remessa não estivessem disponíveis em todos os cantos do país ou para todos.

Outro recurso possível era o das chamadas telefônicas, que, porém, eram formas restritas de comunicação, mesmo no século XX, devido à escassez de linhas telefônicas e à necessidade do auxílio de uma telefonista. Implicavam, dessa forma, em paciência, para aguardar o tempo necessário até que se completasse a ligação, que permitiria conversas em tempo real. As chamadas feitas à noite, ou em fins de semana, apresentavam preços reduzidos, pois eram momentos nos quais as linhas encontravam-se menos sobrecarregadas, mas havia, entretanto, a questão do fuso horário.

Considerando estes obstáculos, desde o final do século XIX início do XX, o modo mais fácil e econômico para saber como estavam vivendo as pessoas que moravam em terras distantes, como a Espanha, eram as cartas que, como elos de união, eram ansiosamente aguardadas, lidas e relidas. Conforme analisa Crocci: "... as cartas permitem compreender os laços que uniam os imigrantes à sua terra de origem, assim como as necessidades que enfrentavam distantes de sua origem."[2]

As cartas de imigrantes dirigidas à terra de origem podem ser classificadas de várias formas: cartas familiares; de amizade; de informações sobre luto ou nascimento; de chamada, para convidar um amigo a emigrar, aproveitando a oportunidade de vida em outro país... Ao serem remetidas – ou recebidas – tendiam a ser guardadas, passando a se constituir em documentos sobre o passado.

Nesse contexto, as lembranças ficavam registradas nas linhas escritas como 'laços de tinta'; como uma forte presença do passado, de momentos vividos, repletos de alegrias e de tristezas, anunciando chegadas e partidas.

Devido à pouca escolaridade dos espanhóis originários de *pueblos* distantes, muitas vezes as cartas eram incompreensíveis, por serem escritas, como ainda nos anos 1920, com um léxico desconhecido atualmente, devido à evolução da língua. Aqueles que não possuíam sequer os rudimentos da escrita recorriam aos que dominavam a escrita para fazê-lo.

Algumas cartas podem ser caracterizadas como cartas do destino, pois tinham o poder de transformar a vida das pessoas, permitindo mudanças de país ou de cidade, além de propiciar encontros e desencontros. A chegada de uma carta tornava este um momento muito especial, inesquecível. Ainda hoje, seu teor revela a sensibilidade dos diferentes momentos pelo qual passavam os imigrantes.

Assim, a leitura atenta de cartas de imigrantes, pode revelar, nas entrelinhas, as sensibilidades perceptíveis em uma conversa reservada com o interlocutor, a quem, muitas vezes, que escrevia abria seu coração, contando o que lhe acontecia na distância, revelando seus sentimentos e suas necessidades.

Pessoas separadas espacialmente, mas unidas pelo coração, viam nas cartas uma oportunidade de diálogo com o outro, o que amenizava a saudade. Após leitura e releitura, as mesmas eram guardadas e passavam a constituir parte do passado ou de um tempo onde a distância impedia os contatos.

Nas cidades ou *pueblos* espanhóis, principalmente aqueles situados em lugares mais afastados, as classes de alfabetização eram ministradas a poucos, preferencialmente aos homens. O fato é que despertavam, em muitos, a necessidade de adquirir os rudimentos de escrita e a leitura, e os que sabiam um pouco da arte a repassavam aos demais, além de servir como 'escritores' das missivas, causando certo alívio aos iletrados, pelo fato deles poderem se comunicar e expressar suas inquietações.

As cartas como elos que unem pessoas distantes

> Entre todos os elementos que caracterizam o universo simbólico do fenômeno migratório, a carta é a que reúne um potencial evocativo e de fascinação, de invocação excepcional, pelo simples fato de ser um documento privado e pessoal que, pelo menos virtualmente, nos transporta de improviso bem ao centro do evento imigração, permitindo observar internamente alguns aspectos ou momentos, inclusive particularmente íntimos, na visão dos protagonistas.[3]

Podemos considerar as correspondências entre imigrantes e seus familiares fontes primárias, que nos leva a compreender suas ansiedades e dificuldades em momentos vividos fora de sua terra. Foi há pouco tempo, porém, que os pesquisadores passaram a valorizá-las como tal, transformando-as em importante documento de memória, embora as cartas, que foram carinhosamente guardadas pelos receptores, nem sempre são disponibilizadas para o conhecimento público, permanecendo em gavetas ou em caixas carinhosamente guardadas.

Segundo Salomon:

> (...) a correspondência é vista, em sua inteira constituição como prática social, como acontecimento que participa de um fenómeno histórico e não como mensageira ou portadora de algo que lhes aconteceu.[4]

Seu conteúdo, portanto, embora parecesse aos remetentes, muitas vezes, informativo, não era mera informação sobre acontecimentos vividos, mas sim registros que indicavam aspectos pessoais, sentimentos compartilhados, inquietações que, muitas vezes, serviam como alento, aplacando a saudade.

Durante o processo imigratório, as cartas tiveram papel relevante por seu valor simbólico, além de não permitirem que se rompesse o elo com a cultura, com os costumes, com a história e com suas raízes. O fato de serem guardadas com cuidado, para permitir sua releitura, demonstra o desejo de manter viva a memória, bem como a vontade de memorizar as palavras nelas contidas, para recordar e reviver o passado. Conforme nos diz Núñez:

> A documentação epistolar nos aproxima mais à essência do imigrante. As narrações autobiográficas nos permitem recuperar a memória subjetiva da experiência emigratória.[5]

Mesmo após a partida, os sentimentos que tomavam os imigrantes eram, sem dúvida, o vazio e a saudade, que os levava a buscar uma forma possível de comunicação. As cartas familiares, por serem privadas - e muitas vezes confidenciais - assemelhavam-se a uma conversa entre pessoas distantes, que relatavam seu cotidiano, sua vida, o que ocorria na distância e no processo de adaptação ao novo ambiente. A vontade de fazer com que o imigrante, por meio das cartas, se inteirasse do que de fato ocorria no curso da vida no país que havia deixado para trás, é perceptível no teor das correspondências enviadas.

As cartas tardaram a ser consideradas como fontes, em alguns países como a Espanha, apesar de sua importância afetiva e documental. Nesse sentido, Núñez destaca que:

> (...) a historiografia ibérica dedicou até agora, poucos esforços para recuperar as práticas e os documentos da escrita popular para analisar a produção epistolar dos extratos subalternos, o contrário da historiografia italiana.[6]

Enquanto na Itália os historiadores se dedicam ao estudo das cartas de seus imigrantes há, pelo menos, três décadas, o mesmo não acontece em países vizinhos, como Portugal e Espanha, que apenas iniciaram suas pesquisas nas últimas décadas.

Esse estudo se inicia pelos historiadores no Brasil, que se dedicaram à análise das diversas cartas encontradas em Arquivos do Estado, no Memorial de Imigrantes, ou mesmo em baús mantidos tanto pelos que deixaram sua pátria quanto pelos que permaneceram com a saudade no país de origem. Nestas cartas encontra-se um verdadeiro tesouro: o registro do ocorrido e das necessidades pelas quais passavam os imigrantes, ou, ainda, lenitivo para amenizar a ausência.

Croci destacou que:

> (...) o poder da sugestão da correspondência privada se deve exatamente a essa contaminação entre a vida íntima e a cotidiana, é a marca direta da História, o passar do tempo na subjetividade sem reelaborações e adaptações da memória."[7]

Dessa forma, os temas desenvolvidos, nas mesmas, abordavam as questões que os instigavam, bem como significavam tentativas de aproximação; de aconchego com os familiares, em busca de respostas.

Houve um tempo em que determinadas cartas eram consideradas um documento válido junto às autoridades, que possibilitavam a e/imigração. Eram as "cartas de chamada", que deviam ser apresentadas nos embarques na Espanha ou nos desembarques em portos brasileiros, permitindo o ingresso do imigrante, devido ao fato de apresentarem um tutor, ou responsável, no país de acolhida.

Cartas e sensibilidades

Por uma questão de sorte ou de confiança, talvez, tive a oportunidade de tomar conhecimento, por meio de um dos imigrantes espanhóis por mim entrevistados para a elaboração da tese de doutorado, da existência de um pequeno acervo de cartas que cruzaram o oceano, há mais de quarenta anos, recebidas de avós que permaneceram n

a Espanha, após a emigração de parte da família para o Brasil. Carinhosamente por guardadas José González Fernandes,[8] essas cartas se constituíram em importante instrumento de memória. Á época de seu recebimento, essas cartas funcionaram como um alento para amenizar a ausência sentida de contato com a cidade deixada para trás.

Da distante Galícia, nos anos 1950, José, o Pepinho, e Ernesto, o Ernestito, dois meninos na mais tenra idade, embarcaram, acompanhados da mãe, para o reencontro com o marido, que já estava no Brasil. Era um processo de reconstituição familiar. Ao partir em busca de uma vida que oferecesse melhores oportunidades de trabalho, o pai dos meninos, os deixara com a mãe e aos cuidados dos avós maternos, que assumiram a responsabilidade da criação dos netos. Criou-se assim um vínculo muito forte entre os netos e o avô, que ficou em Vigo após sua partida para o Brasil. Afinal foi ele que compensou a ausência do pai, dedicando-lhes carinho e proteção.

Após alguns anos, a mãe de José resolveu partir ao encontro do marido, levando com ela seus dois filhos. A ideia de deixar a Galícia, para aventurar-se a uma vida em país desconhecido, mesmo que fosse para reconstruir a família e estar ao lado do pai, causou aos dois meninos uma grande insegurança, que aumentou à medida que se aproximava a partida. Ao chegar o momento da separação, José ficou febril e, na hora do embarque, a mãe o levou rapidamente para o navio, para evitar-lhe maior sofrimento.

Na entrevista a mim concedida, José fez uma breve análise do momento da despedida, expondo os sentimentos vividos e expressando o sofrimento pelo qual, tanto ele quanto o avô, passaram; momento que se transformou em uma ruptura irreparável em sua vida:

> No dia 10 de abril de 1956, aos dez anos de idade embarquei com minha mãe e com meu irmão, no porto de Vigo, Galícia, no navio argentino *Yapeyu* com destino ao porto do Rio de Janeiro. Meu pai que já estava vivendo no Brasil há cinco anos, e no fundo ele não queria que nós viéssemos, mas, minha mãe era

> uma 'casada solteira' e fez tudo para vir para estar com ele. No dia do embarque cheguei ao porto com febre, acredito que fiquei doente por ter que deixar os meus avós em Vigo, aos quais era muito apegado. Minha mãe levou-me rápido para o camarote percebendo que eu não estava bem e assim tentava atenuar a despedida, mas logo em seguida o meu avô foi me encontrar no camarote com lágrimas nos olhos, me deu um beijo, deu uma parada entre o corredor e a porta e disse: **Adeus meu netinho nunca mais voltarei a te ver.**[9]

O reencontro entre avô e neto, em um primeiro momento, só foi possível ao estabelecer-se uma correspondência ininterrupta entre os dois, em uma tentativa de aproximação por meio das letras, possuidoras de forte componente emocional e afetivo: as cartas do amor e da saudade. Sabemos que avô e neto separaram-se no momento da partida para o Brasil e só tornaram a se encontrar, ao longo da vida, por duas vezes, quando José, já adulto, voltou a Vigo.

Ao ler o pequeno acervo, constituído por dez cartas, guardadas por muito tempo por José; cartas trocadas entre familiares da Galícia e do Rio de Janeiro e em São Paulo, pude ver desvelados os sentimentos e os fortes elos existentes entre os dois. Aquele menino, que pensava crescer no convívio familiar galego, na casa onde nascera, se viu obrigado a partir para o Brasil, deixando para trás uma parte de sua história.

Ao chegar da Galícia, a família de Pepinho desembarcou no porto do Rio de Janeiro e dirigiram-se para Niterói, onde o pai esperava por eles. Pepinho permaneceu naquela cidade até os 20 anos de idade na cidade. Devido à sua formação em artes gráficas pelo SENAI, recebeu um convite de trabalho da renomada Editora Abril para morar em São Paulo. Mesmo contrariado por deixar sua família no Rio de Janeiro (pais e irmão), partiu para São Paulo, com o intuito de exercer sua profissão, em um trabalho no qual permaneceu até sua aposentadoria.

> Trabalhava para a Revista *O Cruzeiro* e em outras gráficas, pois nesta época o Rio deixou de ser a capital e o trabalho começou a decair. Então fui trabalhar na *Editora Abril*, onde fiquei até minha aposentadoria. Em São Paulo só queria fazer uma coisa, trabalhar e construir alguma coisa. Deixei meus pais e meu irmão no Rio, mas logo depois meu irmão foi para a Espanha, servir a Marinha, foi quando minha mãe queria que eu voltasse para a Espanha também, mas eu preferi ficar em São Paulo.[10]

No seio de família de pessoas carinhosas, a correspondência incessante proporcionava um alento, um reencontro, marcado pela troca de informações, "enquanto a avó, segundo ele, seguia em um mar de rosas (...)."

Selecionamos três dessas cartas, para análise e avaliação de como elas foram instrumentos importantes naquele momento da vida dos netos que haviam partido, pois chegavam até o ambiente familiar de forma concreta, permitindo o diálogo.

Em uma análise detalhada da primeira carta do acervo, a mais antiga, datada de 24 de março de 1969, enviada pelo avô Abílio a José, a quem ele tratava carinhosamente de Pepinho,[11] destacamos alguns importantes detalhes.

Após uma leitura atenta, nota-se que elas eram iniciadas, como todas as correspondências de época, com um "desejando que, ao receber a carta, se encontre bem de saúde". Seguem-se uma pergunta sobre a saúde do neto e comentários a respeito de sua própria saúde, informando o avô que ainda tomava remédios pagos pelo seguro: comprimidos no valor de seiscentas pesetas, pois sua saúde continuava na mesma, nem com tratamento nem sem tratamento, relatando, ainda, que passava o dia sentado em uma poltrona, e o pouco que andava tinha que fazê-lo com ajuda de uma bengala, porque não conseguia mais andar sem apoio.

Narrativas e sentimentos expressos nas cartas

Carta escrita pelo avô Abílio a José González Fernandes,
(24 de março de 1969)

Querido Pepinho,

Desejo que ao receber estas letras você se encontre bem de saúde, pois eu sigo na mesma **nem com tratamento**, **nem sem tratamento,** e isto que estou tomando comprimidos de seiscentas pesetas, tubos de 30 pagos pelo seguro, mais nada e, no entanto, sua avó continua um mar de rosas. Pois é o que me dá vida, estou todo o dia sentado numa poltrona e o pouco que ando tem que ser com bengala, porque sozinho não posso andar.
Pepinho, recebi sua carta onde me diz que em São Paulo já está fazendo frio, mas sempre é melhor clima que no Rio, pois no Rio faz muito calor, e como diz em sua carta que se seus pais fossem a São Paulo e tivessem trabalho aí seria melhor porque *Ernestito* no Rio também ganha pouco e trabalha muito.
Pepinho, também me dizes que aprendeu coisas novas e que a empresa é muito boa e que não despede ninguém, pois os empregados devem cumprir com seu dever, e me alegro muito que esteja contente e que aprenda coisas novas.
Pepinho, sabia que na Espanha houve um terremoto muito grande que nos assustou, a gente escapou todos para a rua, menos eu e sua avó por que não podíamos andar. Isto foi no dia 28 de fevereiro às 03h:45 minutos da manhã, pois a cama dançava com um ruído enorme, que se dura um pouco mais morremos todos também.
Contei também que neste inverno choveu muito como havia muitos anos que não se recorda outro, mesmo com tanta água e frio, mas agora já estamos na Primavera, já faz uma temperatura mais agradável.
Sem mais, receba muitos beijos e abraços de tua avó que muito lhe quer e nunca lhe esquecerá e recebam lembranças de seu tio Abílio e beijos de *Abilito* que já tem seis anos e já sabe ler algo e escrever e você de mim receba um forte abraço deste teu pai de Espanha que muito te quer e nunca te esquecerá.

Abílio

Fonte: Acervo pessoal de José González Fernandes.

Como em todas as cartas, a acima citada descreve acontecimentos do cotidiano e parece falar diretamente no ouvido do neto, como querendo que ele se sentisse mais próximo; ou seja, como se pudesse, usando da imaginação, continuar vivendo na Galícia.

A carta inicia-se acusando o recebimento de uma missiva enviada a Abílio, que se apressa a respondê-la. Na carta enviada do Brasil, o neto comentava que já fazia frio em São Paulo, devido ao outono, e que os dias eram mais frios. Aproveitando-se do tema, faz uma comparação com o calor do Rio de Janeiro e diz que prefere o clima de São Paulo, mais próximo do frio e da garoa da Galícia, chegando a dizer que até gostaria que seus pais fossem morar com ele naquela cidade, pois Ernesto, seu irmão, trabalhava muito e ganhava pouco no Rio de Janeiro.

Apesar da distância, o avô, em sua resposta, expressava seu interesse pelo futuro do neto, ao dizer "alegrar-se porque ele estava aprendendo coisas novas em uma empresa que era muito boa".

Preocupado em manter o neto informado e presente de alguma forma, apesar da distância que os separava, apressa-se a contar sobre uma ocorrência na cidade; ou seja, informa-o sobre um terremoto que deixara todos assustados, destacando que, naquele momento os vizinhos haviam saído para a rua, menos ele e a avó, que tinha dificuldades de locomoção. O fato foi tão marcante que havia causado medo entre as pessoas que o vivenciaram, e o avô chegou a registrar a data e o horário do acontecimento, que, para ele, tornou-se inesquecível. "Isto foi no dia 28 de fevereiro às 3 horas e 45 minutos da manhã, pois a cama dançava com um ruído enorme, que se dura um pouco mais morremos todos também." Registra, ainda, o medo pelo qual passaram eles e todos os moradores da localidade.

Com relação a Vigo, relata ele que:

> (...) neste inverno choveu muito como havia muitos anos e que não se recordava de outro, mesmo com tanta agua e frio, mas agora já estamos na Primavera e faz uma temperatura mais agradável.

A preocupação do avô era, portanto, a de manter a memória de sua cidade natal, bem como a de se aproximar do neto.

As formas de despedidas das cartas eram, em geral, muito semelhantes. Muito carinhosas, enviavam:

> (...) muitos beijos e abraços da avó (de nome) Visita: que nunca o esquecerá, lembranças do tio Abílio e do primo Abilito que já completou seis anos, e do avô um forte abraço de seu pai da Espanha, que muito te quer e nunca te esquecerá.

Esta forma de despedida tornou-se, praticamente, uma marca de encerramento das diversas cartas escritas pelo avô saudoso: "seu pai da Espanha", pois ele assim se considerava.

Carta escrita pelo avô Abílio Fernandes a Pepiño
(19 de agosto de 1969)

Vigo, 19 de agosto de 1969.
Querido Pepiño,
Desejo que ao receber estas letras, elas te encontrem bem de saúde, nós estamos bem, mas eu vou andando pela casa com uma bengala, conforme o tratamento.
Pepiño tua mãe me mandou uma carta dizendo que eu não te escrevo ou que a carta se perdeu e também me disse que tu também não recebeste carta minha, pois também se perdeu. Eu não posso saber como as cartas se perdem, pois eu escrevi a tua mãe e lhe mandei duas fotos de Abilito, uma para ti e outra para tua mãe e também te escrevi agradecendo por **dois tabis** (caixas de madeira com cigarros, tavis) que me mandaste, pela senhora espanhola, pois tão logo as recebi *as tabis*, te escrevi e a tua mãe. Pepiño, saibas que Ramiro veio a nossa casa dia 15 de julho e ficou o dia todo conosco e depois de tarde foi a Vigo alugou um carro por três meses, por 36 mil pesetas com todos os seguros e agora anda passeando com a senhora e a menina e quando se va no navio. Eu e tua avó mandamos um pacote para tua mãe e algo para ti e Ernestito e para teu padre do Brasil.
Pepiño, tua mãe me disse que Ernestito está no Rio trabalhando na mesma casa que estavas antes, porque em São Paulo ganhava o mesmo que ganhava no Rio. O mal é que tens que ficar sozinho em São Paulo, mas temos que ter paciência. **Sem mais me despeço de ti recebas muitos beijos e abraços de tua Avozinha que muito te quer e nunca te esquecerá e receba recordações de Abilio e de tua tia Dora e muitos beijos de Abilito. Mando uma foto para tua mãe para quando vás a casa dela para vê-la. De mim receba um forte abraço deste teu pai da Espanha que muito te quer e nunca te esquece.**

Abilio Fernandez [sic - grifos nossos)

Fonte: Acervo pessoal de José González Fernandes.

Em outra correspondência, datada de 19 de agosto de 1969, quando já eram passados cinco meses da carta anterior, o avô relata seu estado de saúde, diz que ainda continua fazendo uso de bengala para se locomover, e protesta porque recebera uma reprimenda da mãe de Pepinho, que o advertia para não escrever cartas ao neto, pois elas se perdiam. O avô ficou indignado com a reprimenda, pois escrevia ao neto com certa frequência e não compreendia porque as cartas se perdiam... Relata, inclusive, que, uma vez, escreveu cartas com fotos de *Abilito* para ele e para sua mãe e não sabe se foram recebidas. Mesmo distante da família, através de suas cartas, procurava fazer com que Pepinho se sentisse em casa, como se os seus olhos fossem os do neto, incluindo detalhes das visitas que recebiam; seus passeios e gastos.

Aproveitando-se desse instrumento de comunicação, o avô agradece os presentes a ele enviados: dois *tavis,* ou seja, caixas de madeira com cigarros (chamados *tavis)*, que o neto lhe havia enviado, tendo, como portadora, uma senhora amiga. Registra que, em retribuição, enviava um pacote, que não especifica, à mãe e aos dois netinhos, aproveitando o retorno ao Brasil da referida senhora. Demonstra, ainda, seu aborrecimento com a notícia que havia recebido, reclamando que ele não escrevia para a família, pois sempre o fazia com certa regularidade e lhe espantava que as cartas não chegassem ao seu destino final.

O avô se preocupa e demonstra cuidado e atenção com Pepinho, que, já adulto, permanecia sozinho em São Paulo, pois, por uma questão de trabalho, seu irmão retornara ao Rio, para estar com sua família, que morava em Niterói.

> Pepinho, tua mãe me disse que Ernestito[12] está no Rio trabalhando na mesma casa que estavas antes, porque em São Paulo ganhava o mesmo que ganhava no Rio. O mal é que tens que ficar sozinho em São Paulo, mas temos que ter paciência.

O avô também demonstra o imenso carinho que dedicou, durante toda sua vida, aos 'netinhos' que dele se haviam separado. Mesmo considerando a distância, nunca se sentiu separado das 'crianças', e manteve a correspondência ininterrupta por duas décadas, advertindo, aconselhando e enviando, sempre que possível, uma lembrança, um mimo, como prova de seu elo indelével com eles. No entanto, somente por meio das cartas recebidas amenizava a grande saudade que sentia, embora estas implicassem um tempo na tramitação, considerado demasiado logo, pois tinham que cruzar o oceano para chegar ao destino. Da mesma forma, ocorria com as respostas que eram ansiosamente aguardadas. A despedida incluía impreterivelmente os "abraços e beijos da avozinha que muito te quer e nunca o esquecerá", assim como o envio de recordações de Abílio e o encerramento com a frase que aparece em quase todas as cartas por ele enviadas: "de mim receba um forte abraço deste teu pai da Espanha que muito te quer e nunca te esquece".

Carta escrita, de Vigo, por José Maria Gonzalez (pai de Pepiño)
(01/07/1988)

[Carta escrita em português mesclado com o espanhol]

Meus queridos filhos e netos e família. Nós desejamos que todos estejam bons de saúde, nós pelo momento estamos bem.
Lizete aqui o negócio das cartas tem estado muito ruim não sei, que mandei uma carta pra você e outra para Hernando donde mandei uma postal do barco e uma vista de Vigo para Leandro e estou sabendo que nada chega a casa pois mandei o endereço certinho para São Paulo. Também recibi uma carta com os papeis do apartamento do Rio. Lizete o primeiro endereço das cartas que nos demos estava todo ferrado pois trocaram o nome da rua e o número da casa por isso creio que nem a minha aposentadoria mandaram. Agora chama-se Camino de Meceiras nº 11 bajo – tres – Vigo. Por enquanto manda Calle Sta, Tecla nº 49 – 1º - Tres Vigo. Pois esta é donde a gente mora no apto. da mai de Carmen, também já escribimos para Sra. Benito três cartas para o Rio e não chegam, pois Carmem fez muita cuestion para escribir e nada e mandamos uma encomenda para uma Sra. De Orense ela chama-se Hernitos e nos mandou uma carta agradecendo pois recebes o pacote. dille a Piño que não se preocupe com a gente estamos bem. Piño a abuela de uma fuscana ela abrio a porta com muito geitoño e cuasi morre. Passamos um susto caeo desde o descando das

escadas até o porton machucou-se toda. nos sabendo que ela já caeo duas vezes botamos um ferrollo, mas a Carmen esqueceu e espatifou-se e uma bella (velha) muito inriquieta agora já está boa. O teu tio Fernando faleille e compran um, aunque das que se usan para os quartos e ela non acerta para abrir BATEINAS mais alta e passa o dia catucando mais acaba assistindo, pois, esta cega, só ve a lus ou a claridade do \sol e não se confotma. A mi sim me llama de Ernesto y a tu made Carmen. Porque a filha dela esta na America y pienso que ja soy tu hermano que está en Holanda debe ser por la voz. Ahora ya me llama de Pepe mas soy hijo de carme,
Lizete as cartas que escrevemos foram sem registro bem que podiam mandalas de volta. em esta mando uma vista de Vigo mais com registro em esta carta – a tele e outra vocês. nós temos uma pequena preto e branco e dá pra ver cuando vay tempo por la noite e as ferramentas usa elas para o que queiras. o tempo aqui tem estado mais pra frio que quent4e ahora e que esquentou mais fora las lluvias no foram y ya estamos eb casi julio. Aqui las frutas ya hay de todas partes mientras em Galicia estaba a 12 -0-1 em otras partes a 25-0-9 y a mas el pescado aquí hay mucho menos que en el Brasil. Piño perdi la dirección del hermano de ese señor cres se llama Pepe pues en el viage papeles para un lado ensena aquí y para olla no se de nada, pídele disculpas al Sr. De Atibara.
Hernandiño e Leandriño a tua avó e estamos muitas saudades de vocês das minhas pernas estou bem. A minha unha do pé caiu esmo e ofereces uma nova bonita e agora ando muito bem não fico com as dores dos pés, muito obrigado sei que passou de ano fico muito contente ter netinhos inteligentes. Também me contou que ganhou um cachorro y melhorou de saúde. Também o tio Ernesto e a tia Josefa estão em Vigo daqui mais uns dias vem para Argentina. Nem tive muito este tempo para visitar a nossa família e o tio Ernesto ainda vai demorar a nos visitar disse que está arrumando a casa de Holanda despues biene aun telefono *ayer* noche siempre das lembranças para vocês dois. Muitas saudades de todos de teo vovo Pepe e a vovó Carmen e a bisavó Visita tem 89 aninhos. Sem mais José Maria Gonzalez.
Minha pensão já recebi 1º do mês que aqui chegam 24.500 pesetas meu irmão Ernesto a mesma coisa parece que todos emigrantes que trabalham na Espanha ganham o mesmo. [sic]

Fonte: Acervo pessoal de José González Fernandes.

Passados quase vinte anos, destaca-se a carta acima transcrita, guardada por José, por muitos anos, em sua caixinha de recordações, que, embora não tenha sido enviada pelo avô, mas pelo pai, passou a fazer parte de seu acervo. Trata-se de uma carta escrita em português e/ou galego, pois seu pai morou muito tempo no Brasil, mas seguia o mesmo estilo usado pelo avô.

Possivelmente, ele tivesse seguindo o exemplo de seu pai, que usou a correspondência como forma de comunicação, mesmo em uma época em que o telefone já se tornara o meio mais rápido para fazê-lo. Passou assim a utilizar a mesma forma de expressão, em mensagens de carinho e informações, como continuação de um ato aprendido.

Como nas correspondências anteriores, a saudação inicial é dirigida aos filhos e netos. José, o Pepinho, casado com Lizete com quem tem dois filhos: Leandro e Ernando - "Meus queridos filhos, netos e família. Nós desejamos que todos estejam bem de saúde, nós neste momento estamos bem".

Permanece, na correspondência, a informação de cartas que não chegam a seu destino, embora, no caso da referida carta, tenha havido mudança do nome da rua, em Vigo, o que causou atraso na entrega da correspondência. Jose Maria comenta com Lizete, esposa de Pepinho, a questão dos correios:

> Lizete aqui o 'negócio' das cartas tem estado muito ruim não sei, mandei uma carta para você e outra a Hernando donde mandei uma postal do barco e uma vista de Vigo para Leandro e estou sabendo que nada chega a casa, pois mandei ao endereço certinho para São Paulo. Também recebi uma carta com os papeis do apartamento do Rio. Lizete o primeiro endereço das cartas que nós demos estava todo "ferrado" pois trocaram o nome da rua e o número da casa, por isso creio que nem a minha aposentadoria não mandaram. Agora se chama Camino de Meceiras nº 11 bajo – tres – Vigo. Por enquanto manda Calle Sta, Tecla nº 49 – 1º - tres Vigo. Pois esta é onde a gente mora no apartamento da mãe de Carmen, também já escrevemos para Sra. Benito três cartas para o Rio e não chegam, pois Carmem fez muita questão para escrever e nada, e mandamos uma encomenda para uma Sra. de Orense ela chama-se Hernitos e nos mandou uma carta agradecendo pois recebeu o pacote. Neste caso, apenas uma encomenda chegou a seu destino [sic].

Como fazia seu avô, o pai também relata detalhes do cotidiano, contando, por exemplo, como se encontrava a avó, informando que ela estava cega, somente vendo a luz ou a claridade do sol, e não se conformando com a situação. No entanto, narra ele: ao abrir a porta com muito jeitinho quase morreu, todos passaram um susto:

> (...) ela caiu desde o descanso das escadas até o portão machucou-se toda. Como ela já caiu duas vezes botamos um ferrolho, mas a Carmen esqueceu e espatifou-se, é uma velha muito irrequieta, agora já está boa".

Ele não se esquece, como nas cartas anteriores, de comentar o tempo na cidade: "O tempo aqui tem estado mais para frio que quente. Agora é que esquentou mais, ainda que as chuvas não nos deixaram, e já estamos quase em julho". Destaca, também, que há frutas em toda parte, mesmo com o tempo frio da Galícia, em torno dos 12.01º, enquanto em outras partes do país a temperatura era de 25.09º, acrescentando um detalhe interessante: a informação de que lá havia menos pescado que no Brasil. Do mesmo modo, dirige-se, aos netos:

> Hernandiño e Leandriño a tua avó e eu estamos com muitas saudades de vocês. Das minhas pernas estou bem. A minha unha do pé caiu e oferece uma nova bonita e agora ando muito bem não fico com as dores dos pés, muito obrigado sei que passaste de ano fico muito contente ter netinhos inteligentes. Também me dizes que ganhaste um cachorro y melhoraste de saúde [sic].

Nos comentários familiares, não se esquece de seu outro filho, Ernesto, que havia deixado o Brasil, por ter ingressado na marinha espanhola, indo morar na Holanda:

> O tio Ernesto e a tia Josefa estão em Vigo. Daqui mais uns dias vão para Argentina. Nem teve muito este tempo para visitar a nossa família e o tio Ernesto ainda vai demorar a nos visitar disse que está arrumando a casa de Holanda, depois vem. Ainda telefonou ontem a noite sempre dá lembranças para vocês dois. Muitas saudades de todos de teu vovô Pepe e a vovó Carmen e a bisavó Visita que está com 89 aninhos. Sem mais José Maria Gonzalez [sic].

A história se repetia: de tanto presenciar a alegria, proporcionada pela chegada de uma carta, naqueles que viviam distantes de sua terra, também ele escrevia missivas, embora já houvesse novos e mais rápidos meios de comunicação. Passados tantos anos, o hábito permanecia no seio da família e o elo escrito seguia acontecendo.

Apesar da distância e do tempo, as cartas propiciavam o reviver de todo o carinho e a saudade que sentiam uns dos outros, apesar do destino não permitir que pais e avós acompanhassem o crescimento de filhos e netos. Nas entrelinhas das cartas, os sentimentos transbordavam na tristeza trazida da separação constante.

As cartas trocadas por Abílio e seus familiares são apenas um dos muitos exemplos existentes. Muitas correspondências, porém, foram perdidas, quer por mudanças de endereço quer pela falta de cuidado e atenção com sua conservação. Certamente, se fossem recuperadas, uma parte das histórias de vida de vários imigrantes poderia ser resgatada.

É uma pena que outros imigrantes não tenham guardado, com o mesmo cuidado, as cartas trocadas com seus familiares no período de imigração, relatando os impactos enfrentados em outra realidade, pois os acontecimentos, temores e inseguranças jamais serão conhecidos e analisados, para elucidar as experiências vividas no processo imigratório, tendo em vista que eles não foram compartilhados.

Considerações finais

São nos detalhes das cartas transcritas, em suas entrelinhas, que é possível perceber o grande amor entre o avô e seu 'netinho', mesmo após terem se passado tantas décadas, responsáveis por mudanças no tempo, tornando tão distintos presente e passado. Pela responsabilidade assumida pelas circunstâncias, o avô, forte e provedor, preocupado com o futuro das 'crianças', mesmo vivendo em outro país, e fora de sua proteção direta, não deixou que a distância opusesse fim ao seu carinho. Com o passar do tempo, através das cartas, é possível verificar, por exemplo, o envelhecimento do avô e o fato dele necessitar do apoio de uma bengala para andar. Por outro lado, o neto, transformado em adulto responsável e com caráter bem formado, honra os

conselhos do avô e procura ter a vida íntegra das pessoas do bem, buscando no trabalho a ascensão social.

Apesar do corte havido nas relações diárias entre os dois, na mudança drástica de seus destinos, proporcionada pelo distanciamento em suas trajetórias de vida, que seguiram paralelas, as cartas transformam-se em fortes laços de amizade, respeito e união. Somente suas interfaces podia uni-los, possibilitando o compartilhamento de suas vidas, mesmo a distância, nos momentos mais simples, nos relatos do cotidiano vividos nos dois lados do oceano. Além disso, a sensibilidade contida nas correspondências está impressa no papel.

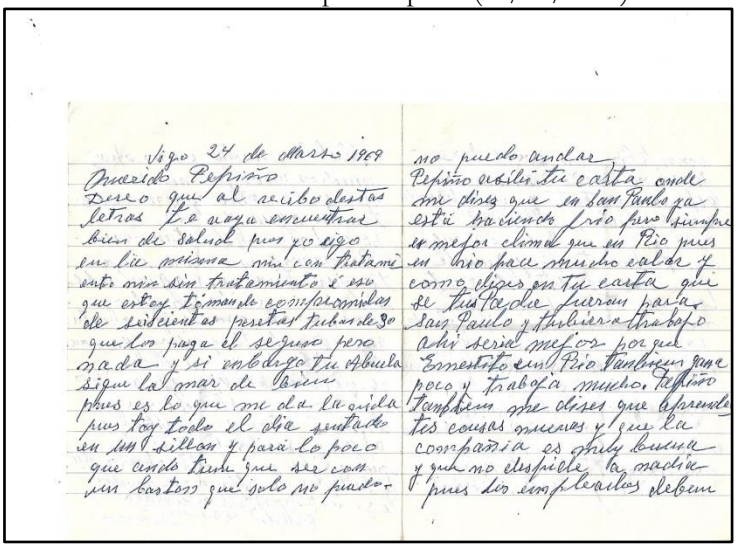
As memórias de fatos do cotidiano relatadas nas cartas possibilitam que olhos ausentes 'vissem' a terra de partida e sentissem, nos momentos relatados, um pouco de seu país imaginado, adormecido na mente e inacessível pelas circunstâncias.

Graças ao cuidado que José González dedicou às cartas, guardadas como relíquias, elas chegaram até nossos dias e assim possibilitaram a análise das relações e sentimentos por ele vividos na infância.

Como o exemplo demonstra, as cartas familiares tornaram-se relevantes e importantes na vida dos imigrantes: pelas notícias que veiculavam, tornando a separação menos difícil, uma vez que amenizavam a distância e a saudade, ao mesmo tempo em que revelavam sensibilidades e sentimentos, já que eram escritas, primeiramente, com o coração e só depois com a caneta.

Anexos

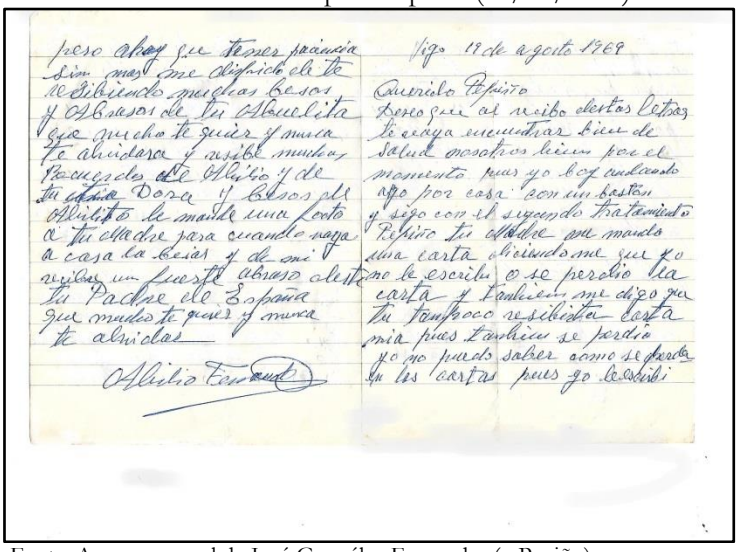
Carta 1. De Abílio para Pepiño (24/03/1969)



Vigo 24 de Marzo 1969
Querido Pepiño
Deseo que al recibo destas
letras te vaya encontrar
bien de salud pues yo sigo
en la misma sin tratamiento
sin tratamiento e eso
que estoy tomando compresimidas
de seiscientas pastillas tubo de 30
que los paga el seguro pero
nada y si embargo tu abuela
sigue la mar de bien
pues es lo que me da la vida
pues hoy todo el dia sentado
en un sillon y para lo poco
que ando tiene que ser con
un baston que solo no puedo
no puedo andar
Pepiño resibi tu carta onde
me dices que en San Paulo ya
está haciendo frio pero siempre
es mejor clima que en Rio pues
en Rio hace mucho calor y
como dices en tu carta que
se tus Padre fueron para
San Paulo y tubiera trabajo
ahi seria mejor porque
Ernesto en Rio tambien gana
poco y trabaja mucho. Pepiño
tambien me dices que aprendes
tus cosas nuevas y que la
compañia es muy buena
y que no despiede la madrina
pues dos empleadas deben

Fonte: Acervo pessoal de José González Fernandes (o Pepiño), entrevistado pela autora em 23 de maio de 2008.

Carta 2. De Abílio para Pepiño (19/08/1969)

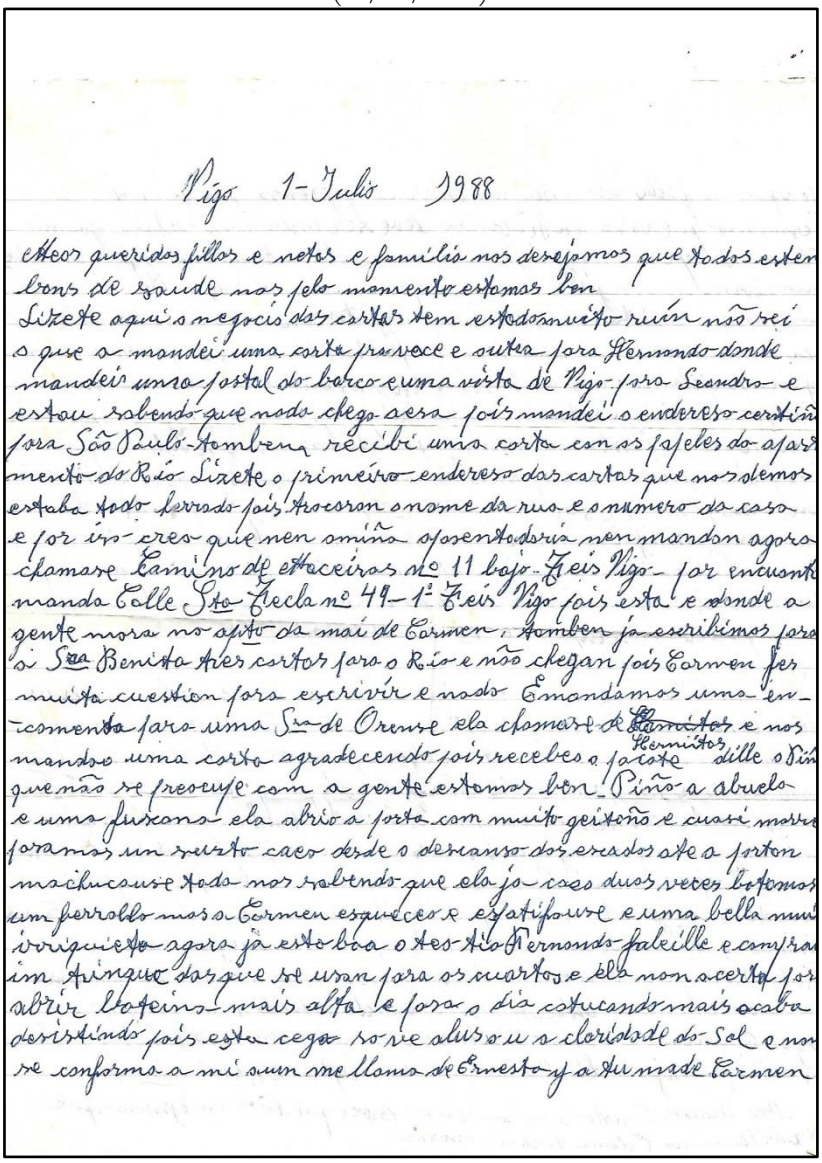


peso ahora que tenes paciencia
sin mas me despido de ti te
ablando muchos besos
y abrasos de tu Abuelita
que mucho te quiere y nunca
te olvidara y asible muchos
recuerdos de Abilio y de
tu ~~tia~~ Dora y besos de
Abilito le mande una foto
a tu Madre para cuando vaya
a casa la beias y de mi
recibe un fuerte abraso de
tu Padre de España
que mucho te quiere y nunca
te olvidas
Abilio Fernandes

Vigo 19 de agosto 1969
Querido Pepiño
Deseo que al recibo destas letras
te vaya encontrar bien de
salud nosotros bien por el
momento pues yo hoy andando
ago por casa con un baston
y sigo con el segundo tratamiento
Pepiño tu Madre me mando
una carta diciendome que yo
no le escribo o se perdio la
carta y tambien me dijo que
tu tampoco resibiste carta
mia pues tambien se perdio
yo no puedo saber como se pierde
en las cartas pues yo le escribi

Fonte: Acervo pessoal de José González Fernandes (o Pepiño).

Carta 3. De José Maria González para Lizete, esposa de Pepiño (01/07/1988)



Vigo 1-Julio 1988

Meos queridos fillos e netos e familia nos desejamos que todos esten
bons de saude nos pelo momento estamos ben
Lizete aqui o negocio das cartas tem estado muito ruin nõ sei
o que a mandei uma carta pra voce e outra para Hernando donde
mandei uns postal do barco e uma vista de Vigo para Seandro e
estou sabendo que nado chega aesa pois mandei o endereso certiñ
para São Paulo-tomben recibi uma carta con os papeles do apar
mento do Rio Lizete o primeiro endereso das cartas que nos demos
estaba todo berrado pois trocaron o nome da rua e o numero da caso
e por iso creo que nen miña oposento daria nen mandon agora
chamase Camino de Meceiras nº 11 bajo-Teis Vigo- por encuant
manda Calle Sta Tecla nº 49-1º Teis Vigo pois esta e donde a
gente mora no apto da mai de Carmen, tomben ja escribimos para
a Sra Benita tres cartas para o Rio e não chegan pois Carmen fes
muita cuestion para escrivir e nado Emandamos uns ex-
comenta para uma Sra de Orense ela chamase de ~~Hermitas~~ Hermitas e nos
mandou uma carta agradecendo pois recebes o pacote dille o Piñ
que não se preocupe com a gente estamos ben Piño a abuelo
e uma furcana ela abrio a porta com muito geitoño e quasi morre
foramos un sento caco desde o descanso dos escados ate a porton
machucouse todo nos sabendo que ela ja caeo duas veces botamos
um perrollo mas a Carmen esquecer e esfatifouse e uma bella mul
iorquieto agora ja esta boa o tes tio Fernando faleille e compra
un frinque dasque se usan para os cuartos e ela non acerta por
abrir la feino mais alta le fora o dia estucando mais acaba
desistindo pois esta cega so ve alus o u s claridade do Sol e non
se conforma a mi sum mellana de Ernesto y a tu nuera Carmen

Fonte: Acervo pessoal de José González Fernandes (o Pepiño).

[1] SIERRA-BLAS (2004), p. 17.
[2] CROCI (2008).
[3] CROCI (2008), p. 14.
[4] SALOMON (2002), p. 10.
[5] NUÑEZ-SEIXAS; SOUTELO (2005), p. 33.
[6] NUÑEZ-SEIXAS; SOUTELO (2005), p. 38. Cita, todavía, o autor, textos referentes à imigração italiana que se dedicam, há tempos, ao estudo destas cartas como os de GIBELLI (2002, pp. 189-23). Vale registrar os estudos do referido Federico Crocci (2008).
[7] CROCCI (2008), p. 15.
[8] Depoimento prestado em entrevista concedida à autora em 23 de maio de 2008.
[9] Depoimento prestado à autora em 2008.
[10] Depoimento prestado à autora em 2008.
[11] Pepe é o apelido espanhol para os 'Josés', e como seu pai era José, o menino era chamado de Pepinho pela família.
[12] O destino de Ernestito, seu irmão menor, foi diferente; pois ingressou na marinha espanhola, indo residir na Holanda a serviço e desde então se afastou da família, do Brasil e da terra natal.

Referências bibliográficas

GIBELLI, A. (*Emigrantes y soldados. La escritura como práctica de masas en los siglos XIX y XX, en Castillo (coord), La conquista del alfabeto. Escritura y clases populares.* Oviedo: Trea, 2002.

CROCI, Federico. "O chamado das cartas: migrações, cultura e identidade nas cartas de chamada dos italianos no Brasil". *Locus*: Revista de História. Juiz de Fora, 14 (2), Jul.-dez de 2008.

NUÑEZ-SEIXAS, Xosé Manoel; SOUTELO, Raúl. *As cartas do destino. Unha família galega entre dous mundos* (1919-1971) Vigo: Editorial Galaxia, 2005.

SALOMON, Marlon. *As correspondências. Uma história das cartas e das práticas de escrita do Vale do Itajaí.* Florianópolis: Universidade Federal de Sta. Catarina, 2002.

SIERRA-BLAS, Verônica. "'Puentes de Papel'", Apuntes sobre las escrituras dela emigración". *Revista Horizonte Antropológicos*, 10 (22), Porto Alegre, 2004.

Extranjeros indeseables entre discursos y papeles. Ecuador y la inmigración china (1889-1944)*

*Chiara Pagnotta***

La inmigración originaria del Extremo Oriente en Ecuador a finales del siglo XIX y principios del siglo XX es un fenómeno poco explorado en la historiografía ecuatoriana y ecuatorianista. Este artículo pretende ampliar ese campo de estudios, indagando las relaciones entre la construcción del estado nación y el surgimiento de las ideas y categorías raciales en el Ecuador de la época a partir del caso específico de la inmigración china.[1]

Cabe partir de la constatación de que, hasta finales del siglo XX, la sociedad ecuatoriana se imaginaba a sí misma como una colectividad blanco-mestiza, de origen europeo. Fuera del proyecto ideal de nación en construcción se situaba a los grupos indígenas, a la población negra, y más en general a todos los inmigrantes no europeos. Las elites ecuatorianas estaban influenciadas por las ideas darwinistas de la época, y veían en la composición "racial" de la población un elemento significativo de su desarrollo.

Es cierto que, a lo largo del siglo XIX, la vida se vio progresivamente incluida en los cálculos del poder estatal y se puso en evidencia el *estado de población,* es decir, una mayor consideración de la importancia de la biología y de la salud de la nación como problema de gobierno. Convencionalmente, el liberalismo – como

* Este trabajo se enmarca en el proyecto de investigación I+D+i HAR2015-64891-P (MINECO/FEDER, UE), que se desarrolla en el seno del TEIAA, grupo de investigación consolidado por el Comissionat per a Universitats i Recerca del DIUE de la Generalitat de Catalunya.
** Taller de Estudios e Investigaciones Andino-Amazónicos/Universidad de Barcelona

ideología triunfante a finales del siglo XIX en casi todos los países occidentales- iba de la mano de una ampliación de los derechos individuales y de la igualdad entre los ciudadanos.[2] A menudo, esto derivó, para la mayoría de países americanos, en políticas migratorias discriminatorias sobre una base racial hasta bien entrado el siglo XX.[3]

De hecho, los liberales en el poder en Ecuador desde 1895 otorgaban gran importancia a la educación del pueblo – alcanzada a través de un proceso de civilización - a fin de superar el estadio de "barbárie" de la sociedad, el "mejoramiento de la raza" a través de la inmigración europea, especialmente anglosajona o alemana, y la paulatina secularización del Estado. La inmigración era vista no solo como recurso de mano de obra, sino sobre todo como instrumento de cambio social, de civilización y de modernización. Por consiguiente, todos 'los otros' identificados con el "mundo salvaje" eran un retazo del pasado que, permaneciendo en un estado evolutivo anterior, no podían aportar lo suficiente a la civilización; por el contrario, la inmigración de elementos norteuropeos se vuelve fundamental para el discurso ideológico de la época. Así, la construcción del Estado se realiza a través de una política que pretende, de una parte, atraer a una población civilizada, apta para la construcción del Ecuador ideal, con diferentes matices, y, de otra parte, excluir, educar o civilizar a quienes no coinciden con el proyecto nacional imaginado.

Concuerdo con Coronel[4] cuando afirma que los conflictos políticos que terminaron llevando al poder a los liberales ecuatorianos "conformaron un proyecto cultural civilizatorio que a la vez demarcó fronteras coloniales, estableciendo formas de inclusión y exclusión social". De manera paradójica, se trataba aquí de poner en marcha aquella discriminación racial que, en un plano teórico, era incompatible con las doctrinas liberales.

De otro lado, cabe destacar que la emigración había estado prohibida en China durante mucho tiempo. La derrota en la guerra del opio (1839-1842) abrió

las puertas del país al comercio extranjero y, en poco tiempo, el comercio de emigrantes (los *coolies*)[5] se convirtió en una actividad económicamente relevante.

En comparación con la cifra total de extranjeros residentes en Ecuador, la población china era bastante numerosa. Cuando en 1899 se realizó el primer 'censo piloto' limitado a la ciudad de Guayaquil, este certificó que, frente a 51.115 ecuatorianos, había 9.369 extranjeros (el 15,5% de la población): 5.368 peruanos, 1.318 colombianos, 642 chinos, 640 italianos, 296 españoles, 175 chilenos, 161 franceses, 120 jamaicanos, 103 alemanes y 85 ingleses[6]. Se observa claramente que la inmigración china se concentró, por lo menos entre finales del siglo XIX y comienzo del siglo XX, en la zona costera ecuatoriana. Efectivamente, el censo piloto de 1907 de la ciudad de Quito sitúa en 1.365 el número de extranjeros, que llegan a representar el 2,68% de la población residente en la ciudad (50.851 población total). Entre ellos se encontraban: 465 colombianos, 86 peruanos, 85 italianos, 61 españoles, 61 franceses, 43 alemanes, 17 norteamericanos. Cabe destacar cómo los chinos no aparecen entre las primeras nacionalidades presentes en la capital.[7]

Mi hipótesis es que fue precisamente el estado liberal el que implementó políticas 'racializadas' y 'racializantes' hacia este sector específico de población. Aunque estas políticas no fueran una novedad, fue el liberalismo en el poder en Ecuador el que las aplicó, o mejor dicho, trató de aplicarlas, en el país andino.

Mi interés en este texto es elucidar el aspecto cualitativo y legislativo acerca de la inmigración china, para llegar a entender la manera en la que se organiza el Estado ecuatoriano ante la población extranjera. Explorar la situación de un grupo específico de población me permite, por un lado, enfocarme en la progresiva construcción de la alteridad por parte de los poderes públicos y, por otro, desenredar la manera y los aparatos que el Estado pone en marcha para consolidarse (y, tal vez, desarrollarse) como tal.

A partir de un enfoque de historia cultural, he llevado a cabo la investigación a través de una amplia búsqueda documental en el Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores Alfredo Pareja Diezcanseco, en el Archivo Nacional – Fondo Ministerio del Interior para el periodo entre 1850 y 1950, y en la Biblioteca Ecuatoriana Aurelio Espinosa Pólit de la ciudad de Quito en Ecuador.

En un primer apartado de este trabajo, trataré de las ideas y los discursos sobre la 'raza' y la inmigración china; en el segundo, esbozaré unos temas que llevaron a la promulgación del decreto de prohibición a la inmigración china; a continuación, mostraré la puesta en marcha del aparato legislativo en la época liberal y su utilización para proceder a un bloqueo efectivo de la inmigración; finalmente, ofreceré algunas conclusiones de carácter general.

Alrededor de 'raza' e inmigración

En 1843, el conservador cuencano Benigno Malo, en calidad de Ministro del Interior y Exterior, se dirigió a los cónsules ecuatorianos en Europa para que promovieran contratos de colonización entre el Gobierno ecuatoriano y las compañías europeas que se afanaban en transferir colonos europeos y católicos a fin de ocupar las tierras baldías de la zona amazónica ecuatoriana[8]. Aquellas posturas favorables a la inmigración llevaron a la creación del Decreto de 1849, el cual, considerando el hecho de que "una población numerosa i inteligente es la base del poder i de la riqueza de las naciones,"[9] autorizaba la inmigración europea y afirmaba, entre otros puntos, que la tarea del Gobierno era controlar que la inmigración estuviera compuesta en su totalidad por elementos católicos, trabajadores y artesanos de buena conducta.

Por lo que concierne a la inmigración del Extremo Oriente, matiza el historiador Camilo Destruge que una de las primeras tentativas de favorecer una inmigración de culíes a Ecuador ocurrió en 1854, cuando el emprendedor ecuatoriano Nicolás Izquierdo solicitó al gobierno del general José María Urbina

(quien abolió la esclavitud en 1851) que se le permitiera introducir unos cuantos colonos asiáticos, ya que estos eran considerados un "elemento muy aprovechable, sobre todo por lo económico y resistentes, para los trabajos agrícolas".[10] El Ministro de Interior, Marcos Espinel, en respuesta a la petición, comunicaba al Gobernador de Guayaquil que

> (...) se ha cometido ya (en otras partes) el abuso de reducir a la condición de esclavos a los colonos asiáticos introducidos por empresas particulares; y el Gobierno se cree en deber de evitar a todo trance que semejante abuso se introduzca en este país que acaba de abolir la esclavitud de los africanos, y que se encuentra excogitando los medios para mejorar la suerte de los indígenas.[11]

Más tarde, en 1862, durante el primer gobierno de García Moreno, un residente en Lima, un tal Julián de Zaracondegui, dirigió al Gobierno una nueva propuesta para la introducción de hasta 4.000 asiáticos en el plazo de dos años. Esta vez el presidente García Moreno respondió favorablemente a la solicitud, pero el proyecto finalmente no vio la luz a causa de dificultades (no explicitadas por la fuente) del empresario mismo.[12] Finalmente, fue el doctor Vicente Piedrahíta quien hizo llegar a unos cuantos chinos para trabajar en sus haciendas agrícolas *Anasque* y *Palestina.* Destacan, en este caso específico, el gran número de suicidios por ahorcamiento que se produjeron entre los trabajadores.[13] Poco a poco esos grupos se fueron dispersando en el territorio.

Fue en coincidencia con la guerra del Perú, y a causa de ella, cuando muchos chinos asentados en el Perú se dirigieron hacia la costa ecuatoriana, siendo Guayaquil uno de los destinos principales.[14]

En todo caso, durante los años finales del siglo XIX se subsiguieron expresiones de interés por dirigir una inmigración de origen europeo hacia el país andino, aunque, a menudo, estas intenciones no se concretaron. En todo caso, el interés del Gobierno ecuatoriano por favorecer la colonización extranjera no impidió que, el 28 de agosto de 1886, fuese promulgada la primera ley sobre la condición de los inmigrados, que establecía que quienes fueran peligrosos para el

orden público podían ser expulsados del país. Aparecen aquí las primeras semillas de lo que la historiadora Mercedes Prieto define como el liberalismo del temor, es decir, el miedo de los grupos dominantes a la proximidad de los nativos,[15] y que según Lynch era el miedo de los liberales – más en general – que caracterizaba el periodo independentista y inmediatamente post-independentista, hacia la guerra de 'razas' y al conflicto social.[16]

En realidad, la prohibición del ingreso a Ecuador de un grupo de población particular no resultaba algo desconocido; se había dado ya primero respecto a los no católicos y, después, con los no blancos.[17] Las restricciones del tipo de inmigrantes de una nacionalidad específica son el inicio de una tendencia que se confirmará en el siglo XX. Conforme a lo afirmado por Foucault, se estaba configurando el dualismo entre una 'raza' 'sana' representativa de la 'normalidad' y la 'raza' de lo *untermenschen* compuesta por 'a-normales' que amenazan la puridad y la salud de la población[18]. De ahora en adelante, se verifica la creación de largas listas de extranjeros indeseables a los que habrá que prohibir la entrada en el territorio nacional. De otro lado, los esfuerzos de los gobiernos ecuatorianos – que se alternaron en el poder – para atraer una población europea, 'blanca' y 'civilizada', para blanquear el país no parecen haber dado plenamente sus frutos, ya que entre los principales grupos de extranjeros presentes en Ecuador, y en particular en la ciudad de Guayaquil, se encontraban primero los ciudadanos de países limítrofes y después los 'chinos'.[19]

El bloqueo a la inmigración del Celeste Imperio

En el Ecuador de finales del siglo XIX, con los gobiernos del *Progresismo,* la inmigración pasó a ser un tema en la agenda de gobierno. El presidente Antonio Flores (1888-1892) pretendía estimular la inmigración extranjera conformada por población 'blanca' en modo predominante sobre las otras 'razas'.[20] En este sentido,

se aseveró que la inmigración debía ser selecta, funcional al Ecuador y debía, en cualquier caso, 'blanquear' el país y 'mejorar la raza', ya que:

> Las razas europeas, superiores en todo á las asiáticas, son llamadas á suministrarnos el contingente útil e valioso de su inteligencia y aptitudes, acompañado del noble espíritu de familia y amor á la propiedad y al trabajo, que predomina en los inmigrantes de esas regiones y los arraiga fácilmente al suelo de su nueva patria. Bajo dos aspectos hay que examinar las ventajas ó desventajas de la inmigración, cualquiera sea su procedencia: atendiendo á la perfección o degeneración de los tipos que produce la mezcla de razas distintas, y bajo el punto de vista del fomento y desarrollo del comercio é industria fabril y agrícola, debido al concursos de nuevos brazos y capitales extranjeros. Pero el cruzamiento de las razas mongola y americana no puede mejorar, sino rebajar la condición de la nuestra (...).[21]

En esta fase se ampliaron las políticas proinmigratorias del Gobierno y se establecieron por primera vez estructuras para favorecer una inmigración que debía ser seleccionada. El 14 de septiembre de 1889 fue promulgado el decreto que prohibía tanto la inmigración china al Ecuador como el regreso al país andino de los chinos que salieran de él, e incluso parecía entenderse que se produciría una eventual expulsión de los chinos ya presentes en el territorio ecuatoriano en caso de que fuera necesaria para los intereses del país andino.[22]

La situación asemejaba a lo que unos años antes había pasado en los Estados Unidos. Primero, con el *Angell Treaty* del 1880, se había limitado temporalmente la inmigración de trabajadores chinos, y luego, en 1882, con el *Chinese Exclusion Act*, se prohibía por un periodo de 10 años la llegada de obreros bajo contrato. Asimismo, el Congreso amplió el período y aplicó medidas similares hacia varias comunidades asiáticas u orientales, entre ellas, la japonesa (con el *Gentlemen's agreement* de 1907).

Recuerdan Fitzgerald y Cook-Martín que el mismo Theodore Roosevelt, en 1897, cuatro años antes de ser presidente, elogiando la sabiduría contenida en el elegir la población inmigrante a partir de criterios raciales, advertía de los peligros de atraer a los chinos como sirvientes contratados, ya que, según él, estaban un eslabón por encima de los esclavos negros y aquellos habían sido traídos por los

plantadores en detrimento de los trabajadores libres y blancos.[23] En este sentido, aplicar criterios raciales significaba defender a los trabajadores blancos libres que podían verse desfavorecidos por un flujo masivo de inmigración forzosa.

Lo promulgado en Ecuador se enmarcaba entonces en unas políticas migratorias específicamente americanas que marcaron el fin de la libertad de movimiento en el Atlántico que había caracterizado el siglo XIX.

Cabe señalar que, en la segunda mitad del siglo XIX, muchos chinos habían sido llevados a Panamá para trabajar en la realización del proyecto francés del canal. Cuando la compañía quebró, en febrero de 1889, los obreros chinos contribuyeron a componer una masa de desempleados que asustaba a los gobiernos de los países limítrofes, temerosos de que pudieran emigrar hacia sus territórios.[24]

En el caso de Ecuador, parece que las élites en el poder consideraban al grupo inmigratorio chino potencialmente peligroso para el estado-nación imaginado y, a la vez, hacían referencia a la necesidad del Estado de proteger a los sectores populares nacionales de unos potenciales competidores. Según el mismo presidente Flores, el decreto de 1889 contra la inmigración china en Ecuador no fue consecuencia de una repentina ola migratoria china, sino de las presiones de la opinión pública. Flores temía también que los chinos pudieran ser víctimas de ataques racistas por parte de los ciudadanos ecuatorianos. Las razones de todo ello podían ser varias: por un lado, el temor de un "aluvión" chino; por otro, el consiguiente descenso del precio del trabajo derivado de la llegada de una mano de obra china más barata que la nacional que, por ende, hubiera enardecido los ánimos de las clases populares. De manera muy representativa del pensamiento de la época, Flores, casi justificándose, sostenía, además, que el cierre del país a la inmigración china iba dirigido más bien a bloquear la "inmigración proletaria que a impedir la venida de todo chino indistintamente."[25]Teniendo como horizonte el mejoramiento biológico de la población ecuatoriana y pensando que este podría

darse solo como consecuencia de la llegada de inmigrantes europeos, Antonio Flores temía que la nueva llegada de la población china pudiera espantar al flujo más deseable (para Ecuador) de inmigración de trabajadores europeos que, igualmente a los de nacionalidad china, habían quedado desempleados con el quiebre de la compañía francesa encargada del proyecto del Canal de Panamá.[26] Además, el presidente pensaba que, si los inmigrantes chinos llegasen al Ecuador, sería complicado expulsarlos y, por lo tanto, se debía proceder de manera preventiva. El decreto fue precisamente la manera como, según Flores, Ecuador logró evitar que una masa de desempleados chinos se trasladara al país andino.[27]

En los informes, recibidos por Flores, por parte de la Junta Consultiva de Agricultura y de la Cámara de Comercio de Guayaquil acerca de la inmigración china, se destacaba cómo ambos grupos económicos estaban en contra de una nueva inmigración china ya sea porque los chinos no resultaban asimilables y "formando una raza aparte, se apoderarían de todas nuestras fuentes de riquezas"[28] o porque "parecen ser los menos a propósito para satisfacer las verdaderas necesidades y aspiraciones del país, en razón del atraso moral, ideas y costumbres excéntricas á nuestra civilización".[29] Fundamentalmente, se sugería que el grupo no era útil, o era dañino, para el desarrollo del país andino.

Finalmente, en 1892, una vez que el 'peligro' de una inmigración masiva había sido evitado gracias al bloqueo establecido por Flores, parece que se aflojaron un poco las restricciones, y los chinos residentes en el país pudieron gozar de libre salida y vuelta de Ecuador y de la admisión de parientes y sócios.[30]

La puesta en marcha del sistema de identificación y control

En seguida, bajo los primeros gobiernos liberales, las políticas orientadas a incrementar la inmigración extranjera al Ecuador se reactivaron. La inmigración europea, según las ideas de las elites liberales ecuatorianas, debía estar compuesta predominantemente por campesinos que pudieran enseñar a los locales los

métodos de agricultura moderna para conducir al país al pleno de la economía mundial en calidad de exportador de productos tropicales. Tanto en el periodo liberal, como en el posterior periodo juliano, los grupos en el poder se preocuparon de las enfermedades y de desarrollar políticas de salud colectivas, también con un matiz en sentido racial.

En 1898, con los liberales ya gobernando el país desde 1895, se reafirmó la vigencia del decreto sobre la prohibición de la inmigración china y la expulsión inmediata de los nuevos inmigrantes de dicha nacionalidad. Además, se aprobaron una serie de medidas aptas para sancionar a los funcionarios públicos que fueran encontrados en actos de ayuda a la entrada de nuevos inmigrantes chinos.[31]

En las décadas entre los dos siglos, se estaba nuevamente considerando el peligro de que pudieran ingresar en el país "inmigrantes poco apreciables por sus condiciones étnicas, físicas o morales",[32] ya que

> (...) no siempre el elemento extranjero que entra al territorio nacional ofrece condiciones convenientes para los intereses del Estado. Todos los pueblos se preocupan ya de seleccionar su inmigración, al fin de crear una población moral y físicamente sana, sin posibles contagios ni atavismos perniciosos.[33]

Empezaron a difundirse ideas relacionadas con la necesidad de imponer obligatoriamente el pasaporte como instrumento de control de los movimientos de la población y la necesidad de permiso de residencia para los extranjeros.[34] En todo caso, no estaba claro qué instrumentos se podían utilizar para el control de las migraciones, ya que, entre otras cosas, la Constitución ecuatoriana de 1906 preveía el pasaporte solo en caso de guerra.[35]

La legislación vigente empezó a demostrar sus límites y era considerada poco eficaz en relación con el nuevo problema inmigratorio:

> La liberalidad de nuestras instituciones, que permiten la facultad de transitar por el territorio de la República, mudar de domicilio, ausentarse del Ecuador y volver a él, no debe llevarse tan lejos hasta producir el suicidio nacional, abriendo las puertas a individuos moral o físicamente enfermos.[36]

Varios sectores solicitaban una ley más restrictiva sobre la inmigración para evitar "la emigración de individuos perniciosos por su malas costumbres y porque vienen de propagandistas de doctrinas disociadoras a agitar la clase trabajadora".[37] Y, siguiendo en el mismo tono, parecía que esta ley hubiera "adquirido hoy más importancia que nunca, dada la peligrosa difusión de elementos malsanos que van esparciendo por el mundo la propaganda perniciosa y la anarquía".[38]

Luego, en 1909, para dar cumplimento a la legislación anterior y reglamentar de manera más estricta la presencia de los chinos en el país andino, se decidió crear un registro general de los chinos cuyo encargo en la compilación recaía en los gobernadores de las diferentes províncias.[39] Así pues, de aquel momento en adelante, los Gobernadores tenían que redactar anualmente el censo de cada Cantón bajo su jurisprudencia, y la jefatura de policía de cada Cantón tenía que guardar el registro original de los datos para que pudiera ser consultado por las autoridades en todo momento. Una copia de la inscripción debía ser entregada al registrado. Cada registro debía reportar una descripción personal y unas medidas antropométricas[40] y se tenía que hacer constar en él los datos relativos a ocupación, profesión, oficio o negocio del registrado.

Además, los chinos residentes en Ecuador que querían salir del país andino tenían que comparecer ante la Oficina de Gobernación del lugar en donde residían para la expedición del pasaporte, que debía ser entregado después de su legalización en el Ministerio de Relaciones Exteriores. Para la expedición de dicho pasaporte se requerían dos fotografías, una de frente y otra de perfil. Una vez de regreso a Ecuador, el viajero chino tenía que regresar al mismo lugar en el que había vivido anteriormente, o a un lugar donde ya estaban asentados otros chinos. Finalmente, se establecía un repartimiento geográfico en cuanto a las zonas en las que estaba permitida la presencia y el asentamiento de los chinos. Se permitía que estos residieran, o se establecieran, únicamente en zonas (o cerca de zonas) en donde ya estaban asentados otros ciudadanos chinos. Quien fuera encontrado en

un lugar diferente de los permitidos, e indicados en su partida de registro, podía ser expulsado a sus expensas, así como quien no se hubiera inscrito. Cabe matizar que en el artículo 10 de la Circular emitida por el Ministerio del Interior se lee que: "verificado anualmente en el Ministerio del Interior el cómputo de los chinos reinscritos en el nuevo año, y hecha la comparación con el establecido en el inmediato anterior, el excedente de los chinos, determinados por sorteo, será expulsado del país".[41]

En definitiva, se muestra claramente que fue gracias a la hegemonía política e ideológica alcanzada por los liberales como se puso en marcha todo un aparato de control y de restricción a la movilidad de este grupo poblacional.

Muros de papeles[42]

En las décadas que siguieron, el sistema de control fue haciéndose cada vez más complejo.[43] Conforme al Decreto Ejecutivo de 1920, que reglamentaba la expedición de pasaporte para los chinos residentes en Ecuador, el documento tenía que llevar una fotografía de frente y otra de perfil del solicitante. Para su emisión era además necesario un certificado, emitido por el Jefe Político del Cantón de residencia, que atestiguara que el solicitante sabía entender y hacerse entender en castellano. El solicitante tenía además que demostrar que sabía firmar. Antes de volver a Ecuador, el chino tenía que hacer visar su pasaporte por el Cónsul General de Ecuador en Yokohama, en el caso de que hubiera viajado a Asia, o en el Consulado de otras jurisdicciones, si así fuera el caso. Temiendo la falsificación del pasaporte y de la identidad del portador, los Cónsules eran responsables de cerciorarse de la identidad de los solicitantes. Se denegaba el visado del pasaporte en caso de que los chinos no supieran entender o hacerse entender en español, no supieran firmar, sus pasaportes hubieran sido expedidos más de dos años antes, no supieran dar explicaciones satisfactoria de Ecuador y de su último domicilio, o tuvieran menos de cuarenta años (y hubieran emigrado a Ecuador en un momento

en el que ya estaba vigente el bloqueo)[44]. El mismo decreto prohibía el desembarque en otros puertos que no fueran el de Guayaquil, en donde los agentes de la oficina de policía tenían que controlar la identidad de cada uno de los chinos que estaban volviendo a Ecuador.[45]

El posterior decreto de 1922 instituía, entre otras cuestiones, un nuevo empadronamiento para los chinos. Esta última ordenanza estaba en la línea de las anteriores y establecía, además, la posibilidad de utilización de la fuerza pública para obligar a los chinos a inscribirse en el censo. Las inscripciones tenían que ser gratuitas y las penas por la no inscripción podían variar entre una sanción pecuniaria, de dos a cuatro días de prisión, y la expulsión.[46]

Un ulterior endurecimiento de las prácticas de control se produjo en 1923, cuando un Acuerdo de las Cámaras de Diputados[47] solicitó adoptar medidas más estrictas para establecer la identidad de los chinos, y para que fueran expulsados aquellos que fueran menores de edad en la fecha de emisión del decreto de bloqueo a la inmigración china (1889).

Este endurecimiento legislativo ponía en evidencia cómo, durante todo este periodo, la inmigración china seguía produciéndose a pesar de una legislación que formalmente la limitaba[48]. Las razones son múltiples. Se destaca, como el Cónsul de China en Ecuador afirmaba, que el país andino había procedido de manera inadecuada en contra de la inmigración china, ya que esta se había convertido en un comercio (ilegal) para los empleados públicos ecuatorianos, encargados formalmente de cuidar de su bloqueo, pero que, en la práctica, hacían pagar montos considerables a quien solicitaba entrar en el país, sin tener en cuenta "nada de lo que se refiere a la selección de los mejores, más sanos y más inteligentes".[49] Si, de un lado, el diplomático chino clamaba en contra de la corrupción de los funcionarios ecuatorianos que se aprovechaban de las dificultades de la población china, de otro lado, es bien interesante matizar que él mismo utilizó el lenguaje darwinista de la época respecto a la "selección de los mejores, más sanos e

inteligentes". Básicamente, él parece estar pidiendo un cambio en las políticas migratorias del país andino, hacia un levantamiento del bloqueo indistinto a todos los chinos, y a favor de una selección a la entrada en base a criterios sociales y económicos.

Otras voces protestaron en contra de una legislación que había demostrado sus fallos en la tentativa de bloqueo y controles. Por ejemplo, el Gobernador de Guayas presionaba en contra del hecho de que los reglamentos eran burlados sistemáticamente cuando se concedían los duplicados de documentos para los chinos que supuestamente habían perdido el original. En opinión del Gobernador, se trataba de una estrategia orientada "para la introducción clandestina de un chino más que viene a aumentar la progresiva considerable invasión amarilla",[50] por tanto, según él, era mejor no conceder dicho duplicado. Además detallaba que había que proceder de la siguiente manera:

> Disponer que los certificados de nacionalidad concedidos por el Cónsul respectivo, sean extendidos en idioma español; que cada uno de esos certificados lleve la fotografía del interesado, la relación minuciosa de las condiciones dactilográficas del individuo, la designación del lugar de la República donde tiene su residencia habitual, ocupación, profesión, etc.; exigir todo esto, digo, será poner un medio más para el eficaz control en la inmigración asiática.[51]

El decreto prohibitivo contra la inmigración china se derogó el 1 de agosto de 1944, ya que Ecuador decidió adaptarse a las solicitaciones internacionales y proceder a la abolición de todos los criterios de discriminación racial.[52] Es cierto que estas solicitudes se habían verificado en el marco del Primer Congreso Demográfico Interamericano (1943), en el que se había puesto de manifiesto la necesidad de estudiar las tendencias de población. En aquella ocasión, se dieron recomendaciones para que los gobiernos procedieran a la formulación de los censos nacionales que tenía que tener lugar en el continente en 1950 (siguiendo el modelo de México de 1940). Entre las varias resoluciones, destacan las relativas al hecho de que los gobiernos representados se adhirieran a los principios aprobados

en el primer congreso de Patzcuaro, y otras sobre eugenesia y medicina social, entre otras.[53] Es bien interesante precisar cómo, bajo esta solicitación proveniente de un contexto demográfico e indigenista, Ecuador decidió abrogar su legislación en contra de la inmigración china. En todo caso, esta es otra historia que queda por escribir.

Conclusiones

Los resultados aquí presentados sugieren la necesidad de un replanteamiento de la relación entre estado, nación y etnicidad entre finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX. Los análisis sobre la construcción del estado nación en Ecuador se han dirigido a menudo hacia una versión más geopolítica y de construcción de fronteras nacionales externas. Este trabajo representa un primer avance de la autora en el estudio sobre el liberalismo en Ecuador y su papel en la construcción de las fronteras raciales. Como se ha demostrado en este texto, fue precisamente el liberalismo, una ideología en sus principios teóricos igualitaria, el que implementó unas políticas raciales en el país andino. Además, creo haber contribuido a entender el país ecuatoriano imaginado por las elites en el poder, a partir del análisis sobre la legislación aplicada a un grupo específico de no nacionales.

Anexos

1. Decreto de prohibición a la inmigración china

Antonio Flores
Presidente de la República del Ecuador

De conformidad con los principios del Derecho Internacional privado;
De acuerdo igualmente con las conclusiones del informe de la Comisión Consultiva de Agricultura de Quito, y de la Cámara de Comercio de Guayaquil,

DECRETA
Art. 1° – Prohíbese la entrada de chinos a la República.

Art. 2° – Los ya establecidos en territorio ecuatoriano podrán continuar residiendo en él, mientras el Ejecutivo no juzgue conveniente hacer uso del derecho que le confiere el art. 2° de la Ley de extranjeros de 28 de agosto de 1886.

Art. 3° – Si los chinos establecidos en el Ecuador saliesen del territorio ecuatoriano, no podrían volver á él.

Art. 4° – Las anteriores disposiciones regirán también para las Islas de Galápagos.

Art. 5° – El Ministro de lo Interior queda encargado del cumplimento de este Decreto.
Dado en el Palacio de Gobierno en Quito, á 14 de Septiembre de 1889.
A. FLORES

2. Derogación del Decreto Legislativo de 12 de Octubre de 1899

José María Velasco Ibarra
Presidente de la República

En ejercicio de los plenos poderes de que se halla investido

CONSIDERANDO
Que los ideales y fines de justicia internacionales deben ser consagrados mediante el criterio democrático encaminado a la supresión de desigualdades de carácter racial;
Que el primer congreso democrático interamericano celebrado en México en Octubre de 1943, recomendó a los países americanos el establecimiento de conceptos legales por los cuales se suprima toda política de discriminación racial;
Que los gobiernos de Canadá, Estados Unidos, Costa Rica, honduras y otros países han suprimido las restricciones que afectan a la dignidad humana;
Que la República China ha aportado y aporta el contingente de su esfuerzo en pro de las bases fundamentales del Derecho y la justicia universales,

DECRETA
Art. 1- Derógase el Decreto Legislativo de 12 de octubre de 1899.
Art. 2- Autorízase a la Dirección General de Seguridad y de Defensa Continental, para que proceda a otorgar los permisos de residencia definitiva a los ciudadanos chinos, actualmente residentes en el Ecuador, de acuerdo con las normas establecidas en la Ley y Reglamento de Inmigración y Extranjería, en actual vigencia.
Art. 3- La inmigración china en el Ecuador será regulada de acuerdo con las normas y convenios que se establezcan entre los Gobiernos correspondientes.
Art. 4- Encárguense de la ejecución del presente decreto los señores Ministros de Gobierno e Inmigración y Relaciones Exteriores.

Dado en el Palacio Nacional, en Quito, a 1° de Agosto de 1944.
J.M. Velasco Ibarra
El Ministro de Gobierno e Inmigración
Carlos Guevara Moreno
El Ministro de Relaciones Exteriores
C. Ponce Enríquez
Es copia.- El Subsecretario de Gobierno
J. E. Terán R.

[1] Michael Banton explica cómo, hasta alrededor de 1800, el significado principal de 'raza' era similar al de 'linaje', es decir, un grupo de personas que descendían de un ancestro común. (BANTON, 1987). Fue solo a lo largo del XIX cuando se empezó a clasificar a los seres humanos en diferentes grupos basándose en características fenotípicas.

[2] El inglés Thomas Marshall propone una lectura de la historia moderna de la ciudadanía basada en la progresiva inclusión de sujetos originalmente excluidos, y en la continua ampliación de los derechos de los ciudadanos, que culmina en el siglo XX con el reconocimiento de algunos derechos sociales fundamentales (T. H. MARSHALL 1964).

[3] D. FITZGERALD y D. COOK-MARTÍN, 2014.

[4] V. CORONEL en Valeria CORONEL y Mercedes PRIETO (coords.) (2010), pp.155-207.

[5] El termino *culi* se aplicó por primera vez a los sirvientes contratados que llegaban al subcontinente indio y, más adelante, a las migraciones de trabajadores por contrato provenientes desde India, China y otros países asiáticos y dirigidas hacia todo el Pacífico.

[6] ECUADOR. *Censo 1899*, en Octavio S. *Roca*: *Informe que eleva al Señor Ministro del Interior y Policía a la Intendencia de la Provincia del Guayas correspondiente al año de 1899*, Guayaquil: Tipografía "El Vigilante", 1900, anexo sin número de página. Hay que señalar la sustancial ambigüedad en la utilización del término chino para referirse a un sector específico de población, ya sea en Ecuador como en toda América Latina. En todos los países, a menudo, el término es utilizado para indicar la población originaria del Extremo Oriente en general, más que una nacionalidad específica. En este texto, y en los otros de mi autoría, he utilizado el término chino/china adaptándome al lenguaje de los documentos de la época, tal y como era utilizado en estos. Además, se puede ver cómo, con el consolidarse de la utilización del pasaporte, el término pasó a asumir un significado cada vez más preciso.

[7] VV.AA.: *Censo de la población de Quito,* 1 de mayo de 1906. Quito: Imprenta de El Comercio, 1906.

[8] ECUADOR. *Gaceta del Ecuador,* n. 511, 22 .10.1843.

[9] ECUADOR. *El Nacional*, n. 227, 1849, esp. 6186. Ortografía original.

[10] DESTRUGE, C., 1917, pp. 100-101, esp. p. 100.

[11] DESTRUGE, C., 1917, pp. 100-101, esp. p. 100.

[12] DESTRUGE, C., 1917, pp. 100-101, esp. p. 101.

[13] Escribe Destruge: "Se repetían los casos y Don Vicente estaba dado al demonio: hasta que a un su buen amigo se le ocurrió el medio eficaz de poner término a los suicidios, y aconsejó al doctor Piedrahíta llevarlo a práctica ejecución. Un buen día, en el que amaneció un chino pendiente de la cuerda, se reunió a los demás y ante ellos se cortó la cabeza al suicida, haciendo entender a los otros que de igual manera se procedería con cuantos tuvieran la ocurrencia de ahorcarse... 'Santo Remedio'. Como que entre las supersticiones de los asiáticos entra la de que el espíritu de un degollado no tiene entrada en el *paraíso*... y no vuelve a reencarnarse en jamás de los jamases... ". *Ibídem.*

[14] Isabelle Lausent-Herrera sitúa cómo alrededor de 100.000 trabajadores chinos fueron introducidos en Perú, a partir de 1849, para remplazar la mano de obra esclava negra ya sea en las islas guaneras o bien en haciendas azucareras y algodoneras. LAUSENT-HERRERA, I.: "Frentes pineros chinos y desarrollo regional en la selva central del Perú", en GARCÍA JORDÁN y SALA I VILA (coords.), 1998, pp. 127-154, pp. 127.

[15] PRIETO, M., 2004.
[16] LYNCH, J., 1998 [1986], pp. 257-9.
[17] PAGNOTTA, C., en DALLA CORTE CABALLERO; PIQUERAS CÉSPEDES y TOUS MATA (coords.), 2015, pp. 143-50. <http://americat.barcelona/uploads/ 20151105/8788485736645.pdf> Consultado el 28 nov. 2017.
[18] FOUCAULT, M., 1997.
[19] ECUADOR. *Censo 1899*, en Octavio S. *Roca.*
[20] FLORES, A., 1890, p. 17.
[21] PRESIDENCIA DE LA CÁMARA DE COMERCIO. *Informe de la Cámara de Comercio de Guayaquil,* agosto 26 de 1889, en FLORES, *Crédito y Derecho Público,* pp. 19-21, pp. 20.
[22] FLORES, A., 1890, p. 21. Véase anexo n. 1.
[23] FITZGERALD y COOK-MARTÍN, D. 2014, pp. 29-30.
[24] CHOU, 2002, pp. 22 *et seg.* <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/ public/documents/ icap/unpan045139. pdf> Consultado el 28 nov. 2017.
[25] FLORES, 1890, p. 17.
[26] FLORES, "Mensaje del Presidente de la República al Congreso Ordinario, Junio 10 de 1892", en NOBOA, 1907, pp. 113-49, p. 115.
[27] *Ibidem*, p. 115.
[28] BORJA, en FLORES, 1890, pp. 18-9, p. 19
[29] ECUADOR. PRESIDENCIA DE LA CÁMARA DE COMERCIO. "Informe de la Cámara de Comercio de Guayaquil", p. 20.
[30] FLORES, A., "Mensaje del Presidente de la República al Congreso Ordinario", Quito, Junio 10 de 1892, p. 115.
[31] ECUADOR. "Decreto Ejecutivo de 31 de enero de 1898", por el que se declara vigente el de 14 de septiembre de 1889" y "Decreto Legislativo de 12 de octubre de 1899", sancionado por el Ministerio de Ley, por el que se prohíbe la inmigración china al territorio de la República, reportados en ASPIAZU, 1933, pp. 100-2.
[32] TOBAR Y BORGOÑO, 1917, pp. XXXVII.
[33] *Ibidem*.
[34] *Ibidem*, p. XXXVIII.
[35] Constitución del 1906 art. 26 numeral 7. La situación daba lugar a diferentes interpretaciones y, en consecuencia, a distintas prácticas. Todas las distintas constituciones ecuatorianas pueden consultarse en la web de la Biblioteca de la Asamblea Nacional <http://constituyente.asambleanacional.gob.ec/ documentos/ biblioteca/pdf> Consultado el 22 ag. 2015.
[36] TOBAR Y BORGOÑO (1917), pp. XXXVIII. Adjunto al informe se encuentra el proyecto de reformas de la ley sobre la inmigración, que nunca saldrá a la luz; sin embargo, parece escrito tomando en cuenta las leyes restrictivas impuestas en los Estados Unidos: "PROYECTO de LEY de INMIGRACIÓN. El Congreso de la República del Ecuador, CONSIDERANDO: 1° Que es un atributo de la soberanía nacional regular la inmigración de extranjeros al territorio de la República; 2° Que es un deber que se relaciona con los intereses generales del país el procurar limitar en lo posible la inmigración de gente nociva a dichos intereses, DECRETA: Art. 1° prohíbese la inmigración de: 1) Idiotas; 2) Epilépticos; 3) Locos o personas que lo hayan sido dentro los cincos años anteriores o que

hayan tenido dos o más ataques de insania previos; 4) Mendigos, o personas que vengan a constituir un gravamen para el público; 5) Leprosos o personas afectadas de enfermedades repugnantes o contagiosas; 6) Personas convictas de crimen u otros delitos o fechorías que envuelvan depravación moral; 7) Polígamos; 8) Anarquistas o personas que sean devotas del derribamiento por fuerza o violación del Gobierno del Ecuador o de todo Gobierno; o de toda forma de ley, de los asesinatos de los funcionarios públicos; 9) Prostitutas o personas que procuren atraer a la prostitución, o mujeres para el propósito de prostitución; 10) Los que hayan sido expulsados del Ecuador como extranjeros perniciosos".

[37] Don Augusto Aguire Aparicio, cit en. PONCE: *Informe del Ministerio de Relaciones Exteriores* (Junio de 1920 - Junio de 1921), 1921, p. CLXXXVIII.

[38] AGUIRRE APARICIO. *Informe del Ministro de Relaciones Exteriores correspondiente al año de 1919*. Quito: Imprenta y Encuadernación Nacionales, 1919, p. 41.

[39] "Circular de 12 de enero de 1909, que reglamenta la permanencia de los chinos en el territorio nacional" reportada integralmente en ASPIAZU, 1933, pp. 102-5.

[40] Indicadas por el jefe político cantonal.

[41] ECUADOR. "Circular de enero 12 de 1909", p. 105. De momento no tenemos aún más información sobre este sorteo o si se llevó a cabo.

[42] Hacemos aquí referencia al subcapítulo *Murs de papiers: passeports et exclusion des chinois* en el libro de TORPEY (2005), pp. 123-9. En el capítulo, Torpey dibuja el sistema de registro e identificación puesto en marcha por Estados Unidos para limitar la inmigración china.

[43] Aunque nos consta que los registros de los chinos no se hicieron con una caducidad anual.

[44] Este decreto deja presumir que los hijos de chinos nacidos en Ecuador eran de nacionalidad ecuatoriana, de manera conforme al *jus soli* vigente en el país en base al que todos los que nacían en Ecuador eran ecuatorianos.

[45] ECUADOR. "Decreto Ejecutivo de 15 de marzo de 1920 sobre concesión de pasaportes a chinos residentes en el Ecuador que quisieran ausentarse del país y volver a él", reportado íntegramente en ASPIAZU, *Manual Consular del Ecuador,* pp. 106-9.

[46] ECUADOR. "Decreto Ejecutivo de 30 de marzo de 1922, por el que se expide el Reglamento para un nuevo empadronamiento de los chinos residentes en la República", reportado íntegramente en ASPIAZU, 1933, pp. 111-3.

[47] "Acuerdo de la Cámara de Diputados dictado el 23 de agosto de 1923, excitando al Ministerio de Policía para que proceda a adoptar medidas que establezcan la identidad de los chinos residentes en el territorio de la República a fin de que sean expulsados aquellos cuya edad fuera menor a la fecha en que se expidió la ley prohibitiva de la inmigración asiática", reportado íntegramente en ASPIAZU, 1933, pp. 115-6.

[48] Sobre la inmigración china a Ecuador y su asentamiento véase el trabajo de CARRILLO, RAMIREZ (ed.), 2012, pp. 169-32.

[49] ORELLANA (1924), en La transición del poder ejecutivo en el Ecuador, AB-AEP 97-98. p. 97

[50] Cit. en PONCE, 1924, p. 274.

[51] Cit. en PONCE, 1924, p. 274.

[52] ECUADOR. Registro Oficial Nº 55, 5 ag. 1944. Véase Anexo n. 2.

[53] GIRAUDO, em BUSTAMANTE; GIRAUDO y MAYER (eds.), 2014, pp. 127-97, p. 164.

Referencias bibliográficas

AGUIRRE APARICIO (1919). A. *Informe del Ministro de Relaciones Exteriores correspondiente al año de 1919*. Quito: Imprenta y Encuadernación Nacionales.

ASPIAZU, A (1933). *Manual Consular del Ecuador Manual Consular del Ecuador*. Ambato – Ecuador: Tip. A. M. Garcés.

BANTON, Michel (1987). *Racial Theories*. Cambridge: Cambridge University Press.

CARRILLO, A. (2012). "Comerciantes de fantasías: el Estado ecuatoriano ante la inmigración china a Quito", en Jacques RAMIREZ (ed.): *Ciudad-Estado, inmigrantes y políticas*. Quito: IAEN, pp. 169-232.

CHOU, Antonio (2002). "Los chinos en Hispanoamérica". *Cuadernos de ciencias sociales*, 124, pp. 22 *et seg.* <http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/ icap/ unpan045139. pdf> Consultado el 28 nov. 2017.

CORONEL, V. 2010). "El discurso civilizatorio y el lugar del trabajo en la nación poscolonial", en Valeria CORONEL y Mercedes PRIETO (coords.): *Celebraciones centenarias y negociaciones por la nación ecuatoriana*. Quito: Flacso Ecuador/Ministerio de Cultura, pp.155-207.

FITZGERALD, D. y COOK-MARTÍN, D. (2014). *Culling the Masses. The Democratic Origins of Racist Immigration Policy in the Americas*. Cambridge (Massachusetts)/London: Harvard University Press.

FLORES, A. (1890). *Crédito y Derecho público. Inmigración China. Cartas de S. E. El Presidente de la República del Ecuador a sus Ministros*. Quito: Imprenta del Gobierno, 1890.

_____ (1907). "Mensaje del Presidente de la República al Congreso Ordinario. Quito, Junio 10 de 1892", en Alejandro NOBOA: *Recopilación de mensajes dirigidos por Presidentes y Vicepresidentes de la República Jefes supremos y Gobiernos Provisorios a las Convenciones y Congresos Nacionales desde 1819 hasta nuestros días. Tomo IV*. Guayaquil: Imp. de EL TIEMPO, 1907, pp. 113-49.

FOUCAULT, Michel (1997). *Il faut défendre la société*. Paris : Seuil Gallimard.

GIRAUDO, L. (2014) "Entre 'atraso estadístico' e 'indigenismo científico': Uniformar los censos y definir a los indígenas en las Américas", en Jesús BUSTAMANTE; Laura GIRAUDO y Leticia MAYER (eds.): *La novedad estadística. Cuantificar, cualificar y transformar las poblaciones en Europa y América Latina, siglos XIX y XX*. Madrid: Ediciones Polifemo.

LAUSENT-HERRERA, I. (1998). "Frentes pineros chinos y desarrollo regional en la selva central del Perú", en Pilar GARCÍA JORDÁN y Nuria SALA I VILA (coords.): *La nacionalización de la Amazonia*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona, pp. 127-54.

LYNCH, J. (1908). *Las revoluciones hispanoamericanas 1808-1826*. Barcelona: Editorial Ariel, [I ed. 1986].

MARSHALL, T. H. (1964). *Class, citizenship, and social development essays*. Garden City: N. Y: Doubleday.

PAGNOTTA, C. (2015). "El Ecuador republicano y las migraciones transoceánicas (XIX)", en Gabriela DALLA CORTE CABALLERO, Ricardo PIQUERAS CÉSPEDES, y Meritxell TOUS MATA (coords.): *Construcción social y cultural del poder en las Américas*, Barcelona, Universidad de Barcelona - Casa América Catalunya - Casa de Velázquez, pp.

143-50. <http://americat.barcelona/uploads/20151105/8788485736645.pdf> Consultado el 28 nov. 2017.

PONCE, Nicolás Clemente (1921). *Informe del Ministerio de Relaciones Exteriores. Junio de 1920 - Junio de 1921*.Quito: Imprenta y Encuadernación Nacionales.

_____ (1924). *Informe del Ministero de Relaciones Exteriores, junio de 1923-junio de 1924*. Quito: Talleres Tipográficos Nacionales.

PRIETO, M. (2004). *Liberalismo y temor. Imaginando los sujetos indígenas en el Ecuador postcolonial, 1895-1950,* Quito: Flacso-Ecuador- Abya Yala.

TOBAR Y BORGOÑO, C. M. (1917). *Informe que el Ministro de Relaciones Exteriores presenta a la Nación. 1917*, Quito, Imprenta y encuadernación nacionales.

TORPEY, J. (2005). *L'invention du passeport. États, citoyenneté et surveillance.* París: BeRlin.

Trajetórias, Dilemas e Tensões da Colônia Espanhola no Amazonas (1901-1921)*

*Maria Luiza Ugarte Pinheiro***

Este artigo aborda o processo de deslocamentos de espanhóis para a Amazônia. Desde o período colonial, a região Norte do Brasil foi alvo de muitos movimentos migratórios, mas foi somente no último quartel do século XIX que o processo se acentuou, quando então grandes contingentes populacionais rumaram em direção à Amazônia, então mobilizada pelo imperativo da produção extrativa da borracha.[1] Com efeito, a borracha havia se tornado matéria prima estratégica para o desenvolvimento da indústria capitalista em expansão, o que determinou sua valorização no comércio internacional. Coube às elites econômicas e políticas locais, patrocinadas pelo capital estrangeiro, promoverem a montagem da infraestrutura básica para garantir o acesso ao produto, o que significava enfrentar os gargalos que se interpunham no processo produtivo, dentre os quais, despontava a escassez de mão-de-obra. [2]

Como consequência dessa nova configuração abriu-se um período de forte investimento, público e privado, motivando a entrada de imigrantes nacionais e estrangeiros, e gerando um processo sem precedentes de expansão demográfica que modificaria sensivelmente a face da Amazônia. O processo foi complexo e se desenvolveu em várias frentes e direções. Para os trabalhos na extração do látex,

---

* O presente artigo faz parte das reflexões do projeto que venho desenvolvendo como bolsista junto ao CNPq/CAPES.

** Professora da Universidade Federal do Amazonas. Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

espraiados pelo vasto sertão amazônico, foram mobilizados principalmente migrantes nordestinos, vindos prioritariamente dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Maranhão; enquanto para a estrutura gerencial, para os serviços urbanos, e atividades comerciais concentradas nas principais cidades amazônicas – notadamente Belém e Manaus – foram atraídos também, e principalmente, imigrantes estrangeiros. Manaus, *lócus* dessa investigação, foi, assim, marcada pela presença de imigrantes vindos de diversas partes do globo que, por motivos distintos, acabaram encontrando na cidade um espaço de acolhimento e sobrevivência, mas também de reconstrução identitária advinda do imperativo da assimilação à uma nova ambiência cultural.

Adensada pela forte presença de imigrantes, as dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais da capital amazonense ampliaram-se significativamente, gerando um espaço urbano dinâmico e complexo, já que constituído por múltiplas relações sociais, de indivíduos e grupos não apenas distintos, mas, por vezes, antagônicos. [3] Nesse sentido, é nosso interesse desenvolver uma reflexão inicial sobre os espanhóis que se deslocaram para o Amazonas durante a expansão da economia gomífera, que acabaram por se concentrar de forma mais sistemática na cidade de Manaus, capital do Estado e um dos mais importantes entrepostos comerciais da borracha no período. [4]

A análise da imigração espanhola para o Amazonas ainda não recebeu o tratamento analítico adequado por parte da historiografia regional, que a registrou, quase sempre, como mero dado estatístico, diluída no contexto mais geral da imigração estrangeira do período.[5] Pretendemos explorar as dimensões de sua diversidade étnica, as ações e atividades que, empreendidas na cidade, estruturaram o processo de integração e assimilação dos espanhóis no interior da sociedade amazonense, procurando assim avaliar sua importância no contexto sociocultural naquele Estado. Em especial, queremos perceber como os próprios imigrantes

espanhóis pensaram essa integração e assimilação no contexto amazônico e a traduziram em jornais que a própria comunidade fez circular na cidade nas duas décadas iniciais do século XX.

Destinados prioritariamente aos leitores espanhóis (de seu país de origem e da colônia amazonense), tais periódicos voltaram suas atenções para problemas e questões que afligiam especialmente esse segmento étnico, sendo, portanto, fundamentais para o estudo dos problemas, dilemas, demandas, aspirações, interesses e expectativas desta comunidade de imigrantes em Manaus. Acompanhando José de Souza Martins, nossa análise também se preocupará em tratar diferentes nacionalidades de forma distinta, levando em consideração o período e os países para os quais essas pessoas se deslocaram, além de averiguar as circunstâncias dessas travessias e as cidades onde se localizaram esses imigrantes.[6]

O período que vai do final do século XIX às décadas iniciais do século XX constitui momento rico para o estudo da imigração no Brasil, já que a dinâmica socioeconômica do país, marcada tanto pela crise do modelo escravista, como pela dinamização econômica pautada numa nova divisão internacional do trabalho, propiciou a entrada massiva de imigrantes estrangeiros, dentre os quais despontaram italianos, portugueses e espanhóis. [7]

Uma das explicações para o fenômeno do deslocamento em massa de europeus para a América (e para o Brasil) está fundamentada nas profundas transformações pelas quais passava a Europa, em especial pelo fato do desenvolvimento do capitalismo ter avançado sobre áreas rurais e, em consequência, ter deixado milhares de camponeses sem trabalho. Outras se referem ao comportamento agressivo desempenhado pelo imperialismo na América Latina e ainda ao crescente desenvolvimento tecnológico que "resultou na revolução dos transportes, diminuindo a distância entre os continentes, com a navegação a vapor".[8] Ismênia Martins assevera que a "imigração se transformou

em um grande negócio", unindo interesses que iam da marinha mercante, passavam pelas companhias de navegação e chegavam à formação de uma "rede de agente locais que investia no assédio à população pobre, sobretudo camponesa, para mediar a emigração". [9] Já Josep Buades, referindo-se especificamente à emigração espanhola para as Américas, destaca que:

> (...) foi um fenômeno com múltiplas causas, as razões econômicas predominaram. No entanto, também houve um fluxo migratório notável devido a exílios políticos. A conturbada história do século XIX espanhol provocou contínuas saídas de exilados, que temiam represálias pela sua militância passada. A imposição do serviço militar obrigatório também motivou algumas migrações. Para as economias familiares, resultava numa penosa carga ter de perder por vários anos o trabalho agrário dos homens jovens.[10]

Mesmo com intensidades diferenciadas, o fenômeno de atração de imigrantes atingiu também outras áreas do país que estavam sendo dinamizadas pela expansão capitalista. Na Amazônia, a borracha havia, desde 1880, transformando-se no segundo produto mais importante da pauta de exportações brasileiras, e isso significou um deslocamento dos interesses do capital em direção à região, visando tanto o controle gerencial do processo produtivo, quanto o franco acesso àquela matéria prima.[11] A consequência direta desse processo foi que, centralizando as ofertas de borracha, os Estados do Pará e do Amazonas dinamizaram não apenas suas economias, mas também um processo de urbanização e modernização sem precedentes, abrindo oportunidades de trabalho e renda, logo percebidas pelos países europeus, empenhados que estavam em exportar seus "excedentes populacionais". Conforme argumentou Eric Hobsbawm, a modernização capitalista das principais economias europeias desestruturou a tradicional produção agrária, concentrando terras e marginalizando parcela significativa de trabalhadores rurais[12] que, despossuídos, se viram como rejeitados em seus próprios países. O que os impulsionava a partir era o desejo de '*fazer a América*', na esperança de ganhar o suficiente, (...) comprar uma propriedade

ou uma casa e, (...), adquirir o respeito dos vizinhos em alguma aldeia siciliana, polonesa ou grega."[13] A situação descrita por Hobsbawm destaca a íntima relação da condição de imigrante com o trabalho, sendo este, ao fim e ao cabo, o elemento definidor do que vem a ser o imigrante, conforme salientou Abdelmalek Sayad: "Um imigrante é, essencialmente, uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito".[14]

Se é certo que na Europa havia desassossego pela falta de trabalho,[15] é certo também que havia esperanças em uma vida diferenciada além-mar, como mencionou Hobsbawm. Do outro lado do Atlântico, emergiam imagens poderosas de oportunidades de emprego e de facilidades e farturas sem fim. No Norte do Brasil, um propagandismo nada escrupuloso chegou a revitalizar míticas imagens do *El Dorado*, agora associado ao ambiente de extração do látex em meio à floresta tropical. Em paralelo, os governos dos Estados do Norte investiram pesados recursos em projetos urbanísticos que, inspirando-se em Paris, baniam referências do passado regional, calcado nas imagens da natureza e dos povos indígenas. Exemplo extravagante e ambicioso, em 1896, Manaus inaugurou um teatro monumental, vitrine maior do sucesso de sua transição em direção ao futuro. Contextualizando o momento a partir de uma perspectiva global, Hobsbawm comenta:

> Mas se o progresso era tão poderoso, tão universal e tão desejável, como explicar essa relutância em acolhê-lo ou mesmo em participar dele. Seria simplesmente o peso morto do passado, que gradual, desigual, porém inevitavelmente seria tirado dos ombros daquelas parcelas da humanidade que ainda se dobravam sobre seu peso? Em breve seria erguida uma ópera, aquela catedral característica da cultura burguesa, em Manaus, 1600 quilômetros acima da foz do Amazonas, no meio da floresta equatorial primitiva, com os lucros do *boom* da borracha, cujas vítimas indígenas sequer teriam, lamentavelmente, oportunidade de apreciar *Il Trovatori*?.[16]

Com efeito, até aproximadamente 1870, Manaus não passava de um lugarejo acanhado e desprovido de atrativos, com uma parca população, majoritariamente

constituída por indígenas, em meio a parcelas menos expressivas de mestiços e brancos, alguns dos quais estrangeiros.[17] A conjuntura especial propiciada pela borracha foi paulatinamente modificando essa fisionomia da cidade e também a composição de seus habitantes. Na virada para o século XX, Manaus floresceu e seu espaço urbano se transformou, emergindo uma infinidade de prédios públicos e melhoramentos urbanos que agora a apresentavam como 'vitrine do progresso'.[18] Ampliaram-se também os serviços de abastecimento de água potável, tratamento de esgotos e transportes coletivos, dentre outros. Da mesma forma, a cidade presenciou pioneiramente a introdução de tecnologias de ponta, como a iluminação elétrica, linhas de bondes movidas à eletricidade, além de telégrafo e sistema de telefonia.

A urbanização de Manaus dinamizou o comércio e abriu postos de gerenciamento tanto na burocracia estatal que se ampliava quanto no sistema privado, sendo comum, neste último caso, que firmas estrangeiras concessionárias dos serviços públicos buscassem pessoal qualificado em seus próprios países. De forma bem diversa do que ocorrera na segunda metade do século XIX, o visitante estrangeiro que chegava a Manaus, tendia a exaltá-la, registrando com entusiasmo e satisfação os avanços da civilização nos trópicos.[19]

Nesse contexto de transformações modernizadoras, a política de incentivo à imigração estrangeira buscou responder não apenas à falta crônica de mão de obra especializada, necessária aos empreendimentos urbanos, mas também fortalecer posturas ancoradas nas ideias eugênicas que estavam em voga no país[20] e que haviam penetrado no imaginário das elites dirigentes amazonenses como uma possibilidade de 'melhorar a qualidade' da população amazônica.[21]

Foi a partir dessa conjuntura que se buscou trabalhadores que possuíssem níveis educacionais elevados e maior qualificação técnica, pois a economia gomífera necessitava de quadros técnicos capazes de atuar nas atividades de

financiamento, transporte, comercialização e aperfeiçoamento do produto e da produção. Não foi, todavia, o que ocorreu, já que a imensa maioria do contingente populacional estrangeiro que se deslocou para o Amazonas não apresentava os níveis desejados de qualificação técnica e ou educacional.

Os números gerais acerca da entrada de imigrantes na Amazônia na virada do século XIX para o XX são bastante rudimentares e imprecisos, mas dão a medida de sua grandiosidade. Celso Furtado calculou o contingente entrado na região entre os anos de 1872 e 1910 em pelo menos 500.000.[22] Embora o destino final pretendido fossem as áreas de extração do látex nos diversos e longínquos seringais incrustrados na selva, parte significativa desses imigrantes engrossaram as fileiras de indivíduos pauperizados que passaram a vagar pelas cidades da região. Com relação especificamente à imigração espanhola para a Amazônia, as primeiras referências estão relacionadas ao século XIX e ligadas ao governo do Pará, que objetivava incentivar a colonização em áreas consideradas pouco povoadas e a construção da estrada de ferro de Bragança. Ressalte-se que a quase totalidade dos estrangeiros que participaram desses empreendimentos era composta por espanhóis.[23]

Espanhóis foram também empregados na construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Segundo Francisco Foot Hardman, "foram importados, entre 1907 e 1912, 21.817 trabalhadores, de cerca de cinquenta nacionalidades diferentes...", [24] predominando antilhanos, barbadianos e espanhóis, mas também contando com número alto de portugueses, gregos, italianos e franceses.[25] Os trabalhos de construção da ferrovia foram marcados por problemas e conflitos, deles dando ciência a crônica jornalística de Manaus e Belém. Assim, uma reportagem realizada em 1908 abordava o drama vivenciado por nada menos que 300 espanhóis, que haviam embarcado no vapor norueguês *Amanda*, em Cuba, com destino ao rio Madeira, exatamente para trabalhar na ferrovia. Aportando em

Belém, para manutenção, muitos espanhóis, tomados pelo desespero e pelo arrependimento, lançaram-se ao mar – alguns sem saber nadar –, sendo recolhidos por embarcações que estavam nas proximidades. O caso veio a público, provocando conflitos entre os consulados americano e espanhol e o governo brasileiro. Uma vez em terra, os espanhóis denunciaram maus tratos sofridos durante a viagem e informaram que "foram iludidos na sua boa-fé, por promessas que acabam de ver não passam de embustes bem urdidos com o único fim de conseguir o embarque".[26] A *Sociedade União Hespanhola de Socorro Mútuos do Pará*, conjuntamente com o consulado espanhol em Belém tomaram a frente do processo, conseguido "fazer desembarcar cento e noventa e nove das vítimas".[27]

Restringindo a abordagem à capital amazonense, os números de imigrantes são menores, mas ainda assim significativos: Em 1872, havia, em Manaus, 29.334 habitantes; em 1890 esta cifra subiu para 38.720, para dez anos depois (1900) alcançar a marca dos 52.040.[28] Em 1907, a população da cidade era calculada em 60.000 habitantes, sendo pelo menos 10.000 estrangeiros (portugueses, espanhóis, italianos, ingleses, franceses, alemães, venezuelanos, colombianos, etc.). Sobre os estrangeiros em Manaus, o sanitarista Hermenegildo de Campos registrou que a maior colônia era constituída por portugueses e "em segundo lugar a dos espanhóis, avaliada em 1.400 a 1.500" pessoas.[29]

Na composição da população de Manaus predominava "o elemento masculino", pois a imigração familiar e mesmo de mulheres foi pequena. Houve exceções, segundo Samuel Benchimol, os judeus desenvolveram uma "migração familiar, acompanhada de mulher e filhos".[30] Embora a imigração familiar e de mulheres sozinhas tenha sido muito pequena, elas estiveram na região e, mesmo que em número reduzido, deixaram impressas as suas marcas. A imigração espanhola para o Amazonas manteve esse padrão, já que nas primeiras décadas do

século XX as mulheres representavam apenas 12% da comunidade espanhola na capital do Estado, sendo bem mais raras no interior. [31]

O impacto desses imigrantes no contexto manauara foi significativo e sua importância extrapolou em muito o mero dado estatístico. Uma vez em Manaus, os espanhóis assumiram diversas funções. Ocuparam posições no comércio local e no serviço público: trabalharam como amanuenses, caixeiros e carregadores do porto; abriram grandes e pequenos empreendimentos como firmas aviadoras, mercearias, padarias, casas de secos e molhados, armarinhos e lojas de ferragens. Estiveram ainda presentes no universo mais árduo do trabalho das fábricas e oficinas, no comércio formal e informal e nas empresas concessionárias dos serviços públicos. À exceção dos ingleses, que em Manaus primaram, em grande medida, pela construção de espaços restritos à sua comunidade de origem e pela manutenção de posturas de afastamento frente à sociedade local, a maioria dos estrangeiros buscou interagir com a comunidade e mesmo nela integrar-se.[32]

A presença de espanhóis no mundo do trabalho em Manaus foi particularmente importante, já que, partilhando a cidade com os locais e com os migrantes nacionais recém-chegados, vindos principalmente do Nordeste, os estrangeiros, por suas experiências e contatos com as reivindicações e lutas populares de seus países, agregaram valor aos movimentos sociais amazonenses e às suas lutas por direitos e melhorias nas condições de vida e trabalho. Destes imigrantes saiu gama expressiva de militantes anarquistas e socialistas, que exerceram na cidade forte influência entre o operariado local, dentre eles, o socialista espanhol Joaquim Azpilicueta. Qualificando o debate e as lutas que começavam a se esboçar no cenário local, tais lideranças fizeram isso tanto por meio de ações diretas de enfrentamento quanto pelo propagandismo da imprensa operária amazonense. [33]

Em um cenário conflagrado, em que emergiam importantes dissenções entre os trabalhadores, o gráfico espanhol Joaquim Azpilicueta, originário da cidade de Pamplona, em Navarra, emergiu como uma importante voz contemporizadora, se dizendo contrário à "luta entre os operários", por entendê-la como "inglória, prejudicial e contraproducente", sendo, no entanto,

> (...) completamente solidário com todos os que queiram concorrer à futura transformação social, dentro da evolução, chamem-se socialistas de Estado – grupo a que pertenço –, coletivistas ou sindicalistas.[34]

A atuação na imprensa e pela imprensa foi também pedra de toque para a organização e defesa dos interesses das comunidades estrangeiras em Manaus. Nela os espanhóis imprimiram significativas marcas. Uma imprensa produzida por e para imigrantes[35] tomou acento, desde cedo, no cenário amazonense, já que no período compreendido entre 1893 e 1923, foram ali publicados pelo menos 25 jornais ligados às comunidades estrangeiras, seis deles pela colônia espanhola: *El Hispano-Amazonense* (1901)*; La Voz da España* (1901-1907)*; Centro Español* (1902-1903); *La Union* (1903)*; El Español* (1903) e *El Hispano-Amazonense* (1918-1921).[36]

O processo de organização das comunidades estrangeiras em Manaus não apenas favoreceu e determinou a produção de uma imprensa comunitária, como também criou agremiações e associações com o intuito de fortalecer interna e externamente os laços identitários e de solidariedade entre seus integrantes. Tanto os jornais quanto as agremiações buscaram estreitar laços com seus países de origem, construindo redes de solidariedade para resolução dos problemas comuns que os atingia. Em todo o período analisado, foi comum acompanhar na imprensa espanhola queixas relacionadas à carência de moradias, à falta de emprego, à uma alimentação cara e escassa, além de uma rotina de doenças e epidemias.

Embora os espanhóis tenham se constituído na segunda maior colônia de estrangeiros radicada em Manaus, pouco se conhece de sua história, sendo ainda

mais difícil acompanhar a vivência dos segmentos mais populares. Essa pouca visibilidade nos leva a recorrer a fontes que, muitas vezes, os flagram em atitudes consideradas conflitivas e transgressoras.[37] Com relação aos espanhóis de melhor condição social, podemos rastreá-los através dos diários da imprensa local, em colunas que tratavam de política, economia e da vida em sociedade, nos periódicos voltados para suas comunidades de origem, nas atas e documentos da Associação Comercial e das associações beneficentes que criaram, além de referências esparsas de viajantes e memorialistas. Neles, é possível vê-los e encontrá-los à frente de pequenos comércios e empresas e de instituições e órgãos beneficentes de destaque na cidade:

> Não se pode olvidar o papel representado por famílias e empresários espanhóis que atuaram na Amazônia, no princípio do século, e durante o ciclo da borracha. (...) Os espanhóis e seus descendentes, tanto os de Belém quanto os de Manaus, ou do interior, tiveram bom desempenho, direta ou indiretamente, por meio dos seus descendentes bolivianos, peruanos e colombianos, durante esse ciclo nas praças de Iquitos, Letícia, Guajará-Mirim e Cobija, que foram, naquela época, importantes empórios e portos fluviais de exportação de borracha.[38]

A comunidade espanhola, ao contrário da portuguesa,[39]parecia possuir uma realidade diferenciada nos primórdios de sua instalação em Manaus, enfrentando diversos problemas internos, que em muito dificultaram sua organização e coesão para o enfrentamento de uma nova vida num outro país. Com efeito, os diários da cidade e os próprios periódicos da colônia noticiavam diversos conflitos, como, por exemplo, o relacionado à escolha da representação consular no Amazonas. Assim, em 1905 a *Sociedad Union Española* convidou seus integrantes para uma reunião cujo objetivo era *"protestar del pleno atropelo de que fuemos victimas en nuestros derechos de Españoles con el nombramiento de un vice-consul contra nuestra voluntad soberana…"*. [40]

As querelas com patrícios foram comuns, principalmente entre aqueles que tencionavam destacar-se como lideranças no seio da comunidade. Exemplo maior

de tais entreveros foram os ocorridos entre o trabalhador gráfico Joaquim Azpilicueta, com grande influência no seio do operariado amazonense, e o empresário Julio Minuesa Merchan, vinculado a associações beneficentes e repatriadoras espanholas e proprietário do jornal *La Voz de España*. Enquanto Azpilicueta expressava-se por meio de sua coluna *Cosas de España*, utilizando-se do pseudônimo *Navarro de Pamplona*, Merchan respondia através de panfletos que, algumas vezes, acompanhavam seu jornal, assinando como *El Madrileño de Vallecas*.

Pela leitura dos jornais, foi possível detectar entre as lideranças espanholas um fenômeno que não encontramos para outras comunidades estrangeiras radicadas na cidade. Trata-se do largo uso de pseudônimos que as lideranças espanholas de Manaus lançaram mão, quase sempre referenciando suas cidades e regiões de origem. Para nós reside aí uma pista importante para a compreensão dos conflitos internos, estando estes relacionados a disputas étnicas e nacionalistas ainda vívidas entre os espanhóis e que, uma vez deslocados para a Amazônia, transpuseram aquelas tensões e conflitos para o outro lado do Atlântico, fazendo com que a comunidade espanhola fosse, pouco a pouco, adquirindo fama de turbulenta. Em matéria veiculada em junho de 1905 e dirigida aos integrantes da comunidade espanhola, um importante jornal de Manaus denuncia a escalada de violência no interior da comunidade, informando que *"nesta luta terrível entre os seus patrícios… tem havido assassinatos nas esquinas e envenenamentos no meio da rua; navalhadas à luz do sol e tiros à meia noite…"*.[41] Com efeito, naquele momento a comunidade demonstrava estar visivelmente fracionada, disputando espaços de poder e reagindo à recente escolha do vice-cônsul espanhol em Manaus. Os jornais da colônia passaram a reverberar o conflito, disseminando denúncias e xingamentos.[42]

Os desentendimentos ocorridos no seio da comunidade tornavam difícil, mas não impossível, a unidade da colônia espanhola e a construção de projetos comuns. Os espanhóis criaram espaços de sociabilidade e movimentos de

solidariedade voltados para o amparo dos membros mais fragilizados da comunidade. Criaram instituições assistencialistas, repatriadoras e de socorros mútuos que, além de tentar manter a comunidade unida, prestaram sensível apoio aos patrícios que caíram na miséria e na indigência. A ideia da manutenção da unidade veio principalmente pelos empreendimentos jornalísticos, como foi o caso, por exemplo, do *La Voz de España*, fundado e dirigido por Júlio Minuesa Merchan e José Diaz Lopez. Sendo um dos primeiros jornais da comunidade, o *La Voz de España* tinha o claro propósito, não apenas de 'falar para ela', mas também, e acima de tudo, 'falar em nome dela'. Em um de seus primeiros artigos – *Unámonos* –, externava as preocupações com o marasmo e desunião da comunidade, finalizando com a conclamação para que os espanhóis despertassem do sono profundo em que jaziam.[43]

Dentre os fatores que motivavam a imprensa de imigrantes no Amazonas estava o de manter vivos os vínculos identitários, tornando fundamental a tarefa de aproximar cada vez mais a colônia com os temas e as questões que animavam cotidianamente a vida na Espanha. O jornal seria, portanto, um elemento de ligação e de mediação, que viabilizaria a adequada circulação de informação, produzindo um diálogo contínuo entre os dois lados do Atlântico. Funcionavam, portanto, como "portos flutuantes", para usar a bela expressão de Benjamin Abdala Jr e Marli Scarpelli.[44] Essa questão fica bastante clara por ocasião da criação do *La Voz de España,* quando o editor do periódico afirma que a intenção era:

> (…) de procurar por medio de él progreso de su Colonia hermanando a todos, defendiéndola ao mismo tiempo de todo y cualquier abuso que por desgracia pueda sufrir; poniéndola también al corriente del movimiento administrativo e comercial de nuestra querida Patria.[45]

Mesmo durante os momentos em que os lucros auferidos pela borracha foram grandes, o Amazonas e sua capital não demonstraram condições de fornecer, trabalho, moradia e uma vida digna à altura dos sonhos da maioria

daqueles que nela aportavam. A grande maioria dos que conseguiam empregos, recebiam salários baixos, que não os permitiam viver decentemente,[46] e aqueles que não conseguiam trabalho, perambulavam pela cidade, sem rumo, sem alimento, e principalmente, sem condições de retornar às suas cidades de origem. Muitos foram os que, nacionais ou estrangeiros, adoeceram por causa da fome ou de doenças e que, sem amparo, largavam-se como indigentes, sendo posteriormente recolhidos aos hospitais da cidade.[47]

Para fazer frente a situações como estas, diversas comunidades, nacionais e estrangeiras passaram a empenhar-se na criação de instituições que pudessem dar algum tipo de suporte a seus membros. Até o final do século XIX em Manaus, este movimento associativo parece ter sido mais forte entre as comunidades de nordestinos radicados na cidade. Já, em 1893, os maranhenses convocaram sua comunidade para a reunião de criação da Sociedade Beneficente Gonçalves Dias,[48] e em 20 de setembro de 1896, os cearenses fundaram a Sociedade Beneficente Cearense tendo a aprovação de seus estatutos pelo governo no ano seguinte. Estruturavam-se claramente como entidades assistencialistas.[49]

O pioneirismo, contudo, coube aos portugueses que, já em 1873, tomaram a iniciativa e contribuíram para a criação de um dos mais importantes centros de acolhimento de enfermos e de saúde da cidade: a *Sociedade Beneficente Portuguesa do Amazonas*, instituição com fins caritativos que tinha como meta atender, para além dos seus associados, todos aqueles que demandassem seus préstimos. Anos depois (1908), os portugueses fundariam ainda a *Lusitânia Repatriadora*, cujo objetivo maior era repatriar portugueses que se encontrassem no Amazonas em situação de extrema penúria e indigência.

Os espanhóis de Manaus também seguiram este caminho, empenhando-se na criação de instituições que pudessem prestar ajuda aos membros de sua comunidade. Na pesquisa empreendida até o momento, encontramos algumas

instituições de beneficência por eles criadas em diferentes momentos. A primeira datou de 1902, momento em que a comunidade fundou o *Centro Español*, que propunha em seus estatutos "*dispensar los socorros de que carezcan los socios indigentes, en caso de enfermidade ò muerte y quando á su juicio y sus fondos lo permitan*".[50] Pelos registros documentais, percebe-se que o *Centro Español* se manteve ativo, pelo menos, até o ano de 1914.

Em 1905, encontramos referências sobre o funcionamento de duas outras sociedades espanholas: a *Sociedad La Union Española,*[51] que parecia já estar instalada há algum tempo, e a *Sociedade Hespanhola de Beneficencia Cervantes*, recém-criada e cuja junta provisória era composta por Manoel Parada Corbacho (presidente), Francisco Barroso (vice-presidente), Joaquim Azpilicueta (1º Secretário) e Manoel Groba Pampillon (tesoureiro), além dos vogais Angel Perez Caballero e Jesus Rodrigues.[52] A última instituição de que tivemos informação foi a *Sociedade Espanõla de Socorros Mutuos*, criada em 28 de maio de 1916, que funcionou até 1966.[53]

Seria um erro achar que a vivencia espanhola em Manaus fosse marcada apenas por dramas e histórias de insucesso a requerer a formação de instituições filantrópicas. Seus membros criaram também agremiações e sociedades voltadas para o entretenimento esportivo e social. Já em 1901, o jornal *La Voz de España* noticia que: "(...) *debe estrenar-se en el próximo domingo la Plaza de Toros que se esta construyndo en el Parque Aurora. En el próximo número nos ecuparemos detenidamente del grupo tauromaquio que debe tomar parte en la primera corrida"*.[54]

Em 1919, as *Sociedade Espanhola Recreativa* e *Union Sportiva Espanhola*, dentre outras atividades, promoviam disputadas partidas de futebol com times nacionais e estrangeiros, como podemos observar na publicação pelas colunas jornalísticas: "As dezesseis e meia horas, no campo Coronel Ramalho, haverá um *match de foot-ball* entre o terceiro *team* do Luso Sporting Club e a Union Sportiva Hespahola".[55]

No âmbito das programações recreativas animadas pela colônia espanhola da cidade, constavam espetáculos para todos os gostos e voltadas para as crianças e famílias: ventríloquos, apresentações circenses e de peças teatrais, além de cantores e dançarinas que atuavam pelos teatros e cafés da cidade. Havia ainda a projeção de filmes de companhias e participantes de nacionalidade espanhola. Em 1905, a empresa Juca de Carvalho convidada o público para assistir no Teatro Amazonas, a *Grande Companhia Hespanhola de zarzuelas e operetas*, dirigida por D. José Garrido.[56] O *Club dos Terríveis*, que funcionava no afamado *Café dos Terríveis* – espaço de reconhecida concentração de intelectuais e boêmios da cidade –, convidava a população para assistir sua badalada programação noturna, que podia incluir, por exemplo, a apresentação de uma dançarina espanhola: "Continua a merecer a preferência dos que a noite procuram uma distração alegre e distinta, o *Club dos Terríveis*. Domingo, o *placar* dessa agremiação anuncia a festa *d'onore* da dançarina hespanhola *La Rotend*".[57]

Faziam também parte das reuniões da comunidade espanhola de Manaus as festas de congraçamentos patrocinadas por seus sócios mais proeminentes econômica e socialmente, além das festividades ligadas às datas históricas, ou, ainda, do aniversário de algum membro da família real. *A Sociedad Española de Socorros Mutuos* e *Sociedad Española Recreativa e de Beneficenza*, por exemplo, celebravam efusivamente a data natalícia de seu rei, com programações que contavam com o comparecimento das autoridades governamentais e de membros não espanhóis da sociedade manauara. Segundo um periódico local, em um desses eventos de pompa ocorridos na *Sociedad Española Recreativa e de Beneficenza,* depois dos discursos solenes de praxe "a sessão foi encerrada com os hinos espanhol e brasileiro, seguindo-se a *soirée* dançante, (...). Não menos deslumbrante foi a festa da *Sociedad Española de Socorros Mútuos*. [58]

Eram ainda motivos para comemorações os momentos relacionados a nascimentos, batizados, aniversários e casamentos de membros das famílias abastadas da comunidade, que faziam reverberar tais eventos pelas colunas sociais do período, como foi o caso do casamento de Felisa Concha Peña, com o dono da Firma Fontenelle, proprietário em Manaus, dos cinemas Odeon, Politeama e Alcazar.

> Felisa Peña é filha do coronel do exército hespanhol D. Juan Peña Villa Senór, que se distinguiu por inúmeros feitos e grande bravura em prol da sua pátria, tendo conquistado, entre outras condecorações, a gran-cruz de São Hermenegildo, pelo rei da Hespanha. Foi companheiro de armas do celebre caudilho hespanhol general Fajardo, tendo pertencido ao Real Corpo de Alabardeiros.[59]

Como já afirmamos em outro momento, foi mais difícil acompanhar a vivência dos segmentos mais populares, já que, em geral, não deixaram registros próprios de suas presenças. Quando aparecem referenciados na imprensa, frequentemente estão associados a atitudes consideradas transgressoras por parte das autoridades locais. Assim, é, em geral, por meio de colunas como "coisas policiais", "os buliçosos", "gentes da arrelia", etc., veiculadas pelos diários locais, que podemos observar a presença e os conflitos vivenciados por espanhóis que partilhavam uma condição de subalternidade e que no exercício de seus ofícios, ou mesmo nos seus momentos de lazer e descontração, acabavam envolvidos em algum tipo de distúrbio ou confusão, que terminavam muitas vezes, nas delegacias, como a briga ocorrida em um quiosque da praça do Comércio, entre o carregador espanhol Pedro Gomes e o cozinheiro português Antônio Afonso Torres motivada por desentendimentos relacionados a jogos de azar.[60]

A comunidade espanhola que se estabeleceu em Manaus no início do século XX passou a ser incluída nos antigos e novos ofícios que passaram a compor o cenário urbano da cidade. Alguns poucos, dotados de algum capital, estabeleceram-se como proprietários e comerciantes no abastado comércio de importação e

exportação; outros espraiaram-se pelos setores médios urbanos, ocupando cargos técnicos na burocracia estatal ou atuando como médicos, advogados ou engenheiros. A imensa maioria dos espanhóis, porém, fazia parte da classe trabalhadora, exercendo ofícios diversos como os de sapateiros, padeiros, pedreiros, carregadores, cocheiros, gráficos, alfaiates, catraieiros, estivadores, vendedores ambulantes e caixeiros, além de trabalharem em atividades dos setores industrial, comercial e do mais amplo e obscuro setor informal. Em muitos anúncios publicados por potenciais empregadores, é possível perceber uma preferência por trabalhadores estrangeiros, em especial portugueses ou espanhóis.[61]

Com relação à mulher espanhola, tanto nos jornais da colônia quanto na imprensa nativa, as referências são mais difusas, mas é possível argumentar que elas eram requeridas com mais frequência para serviços domésticos, ofícios relacionados à moda ou a confecção de roupas, costuras e bordados, conforme demonstram os avisos veiculados pelos jornais.[62] A iconografia, as propagandas e os anúncios dos jornais do período permitem visualizar essas mulheres no exercício de suas funções. Foram criadas, cozinheiras em casas de famílias mais abastadas e pensões da cidade, amas de leite, lavadeiras, vendedoras, costureiras que atuavam em seus domicílios e nas lojas de artigos de luxo, em especial, nas lojas destinadas ao consumo feminino: "Avisos úteis: Modista Espanhola: trabalha por figurinos e confecciona para senhoras e crianças, Rua Demétrio Ribeiro, 16".[63]

Mulheres da comunidade espanhola também apareciam com frequência nos registros das ocorrências policiais, quase sempre como vítimas da dominação e da violência masculina. Traduzindo o movimento das delegacias, os jornais acabavam por referenciar os atos de violência contra as mulheres com maior ou menor discrição e respeito em função da condição social das vítimas. Ponderado e discreto quando se tratava de mulheres ligadas a famílias abastadas; jocoso e sensacionalista e/ou preconceituoso quando se reportavam a mulheres de

condição subalterna, como é o caso da nota "Tem a língua quente", veiculada na coluna "Coisas Policiais do Jornal do Comércio", que informava: "Augusto Pinto deu queixa na primeira delegacia contra a espanhola Rosa de tal que constantemente o insulta. A tagarela foi admoestada."[64]

O infortúnio feminino caminhou ainda para outras dimensões, pois com o *boom* da borracha e a consequente expansão urbana, Manaus passou a ser uma cidade muito atrativa também para ao comércio do corpo, recebendo prostitutas estrangeiras e nacionais que vinham em busca de ganhar a vida. Neste universo obscuro, em que também estão referenciadas práticas da escravidão branca,[65] as espanholas também se fizeram presentes, atuando nos diversos bordeis, pensões e cabarés que proliferaram na cidade e agitaram sua vida noturna:

> Etelvina Valles, espanhola, consoante o costume de sua terra, gosta extraordinariamente, não só de assistir como também de fazer *touradas*. Ontem, na casa à avenida Silvério Nery, n. 183, *campo* escolhido por Etelvina para suas recreações *tauromáticas*, esta lidou magníficos *touros*, na sua maioria compostos de roupas brancas, saias e corpetes. E como Elvira é hábil na arte de lidar, lá se foi de *cambulhada* para a delegacia do 1º. Distrito, onde talvez esteja agora a desafiar as grades para uma sorte... sem exílio.[66]

Fosse de forma individual ou coletiva, a presença espanhola impactou a capital amazonense, nela desenvolvendo experiências de sociabilidades, solidariedades, tensões e conflitos (ainda pouco estudados e conhecidos). Oxalá esta pesquisa, em etapa inicial, possa trazer alguma contribuição e jogar um pouco de luz sobre essas vivências plurais, como, também, motivar outros pesquisadores a enfrentarem o desafio prazeroso da pesquisa e da construção histórica.

---

[1] FURTADO (1985); WEINSTEIN (1993).

[2] SANTOS (1980), p. 87-118.

[3] Assumimos aqui a percepção do espaço urbano enquanto "fenômeno estruturador de relações sociais, de comportamentos individuais e de práticas coletivas específicas e heterogêneas". NUNES, 2012. *Migrações e situações de fronteira*. Brasília, CSEM, vol. 1, p. 12.

[4] O recorte abarca o período de expansão e decadência da economia gumífera, tomando como balizas extremas (1901 e 1921) datas que marcaram, respectivamente, o

aparecimento do primeiro e do último jornal espanhol publicado no Amazonas. Ambos possuíam o mesmo título (*El Hispano-Amazonense*) e pertenceram ao mesmo editor.

[5] Uma exceção é o pequeno capítulo sobre os espanhóis em BENCHIMOL (2009). Mais recentemente, a jornalista Carmen Novoa fez publicar um livro de memórias sobre seu pai: SILVA (2010).

[6] MARTINS (1989). *História,* 121, esp. p. 6.

[7] De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, o fomento à entrada de imigrantes obedeceu basicamente a dois imperativos, sendo o primeiro o de trazer trabalhadores para as fazendas de café; enquanto o segundo estaria voltado para "o incentivo a pequena propriedade agrícola, principalmente nos estados do Sul". OLIVEIRA (2002), p. 15.

[8] MARTINS, in ARRUDA et al (2013), esp. 385.

[9] MARTINS, in ARRUDA et al (2013), p. 391.

[10] BUADES (2016), p. 145.

[11] PRADO; CAPELATO, in FAUSTO (1985), pp. 285-307, esp. 299.

[12] HOBSBAWM (2011), esp. pp. 181-90.

[13] HOBSBAWM (2011), p. 184.

[14] SAYAD (1998), esp. pp. 54-5.

[15] A população amazonense acompanhava essa situação pela imprensa. Em 1909, um jornal local anunciou, por exemplo, que "em Monte Plano [uma região de Madri], 200 operários que se acham sem trabalho, promoveram sérios conflitos, o que motivou a intervenção da polícia". BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 3 mar. 1909.

[16] HOBSBAWM (2011), p. 58.

[17] MESQUITA (1997), esp. pp. 4-47.

[18] MESQUITA (2009), esp. p. 81.

[19] "Qualquer dos melhoramentos e serviços de uma grande cidade europeia o forasteiro vai imprevistamente encontrar nesta cidade, perdida nos recônditos do continente (...). O telefone, o telegrafo (...), o jornalismo, as bibliotecas, o comércio ativíssimo, tudo indica que a civilização plantou naquelas alturas do continente semi-inculto um novo marco de sua evolução". DIAS (1904), esp. p. 116.

[20] MAIO; SANTOS (1996).

[21] Augusto Ximeno Villeroy, antigo governador do Estado, defendeu, por exemplo, ser "um erro aumentar a desordem existente, importando colonos a esmo, sem critério, sem seleção; portanto, para não alterar o caráter fundamental da nacionalidade nascente, convém limitar a colonização aos povos ocidentais, especialmente ibéricos". VILLEROY, in: MIRANDA (1911), esp. pp. 25-6.

[22] FURTADO (1985), pp. 129-35.

[23] SANTOS (1980), p. 93.

[24] Esse contingente pode ter sido bem maior – chegando a mais de 30 mil –, pois, como ressaltou o autor, não fizeram parte desse cômputo os "trabalhadores avulsos que chegaram ao local por conta própria". HARDMAN (1988), esp. pp. 139.

[25] SANTOS (1980), p. 95.

[26] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 29 mar. 1908.

[27] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 29 mar. 1908.

[28] Até 1900, os dados se referem a censos apresentados pelo médico sanitarista Alfredo da Matta. MATTA (1916), esp. pp. 43.
[29] CAMPOS (1988), esp. pp. 101.
[30] BENCHIMOL (2010), p. 278.
[31] CAMPOS (1988), p. 25.
[32] PINHEIRO, in SOUSA et al. (2015), pp. 52-73.
[33] PINHEIRO e PINHEIRO (2017), esp. pp. 173-8.
[34] J. AZPILICUETA (1914). *A Lucta Social*, nº 3. Manaus, 1º jun. 1914.
[35] Entendemos por imprensa de imigrantes, uma imprensa escrita em língua materna, ou não, produzida por grupos étnicos diferenciados, oriundos de um processo imigratório, cuja fala prioritária se dirige para esse grupo.
[36] Alguns títulos chegaram a publicar número considerável de exemplares, enquanto o *El Español*, de 1903, publicou um único número. No total, perfazem cerca de duas centenas de números identificados e disponíveis para consulta.
[37] Essa deficiência parece não ser apenas do contexto amazonense, Cánovas afirma que para São Paulo o espanhol foi "ofuscado pelo italiano, de inegável superioridade numérica". Argumenta ainda que "o imigrante espanhol, cujos números (...) atingiram meio milhão de indivíduos, ingressados especialmente na primeira vintena dos novecentos, permanecia como coadjuvante, como personagem de uma história de reticências. CÁNOVAS, in ARRUDA et all (2013), esp. p. 132.
[38] BENCHIMOL (2010), esp. p. 111.
[39]A colônia portuguesa possuía uma comunidade forte, com um bom nível de organização e articulação junto a seus compatriotas e a sociedade amazonense, fundadora de um hospital, que servia não somente a seus sócios mais a toda a comunidade amazonense. PINHEIRO (2015), esp. pp. 52-73.
[40] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 17 jun. 1905.
[41] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 28 jun. 1905.
[42] A título de exemplo, ver o artigo: "!!! *Abajo Màscaras !!! A la Colonia Española*. BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 24 jun. 1905.
[43] "Existen en Manaus diversas sociedades, cada cual perteneciente á su nación, la única que hasta hoy no se ha hocho notar, vivicado en la obscuridad ha sido la española; és tiempo do que esta humilde, se haga reproscetar y diga en voz bien alta: Espana no ha muerto. Espana vive! La prueba aquí la tenela en esta bandera que abrazamos; ella representa la Patria y nosotros su hijos defensores, que aunque en lojanas tierras no dejamos de ...tar su nombre". *La Voz de España*, Manaus, 6 jan. 1901.
[44] ABDALA JÚNIOR; SCARPELLI (2004), esp. p. 11.
[45] BR. *La Voz de España*, Manaus, 6 jan. 1901. O periódico era integralmente escrito em língua espanhola e se dizia "defensor de los intereses de su colônia en el Norte del Brasil". Manteve sua publicação até 1907, sofrendo durante este período várias interrupções. Infelizmente, poucos números dele foram preservados.
[46] Hermenegildo de Campos, médico sanitarista do período, registrou a situação precária das moradias populares. CAMPOS (1988), p. 100.

[47] Doenças 'tropicais', como a febre amarela, atacavam principalmente os imigrantes estrangeiros. Hermenegildo de Campos informa que para o período de 1904 a 1907 faleceram 157 espanhóis, o que significa, aproximadamente 10% da colônia radicada em Manaus. Idem, p. 35.

[48] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 2 ag. 1893.

[49] Consta nos objetivos da Sociedade "amparar os seus associados contra quaisquer adversidades; prestar auxílios aos Cearenses, associados ou não, que (...) se mostrarem carecedores; socorrer os associados (...) em ocasião de enfermidades, pobreza extrema, ou infortúnio de qualquer natureza. *Diário Oficial*, Manaus, 28 jan. 1897.

[50] Sua diretoria era composta por Antonio Augusto Pérez (presidente), Bartolomé Lozano Escudero (vice-presidente) e Julio Minuesa Merchán (secretário). *Estatutos del Centro Español*. Manaus: Tipografia do Centro Español, 1902, esp. p. 12.

[51] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 17 jun. 1905.

[52] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 27 ag. 1905.

[53] SILVA (2010), p.71.

[54] BR. *La Voz de España*, Manaus, 20 jan. 1901.

[55] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 6 abr. 1919.

[56] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 18 jan. 1905.

[57] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 2 dez. 1916.

[58] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 19 maio 1921.

[59] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 8 ag. 1918.

[60] "Pedro, perdendo a calma, sacou de um punhal e feriu o contendor pelas costas, vibrando-lhe dois golpes. Evadiu-se em seguida. A polícia chegou pouco tempo depois, encontrando o ferido estendido no solo. O agressor, que desapareceu na ocasião, foi capturado, ontem, pela manhã." BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 28 ag. 1915.

[61] "Avisos úteis: criado – no prédio nº 48 à avenida Eduardo Ribeiro precisa-se de um criado de 12 a 14 anos de idade, prefere-se português ou espanhol". BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 5 ag. 1906.

[62] Avisos úteis: Cozinheira – precisa-se de uma cozinheira espanhola ou portuguesa. Rua Demétrio Ribeiro, n. 14; Ama seca – precisa-se de uma com urgência no sobrado d. 14 da rua Mundurucus. Prefere-se nacionalidade espanhola". BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 20 jun. 1906.

[63] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 23 jul. 1907.

[64] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 05 maio 1918.

[65] MENEZES (1992).

[66] BR. *Jornal do Comércio*, Manaus, 8 fev. 1909.

Referências bibliográficas

ABDALA JÚNIOR B.; SCARPELLI, M. F. (Orgs.) (2004). *Portos Flutuantes: trânsitos ibero-afro-americanos*, 2004. Cotia/ SP: Atelier Editorial.

AZPILICUETA, J. (1914). "Impressões". BR. *A Lucta Social*, nº 3. Manaus, 1º jun. 1914.

BENCHIMOL, S. (2009). *Amazônia: formação social e cultural*, Manaus, Valer.

BUADES, J. M. (2016). *Os Espanhóis*. São Paulo: Contexto.

CAMPOS, Hermenegildo de (1988). *Climatologia Médica do Estado do Amazonas*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial.

CÁNOVAS, Marília K. (2013). Cartografias do exílio: o imigrante espanhol no movimento massivo e o Brasil como destino, 1880/1930. In: José Jobson de ARRUDA et al: *De colonos a imigrantes. I (E)migração para o Brasil*. São Paulo.

DIAS, A. (1904). *O Brasil Actual*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

FURTADO, Celso (1985). *Formação econômica do Brasil*, 20ª ed.. São Paulo: Ed. Nacional.

HARDMAN, F. F. (1988). *Trem Fantasma: a modernidade na selva*, São Paulo, Cia. das Letras.

HOBSBAWM, Eric (2011). *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra.

MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.) (1996). *Raça, ciência e sociedade*. R. Janeiro: Fiocruz.

MARTINS, I. Lima. (2013). Italianos, espanhóis e portugueses no quadro da grande imigração no Brasil. In: J. J. ARRUDA et al (Orgs). *De Colonos à Imigrantes. A I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda.

MARTINS, J. S. (1989). "A imigração espanhola para o Brasil e a formação da força-de-trabalho na economia cafeeira: 1880-1930". *História,* 121.

MATTA, Alfredo (1916). *Geografia e topografia médica de Manaus*. Manaus: Tip. Renaud.

MENEZES, Lená M. de (1992). *Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio* (1890-1930). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

MESQUITA, O. M. (1997). *Manaus: História e arquitetura, 1852-1910*. Manaus: EDUA.

_____ (2009). *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos, 1890-1900*. Manaus: EDUA.

NUNES, B. F. (2012). "Urbanização e Migrações: reflexões gerais para auxiliar a interpretação do fenômeno no Brasil". Centro Scalabriano de Estudos Migratórios. *Migrações e situações de fronteira*. Brasília, CSEM, 2012, vol. 1, p. 12.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (2002). *O Brasil dos Imigrantes,* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte (2015). Portugueses e Ingleses no Porto de Manaus, 1880-1920. In: Fernando de SOUSA, et al. (Orgs): *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. Porto (Portugal): CEPESE, pp. 52-73.

PINHEIRO; Luís Balkar; PINHEIRO, Maria Luísa U. (2017). *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha*: Jundiaí. São Paulo: Paco Editorial.

PRADO, Maria Lígia; CAPELATO, Maria Helena (1985). A borracha na economia brasileira da Primeira República. In: Boris FAUSTO (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, vol. 8. São Paulo: DIFEL, pp. 285-307.

SANTOS, R. (1980). *História econômica da Amazônia, 1800-1920*. São Paulo: T. A. Queiroz.

SILVA, C. N. (2010). *Um pai chamado Elias*. Manaus: Valer.

VILLEROY, A. X. (1911). "Como se deve povoar o solo Amazônico". In: B. MIRANDA (Org.): *Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de Manaus*.

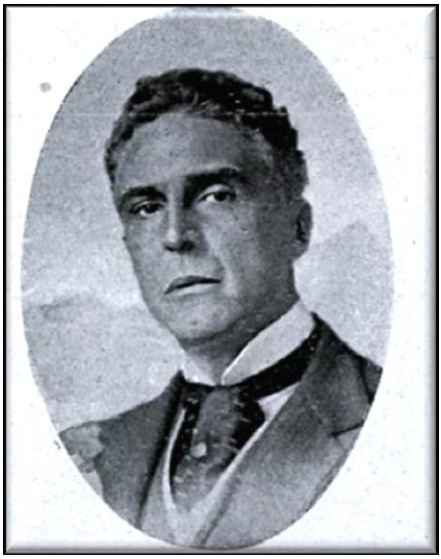
WEINSTEIN, B. (1993). *A borracha da Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC.

João Luso, intelectual jornalista, presença da cultura Luso-brasileira, no século XX (primeira metade)

Maria Apparecida Franco Pereira[*]

O objetivo deste estudo é dar destaque à trajetória de João Luso (1875–1950), português que atuou no Brasil no final do século XIX e, sobretudo, na primeira metade do XX. Teve importante trajetória no jornalismo brasileiro, carioca.

Foto 1. João Luso



Fonte: BR. Revista *Fon Fon*, 09 ag. 1924, p. 39.

[*] Professora da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS); integrante do Laboratório de Informação, Arquivo e Memória da Educação (LIAME) da mesma universidade.

Observador do cotidiano, Luso registrou costumes e formas de relacionamento entre as pessoas. Com visão acurada, registrou em jornais, revistas, periódicos, folhetins e obras literárias essa vivência. Intelectual, formador de opinião, e considerado mediador, definido como um dos "homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social".[1] Homens como ele não eram vistos como 'gênios' que explicavam as mudanças, considerados importantes para melhor entendimento das mudanças culturais e sociais.

João Luso atuou em uma época em que a imprensa se desenvolvia dia a dia e era propícia à entrada de pessoas que tinham pendência literária ou talento para a escrita. No entre séculos XIX-XX, o jornalismo vinha se normatizando e os jornais - embora muitos efêmeros – eram, cada vez mais, procurados e lidos nas bibliotecas de grandes instituições, sobretudo pelo público da classe média emergente. Em Santos, a biblioteca da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio (1879), tinha um salão onde imigrantes portugueses[2] letrados faziam suas leituras.

O jornalismo brasileiro teve em suas fileiras, nos primeiros tempos, jovens com pendão literato, que viam nos jornais uma possibilidade de exercer 'sua pena'. Uma questão que se colocou nessa época era se o jornalismo servia ou não aos literatos. João do Rio,[3] em 1917, entrevistou inúmeros intelectuais da época, dirigindo-lhes a seguinte pergunta: - "O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?"

Olavo Bilac, um dos entrevistados, respondeu:

> O jornalismo é para todo o escritor brasileiro um grande bem. É mesmo o único meio do escritor se fazer ler. (...) o livro ainda não é coisa que se compre no Brasil como uma necessidade. O jornal é um problema complexo. Nós adquirimos a possibilidade de poder falar a um certo número de pessoas que nos desconheceriam se não fosse a folha diária (...)[4]

Mais adiante, Olavo Bilac testemunharia: - "Poucos lêem, porque grande é o número de analfabetos. E por que não lê? Porque não sabe! (...)."[5]

Nessa mesma série de entrevistas, João Luso assim se pronunciou: - "Acho que o jornalismo não favorece no Brasil a literatura; mas o jornalismo serve aos literatos", pois o jornalista tem que atender aos interesses imediatos do público.

As revistas ilustradas que começavam a surgir e os jornais apresentavam "ideias, fatos, *fait-divers*, modas, tendências, rumores, livros, espetáculos, personalidades e tudo o mais que preenchia a agitada vida quotidiana das multidões no último quartel do século XIX e no início do século XX".[6]

Armelin considerava várias funções civilizatórias para a imprensa, que a tornavam atraente para o público leitor que, aos poucos, se escolarizava e tinha acesso às letras:

> (...) um espírito público sempre e cada vez mais ávido de notícias e ansiado por ser largamente informado com precisão e rigor: 1) a informação; 2) a vulgarização (de conhecimentos úteis); 3) a instrução; 4) a educação; 5) a crítica; 6) o serviço econômico-social (no caso dos jornais angariadores de campanhas de assistência e beneficência públicas); e 7) o exemplo, ou seja, a criação e defesa de um ambiente de moralidade, probidade e dignidade.

A imprensa, portanto, informava, divulgava e formava. Foi nesse contexto que atuou João Luso, que viveu a maior parte de sua vida no século XX, com novas questões, mas com continuidade de mentalidade e problemas.

Sua formação básica foi em Portugal. Como ele um dia mencionou:

> Fui aluno dois anos do Colégio S.Tomaz de Aquino, anexo ao Seminário de Coimbra [1887 – 1889]. Depois, hóspede da casa de estudantes do Sr. Antonio das Batatas, na mesma cidade [até 1982]. Prestei no Liceu os exames exigidos para entrar na Escola Militar.[7]

Com a morte do pai, abandonou os estudos para trabalhar. Chegou ao Brasil em janeiro de 1893. Sua formação literária foi autodidata, com leituras e, seguramente, em contato com outros jornalistas e intelectuais (na sua época,

circulavam pelos jornais Olavo Bilac, Coelho Neto dentre muitos outros). "Quanto à cultura, propriamente para o mister das letras, iniciei-a no Brasil e tenho-a adquirido tanto quanto possível, lendo o mais possível nas horas vagas", trabalhando em São Paulo como caixeiro.[8]

Começou sua atividade jornalística nas horas vagas de seu afazer, de "modo ousado", pois, em 1894, enviou uma matéria inédita e anônima, de sua autoria, para o *Diário Popular*, um dos mais importantes jornais, dirigido por José Maria Lisboa, jornalista português de renome na capital paulista. "Contava eu entre 18 e 19 anos; era ajudante de guarda-livros de uma casa comercial; estava apenas há um ano no Brasil; e as saudades da minha vila da Louzan me empunham um desabafo literário. Fui forçado a escrever."[9]

Foi adquirindo nome e escrevendo crônicas para: *Estado de São Paulo, Correio Paulistano, Reporter, Revista Literária* e *Paulicéia.*[10] Ao surgir uma oportunidade, em 1898, mudou-se para Santos: cidade portuária e já grande centro econômico do café.

Na função de secretário do *Diário de Santos,* João Luso escreveu na coluna denominada "A Semana".[11]

> E invariavelmente, infalivelmente, todas as segundas-feiras, aqui me tiveste resignado, solicito, laborioso, a rabiscar, a emendar, a apropriar, sem me poupar canceiras, sem te dizer do esforço e do cuidado aplicados a obscura obra, sem que da alma sacrificada me saísse nunca a queixa ou murmúrio de revolta.
> Aí tens tu, Leitor que me esperas todas as terças-feiras para me jogares pela janela da memória todas as quartas; aí tens tu, amável, benévolo e paciente Leitor, o que nós somos, o que eu fui, nestes doze meses preenchidos por cinquenta e duas crônicas.[12]

Os textos dessa sua fase, ainda juvenil, com a assinatura J L, tinham forte tônica ética:

> As suas palavras, leva-as o vento, inimigo de todas as folhas, que todas dispersas e a todas dá sumiço; leva-as o vento sim, para onde? – para toda a parte, para nenhures, para o desconhecido, para o esquecimento.[13]

O respeito pela velhice foi sempre considerado um sentimento tão natural, tão instinto, que todo o individuo alheio a ele se nos afigura um bruto sem alma, um destes monstros que a natureza arreda do seu seio, atirando-os na categoria exótica dos fenômenos, das aberrações".[14]

Pode-se observar, já nessa época, o seu pendor literário, manifesto desde os primeiros anos de Santos, nas palavras que se seguem:

> E' que a mim – fica-o sabendo agora como razão de tudo o que leste – a mim basta-me o prazer de trabalhar, não me prejudicando nem perturbando esse prazer o pouco apreço que tu vais dar ao meu trabalho; isto que eu faço, recompor, castigar, inutilizar o que já está pronto para recomeçar de novo, e riscar outra vez e avançar mais uma linha, no insaciável desejo do Belo, na escaldante e turbulenta febre da Perfeição, faço-o porque só assim é que me apraz e sem isto eu não teria ao final do meu labro, esse supremo regozijo, essa requintada e divina alegria, que nenhuma outra se compara e que provém do impecável cumprimento do dever artístico dessa consoladora certeza de haver feito o melhor que eu podia e sabia fazer.[15]

Em 1900, João Luso 'levanta vôo' para o Rio de Janeiro, capital do Brasil, onde se localiza a maior colônia portuguesa no país, onde exerceu a maior parte de sua atividade jornalística, festejando aí, em 1946, o cinquentenário de sua carreira literária. Nascido em 12 de junho de 1875, até sua morte, em 6 de janeiro de 1950, atuou no Rio de Janeiro, também capital cultural e econômica do Brasil.

Foto 2. João Luso e esposa nas ruas do Rio de Janeiro

Fonte: BR. *Fon Fon*, 15 mai. 1909, p. 24.

Na capital brasileira, seu raio de ação foi grande, pois os jornais e revistas ilustradas circulavam nas bibliotecas dos principais centros populacionais do país. Armando Erse de Figueiredo era seu nome de família, porém atuou, sobretudo, com os pseudônimos: João Luso[16] e Clara Lúcia.

> A questão do pseudônimo assim se explica: Não agradaria à firma Martins Costa & Cia saber que o seu empregado Armando Erse se entregava à literatura. Ainda hoje os negociantes, e que no mundo inteiro, pensam do mesmo modo... E quando deixei o comércio (fins de 1897) era tarde para abandonar a assinatura que já figurava em vários jornais e na capa de um livro. Tive pena. Conservei nas letras, o João Luso, e disso nunca me arrependi. Um auto-batismo de sorte. Conforme disse Paulo Barreto, em artigo para o 'Jornal do Commércio', sobre minha 'Comédia urbana', foi ele que inspirou ao cronista brilhante o nome de guerra 'João do Rio'. E do mesmo João se originaram João do Norte, João do Sul, João de Minas, João de Talma, João Apenas. João Só, inumeráveis outros Joões espalhados pelo Brasil. Talvez este final não prime pela modéstia. Mas foi assim mesmo.[17]

Jornalista, contista, crítico literário, autor e tradutor de peças literárias, escreveu sobre os mais variados assuntos da sua contemporaneidade, muitos encomendados. Ainda na infância, compôs também versos como *Pecados Mortais.*[18]

> João Luso representava uma nobre e fulgida tradição literária. Tendo iniciado aos 18 de anos sua atividade jornalística, ele a prolongou vivazmente até os seus 75 anos, que foi a idade com que faleceu. Nesse longo exercício da pena, versou numerosos gêneros: o conto, a crítica, o teatro, a meditação filosófica, o diálogo, a memória, o discurso acadêmico. Mas foi sobretudo como cronista – e principalmente nos seus excelentes rodapés *Dominicais* do Jornal do Comércio, que ele se tornou credor do amor dos belos espíritos.[19]

Amiúde, foi convidado a proferir palestras ou conferências, no Rio de Janeiro e em outras partes do país, reunindo-as em obras como *Quatro conferências* e *Terras do Brasil*. Jaime Franco apontou que João Luso esteve em Santosm para ministrar duas conferências: *Variações sobre a graça feminina*[20] e *O amor nas trovas populares* (3 nov. 1921). Fez diversas viagens, também, à Europa (Portugal, Itália e Paris).

Fonte: BR. *Fon Fon*, 17/04/1909, p. 27.

Na *Revista da Semana*, Armando Erse de Figueiredo usa, em vários momentos, o pseudônimo João Luso para inúmeros assuntos. São aqui destacados apenas alguns exemplares: *Bacharelização,*[21] onde ele critica a questão dos doutores; *Alegria*,[22] quando saúda a nova estação; "Alegria de junho! Alegria! Nesta quadra bendita os dias nascem numa gargalhada de luz e morrem meigamente sorrindo".

Esse último artigo é ilustrado com vários retratos de mulheres sorrindo: *As humildes*,[23] com ilustrações variadas, trabalhadoras em várias profissões. Em outra edição presta uma homenagem ao ilustrador Raul, com o artigo *O caçador de imagens*.[24] Em dois artigos aqui selecionados, descreve tipos da vida cotidiana: *Um incompreendido*[25] e *Um homem de negócios*.[26]

Com o pseudônimo de Clara Lucia, trata da questão feminina, por um lado elogiando as virtudes femininas, a beleza e os cuidados com a família; por outro atacando as feministas, que exageravam, querendo "parecer homens", bem como o esnobismo, o exibicionismo de riqueza, quando havia milhares de pobres. No artigo intitulado *Frau Branderff*, Clara Lucia ironiza a pequena pena sofrida por Frau Branderff por ter matado o marido que a maltratava. Reconhece, entretanto, os maus tratos que homens infringiam às suas esposas e incentiva a luta pela igualdade de direitos feminis.

Tabela 1. Artigos assinados por Clara Lucia (João Luso), na Revista da Semana, Rio de Janeiro

Artigos	Data de publicação
Frau Branderff	08/09/1923
As de smoking	03/04/1926
A mulher e o amor	17/04/1926
Duas mães	08/05/1926
Oração de junho	19/06/1926
Chan e os outros	24/06/1926
As vigilantes de Osaka	28/08/1926
A máscara de fogo	18/09/1926
Falar bem	18/10/1930

Bendita seja a árvore	23/12/1933
A tragédia da beleza	03/02/1934
O tropheo	17/02/1934

Fonte: *Revista da Semana*, 1923 a 1934. Elaboração própria

Como João Luso, ou Clara Lucia, sua produção escrita é muito extensa e continua hoje a exigir uma busca exaustiva em arquivos, pois os seus escritos, em jornais e revistas literárias, cobrem mais de cinquenta anos de atividade.

Eis a crítica de uma dessas obras: *Elogios*[27] (1916):

> Muitos leitores hão de estranhar o segundo nome, muito conhecido, entre parêntesis em seguida ao primeiro, que pouca gente conhece. O primeiro é que parece um pseudônimo (...) e é de fato o pseudônimo civil do literato João Luso, nome que é para nós como o controle de excelência nos produtos da ourivesaria.
> 'Elogios' confirma plenamente este critério do publico. Bom senso, elegância, graça e emoção fazem destes perfis, aparentemente ligeiros, porque são breves, verdadeiras joias literárias. Um camafeu é exíguo, e pode ser uma obra prima.
> Na gema do sentimento, o autor burila perfis de personalidades bem diversas, que vão de Machado de Assis ao Juca do Recreio. Mas em arte todos os assuntos são bons, e não estranha nessa pequena galeria, o barão do Rio Branco de Manuel José da Motta, porteiro do *Jornal do Commercio.*
> Ainda há a notar a coragem do autor em publicar um livro de *Elogio,* quando hoje toda a gente cede à fácil fraqueza de escrever descomposturas. É que, como artista que é de palavras, João Luso não pôde deixar de ser um pouco paradoxal...
> E não é por imitá-lo que elogiamos francamente os *Elogios;* mas porque o demo do livrinho não tem por onde se lhe pegue para dar-lhe bordoada. São sempre assim os livros de João Luso. A. S.[28]

Autor de numerosas obras, muitos delas foram publicadas na imprensa, como demonstra a tabela que se segue:

Tabela 2. Publicações de João Luso na imprensa

Título	Ano de publicação
Contos da minha terra	1896
Prosa	1904
Histórias da vida	1907
O amor, tragédia e farsa	1907
Ao sol e à neve	1909
Elogios	1916

As entrevistas de Expedito Faro	1917
Comédia urbana	1920
Reflexo do Rio	1923
Os Menezes de Haddock Lobo	1925
O despenhadeiro	1925
Contos de Natal (1. ed.)	1930
Viajar	1932
Terras do Brasil	1933
Ares da cidade	1935
Alegria e ternura	1935
Os animais, vossos irmãos	1937
Criminosos	1938
Assim falou Polidoro	1941
Orações e palestras	1941
Fruta do tempo	1945

Fonte: "João Luso". Autores e Livros: suplemento literário de *A Manhã,* v. 11, n. 3 (março de 1950), p. 32. Elaboração própria.

Em 1907, João do Rio (1917, p.66) pergunta a João Luso: **-** "Qual dos seus livros prefere?". Ao que Luso responde: - "A escolha não é difícil. Tenho apenas dois livros publicados; prefiro o segundo, Prosa, porque me parece um pouco mais bem escrito. Mas dos trabalhos nele contidos não prefiro nenhum porque todos estão muito longe daquilo que eu quisera escrever".

Em entrevista dada à *Revista da Semana,* em 9 de novembro 1946, sobre sua produção, João Luso faz um cômputo, por alto, sobre milhares de seus escritos. Escreveu ou traduziu peças teatrais (cerca de 30). A sua obra de teatro *Nó Cego* foi premiada e sua apresentação inaugurou o Teatro Municipal do Rio de Janeiro, em 1911. Crítico literário, durante muitos anos participou analisando obras na seção "Livros Novos" do *Jornal do Comércio*.

Dos inúmeros periódicos de que fez parte dois são os mais importantes, onde trabalhou durante anos ininterruptos: o *Jornal do Comércio* e *Revista da Semana.*

No *Jornal do Comércio*, começou em setembro de 1901, inaugurando a seção *Dominicais*. (no rodapé, folhetins). Computou, em 1946, 52 folhetins anuais,

número que multiplicados pelos seus 45 anos como escritor, dariam cerca de 2.340 obras.

A sua produção literária, de teor estético reconhecido, e os contatos cordiais que mantinha com a intelectualidade carioca deram-lhe a honra máxima almejada pelos literatos: ser membro da Academia Brasileira de Letras, embora como membro correspondente atuante, na década de 1930.

No mesmo *Jornal do Commercio*, manteve uma publicação que muito o agradou, desde o ano de 1902, por ocasião das festas natalinas: *Os contos de Natal* (publicados depois em livro).

Foto 2. Livro publicado em 1930

Fonte: LUSO (1930)

Durante 15 anos escreveu artigos mais curtos no jornal *A Noite*. Na *Revista da Semana*, editou artigos por mais de 25 anos, com os dois mesmos pseudônimos.

Tabela 3. Publicações de Clara Lucia na (*Revista da Semana* (Rio de Janeiro)

Título	Data:
Frau Branderff	08/09/1923
As de smoking	03/04/1926
A mulher e o amor	17/04/1926
Duas mães	08/05/1926
Oração de junho	19/06/1926
Chan e os outros	24/07/1926
As vigilantes de Osaka	28/08/1926
A máscara de fogo	18/09/1926
Falar bem	18/10/1930
Bendita seja a árvore	23/12/1933
A tragédia da beleza	03/02/1934
O tropheo	17/02/1934

Fonte: *Revista da Semana,* 1923 a 1934. Elaboração própria.

Ao ser perguntado sobre a maior emoção de sua carreira literária, na entrevista de 1946, respondeu: "Rigorosamente a maior não sei qual tenha sido. Talvez a que experimentei e não consegui dominar nem disfarçar", foi a homenagem nos festejos do Cinquentenário da publicação de *Contos de minha terra,* pela Federação das Associações Portuguesas no Brasil. O que mostra a importância que o escritor Erse (João Luso) teve para a colônia lusa e, de sua parte, sua ligação com sua primeira pátria: Portugal.

---

[1] GOMES; HANSEN (orgs.), 2016, p. 10.

[2] Os grupos de imigrantes tinham suas entidades, que, além do apoio para a sobrevivência, buscavam aprimorar a sua cultura de leitura. Em Santos, principalmente os portugueses, espanhóis e italianos: *Real Centro Português* e *Centro Republicano Português*; *Centro Español y Repatriación de Santos* e *Società Italiana di Beneficenza di Santos*.

[3] O *Momento Literário*, obra de *João do Rio* (1917), apresenta as inúmeras entrevistas, que realizou com literatos atuantes no Rio de Janeiro, (dentre eles Olavo Bilac, Coelho Neto, Afonso Celso, Garcia Redondo, Raimundo Correia, Inglês de Sousa, Rocha Pombo e o jornalista e escritor central deste estudo, João Luso). João do Rio (João Paulo Emílio

Cristóvão dos Santos Coelho Barreto). Membro da Academia Brasileira de Letras, ele viveu entre 1881 e 1921 e foi jornalista, cronista, teatrólogo e tradutor.

[4] Olavo BILAC, apud. Paulo BARRETO, (João do Rio), 1917.

[5] *Ibidem.*

[6] BARROS, 2014, p. 49.

[7] BR. *Revista da Semana,* Rio de Janeiro, 1946, p. 25.

[8] Os jovens portugueses imigrantes que tinham algum conhecimento de leitura e escrita eram empregados no comércio exportador ou importador pelos proprietários patrício e eram, na época, conhecidos caixeiros.

[9] BR. *Revista da Semana*, 1946, p. 23.

[10] FIGUEIREDO (João Luso), 1950. BR. *A manhã*, v. 11, n. 3, mar. 1950, p. 32.

[11] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 27 dez. 1899, p. 2.

[12] BR. *Diário de Santos*, 27 dez. 1899, p. 2.

[13] BR. *Diário de Santos*, 27 dez. 1899, pp. 5-6.

[14] BR. *Diário de Santos*, 27 dez. 1899, p. 1.

[15] BR. *Diário de Santos*, 27 dez. 1899, p. 6.

[16] Foi o inaugurador de uma série de nomes literários, como o do famoso seu contemporâneo João do Rio (pseudônimo de João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (Rio de Janeiro 5 ag. 1881 — 23 jun. 1921). Aos vinte e poucos anos, João do Rio já era conhecido na sua atividade jornalística, como um escritor, repórter e cronista da vida dos pobres. Viajou, também, pela Europa e foi crítico da política nacional da República Velha, militou, sobretudo, na *Gazeta de Notícias*, onde permaneceu de 1903 até 1913.

[17] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 23 nov. 1946, p. 54.

[18] BR. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro???, 23 dez. 1911, p. 41.

[19] FIGUEIREDO (João Luso), 1950. *A Manhã*, v. 11, n. 3, 3 mar. 1950, p. 32.

[20] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 15 out. 1921.

[21] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 1º nov. 1933, p. 1.

[22] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 12 jun. 1926.

[23] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 18 nov. 1933.

[24] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 03 set. 1942.

[25] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1934.

[26] BR. *Revista da Semana*, Rio de Janeiro, 17 jul. 1926.

[27] PT. *Elogios,* Porto: Renascença Portuguesa, 1916.

[28] BR. *Fon-Fon*, Rio de Janeiro, 16 dez. 1916, p. 48.

Referências bibliográficas

BARRETO, Paulo (João do Rio) (1917). Rio de Janeiro, *Momento Literário*.

BARROS, Júlia Teresa Pinto de Sousa Leitão de. *O Jornalismo Político Republicano Radical. O Mundo (1900-1907) Tomo I*. 2014. Dissertação (Doutorado em História Contemporânea Institucional e Política de Portugal) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

GOMES, Angela de Castro e HANSEN, Patrícia Santos (orgs.) (2016). *Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
FIGUEIREDO, Armando Erse de (João Luso) (1950). Autores e Livros: suplemento literário de *A manhã*, v. 11, n. 3, março de 1950.
LUSO, João. *Contos de Natal*. Rio de Janeiro, 1930.
SARDICA, José Miguel (2009). "O jornalismo e a *intelligentsia* portuguesa nos finais da a Constitucional". *Comunicação & Cultura*, 7.

Ruth Escobar e a cena teatral brasileira da década de 1970 -– Exercícios de liberdade e práticas de resistência

(À memória de Ruth Escobar, que nos deixou em 05/10/2017)

*Rosangela Patriota**

> Sem intelectuais ou com intelectuais reformados, a utopia pode desaparecer. Como utopia, refiro-me aqui não só a uma visão de uma sociedade futura, mas a uma visão pura e simples, uma capacidade, talvez uma disposição para usar conceitos expansivos para enxergar a realidade e suas possibilidades. Pode ser necessário encontrar um respiradouro mental para sustentar essas linhas de visão.
>
> Russell JACOBY[1]

O teatro brasileiro no século XX tem sido objeto de importantes estudos em diferentes áreas do conhecimento, a saber: Artes Cênicas, Sociologia, História, Filosofia, Literatura. Embora no século passado tenham sido produzidos espetáculos em diferentes cidades do país e de gêneros artísticos distintos, houve uma concentração de estudos sobre as décadas de 1940, 1950 e 1960, especialmente sobre esta última, por serem compreendidas como as responsáveis pelo processo de "modernização" das atividades teatrais no país.

Fundamentalmente, para que se possam entender aspectos importantes desse momento, é preciso recordar que o teatro, desenvolvido em São Paulo,

* Professora da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM) e da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

assumiu para si, principalmente, a partir da década de 1940, ao lado das atividades literárias, universitárias e, posteriormente, cinematográficas, a tarefa de construir um repertório cultural em consonância com os anseios das grandes metrópoles. Sob esse aspecto, Maria Arminda do Nascimento Arruda, em seu trabalho *Cultura e Metrópole*, afirmou:

> (...) a cidade de São Paulo nesse meio século revelou-se solo fértil para a fermentação das diretrizes apontadas, transformando-se em referência fundamental dessas concepções que vicejavam no período. Em nenhum lugar, a urbanização e o crescimento industrial atingiram tal plenitude, o que lhe facultou alçar-se à condição de metrópole. Ao mesmo tempo, diferentes correntes migratórias lhe haviam imprimido um ar cosmopolita; inseridas na dinâmica econômica alteravam a estratificação social, expandindo e diversificando a ocupação do espaço de que resultaram formas renovadas de sociabilidade. Culturalmente, o legado modernista codificara uma tradição que se impôs às gerações posteriores e que puderam afirmar, dado o contexto, a necessidade de relacionamento entre criação e funcionalidade. O experimentalismo vanguardista adquiriu em São Paulo inequívoca ambientação, uma vez que o concretismo na poesia teve na cidade sua expressão mais acabada. O quadro não se fecha sem que se considere a institucionalização da vida universitária que acabou por alterar o estilo da reflexão, assim como a constituição das organizações de cultura, os museus, os teatros, o cinema, conferiram lastro material à divulgação das obras produzidas no exterior, adensando o processo de trocas culturais. Eventos como as Bienais tiveram papel decisivo na promoção das novas linguagens: o Teatro Brasileiro de Comédia atualizou o público com a dramaturgia estrangeira; a Companhia Cinematográfica Vera Cruz intentou realizar a independência do cinema nacional.[2]

Especificamente do ponto de vista teatral, a cidade de São Paulo, nas décadas de 1950, 1960 e 1970, desempenhou importante papel nos debates políticos e estéticos, além de constituir uma geografia cultural, que envolveu a sua região central e bairros como o *Bexiga* e a *Bela Vista*. Para tanto, a fundação do Teatro Brasileiro de Comédia (TBC), por Franco Zampari, à rua Major Diogo, tornou-se pedra angular no estabelecimento de um padrão artístico e profissional para a cena paulistana, pois veio coroar uma perspectiva que enfatizava a necessidade de as artes cênicas brasileiras estabelecerem um profícuo diálogo com

a 'modernidade' presente, até então, apenas em palcos europeus e norte-americanos.

Enquanto no Rio de Janeiro, a encenação de *Vestido de Noiva*, de Nelson Rodrigues, pelo grupo *Os Comediantes*, em 1943, no Teatro Municipal, com direção de Z. Ziembinski e cenários de Santa Rosa, trazia grandes expectativas para o teatro profissional,[3] na cidade de São Paulo, por iniciativa de Décio de Almeida Prado e de Lourival Gomes Machado, nascia o *Grupo de Teatro Universitário*, que viera a se somar ao *Grupo Experimental de Teatro*, criado, em 1942, por Alfredo Mesquita. A despeito das pesquisas de linguagens realizadas por esses elencos amadores, todavia, a manutenção de suas atividades artísticas era muito difícil, pois como observou Alberto Guzik, as dificuldades de manter um conjunto de amadores empenhado num projeto sério, objetivando chegar a espetáculos de relevo, logo se fazem sentir. Alfredo Mesquita, inspirado em Molière e Giraudoux, escreve o *Improviso do Grupo de Teatro Experimental*, a ser incluído antes do cartaz que o GTE mantinha em seu repertório. Findo o Improviso, o autor se dirige à plateia, colocando-lhe as dificuldades por que passavam em seu projeto de trabalho e exortando-a a auxiliá-los. Segundo as próprias palavras do autor:

> (...) só uma pessoa no teatro inteiro respondeu ao meu apelo: Franco Zampari. Ele imediatamente abriu uma lista, assinou seu nome e deu não me lembro mais quantos contos. Fechou também a lista, porque ninguém assinou embaixo do nome dele.[4]

Tais ponderações, por um lado, revelam as dificuldades atinentes a esses grupos e, por outro, apresentam o encontro de vontades que deu origem, em 1948, à *Escola de Arte Dramática* (EAD), fundada por Alfredo Mesquita, e ao *Teatro Brasileiro de Comédia*. De maneira indiscutível, a EAD e o TBC deram nova feição ao teatro paulistano. A primeira, por meio de uma atividade pedagógica, objetivava

formar atores, diretores, dramaturgos, encenadores, entre outras especialidades, além de possibilitar aos seus alunos uma formação estética e cultural que fosse ao encontro da tão almejada ideia de 'modernidade'.

Esse processo também deu origem ao *Teatro de Arena*. Fundado em 1953, por jovens egressos da EAD, o grupo inicialmente marcou a sua diferença pela escolha do palco em arena para o desenvolvimento de suas atividades artísticas. Tal opção deveu-se ao fato de que as produções se tornavam menos dispendiosas, isto é, foi uma escolha em termos operacionais e não ideológicos. Dito de outra maneira: as distinções entre o *Arena* e o *TBC* não se estabeleciam nem pelo repertório encenado, nem pela *performance* do ator, e sim pela cenografia e pelos figurinos.

No decorrer da década de 1950, no entanto, alguns acontecimentos contribuíram para que o *Arena* redirecionasse suas perspectivas de trabalho. O primeiro foi a sua união com o *Teatro Paulista do Estudante* (TPE)[5]. O segundo foi o ingresso de Augusto Boal no grupo e o terceiro refere-se à montagem em 1958 da peça *Eles não usam black-tie* de Gianfrancesco Guarnieri. Embora os dois primeiros tivessem contribuído para a progressiva politização da Companhia, foi o espetáculo, sem dúvida, o grande responsável pelas mudanças que se seguiram.

O impacto causado por *Black-tie* deu ao *Arena* novos rumos profissionais. Surgiram os *Seminários de Dramaturgia*, e com eles a proposta de 'teatro nacional', fundada em textos que representavam as vivências das camadas subalternas da sociedade. Encontrados os caminhos artístico e político, começaram as reflexões que visaram estabelecer as diferenças entre o grupo e o TBC, que se tornaram consenso nas interpretações sobre a 'decadência' do TBC e a 'ascensão' do Teatro de Arena. Um exemplo da disseminação dessas percepções está na análise de Décio de Almeida Prado sobre o *Arena*:

> Sua grande originalidade, em relação ao TBC e tudo o que este representava, era não privilegiar o estético, não o ignorando, mas também não o dissociando do panorama social em que o teatro deve se integrar. Desta postura inicial, deste "engajamento" – palavra lançada pouco antes por Sartre – é que adviriam os traços determinantes do grupo, o esquerdismo, o nacionalismo e o populismo (em algumas de suas acepções), a tal ponto entrelaçados que apenas a abstração conseguirá separá-los.[6]

O aspecto mencionado por Almeida Prado foi, sem dúvida, aquele que marcou as atividades do grupo, especialmente, se se observar que a militância em torno da ideia de 'teatro nacional' foi substituída pelo retorno de textos estrangeiros aos palcos do *Arena*. Nesse sentido, ao longo de sua trajetória, encerrada no início da década de 1970, o engajamento tornou-se seu elemento constante.

As preocupações da companhia estiveram, inicialmente, em sintonia com as propostas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), em especial, por compactuar com seus modelos interpretativos e por compartilhar a crença de que o país, em breve, viveria uma "revolução democrático-burguesa". Essas motivações foram destruídas em 1964, com o advento do golpe militar, e, nessas circunstâncias, houve uma redefinição das estratégias artísticas e temáticas dos espetáculos do Teatro de Arena, isto é: a luta pelo retorno às liberdades democráticas e a conclamação à resistência ao arbítrio tornaram-se suas palavras-chave.

Em meio a esses acontecimentos, a cidade de São Paulo, na década de 1950, acolheu mais um grupo: o *Teatro Oficina*. Fundada por jovens estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, dentre os quais estavam José Celso Martinez Corrêa, Renato Borghi, Carlos Queiroz Telles, Amir Haddad, Moracy do Val, Jairo Arco e Flexa, essa companhia tornou-se uma das principais referências da cena brasileira contemporânea.

Amparado por peças, principalmente, de autores estrangeiros como Clifford Odetts, Tennessee Williams, Valentin Katáiev, Maximo Gorki, dentre outros, o *Oficina* desenvolveu um trabalho de interpretação, de concepção e direção de espetáculos, sob a orientação de Eugênio Kusnet, ator russo radicado no Brasil. A mais celebrada dessas iniciativas foi a montagem de *Pequenos Burgueses*. A partir de então, os críticos e o público passaram a reconhecer uma 'identidade' no grupo, proveniente de concepções cênicas e de pesquisas estéticas realizadas com extrema competência. Esse processo artístico foi interrompido com os acontecimentos de 1964.

O *Oficina* voltou em 1967 a causar impactos estéticos e políticos com o espetáculo *O Rei da Vela*. Essa montagem e outras realizações artísticas, dentre elas o filme *Terra em transe* de Glauber Rocha e a instalação *Tropicália* de Hélio Oiticica, dialogaram com as análises de segmentos da esquerda brasileira sobre o novo cenário político do país.

O teatro paulistano, representado especialmente pelo *Arena* e pelo *Oficina*, à medida que definiu horizontes estéticos para os seus trabalhos, estabeleceu um intenso e profícuo diálogo com os mais importantes acontecimentos da história brasileira na década de 1960.

O *Arena* foi criado por artistas recém-formados pela EAD e sua fusão com o TPE deu a ele uma proximidade muito grande com os estudantes e com o próprio movimento estudantil, uma vez que, dentre seus componentes, existiam aqueles saídos de suas fileiras, como Vianinha e Guarnieri, que também militavam no Partido Comunista Brasileiro. Desse ponto de vista, a partir da segunda metade da década de 1950, a companhia buscou de forma sistemática o estabelecimento do diálogo entre arte e política.

As encenações do *Arena* alternaram-se entre textos de escritores nacionais e estrangeiros. Por sua vez, o *Oficina*, observado retrospectivamente, optou pela montagem de peças que privilegiaram discussões sobre o comportamento de segmentos médios em momentos de transformação.

O golpe de 1964, todavia, encerrou essas expectativas, e fez com que as interpretações e as estratégias de luta utilizadas fossem severamente discutidas. Nessas circunstâncias, o 'consenso' existente em torno da "revolução democrático-burguesa" esvaiu-se. O PCB fez uma contundente autocrítica de sua política de alianças, e a partir desse procedimento conclamou a todos os setores de esquerda e/ou liberais que se organizassem em uma 'frente de resistência democrática', com vistas a combater a ditadura militar. No entanto, essa nova estratégia de luta foi duramente questionada por dissidentes do Partido e por demais organizações de esquerda que, de maneira gradativa, optaram pela luta armada e pela clandestinidade.

Essas acaloradas análises ocorreram em outras instâncias como o movimento estudantil e o campo artístico em geral. A nova realidade do país redimensionou tanto os espetáculos do *Arena* quanto os do *Oficina*. O primeiro, mantendo a sua perspectiva de engajamento, conclamou a plateia a engrossar as fileiras da resistência à ditadura militar, exaltando lutas históricas como *Quilombo dos Palmares* e *Inconfidência Mineira*. Posteriormente, com o acirramento dos conflitos entre setores da sociedade civil e o governo militar, o *Arena* radicalizou sua postura, em 1968, na Feira Paulista de Opinião, na qual a figura de Ernesto 'Che' Guevara tornou-se um parâmetro de luta e de resistência ao arbítrio do próprio capitalismo.

Já o segundo encontrou dificuldades ao ter seu trabalho articulado a uma discussão política mais imediata, particularmente, pela predominância, em seu

repertório, de autores estrangeiros e pela força de suas atividades estarem concentrada na encenação. Isso se justifica porque, naquele momento, o local privilegiado de análise e de resistência política era o texto teatral e, sob esse ponto de vista, o trabalho cênico seria primordialmente transpor para o palco as ideias e as posturas contidas nas peças.

À luz dessas evidências, pode-se afirmar que os processos criativos do *Arena* e do *Oficina* estabeleceram um profícuo diálogo com o seu público e com a cidade de São Paulo, à medida que os seus espetáculos suscitaram debates com segmentos intelectualizados da população (professores universitários, profissionais liberais, estudantes, etc.), em consonância com os processos de radicalização do movimento estudantil, das organizações políticas que optaram pela guerrilha, além da firme atuação do Sindicato dos Artistas do Estado de São Paulo na luta pelas liberdades democráticas.

Nessas circunstâncias, é preciso recordar a presença da diretora Heleny Guariba que, após um estágio com Roger Planchon, estimulou um grupo de jovens atores, saídos da EAD, a formarem uma companhia nos moldes do *Theatre de la Cité*, dirigido por Planchon em Lyon. Com o apoio do dinheiro público, surgiu o Teatro da Cidade, em Santo André, que abrigou o espetáculo Jorge Dandin de Molière. Heleny foi presa, torturada e assassinada pelos órgãos de repressão da ditadura militar. Até hoje é uma desaparecida política.

A proposição de articular, politicamente, o teatro à sociedade, porém, esteve presente em outros trabalhos, como os do grupo União e Olho Vivo de César Vieira, além de outros grupos independentes do circuito comercial que surgiram em São Paulo, tais como: Núcleo Expressão de Osasco, Teatro-Circo Alegria dos Pobres, Núcleo Independente, Truques – Traquejos – Teatro (TTT), Galo de Briga e o Forja. Entretanto, em meio a essa profusão de grupos e

atividades, em absoluto, se pode ignorar a presença do Teatro Ruth Escobar como um dos pilares da 'resistência democrática' na capital paulista.

Evidentemente, falar da trajetória do Teatro Ruth Escobar é expor, mesmo que de forma indireta, as atividades artísticas e políticas da atriz e produtora teatral Ruth Escobar. Nesse sentido, é digno de menção: o início de sua vida teatral é anterior à inauguração do teatro que leva seu nome. Dentre suas iniciativas, merecem destaque a montagem de *Mãe Coragem*, de Bertolt Brecht, de 1960, com direção de Alberto D'Aversa, que estreou no Teatro Cultura Artística – Grande Auditório, em São Paulo. Esse trabalho foi apresentado no I Festival Brasileiro de Teatro, no Teatro Coliseu Santista, na cidade de Santos (SP), no mês de julho de 1960. O espetáculo fez parte do Teleteatro da extinta TV Tupi (SP), tendo sido transmitido integralmente e ao vivo por essa emissora de televisão diretamente do palco.

Ao lado de outras montagens, Ruth Escobar esteve envolvida, juntamente com outros artistas, com a criação do *Teatro Popular Nacional* (TPN), entre os anos 1964 e 1965, realizando apresentações em praças públicas da cidade de São Paulo. Sobre essa experiência, Ruth Escobar assim se manifestou no programa da peça *O Casamento do Doutor Mississipi*, em 1965:

> Alguns dias depois da revolução de 31 de março surgia o Teatro Popular Nacional iniciando a mais dinâmica campanha de popularização do teatro. Nós éramos um grupo de jovens de uniforme sarja que, como uma equipe de futebol, aparecia cada dia num bairro operário da cidade levando teatro grátis ao povo. Percorremos mais de 50 bairros e mais de 900.000 pessoas assistiram ao TPN.
> Os críticos e a imprensa especializada não tomaram conhecimento: os banquinhos de lona que armávamos em praça pública não eram suficientemente confortáveis para eles e o público não era o mais 'selecionado'.
> Mas essa gente maravilhosa para quem trabalhamos nos recompensava com o seu carinho, trazendo, até a jamanta, pinga e conhaque nas noites mais geladas.
> O TPN foi, sem dúvida, a experiência mais honesta e positiva de popularização do teatro que jamais se realizou no Brasil.[7]

Após essa importante iniciativa, que levou às ruas textos como *A Pena e A Lei* de Ariano Suassuna, *As Desgraças de uma Criança* de Martins Penna, *Histórias do Brasil*, antologia poética organizada por Ruy Affonso, e *A Farsa do Mestre Pathelin*, cuja autoria é atribuída a Pierre Blanchet ou a Antoine de La Sale, a referida atriz concentrou suas atividades na inauguração e nas atividades a serem desenvolvidas no *Teatro Ruth Escobar*, situado à rua dos Ingleses, no bairro do *Bexiga*, que contou com o apoio da comunidade portuguesa para que tal empreendimento se efetivasse.

Desde a sua inauguração, em 1963, o *Ruth Escobar* foi palco de significativos dramaturgos, diretores, atores, cenógrafos, iluminadores e figurinistas, entre tantos outros profissionais. Sob esse aspecto, pode-se afirmar que o mesmo não apresentou uma programação articulada a um projeto específico, quer no nível estético quer no político. Provavelmente, tal postura propiciou que o espaço abrigasse espetáculos como *A Ópera de Três Vinténs* (Bertolt Brecht), direção de José Renato em 1964; *As Fúrias* (Rafael Alberti), direção de Antônio Abujamra em 1965; *Júlio Cesar* (W. Shakespeare), direção de Antunes Filho em 1966; *Lisístrata* (Aristófanes), direção de Maurice Vaneau em 1967; *Roda Viva* (Chico Buarque de Hollanda), direção de José Celso Martinez Corrêa, em 1967; *Cemitério dos Automóveis* (Fernando Arrabal), criado a partir das peças *Cemitério de Automóveis*, *Oração*, *A Primeira Comunhão*, *Os Dois Carrascos*, direção de Victor Garcia, em 1968; *O Balcão* (Jean Genet) direção de Victor Garcia, em 1969; *Missa Leiga* (Chico de Assis), direção de Ademar Guerra, em 1972; *Autos Sacramentais* (Calderón de la Barca), direção de Victor Garcia, em 1974; *Torre de Babel* (Fernando Arrabal), direção de Luiz Carlos Ripper e José Arrabal, em 1977; *Revista do Henfil* (Henfil e Oswaldo Mendes), direção de Ademar Guerra, em 1978; *Caixa de Cimento* (Carlos Henrique

Escobar), direção de Juan Uviedo, em 1979; *Fábrica de Chocolate* (Mário Prata), direção Ruy Guerra, em 1979, dentre outros.

Em verdade, essa pequena lista dos espetáculos produzidos e apresentados no Teatro Ruth Escobar revelam a vitalidade e a importância deste para a cena teatral paulistana, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, se for considerado que a produção artística e, nesse caso, em particular, a atividade teatral deve contribuir para com a formação cultural e estética de uma sociedade, ao mesmo tempo suscitar diálogos com a realidade histórica na qual é produzida.

As montagens do Ruth Escobar envolveram profissionais que compreendiam o alcance social e político de seus trabalhos, como Lélia Abramo, Raul Cortez, Sílvio Zilber, Carlos Queiróz Telles, Miriam Muniz, etc. Apesar de não haver constituído um grupo e/ou uma companhia teatral, o Teatro Ruth Escobar foi responsável por encenações de importantes peças, que, se estudadas à luz da conjuntura política brasileira, com certeza, adquirem significativas dimensões sociais e históricas. Essa afirmação torna-se pertinente à medida que se observa que os textos selecionados foram escritos por dramaturgos brasileiros e estrangeiros, que dialogaram de forma profícua com relevantes temas da agenda política do país e do debate internacional.

Ao lado dos espetáculos, propriamente ditos, o Teatro Ruth Escobar tornou-se um espaço simbólico, na cidade de São Paulo, na luta contra a ditadura militar. Em 1968, durante a temporada paulista da peça *Roda Viva*, o teatro foi invadido por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que redundou em depredações do espaço e agressões físicas aos artistas, no dia 18 de julho de 1968.

Ruth Escobar tentou dar queixa na 4ª Delegacia e no DEOPS, mas não obteve sucesso. Na noite seguinte, o espetáculo foi apresentado com as presenças

de Chico Buarque e de Zé Celso. Mesmo havendo segurança policial, os atores temeram novas invasões. Foi constituída uma comissão liderada pela mencionada atriz, que foi recebida pelo coronel Edmur Salles, chefe da Casa Militar do Estado de São Paulo, que assegurou que o assunto era da competência do Secretário de Segurança do Estado. Apesar desses procedimentos, os artistas continuaram insatisfeitos e tomaram algumas iniciativas:

> (...) a classe teatral de São Paulo, reunida ontem à tarde no Teatro Galpão, rua dos Ingleses, 209, resolveu adotar as seguintes medidas para a proteção dos espetáculos que estão encenando e do próprio público:
> Solicitar das autoridades policiais (DOPS e DPF) um esquema de policiamento ostensivo para todos os teatros da capital;
> Divulgar, através da imprensa, todos os acontecimentos envolvendo atores e atrizes, além de denunciar a organização conhecida como CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e certos setores policiais, como responsáveis pela agressão contra o teatro.
> Os atores, com o apoio de intelectuais, artistas plásticos, professores universitários e membros da Cooperação Social Feminina, realizaram ontem, às 17 horas, no Galpão, assembleia, na qual os planos de defesa foram traçados.
> Na abertura da assembleia, o diretor Augusto Boal (foi o presidente) declarou que 'esta Assembleia é permanente', acrescentando que 'os marginais do Governo estão contra nós. Aqui estão reunidas pessoas do teatro, da música, do SNI, do DOPS etc. (...) Augusto Boal apresentou uma proposta 'para que sejam processadas certas autoridades da 4ª Delegacia e formarmos um grupo de publicidade que pedirá ao povo para lotar o teatro'.
> Os advogados da classe teatral foram autorizados a processar o governador Abreu Sodré, seus auxiliares e, no dizer de uma atriz, 'também as autoridades policiais irresponsáveis que soltaram os dois criminosos presos por nós'.
> Essa proposta foi aprovada com muitas palmas, a plateia de pé.
> (...). Outra proposta aprovada foi a da autodefesa, passando os atores, de hoje por diante, com proteção ou não, a trabalhar armados. A atriz Miriam Muniz levantou questão de ordem para dizer que cassetetes não resolviam nada, 'o certo é nós trabalharmos de revólver à cinta, mesmo que a plateia veja. Não é concebível que uns vândalos entrem em meu camarim e me deixem despida. Com um revólver eu resolvo a parada'.[8]

As transcrições de trechos desses documentos revelam o nível de mobilização e de organização suscitado pela luta contra a ditadura. Nessas circunstâncias, deve-se observar: embora o *Arena* e o *Oficina* tenham se tornado as referências básicas da historiografia sobre esse período, foi a atuação de diversos segmentos teatrais que possibilitou a constituição de um campo de oposição extremamente consistente e atuante.

Para confirmar tal afirmação, é relevante recordar as declarações do governador Abreu Sodré sobre tal episódio e os novos ataques ao Teatro Ruth Escobar, ocorridos naquele mesmo ano.

> Declarações do governador Abreu Sodré, em reunião com a classe teatral no dia 22 de julho de 1968, a respeito da agressão à Roda Viva, conforme publicadas por *O Estado de S. Paulo* no dia 23 de julho de 1968: "Este Governo saberá usar da sua autoridade para reprimir qualquer ato de violência dos extremistas, parta de que extremo partir, direita ou esquerda, na salvaguarda da ordem pública. Considero o teatro, além de uma das mais nobres manifestações do pensamento humano, um poderoso instrumento de comunicação e cultura".
> A despeito destas declarações, o Teatro Ruth Escobar voltou a ser atacado, desta vez com uso de gás lacrimogênio.
> (...). No meio de todo o vandalismo surge a figura carismática de Cacilda Becker gritando nas antessalas do poder: "Estou preocupada com tudo isso. Tomarei providências para garantir não apenas o meu, mas todos os teatros. Qualquer teatro é o meu teatro".[9]

Esse processo fez com que a 'classe teatral' intensificasse sua luta contra a censura e contra o próprio 'Estado de exceção'. Evidentemente, os acontecimentos relativos ao espetáculo *Roda Viva* transformaram o Teatro Ruth Escobar em um dos símbolos do teatro em favor da organização dos artistas e no combate à ditadura militar.

Ao lado desse referencial simbólico, pouco a pouco, o Teatro Ruth Escobar transformou-se em uma das mais importantes referências do teatro de vanguarda, em nível internacional, principalmente por meio da parceria estabelecida entre a

atriz e produtora e o diretor teatral argentino Victor Garcia, falecido em 28 de agosto de 1982, em Paris.

Essa associação artística propiciou à cena paulistana, embora alguns espetáculos tenham excursionado tanto pelo país quanto pelo exterior, ter acesso a encenações de importantes dramaturgos contemporâneos como Fernando Arrabal e Jean Genet, assim como a autores clássicos da língua e literatura dramática espanhola como Calderón de La Barca.

Nessas parcerias houve reelaboração de concepções estéticas, no nível da interpretação, direção, cenografia e figurinos, bem como o próprio espaço arquitetônico foi reformado em nome da realização adequada da proposta artística. A montagem de *O Balcão* é uma ilustração didática de tais práticas, como se depreende do depoimento do cenógrafo Wladimir Pereira Cardoso:

> (...) dezoito pessoas e eu trabalhamos durante 5 meses, 20 horas por dia, para realizar o cenário de O Balcão. Todos dormíamos no Teatro Ruth Escobar, distribuídos até pelo teto, e instalamos um fogão, para que uma cozinheira, que chegava às 7 horas da manhã, fizesse lá mesmo nossa comida.
> (...). Ali, dentro do palco italiano, construí um edifício de 5 andares. Na verdade, eu já havia imaginado um cenário semelhante ao de O Balcão para o espetáculo shakespeariano que o diretor inglês Mike Bogdanov deveria montar, a convite de Ruth Escobar. Daí, como no Globo Theatre de Londres, a solução das galerias verticais em prateleiras, dispondo-se o público nos 250 lugares dos 5 andares. Essa forma funilada presta-se muito para que os espectadores, ao mesmo tempo que têm uma visão global do bordel, fiquem como que suspensos no ar.
> O estudo do Teatro Total de Gropius motivou-me para a forma primária da casca do ovo e da gema, que se encontra em meu cenário. Aliás, essa é uma da formas primitivas da arquitetura, existente nas ruínas de Tietzing, que datam de 12 mil anos. Quando estive em Praga, dialoguei muito com o cenógrafo Svoboda, que fez um palco acrílico, iluminado de baixo para cima. Em O Balcão, utilizo uma ideia semelhante, iluminando-se o ambiente por meio de um espelho parabólico, escavado no concreto do porão, que está 5 metros abaixo do palco. Ficou uma concha elipsoidal com plástico espelhado, desempenhando função semelhante à de um farol de automóvel.

> Há um módulo que sobe e desce: é de ferro vazado, com acrílico. Nesse palco móvel passam-se muitas cenas, mas os atores distribuem-se por todo o teatro, inclusive nos passadiços inclinados em que fica o público. Do urdimento, desce uma rampa, em espiral, com 9 metros de altura, sendo utilizada em alguns quadros (do espelho parabólico aos urdimentos há 20 metros de altura). Além disso, foram instalados 5 elevadores individuais, e 2 guindastes suspendem 2 gaiolas, onde dialogam Irma e Carmem. Os atores usam também plataformas, que são pequenos palcos individuais, verdadeiros trampolins. Há ainda uma mesa ortopédica, que entra no módulo sem necessidade de que ninguém a empurre.[10]

Dessa maneira, se houve espetáculos que redimensionaram o espaço cênico dentro do edifício teatral, deve-se recordar, também, que *Cemitério dos Automóveis* foi encenado em uma velha oficina mecânica: uma garagem à rua dos Ingleses, que deu origem ao Teatro 13 de Maio, que se manteve em atividade até o ano de 1979.

É importante mencionar que as montagens produzidas por Ruth Escobar propuseram discussões mais abrangentes sobre arte, política, mundo contemporâneo, valores e costumes sociais, entre outros temas. Textos escritos por dramaturgos qualificados como marginais, como Jean Genet, propuseram diálogos críticos à maneira pela qual os segmentos de esquerda interpretavam as sociedades e seus universos simbólicos.

Nessas circunstâncias, cabe destacar: a interlocução estabelecida com a realidade brasileira pelo Teatro Ruth Escobar fora construída de maneira mediata, isto é, para que houvesse a compreensão de seu trabalho em uma dimensão política era necessária uma ampliação do conceito de 'político'. Mas, isso não significou que embates mais imediatos estiveram ausentes.[11]

Em 1978, estreou a *Revista do Henfil*, considerado o espetáculo de maior repercussão jornalística do Ruth Escobar. Evidentemente, essa visibilidade ocorreu não só pela qualidade do trabalho, mas também pela importância artística e política de seu autor, o cartunista Henfil, na luta contra a ditadura militar, em consonância com a campanha em prol da 'anistia ampla, geral, irrestrita' e com a militância de

seu irmão Herbert de Souza (Betinho) exilado pelos governos militares. Acerca do texto, propriamente dito, Henfil afirmou:

> Até estrear, a ideia percorreu os mais diferentes caminhos. Mas a ideia central se manteve inalterada. Fauzi Arap sugeriu o meu nome a Ruth Escobar que estava procurando um autor nacional para montar. Ela telefonou para o Canadá à minha procura e esse profissionalismo é pouco comum entre nós. Voltei ao Brasil e estava morando em Natal. Lá recolhi todo o material das historinhas e entreguei ao Fauzi. O primeiro texto, então, foi organizado e elaborado por ele e por mim. Começaram os ensaios da *Revista Relativa ou Tinha um Pinto no Meio do Caminho*. Ele desistiu (Fauzi Arap) e eu voltei a trabalhar na peça com a ajuda de Oswaldo Mendes... Não entendo de teatro e não poderia fazer aquilo sozinho. Quando Oswaldo me mostrou o copião percebi que ele tinha acertado. Respeitou o quadrinho, mas conseguiu dar uma linguagem teatral.
> – O original tinha quatro horas. Foi nesse momento que entrou a contribuição decisiva de Ademar Guerra. Reduziu o texto para uma hora e meia, deu uma sequência, escolheu as cartas para mamãe que iriam entrar. Mas não ficou satisfeito: – Eu tenho na mão a tua inteligência, a tua coragem, tá faltando o coração, disse ele. Me pediu que fizesse uma carta especial para a peça, que se transformou no meu grande desafio. Baseada nela nasceram as músicas. A abertura do espetáculo foi feita para responder à carta.[12]

Por sua vez, Ruth Escobar, em entrevista sobre o espetáculo, revelou:

> – A Revista surgiu justamente do desespero e da expectativa de se encontrar um autor nacional. ...O interessante é que talvez seja um dos primeiros textos em todos estes anos, que fala, de uma maneira muito direta, a respeito de toda a problemática do Brasil, nestes 14 anos... A plateia se sente gratificada; a gente sente que, da parte do público, existe uma gratidão por estarmos dizendo coisas que eles tentaram dizer há tantos anos, e não conseguiram.[13]

O espetáculo viajou pelo país e foi apresentado em sindicatos, praças públicas, presídios e favelas. Encerrou sua temporada em 10 de junho de 1979, na cidade de Brasília. No que diz respeito às apresentações em presídio, estas se iniciaram durante a excursão do espetáculo nas regiões Norte e Nordeste, sendo que, entre os espectadores, estiveram presos políticos e presos comuns. No mesmo ano, Ruth Escobar, com o consentimento de algumas autoridades do sistema

penitenciário, criou um grupo teatral, com o intuito de colaborar com a reeducação dos presos, que originou a peça *Aqui Há Ordem e Progresso* (criação coletiva).

O Teatro Ruth Escobar foi responsável pela realização de dois Festivais Internacionais de Teatro, respectivamente em 1974 e 1976. Nesse mesmo período, ao lado dos projetos especificamente teatrais, recebeu vários ciclos de debates e de eventos. Em 1976, acolheu *Ciclo de Debates e Panorama da Cultura Brasileira I*. Em 1977, sediou o *Seminário de Dramaturgia Brasileira I*. Em 1978, houve a Conjuntura Política Nacional e o Congresso Nacional pela Anistia. No ano de 1979, foi a vez do *Congresso da Mulher Paulista e da Luta do Povo Palestino*: um debate sobre a Palestina, além do *Encontro Brasileiro de Homossexuais* e do *Fórum de Debates sobre a Mulher/Frente de Mulheres Feministas*, que aconteceram no decorrer do ano de 1980.

Assim, não só pelos números espetáculos assinados, pelas discussões suscitadas, além das inúmeras atividades, o Teatro Ruth Escobar possuiu um papel de destaque na conjuntura política e teatral da década de 1970. No entanto, a sua estrutura de funcionamento não se assemelhou a dos 'grupos teatrais', tampouco pode ser qualificada como 'teatro empresa'. Desse ponto de vista, sua importância histórica, estética e política está ainda por ser estudada e devidamente analisada.

Após 34 anos de sua fundação, a fim de que este patrimônio da cultura teatral paulistana não sucumbisse à especulação imobiliária, a APETESP (Associação dos Produtores de Espetáculos Teatrais de São Paulo), sob a gestão de Sérgio D'Antino, adquiriu o Teatro Ruth Escobar, que manteve o nome de sua fundadora. Aliás, o mesmo procedimento foi adotado também em relação ao Teatro Maria Della Costa. Sem dúvida, além de ser uma forma de homenagear suas criadoras, foi uma maneira de ratificar seus nomes no circuito artístico da capital paulistana.

Quanto à Ruth Escobar, no início da década de 1980, foi eleita deputada estadual, por dois mandatos consecutivos. Desenvolveu projetos comunitários. Em 1994, retomou, de forma mais modesta, os festivais internacionais, com vistas a construir diálogos entres linguagens distintas. Com esse intuito, apresentaram-se: *Aboriginal Islander Dance Theatre*, *Bread and Puppet*, *Cricot 2* e *Dervixes Dançantes*. Já em 1995, foi a vez de *Carlota Ikeda e o grupo japonês Dumb Type*, o russo *Levdodine com Gaudeamus*, *Michell Picolli*, dentre outros. Na sexta edição, em 1996, o destaque coube a *Phillipe Decoufflé*, ao grupo *Dong Gong Xi Gong*, de Taiwan e a *Joseph Nadg*.

Retornou aos palcos, como atriz, sob a direção de Gabriel Vilela, no espetáculo *Relações Perigosas*, de Heiner Müller, em 1990. Onze anos depois, assinou, como produtora, a sua última incursão teatral: a adaptação de *Os Lusíadas* de Luís Camões. Totalmente afastada da vida pública, Ruth travou, nos anos seguintes, uma longa e sofrida luta contra a doença de Alzheimer, que se encerrou no dia 05 de outubro de 2017, data de seu falecimento. Na verdade, essa data registrou a morte física de alguém que, devido a sua enfermidade, há muito encerrara a sua trajetória como artista e cidadã.

Com a morte de Ruth Escobar fechou-se mais um capítulo da história recente do teatro brasileiro que, por sua vez, coloca sob os ombros de estudiosos da cultura a responsabilidade de dialogar criticamente com experiências profundamente instigantes que fizeram dos palcos brasileiros um dos mais intensos e profícuos do século XX.

---

[1] JACOBY (2001), p. 141.
[2] ARRUDA (2001), p. 20-1.
[3] Esse espetáculo tornou-se referência por dois motivos. O primeiro deveu-se ao fato do texto teatral possuir uma estrutura dramática organizada em três tempos narrativos (realidade/memória/alucinação). O segundo enfatizou a concepção cênica do diretor polonês, recém-chegado ao Brasil, que, por meio da iluminação, materializou essas

fragmentações, bem como conseguiu fazer com que os atores desenvolvessem interpretações que exploraram as nuanças psicológicas das personagens. Sobre o tema, consultar: PATRIOTA Rosângela; RODRIGUES, NELSON (1999), pp. 34-80. Embora *Vestido de Noiva* tenha sido um marco do teatro no Brasil, deve-se recordar que a constituição de periodizações, na maioria das vezes, deixa de considerar iniciativas importantes para o estabelecimento de uma dada prática social. Nesse sentido, em relação ao teatro carioca, é digno de nota o trabalho de Paschoal Carlos Magno frente ao "Teatro do Estudante". Sobre o tema, merecem destaque: *DIONYSOS*. Teatro do Estudante do Brasil - Teatro Universitário - Teatro Duse. Rio de Janeiro: MEC/DAC/FUNARTE/SNT, nº23, setembro/1978. Cf. MADEIRA (2000).

[4] GUZIK (1988), p. 8

[5] O TPE tinha entre seus integrantes jovens artistas e militantes do movimento estudantil e do Partido Comunista Brasileiro, como Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Vianna Filho, e fora dirigido por Carla Civelli e Ruggero Jacobbi, aliás, os responsáveis pela gradativa politização do grupo. Enquanto Jacobbi desenvolvia fundamentos estético/teatrais, além de discutir princípios do engajamento, Carla Civelli ministrava aulas de filosofia e política aos integrantes do TPE. Entre os autores estudados estavam, evidentemente, os alemães Karl Marx, Friedrich Hegel e o italiano Antônio Gramsci. Embora não tenha sido tema privilegiado, o diálogo entre o movimento estudantil, o TPE e o Teatro de Arena está presente no seguinte artigo de Rosângela Patriota: "Eles não usam Black-tie" (1999).

[6] ALMEIDA PRADO (1996), 63.

[7] FERNANDES (1985), p. 23.

[8] FERNANDES (1985), pp. 68-9.

[9] FERNANDES (1985), pp. 68-9.

[10] FERNANDES (1985), pp. 68-9.

[11] Em relação a esse debate é importante mencionar: o Teatro Oficina não se dedicou à produção de textos teatrais, com vistas a discutir a conjuntura política da década de 1960. A montagem do espetáculo *O Rei da Vela* (O. de Andrade) e as reflexões suscitadas pelo mesmo, por parte de intelectuais e críticos de teatro, deram ao grupo, todavia, uma visibilidade artística e política, até então, não obtida. Ao mesmo tempo, capacidade de reflexão e de intervenção no debate político-cultural de participantes do grupo, como Zé Celso, Renato Borghi, Fernando Peixoto, dentre outros, contribuíam significativamente para a ampliação do impacto do *Oficina*, tanto no cenário artístico quanto nas interpretações do período. Por sua vez, o Teatro Ruth Escobar não teve - nem por parte de sua proprietária nem por grupos intelectuais e/ou críticos teatrais -, esse nível de intervenção, isto é, não existiram reflexões que articulassem as suas atividades e seus respectivos impactos ao momento politico e social do país. Aliás, essa constatação é pertinente não só para o Ruth Escobar, mas para várias iniciativas que ocorreram em décadas subsequentes.

[12] SILVEIRA (1978), apud: FERNANDES (1985), p. 129.

[13] RIBEIRO (1979), apud: FERNANDES (1985), p. 129.

Referências bibliográficas

ALMEIDA PRADO, Décio de (1996). *O Teatro Brasileiro Moderno*. 2ª ed., São Paulo: Perspectiva.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento (2001). *Metrópole e Cultura:* São Paulo no meio século XX. Bauru/SP: EDUSC.

FERNANDES, Rofran (1985). *Teatro Ruth Escobar*: 20 anos de resistência. São Paulo: Global, 1985.

GUZIK, Alberto (1988). *TBC: Crônica de um Sonho*. São Paulo: Perspectiva.

JACOBY, Russell (2001). *O fim da utopia:* política e cultura na era da apatia. Rio de Janeiro: Record.

MADEIRA, G. (2000). *Paschoal Carlos Magno*: Mosaico de um Culturalista. São Paulo. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo.

PATRIOTA, Rosangela (1999). *Eles não usam black-tie*: Projetos estéticos e políticos de G. Guarnieri. *Estudos de História*. Franca, pp. 99-121.

_____**;** RODRIGUES, Nelson: (1999). "A unanimidade dos críticos". *ArtCultura,* pp. 34-38).

A Itália idealizada. O retrato do regime fascista através das reportagem de Mariateresa Cavalcanti Ellender e Abner Mourão

Fulvia Zega[*]

> - Como fez Chateaubriand, como fazem todos os famosos autores!-
> Eu estou seguindo o meu itinerário e só desejo que nesta fiel reportagem da intensa e luminosa excursão á Italia, possa o leitor viajar commigo [sic].
>
> Abner MOURÃO[**1]

Considerações iniciais

Propõe-se, neste artigo, uma análise comparada entre dois relatos de viagem sobre a Itália fascista, escritos pelos jornalistas brasileiros Abner Mourão e Mariateresa Cavalcanti Ellender, respectivamente em 1939 e 1940. A apreciação de tais obras oferece a possibilidade de refletir sobre o cânone da narrativa de viagem nos anos 1930, além de permitir, por meio de um 'confronto' entre o material publicado pelos autores, compreender como ambos expressam suas diferenças de gênero. A comparação dos diários dos jornalistas foi possível, apesar das profundas diferenças entre eles, graças a um motivo comum: as razões de suas viagens. Tanto *Uma reportagem na Itália*[2] quanto *São Paulo-Roma*[3] nasceram devido à vontade do governo de Roma.

---

[*] Doutora em Estudos Americanos pela Universidade de Roma Tre. Atualmente é pós-doutoranda pela Universidade de Gênova e Professora Adjunta em Instituições dos países de língua espanhola pela Universidade Ca' Foscari de Veneza. Presidente da Associação Internacional AREIA.

[**] Por escolha da autora, todas as citações de Mariateresa Cavalcanti Ellender e Abner Mourão foram mantidas no português dos anos 1930.

Gostaria de iniciar este ensaio com algumas breves considerações a partir do título escolhido: *A Itália idealizada*. Utilizo o verbo idealizar com um duplo significado: por um lado, mais estritamente etimológico, nos transmite a ideia de uma construção ideal, que transpõe a realidade em um modelo de perfeição. No caso específico, veremos como esse sistema é implementado por Abner Mourão e Mariateresa Cavalcanti Ellender ao traçar o perfil da Itália. Por outro lado, a ação de idealizar leva-nos ao conceito de imaginar, e imaginação é uma das palavras chaves dos meus interesses atuais no estudo das comunidades italianas no Brasil em relação ao regime de Mussolini. Mas por que imaginação? Vamos dar um passo para trás.

A historiografia que se dedicou à inter-relação entre o Fascismo e as comunidades italianas no exterior centrou-se, na grande maioria dos casos, sobre duas temáticas: a primeira se refere à tentativa de esclarecer, por um lado, a recepção que os italianos no exterior tiveram do regime de Mussolini e o grau de penetração da ideologia fascista entre as coletividades migrantes; a segunda elucida eventuais ambições expansionistas do fascismo além-mar. Apesar do grande número de páginas dedicadas a esse último assunto, podemos afirmar com segurança que Mussolini, na realidade, não ambicionou uma propagação política no Brasil ou em qualquer outro país da América Latina. E, apesar de poder ser encontrada, tanto na Itália como no Brasil, alguma documentação que aparentemente sustente essa teoria, a mesma pode ser reduzida a uma retórica da espetacularização típica do regime fascista, no que se refere à Itália, ou mesmo a propaganda sobre o inimigo interno, que caracteriza o Varguismo após a instituição do Estado Novo (1937) e das leis de nacionalização (1938-39). Se havia algo que interessava a Roma, era o fortalecimento da sua imagem e do seu prestígio

no exterior, e possivelmente, uma expansão cultural. Nesse sentido, os italianos no exterior, para utilizar uma expressão muito amada pelo *Duce* italiano, seriam úteis como "um exército pacífico", uma caixa de ressonância da recuperada grandeza 'itálica'.

Relativamente aos estudos sobre o grau de penetração da ideologia fascista entre as coletividades migrantes, pessoalmente considero essa linha de investigação já esgotada, tendo sido percorrida em todas as suas matizes. Em minha opinião, apesar de existirem várias e meritórias análises sobre o tema, muitas destas, sejam europeias ou brasileiras, incorrem no 'vício' que Mary Louise Pratt define como *Imperial Eyes*, ou seja, de ter como ponto de partida a documentação produzida pelo fascismo e um olhar ítalo-cêntrico, correndo o risco, às vezes, de transformar os imigrantes em um bloco monolítico único, sem perceber as muitas nuances existentes. Os resultados dessas pesquisas são distintos e condicionados aos objetos das investigações (as comunidades consideradas, sobretudo a nível geográfico, as camadas sociais e assim por diante), mas as conclusões que apresentam maior credibilidade são as do historiador italiano Angelo Trento ao falar de um sentimento generalizado de simpatia dos italianos e dos descendentes face ao regime mussoliniano.[4]

Tendo como ponto de partida essa 'simpatia' e após esta breve digressão, podemos voltar ao foco deste trabalho. Esse sentimento esteve atrelado basicamente a dois fatores: o patriotismo, no sentido de uma renovada consciência nacional que o fascismo conseguiu revitalizar, e a propaganda, que foi a ferramenta desta reabilitação. Pondo de outro modo, a vontade e capacidade, por parte do fascismo, de transmitir entre os imigrados a tendência de imaginar-se como uma comunidade, no sentido enfatizado por Benedict Anderson ao escrever: "na mente

de cada um vive a imagem deles serem comunidade". Mas como se construiu essa imagem? Certamente foram essenciais as mídias modernas, aquelas já consagradas como a imprensa e os romances, e as incipientes, como o rádio, os cinejornais e a fotografia política. Por isso tiveram um papel fundamental as instituições que David Forgacs chama de *industria della cultura italiana*: um conjunto formado por instituições públicas e por indústrias privadas (jornais, editores, sociedades de produção e de distribuição cinematográficas e fotográficas) que demostra como o poder do fascismo utilizava como alicerce, inclusive no âmbito cultural, a parceria entre a *res publica* e os setores privados.

Mussolini, já depois de 1922, dedicou muita energia na difusão da cultura italiana. Entre as atividades promovidas pelo Estado e, a partir de 1937, pelo *Ministero della Cultura Popolare*, encontramos as missões de intercâmbio cultural entre a Itália e outros países estrangeiros. Nesse contexto, as obras escolhidas para este ensaio são o produto desse empenho. Os livros de Abner Mourão e Mariateresa Cavalcanti Ellender, apesar das profundas diversidades de estilo, seja na narrativa, seja na composição visual, representam o resultado do esforço empregado pelo fascismo italiano de se autoapresentar ao mundo através dos olhos hipoteticamente imparcial dos observadores estrangeiros. Interessa-nos tentar mostrar quais foram os resultados de tal atividade.

Uma viagem e dois relatos: impressões de Abner Mourão e Mariateresa Cavalcanti Ellender.

O jornalista italiano Mario Appelius, em 1929, na introdução do seu livro *Le isole del raggio verde*, escreveu sobre algumas mudanças na maneira de se empreender viagens, principalmente a partir dos meios aéreos. Conforme o autor:

I grandi trasvolatori oceanici, che con uno o due salti formidabili balzano da un continente all'altro stanno rimpicciolendo terribilmente i viaggi vecchio stile per mare. Chi ha l'abitudine di scrivere per il pubblico le proprie impressioni di viaggio ha quasi voglia di saltare la pagina oceanica che un tempo costituiva uno degli elementi interessanti d'ogni gironzolata per il mondo. La descrizione del palazzo galleggiante? La vita ed i pettegolezzi di bordo? La festa per il passaggio dell'Equatore? […] Si, francamente, riconosco che tutto ciò è diventato «vieux jeu» nel secolo di Lindbergh e di De Pinedo. Eppure io penso che anche fra quarant'anni quando cioè le trasvolate aeree saranno il pane quotidiano d'ogni uomo normale, che anche fra cento anni quando forse la navigazione marittima sarà addirittura scomparsa, perché troppo costosa, anche allora vi saranno sempre gli innamorati del viaggio in piroscafo, quelli che ameranno vedere le terre del passato allontanarsi pian piano e svanire nell'incertezza degli orizzonti; e spuntare, dopo un grande intermezzo azzurro che è come una parentesi della vita, altre che via via ingrandiscono e che parlano all'anima il linguaggio dolce del domani e della speranza.[5]

Dessa contraposição entre o antigo - o navio - e o novo - o aeroplano - começa a nossa análise comparada das obras *Uma viagem na Itália* e *São Paulo-Roma*. Apesar das diferentes sugestões literárias que a viagem por via marítima ou aérea pode suscitar nas mentes de nossos escritores, o meio de transporte assume nesse caso uma relevância particular, porque representa a primeira ocasião da exaltação da Itália de Mussolini. Se, como teremos oportunidade de aprofundar em um segundo momento, os dois repórteres exaltam e glorificam os sucessos alcançados pelo regime fascista, a nau e o avião representam as metáforas da modernidade e do progresso desenvolvido, balizados pelo lema "*credere, obbedire e combattere*". Se para Abner Mourão, o *Neptunia*, "a grande e formosa nave que conduz à Italia os jornalistas brasileiros, representa mais um decisivo progresso para a navegação dos matres tropicaes"[6], para Mariateresa Cavalcanti Ellender, a Linha Aérea Transcontinental Italiana – L.A.T.I – simboliza a paixão da vida. A jornalista de aviação, que nunca faz mistério do próprio deslumbramento pelo fascismo italiano, vê no desenvolvimento da aeronáutica civil italiana um dos maiores triunfos do regime. Assim, a possibilidade de integrar o primeiro voo regular entre Rio de Janeiro e Roma[7] torna-se sua motivação para a viagem.

Se participar de uma missão cultural e da celebração da Itália fascista são os fios que ligam as duas obras, muitas são as diferenças. Uma primeira distinção emerge já ao folhear os livros e consiste no diferente uso das imagens fotográficas. Se, como era habitual na literatura de viagem da época, os dois volumes contêm inúmeras fotos, não existe, todavia, a possibilidade de realizar um paralelo; em *Uma reportagem na Itália*, de fato, encontramos somente 27 fotografias em 222 páginas; já, em *São Paulo-Roma,* contamos 103 cliques que ocupam 63 das 111 páginas do livro.

Diferente é também o uso das imagens. Para o jornalista carioca elas representam simplesmente um acompanhamento do livro. A construção do aparato iconográfico mantém-se na mesma linha de uma narrativa, que como veremos, é oficial e plena de formalidade. Devido a isso não encontramos no texto nenhuma imagem de caráter pessoal ou mesmo realizada pelo autor, mas somente, no caso de fotos de grupo, aquelas que Pierre Sorlin define como "fotografias eventos"[8]. Então, se Abner Mourão confere às imagens um papel auxiliar, para Mariateresa Cavalcanti Ellender a iconografia desempenha uma função fundamental na construção da própria narrativa; como o leitor pode verificar, as imagens são utilizadas com o objetivo de introdução e de fortalecimento de conceitos. Se como apontado por Susan Sontag, as fotografias nos anos 1930 eram consideradas cultas, influentes e transcendentes,[9] para a nossa autora essas são indispensáveis e capazes de testemunhar o verdadeiro, de conferir realidade aos acontecimentos.

Essa necessidade de dar corpo aos fatos depende, principalmente, do estilo literário escolhido por Mariateresa. A autora descreve a própria experiência de viagem através de tons empíreos, como um evento entre sonho e realidade:

> Lá em cima, muito longe, numa distancia indizivel perdido num azul diáfano, o infinito longe, longe... inaccessivel. [...] Tudo parece tão inutil, tão frágil, ante a imensidade da lonjura do mar lá em baixo, espiando entre os esgazeados de nuvens que parecem fiapos de algodão e a altura dos céus que parecem fugir alto, mais alto, mais alto ainda, inaccessiveis como um sonho. A emoção, a sensação de deslumbramento, de extasis que me faz assim bôba, feliz, sem pensar em cousa alguma, sem poder falar, nem escrever, nem nada. Uma espécie de comunhão com o infinito. Maravilhoso...[sic].[10]

E aqui tropeçamos na segunda grande divergência entre as duas reportagens: o registro da escritura, que remete necessariamente para os papéis de gênero no âmbito da literatura de viagem masculina e feminina. Se, como apontado por Francesca Denegri, em seu ensaio *Desde la ventana: Women "Pilgrims" in Nineteenth-Century Latin-American Travel Literature*, o arquétipo do viajante da segunda metade do século XIX era representado por um homem enérgico,[11] influente e privilegiado, em busca de sapiência e conhecimento, após aproximadamente cinco décadas tal estereótipo não havia passado por grandes alterações, ao menos quanto à autodescrição de Abener Mourão como um indivíduo absorvido nas preocupações de um 'grande jornal': o Correio Paulistano, "que não tem tempo para coisa alguma".[12]

Através de uma prosa refinada e culta, onde abundam os referimentos intelectuais, esse experiente jornalista, como o próprio destaca – "e lembro-me de que faz precisamente trinta annos [sic] que no Rio, na 'Imprensa' de Alcindo Guanabara, começava a minha vida, até hoje sem qualquer interrupção, de trabalhador do jornal diario"[13] –, restitui ao leitor uma reportagem clássica, assim como o cânone literário da época exigia. A vontade de ser objetivo e imparcial, apesar de ser um cliché comum entre os viajantes, é uma necessidade devido ao assunto delicado do texto: o retrato da Itália fascista. O autor reforça a própria transparência já nas primeiras páginas do livro, escrevendo:

> Em momento algum aos jornalistas, que estiveram em prolongado contato com ministros, altas autoridades e com o próprio 'Duce', foram feitos quaesquer pedidos, sequer a mais leve suggestão. Foram os jornalistas deixados completamente à vontade e Mussolini nos disse, no decurso da sua cordial entrevista: - Só desejo que tudo vejam bem e, quando regressarem ao seu grande paiz, como vivem de penna na mão, que escrevam com verdade daquillo que entenderem, do que mais haja interessado a cada um [sic].[14]

Em outras palavras ele declara, desde o primeiro momento, o próprio profissionalismo, visível no curso da obra graças ao regime formal e distinto que mantém, através do qual o autor não permite espaço a contos pessoais, a menos que estes tenham como fim o fortalecimento da própria imagem de intelectual ou o próprio envolvimento em uma comunidade imaginária – comunidade formada por poetas como Eurico de Góes e Raymundo Corrêa, citados de cor, e o impressor Elvino Pocai –, de viajantes à Itália.

Mariateresa, pelo contrário, é um vulcão de emoções. Tudo em sua narrativa é filtrado através do prisma dos sentimentos pessoais, com ela se pondo no centro do romance, em uma dança simbólica onde as suas grandes paixões – o fascismo, a aviação e o automobilismo – orbitam ao seu redor. À competência do Abner, Mariateresa opõe a própria fragilidade e a autoironia do desprestígio da viagem feminina em um lugar-comum bem conhecido do público. Estamos na presença de um '*topos*' literário, uma construção fictícia na qual a jornalista, *expert* do campo da aeronáutica, proprietária de revistas e mulher independente, utiliza a máscara de mulher vulnerável e necessitada da proteção masculina,[15] como foi evidenciado por Chiara Vangelista, no artigo *Una viaggiatrice italiana di fine Ottocento: Gemma Ferruggia in Amazzonia*. A historiadora italiana, através da análise do livro *Nostra Signora del Mar Dolce*, realiza uma aguda reflexão sobre o conto do itinerário da escritora

Gemma Ferruggia no Brasil. Vangelista, tratando das diferenças em relação a Gemma Ferruggia e do marido com a viagem, escreve:

> *Stabilisce una netta differenza all'interno della coppia: per il marito, il viaggio è stata l'occasione di serie e approfondite analisi su una questione a quel tempo ampiamente dibattuta quale l'emigrazione; per l'autrice, invece, l'esperienza in Brasile si traduce nella descrizione di sensazioni così come le ha vissute.*[16]

A música, as danças, a atenção pela moda e os usos italianos na prosa de Mariateresa contrastam com a seriedade do jornalista carioca. Nesse sentido achamos interessante, quando afirmado por Francesca Denegri na tentativa de compreender eventuais inconsonâncias entre a literatura de viagem masculina e feminina, no fim do século XIX, através das obras de Juana Manuela Gorriti e Flora Tristán:

> *The more conventional narratives of journeys abroad undertaken during this age of imperial exploration were firmly placed within the authoritative discourses of scientific investigation, that of ethnological and historical research, or indeed that of commercial mapping. The account written by these (male) travellers were permeated with a clear sense of progress towards a concrete, measurable, and final goal. By contrast, the narratives of Gorriti and Tristan portray their respective travels not as teleological movement, where the emphasis is on reaching an ultimate objective (that is, a final point of arrival), but more as an act of survival, where by contrast focus is on motive, on getting away (that is, on of the point of departure).*[17]
> *Travel narrative was a difficult genre for women writers in nineteen century, given, first of all, the absence of a female tradition of trave-writing, and secondly, the fact the travel-writing represented the imperial thrust of the century of progress and science, from which women were largely excluded.*

O mundo dos sentimentos e da empatia, representado pela narrativa de Cavalcanti Ellender é profundamente distante do discurso intelectual e profissional de Mourão. Essa distinção salta aos olhos imediatamente ao contar as motivações das viagens dos dois jornalistas. Se atrás da decisão de visitar a Itália está a intervenção de Roma, diferente é a narração dos autores. Mourão, para conferir

toda a oficialidade possível e ao mesmo tempo para elogiar-se, inclui no começo do livro o convite recebido:

> É vivo desejo do governo fascista acolher na Itália, como seus hóspedes, por um período de cerca três semanas de permanência, os expoentes mais ilustres da imprensa deste Brasil amigo, com o escopo de intensificar, através um conhecimento direto e uma observação minuciosa da vida atual da nação italiana, as correntes de reciproco apreço e as grandes afinidades existentes entre a Itália e o Brasil. É a este titulo que a v. me dirijo, apresentando-lhe o convite oficial do governo fascista para participar desta viagem que oferecerá, a um agudo estudioso como v., as maiores possibilidades de observar em todos os campos e em todas as regiões da Itália, sob a guia dos órgãos do Ministério da Cultura popular (grafia atualizada).[18]

Em uma espécie de resposta virtual a essa presunção, Cavalcanti Ellender, parte de repente "sem chapéo nem grande bagagem, sem missão oficial alguma, sem programa definido, levada por um idealismo sincero e sadio" (sic),[19] procurando constantemente minimizar as razões da viagem, assim como terá ocasião de dizer no encontro com Benito Mussolini: "Não venho em missão oficial alguma. Tampouco não represento a imprensa. Sou apenas uma expressão de confiança – mulher que sou – do povo da minha terra, no sucesso da aviação italiana. Vim por minha vontade, espontaneamente".[20]

Na verdade não temos que pensar que a autora seja inocente. Obviamente a construção desta imagem de si mesma é contextual com a economia do discurso, que tem por fim a elevação da nossa protagonista ao papel de heroína. Uma mártir que, pela aviação italiana – e, de reflexo, pelo fascismo – põe em jogo a sua própria existência. Por isso, no momento inicial da obra, quando o redator-chefe do Correio Paulistano escolhe inserir o convite oficial, Mariateresa resolve sublinhar a grande preocupação denotada pelos colegas e amigos.

A equidistância de Morão contrasta com o sentimentalismo de Cavalcanti Ellender, também, ao falar do nordeste brasileiro. Aqueles lugares que para Mariateresa representam o amor da família e as lembranças mais carinhosas, para Abner são a oportunidade de uma lúcida análise política que não se furta em elogiar o Estado Novo e a sua atitude em prol da modernidade que se manifesta em primeiro lugar na nova arquitetura: uma polarização entre o progresso, Getúlio Vargas, e um passado colonial que simbolicamente o jornalista identifica com o holandês Mauricio de Nassau, o invasor. Mariateresa, ao contrário, não deixa espaço para a política brasileira; o seu olhar é dirigido à vida cotidiana e aos aspectos étnico-culturais, argumento que não interessa ao chefe de redação. Isso se manifesta, por exemplo, na diferente visão do 'outro' entre os dois escritores. Cavalcanti Ellender é atenta à cultura local dos lugares visitados e, mesmo que em alguns casos a recuse, demostra curiosidade, que expressa tanto na narrativa quanto nas fotografias. É o caso da descrição da população indígena encontrada em Vila Cisneiros.

Apesar da reflexão sobre a vida das mulheres naquela sociedade, que a autora não aprova e provavelmente não compreende, ela expressa grande interesse pelo vestuário, a cerimônia do chá e os hábitos daquela cultura tão longe da própria, tanto que insere no texto (n.) imagens que a retratam junto a mulheres e homens daquele clã. Abner Mourão, de outro modo, só manifesta horror ao encontrar uma pessoa de ascendência árabe: um desrespeito que é cultural, religioso e político em uma eterna batalha entre civilidade e barbárie. Assim, para ele, é a Kasbah, o bairro árabe de que as fitas do cinema "podem dar o pitoresco, mas não o horror":

> São ruelas, ladeiras e passagens sob o casario típico, de janelas gradeadas pela rua, densamente povoadas e movimentadas. Há barbeiros no meio da rua e lojas de arrancadores de dentes de que o primitivismo nos põe um frio na espinha. O ar é de mistério e a evidencia de falta de higiene e de salubridade impressionante. A fumaça de toda espécie de fritura, manipuladas em plena rua, se ergue em cada canto. As crianças que se agitam entre a multidão fazem pena, pelo aspecto. Passam, ruidosos, bandas de soldados senegaleses. A gente olha os turistas com altiva indiferença. E, correndo por aquelas ladeiras e contemplando um tal patrão de vida, num ambiente que é húmido, estreito e tenebroso, sob o céo tão claro, penso irresistivelmente, que a existência nos "mocambos" do Recife [ao quais Mourão dedicou páginas de dura crítica] é mil vezes preferível [sic.].[21]

Essa sensação de desgosto se manifesta também frente as práticas religiosas:

> Vamos deslizando até penetrar na vastidão de uma mesquita, onde os sapatos não pedem pisar as esteiras e tapetes sobre que se prosternam os fieis. E assistimos a tudo quanto ha de mais espantoso, com as abluções rituais. Jorra o fio da água de um repuxo numa bacia de mármore. Cercam-na fieis de todas as idades que, da mesma agua em quem lavam os pés calosos, colhem, com auxilio das mãos, largos sorvos e fazem prolongados bochechos... O desrespeito ás leis do Profeta não poderia ser mais escandaloso. Porque as abluções foram prescritas para fins higiênicos e não – vá o termo – por essa porcaria (grafia atualizada)[sic].[22]

Percebe-se a distância entre o estilo da vida da Kasbah, da retórica, tão difundida pela dupla higiene/eugenia como promotoras da saúde no Brasil da primeira metade do século XX. Um conflito entre o antigo e o progresso, que levanta no autor o espírito moderno típico da época:

> Tal é a Kasbah que precisa de uma urgente solução: as da picaretas. A civilização não póde deixar de pôl-o abaixo, substituindo-o, na sua collina, por um bello bairro. Não ha tradição e não ha pitoresco que justifiquem o que aquillo tem de lobrego e de anti-humano[sic]. [23]

Enfim, antes de passar à análise da representação do fascismo italiano feita pelos autores, quero evidenciar como a mesma observação desse último, seja condicionada pelos diferentes olhares dos nossos protagonistas, como também das diferentes finalidades imaginadas na construção das duas obras. Primeiramente,

bastante divergente é o ponto de partida. Se Abner Mourão põe-se como um observador '*super partis*', que vai ao encontro da situação política italiana sem preconceitos e com a mente aberta do intelectual, Mariateresa Cavalcanti Ellender não faz mistério do seu entusiasmo pelo regime *mussoliano*, pelo qual não esconde sua profunda fascinação. Por isso e para os cânones da literatura feminina, o prosseguimento da narração é a paixão, o motor da atenção da jornalista pernambucana que sempre elogia e testemunha os sucessos de Roma sem, todavia, deter-se em reflexões políticas. Já Mourão, pelo contrário, delonga-se demasiadamente em discursos políticos sobre a atualidade e, sobretudo, sobre as teorias da política, demostrando, por exemplo, um profundo conhecimento da trajetória do fascismo e do seu *duce*, Benito Mussolini.

Uma "entusiástica estupefação" do fascismo como modelo de renovação.

Se uma "entusiástica estupefação" é a sensação que surge na leitura da Itália fascista pintada por Mariateresa Cavalcanti Ellender, igualmente edificante, porém com tons mais sóbrios e intencionalmente mais científicos, é a descrição realizada por Abner Mourão.

Em ambos os casos o que emerge é principalmente uma visão do fascismo como modelo de renovação, como movimento do futuro, que através da aplicação de uma nova disciplina, conseguiu dar uma ordem à confusão que a Itália se encontrava antes de Mussolini subir ao poder. Conforme a concepção da época, de uma continua pretensão de progresso e de modernidade, os aspectos que mais fortalecem a ideia de uma Itália grande e renovada são, inevitavelmente, ligados à arquitetura, às grandes obras e ao desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação. Nesse sentido, a obra de Cavalcanti Ellender é um hino a um dos maiores sucessos da Itália fascista: a aviação. Os desenvolvimentos obtidos pelas

asas italianas representaram, nas duas décadas mussolinianas, um mantra da propaganda, seja na pátria seja no exterior. A figura do aviador, naquela época, expressava o herói moderno, temerário e veloz; um ícone do homem do progresso. A grandeza da Itália nesse campo significava, por extensão, a eficiência da nação 'nova', que através da sua disciplina ganhava, ao final, um lugar de comando no contexto internacional. Nas palavras de Mariateresa a 'Cidade de aeronáutica' de Guidonia não é exclusivamente um lugar inovador onde o gênio italiano encontra a sua máxima realização, mas o lugar da fé, do sadio idealismo:

> Resulta ali o valor da capacidade técnica. A criatura não conta mesmo. Conta apenas a contribuição que dá para o sucesso da coletividade. Vale pelo que realiza. É um ideal dominando tudo e todos. Lá fóra no vasto campo, roncam os aviões em provas. Corro à janela, para espiar as curvas que alguns aparelhos descrevem no ar. Encantou-me, apreciar aquele aparelho destinado a transmitir as pulsações do coração humano...[sic].[24]

É interessante ver como, também, o jornalista carioca ficou fascinado pelos meios de transporte italianos, dedicando quatro páginas apenas ao desembarque em Nápoles, em um diálogo metafórico com outro viajante brasileiro, Martim Francisco, o qual, em 1929, pela editora *Irmãos Ferraz*, de São Paulo, deu à luz o livro *Viajando. Coisas do meu diário 1913-1915*.[25] Se a experiência vivida por Martim rumo a Nápoles pode resumir-se na locução "Que inferno!", o nosso protagonista utiliza sua vivência para demonstrar o quanto a situação atual se apresentava distinta, apoiando-se em uma mentalidade criada "por uma revolução victoriosa e inteiramente consolidada [sic]", além de se servir de palavras difundidas pela propaganda italiana:

> O governo italiano renovou uma parte da cidade velha, edificou novos bairros nos arredores, enlaçou Napoles com as provincias limítrofes, creou novas industrias, transformando assim a velha cidade da preguiça e da miseria em um centro de activa

vida moderna. Hoje o governo fascista continua com energia e celeridade obra de saneamento e renovação [sic]..[26]

Nesse momento nós começamos a perceber nas obras a presença do Minculpop, uma figura constante em ambos os diários e que leva pelas mãos os jornalistas brasileiros, inclusive guiando-os nos roteiros dentro da península. A demonstração dessa intervenção pode ser encontrada nas fotografias, basicamente os mesmos sujeitos apresentados nos dois livros, porém diferentes nos lugares visitados dos viajantes brasileiros. Resolvemos apresentar aqui quatro imagens cuja semiologia é idêntica e que temos a certeza – assim como afirmado por Mariateresa – que foram fornecidas pelo Minculpop.

Para quem está acostumado com a fotografia política do fascismo, todavia, as palavras de Cavalcanti Ellender são exclusivamente uma confirmação de quanto o espectador pode intuir sobre a proveniência das imagens; essas expressam o típico modelo do Istituto Luce; o estilo narrativo que, para Uliano Lucas e Tatiana Agliani, assim como apontado no livro *La realtà e lo sguardo. Storia del fotogiornalismo in Italia*, na sua impassibilidade e no seu caráter repetitivo, reitera inumeravelmente um cliché compositivo.[27] Um sistema que investe mais na quantidade que na qualidade, com a ideia de educar e persuadir sem refletir sua composição estética ou sua emotividade. Um esquema que está presente, seja em *São-Paulo-Roma,* seja em *Uma reportagem na Italia*, onde se encontram imagens isoladas, realizadas, geralmente, por aparelhos que capturam exposições com dimensões de 9x12, 6X9, ou 6X6, e que propõem uma cena em campo médio, com um enquadramento frontal ou lateral. Essas imagem são o equivalente da dialética fascista no sentido que acompanham visualmente as palavras chaves da propaganda política. Assim, encontramos os monumentos, como o Vitoriano, com seu duplo significado de

celebração da modernidade e da capacidade do fascismo, por um lado, e de chamariz aos lugares sacros do movimento, por outro. As obras arquitetônicas, sejam realizadas ou somente projetadas (como no caso da Exposição de 1942), ícone do gênio italiano e da grandeza do fascismo. E, enfim, o Agro Pontino:

> Região paludosa – problema que atordoou gerações e gerações – desde os tempos primitivos parecendo de solução difícil, triste e dolorosa maldição... foco de miséria e de febres.
> Dentro, no conforto do automóvel, espiava a paisagem com essa displicência turística, reparando mais no colorido do que nos marcos na estrada gritando os quilômetros passarem. E as campinas surgiram – assim como por encanto – cultivadas, alegradas de casas rurais muito brancas mostrando os letreiros claros: Opera Nazionale per i Combattenti
> - Agro Pontino?
> (...) – Mas... onde estão os pantanos? Onde a região maldita da malária, solidão e planuras mortíferas de água pútrida?
> - Tudo mudou. Agora, você vai ver uma das mais belas realizações dos italianos de hoje – da Itália de Mussolini[sic].[28]

Nesse dialogo entre Mariateresa e Mercedes La Valle, outra jornalista brasileira, apresenta-se toda a relevância que os sucessos do fascismo nas áreas maláricas da região em redor de Roma tiveram na política do regime. Devido à importância que esse benfazejo produto teve no imaginário da propaganda fascista, encontramos, nas duas obras analisadas, fotografias praticamente idênticas que atestam a transformação das zonas 'paludosas' em uma construção visual, imutável ao longo dos anos e que apresenta, na mesma fotomontagem, os aspectos da zona alagada antes do saneamento e depois da intervenção do fascismo [fig.3 e fig. 4].

Através da veiculação dessas fotografias no exterior, o regime italiano entendia demostrar a própria força, o próprio valor, e nessa maneira aumentar o próprio prestígio. Benito Mussolini, ao introduzir o livro *L'Italia fascista in cammino*, um volume de 516 fotografia destinados para o exterior escreveu:

> *Questa documentazione dello sforzo eroico e dei risultati inseguiti nel primo decennio de Regime fascista è molta, ma non è completa. Non un volume farebbe tanto, ma decine e decine e migliaia di fotografie occorrerebbero e sarebbero appena sufficienti per mostrare all'occhio del mondo il panorama di quello che il Regime delle Camicie Nere ha raggiunto.*

Ele, o grande líder que conduziu a Itália à vitória, a um lugar de honra nas narrativas dos jornalistas brasileiros. Para Abner Mourão a figura de Mussolini encerra o volume depois que seus olhos se enchem com a beleza ordenada, produtiva e moderna de Gênova, Milão, Como e Veneza. Uma escolha que é partilhada também por Mariateresa. A imagem do *Duce* encerra ambos os livros em uma conclusão simbólica que volta para o artífice de tanta grandeza:

> Dir-se-ia que este homem superior é um verdadeiro demiurgo. Porque, na Italia, a sua obra de construcção é omnipotente e omnipresente. E eu seria injusto, depois das impressões nestes dias colhidas, se não lhe peoclamasse a solidez, a amplitude, a força, a belleza, e a utilidade [sic].[29]

Se Abner Mourão recorre ao super-homem de Nietszche para descrever Mussolini, Cavalcanti Ellender deixa-se perder em seu "olhar firme, límpido, claro – de um castanho muito claro - altivo e sereno" que explica o motivo de que "todos o obedecem – confiam – amam".[30]

A análise comparada de *São Paulo-Roma* de Mariateresa Cavalcanti Ellender e de *Uma reportagem na Italia* de Abner Mourão, deu-nos a possibilidade de refletir sobre vários assuntos: a literatura de viagem e a suas nuances de gênero, a construção das missões culturais por parte do fascismo italiano, assim como a imagem da Itália e do seu governo difundida no seio da sociedade brasileira por meio destas duas obras.

Seu pertencimento, ou melhor, seu 'papel' como registro da literatura de viagem, todavia, não seria suficiente para permitir um paralelo entre os dois textos, que, como apontado nas páginas anteriores, são extremamente distantes um do

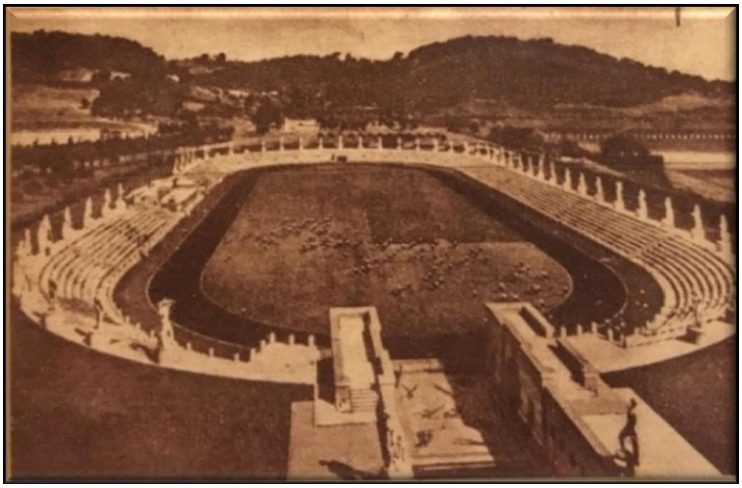
outro. O que permite encontrar um terreno comum é a ligação com a Itália fascista, com os propósitos da propaganda dessa última. Apesar dos tons diferentes utilizados para descrever o regime de Mussolini, o que emerge é uma visão bastante positiva da Itália. Um imaginário que transcende a materialidade das pessoas encontradas, dos lugares visitados e das experiências vividas, tornando-se um ideal.

> Sempre te desejei, já o disse, por assim me haver habituado a conhecer-te como creadora suprema da Bellezza. E assim te vi, te encontrei, te possui, no decurso dessa viagem afortunada, em que os meus olhos fruiram todos os teus deslumbramentos, as minhas narinas se dilataram para aspirar todos os teus perfumes e mais ligeiros se tornam os meus pés na ânsia e no prazer de pisar-te o solo sagrado. E ainda te encontrei, Italia, na plena posse do teu destino de grandeza, Mãe angusta e sustentacolo da civilização a que pertencemos, forte, vibrante, gloriosa como nunca. (...) e do fundo da minha saudade te saudo, erguendo a mão direita, não porque seja fascista, mas porque ha neste gesto um sentido sublime de exaltação![sic].

Mussolini, assim como a Itália - nas palavras de Mariateresa Cavalcanti Ellender e de Abner Mourão -, são os símbolos da ideia do 'novo' que se realiza, de progresso, de vanguarda. Não encontramos, na narração, nenhuma crítica ou a menor percepção de fratura que estava se consumando entre o *Duce* e o seu povo. Se nos relatos de Mariateresa isso se justifica com a brevidade da viagem – seis dias – no caso do Abner a razão pode encontrar-se na fórmula da viagem, construída e organizada pelo Minculpop até o menor detalhe. A fadiga não foi demasiada, e uma vez de volta no Brasil, os jornalistas que, como apontado por Mussolini, costumam viver com a caneta na mão, pintaram um retrato digno da melhor propaganda possível. O status de estrangeiro torna-os, automaticamente, observadores imparciais, e a fama, sobretudo de Abner Mourão, empresta seu holofote ao fascismo, mesmo fora da coletividade italiana, que a imprensa europeia

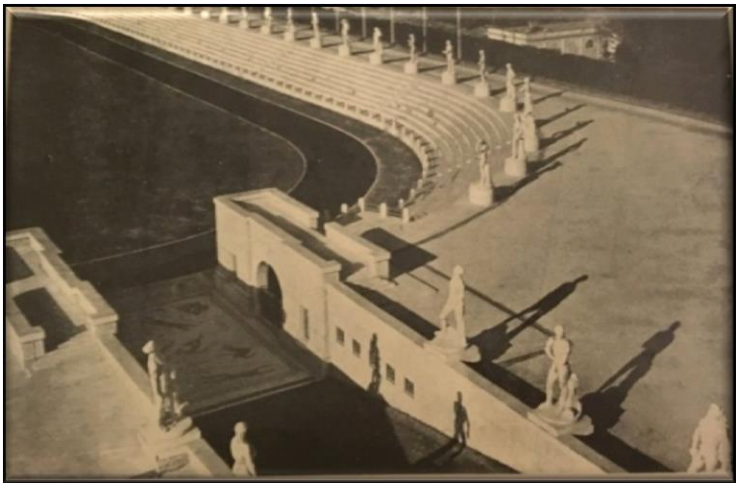
não podia garantir: a certeza que "o [seu] soriso immortal [fosse] esparso no Universo".[31]

Figura 1. Fôro Mussolini



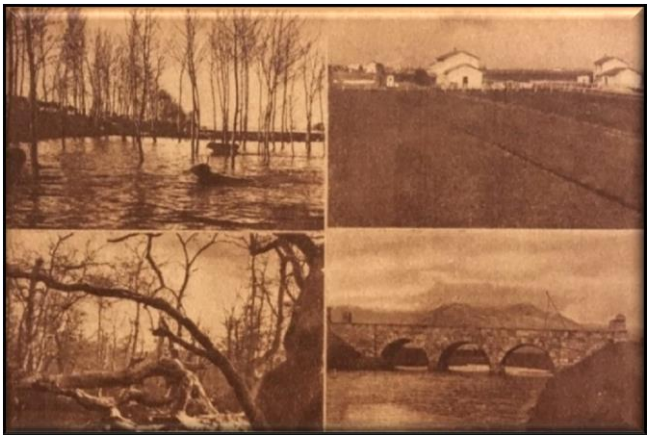
Fonte: MOURÃO (1939).

Figura 2. Fôro Mussolini



Fonte: ELLENDER (1940).

Figura 3. Agro Pontino



Fonte: MOURÃO (1939).

Figura 4. Agro Pontino

Fonte: ELLENDER (1940).

[1] MOURÃO (1939), p.52.
[2] MOURÃO (1939), p.52.
[3] ELLENDER (1940).
[4] TRENTO, In: E. SCARZANELLA (2005), pp. 3-54.
[5] APPELIUS (MCMXXIX - 1929), pp. 3-4 *passim*.
[6] MOURÃO (1939), p. 22.
[7] Não obstante Mariateresa Cavalcanti Ellender afirme ter participado do primeiro voo entre Rio de Janeiro e Roma, na verdade uma anterior tentativa, no dia 24 dezembro de 1939, se concluiu com um desastre aéreo e com a conseguinte morte, nas proximidades de Mogador, no então Marrocos francês, dos quatros membros da tripulação e dos três jornalistas que integravam a viajem; sobre isso ver ZEGA, in: FAY; VENDRAME; CONEDERA (2017), pp. 187-210, esp. p. 189.
[8] P. SORLIN (2001).
[9] S. SONTAG (2004), p.28.
[10] ELLENDER (1940), pp. 23 e 25.
[11] DENEGRI (1997), esp. pp. 348-62.
[12] MOURÃO (1939), p. 7.
[13] MOURÃO (1939), p. 7.
[14] MOURÃO (1939), p. 12.
[15] Sobre esse aspecto da narrativa de Cavalcanti Ellender, ver ZEGA (no prelo).
[16] VANGELISTA (2016), pp. 1-13, esp. pp. 3-4.
[17] DENEGRI (1997.
[18] MOURÃO (1939), pp. 11-2.
[19] ELLENDER (1940), p. 108.
[20] ELLENDER (1940), p. 108.
[21] MOURÃO (1939), p. 48.
[22] MOURÃO (1939), p. 48.
[23] MOURÃO (1939), p. 49
[24] ELLENDER (1940), pp. 96-8.
[25] FRANCISCO (1929).
[26] MOURÃO (1939), p. 56.
[27] ULIANO; TATIANA (2005), p. 61.
[28] ELLENDER (1940), pp. 69-70.
[29] MOURÃO (1939), p. 205.
[30] ELLENDER (1940), p. 110.
[31] MOURÃO (1939), p. 220.

Referências bibliográficas

APPELIUS, M. (1929). *Le isole del raggio verde. Cuba, Giamaica, Haiti, Portorico e Piccole Antille*. Milano: Alpes, MCMXXIX.

DENEGRI, F. (1997). "Desde la ventana: Women "Pilgrims" in Nineteenth-Century Latin-American Travel Literature". *The Modern Language Review*, 2.

ELLENDER, Mariateresa Cavalcanti (1940). *São Paulo-Roma. Impressões da viagem com a Linha Aerea Transcontinental Italiana – L.A.T.I – em primeiro vôo regular do Brasil a Roma*. São Paulo: Gráfica Gordon Limitada.

FRANCISCO, M. (1929). *Viajando. Coisas do meu diário 1913-1915*. São Paulo: Irmãos Ferraz.

MOURÃO, Abner (1939). *Uma reportagem na Italia*. Rio de Janeiro: Editora S. A. A. Noite.

SCARZANELLA (org) (2005). *Fascisti in Sud America*. Firenze, Le Lettere.

SORLIN, P. (2001). *I figli di Nadar. Il "secolo" dell'immagine analogica*. Torino: Einaudi.

SONTAG, S. (2004). *Sulla fotografia: Realtà e immagine nella nostra società*. Torino: Einaudi.

TRENTO, Angelo (2005). "Dovunque è un italiano, là è il tricolore. La penetrazione del fascismo in Brasile". In: E. ULIANO, L.; TATIANA, A.. *La realtà e lo sguardo. Storia del fotogiornalismo in Italia*. Torino: Einaudi.

VANGELISTA, CHIARA (2016). "Una viaggiatrice italiana di fine Ottocento: Gemma Ferruggia in Amazzonia". *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*, 1 (XIII), pp. 1-13.

ZEGA, Fulvia (2017). "Un volo verso il fascismo. Il viaggio della giornalista brasiliana Mariateresa Calvanti Ellender nell'Italia di Mussolini (1939-1940). In: C. M. FAY; M. I.. VENDRAME; L. O. CONEDERA. *Histórias e narrativas transculturais entre a Europa Mediterrânea e a América Latina*, vol. 2. Porto Alegre: EdiPucrs, pp. 187-210.

ZEGA, Fulvia (no prelo). "Um bicho de sete cabeças. Uma análise da autorrepresentação de Mariateresa Cavalcanti Ellender entre narrativa e fotografias (1939-1942)", *Trama Interdisciplinar*, ISSN: 21775672.

Puentes tejidos con viaje interior: Mujeres narrándose y contando territorios en la América del siglo XIX*

Patrícia Martínez i Àlvarez**

Heridas que motivan viajes

En este texto los puentes que tejieron algunas escritoras del siglo XIX entre diferentes territorios americanos, y entre Europa y América, son narraciones: son escritos en los que sus autoras hicieron confluir la noticia implícita de sus experiencias vitales con su visión explícita del territorio, de la nación, y de las sociedades que las rodeaban. En obras como *Peregrinaciones de una Paria*, de Flora Tristán, *La Quena*, de Juana Manuela Gorriti, y *Viaje de recreo*, de Clorinda Matto de Turner aparecen heridas que motivan viajes, se crean literariamente realidades nacionales en las que caben la otredad y la diferencia que los estados nación del momento no acogían, y aparece la compleja necesidad de aferrarse ellas a un territorio que les regalara significación.

A lo largo del siglo XIX el conflicto define buena parte de la vida en los territorios de América del Sur que habían permanecido hasta entonces bajo soberanía española. Al menos así se desprende de la información con la que los discursos historiográficos tradicionales fueron apuntalando desde fines del XIX – y hasta la segunda mitad del XX – entre otras cosas, los distintos proyectos identitarios de las naciones en construcción: ejércitos

* Este trabajo se enmarca en el proyecto de investigación I+D+i HAR2015-64891-P (MINECO/FEDER, UE), que se desarrolla en el seno del TEIAA, grupo de investigación consolidado por el Comissionat per a Universitats i Recerca del DIUE de la Generalitat de Catalunya.
** Universitat de Barcelona.

libertadores primero, rencillas caudillistas inmediatamente después, guerras de frontera en gran parte del territorio para contener los límites de los estados, y numerosos episodios de guerras civiles. Podríamos hablar de ciclos de violencia inmersos en dinámicas de conflicto por el poder. Después de las independencias, también, siguieron acentuándose la distancia y la disparidad entre provincias y capitales: la colonialidad no desapareció, obviamente, como forma de vida, a pesar de las independencias. Las sociedades siguieron manteniendo un orden jerárquico fundamentado en las diferencias culturales, de piel, y en la relación con el territorio. En las capitales se concentraron élites criollas que diseñaron y sostuvieron proyectos políticos que, desde el ideario liberal, eran capaces de expulsar a gran parte de la población de la posibilidad de representación política, y en territorios de provincia las élites terratenientes dieron continuidad, desde el conservadurismo, a complejos sistemas de exclusión y de explotación: clérigos y señores siguieron legitimando el poder y la violencia sobre los cuerpos excluidos del sistema de relaciones de poder.

El siglo XIX de ciclos y estructuras de violencia fue también el siglo en que muchas mujeres, desde distintos países en América, escribieron tanto en formato periodístico como literario dando lugar a una importante red política en el continente.[1] Las leyes de las instituciones criollas y liberales se concentraban en contener la libertad de las mujeres regulando una pretendida minoría de edad sobre la que debía actuar la patria potestad de maridos, padres o hermanos; también estaba en tela de juicio la necesidad de que las mujeres accedieran de manera universal a la educación reglada, pero más allá de los intentos por regular las vidas y los cuerpos de las mujeres, más allá de los marcos legislativos, políticos y sociales de las patrias en

construcción, las escritoras del siglo XIX recuperaron memoria histórica femenina[2], plantearon la necesidad de repensar lo nacional incluyendo la diversidad cultural y social, y afirmaron que sin educación femenina no existiría modernidad posible. Algunas mujeres, años más tarde, incluso, hablaron y escribieron explícitamente acerca de la necesidad de incorporar el feminismo como realidad política para lograr dicha modernidad:

> Debo ante todo, rendir público homenaje de agradecimiento a los distinguidos miembros del directorio de la 'Sociedad Geográfica' (…) oiréis sólo la dicción modesta de una persona que no tiene más mérito que interesarse vivamente por la cultura nacional, y de manera muy especial, por la educación femenina. Interés intenso y dominante, que me lleva hasta tomarme la libertad de ofreceros este estudio sobre el feminismo.[3]

En este artículo Flora Tristán, Juana Manuela Gorriti y Clorinda Matto son parte de ese movimiento escriturario y político femenino: las tres vivieron el traslado territorial, el viaje, como impacto en sus vidas de las violencias políticas y sociales que existían en los países en los que habían nacido[4]. Las tres escribieron para narrar sus países y también para hablar a las gentes de los territorios a los que tuvieron que desplazarse, y las tres vivieron y escribieron comprometidas con la necesaria educación y autonomía de las mujeres. En sus vidas el viaje es una experiencia fundamental y fundante: convierten el círculo de violencia política que las expulsa de sus países en escritura que habla de realidad humana y social, y, en cierto modo, convierten el texto escrito en puente para volver al lugar del que parten.

Las tres autoras tienen en común, además de otras muchas cuestiones, el Perú: Flora Tristán viajó de Francia al Perú en el año 1833 con el afán de que su familia paterna la reconociera hija legítima y, por tanto, con

la necesidad de que le reconociera la parte de la herencia sin la que siempre había tenido que vivir. Juana Manuela Gorriti nació en Salta, (Argentina) y vivió dos exilios: uno primero a Bolivia, donde se casaría, y uno segundo al Perú. Clorinda Matto de Turner nació en el Cusco (Perú) en el año 1852 y se exilió en Argentina después de que, en el año 1895, los partidarios de Piérola saquearan su casa y quemaran su imprenta. Aunque su viaje no fue un exilio, Flora Tristán vivió en Francia, antes y después de su viaje al Perú, también, la experiencia del cautiverio: esconderse, huir, regresar sin decir la verdad, e incluso viajar con la escritura recreando emocionalmente el lugar del que habían partido, fueron vivencias de estas tres mujeres.

Flora Tristán había nacido en París en el año 1803: su madre, Anne Laisney, francesa, y su padre, Mariano Tristán, peruano, se habían casado en la Francia del liberalismo tan solo dentro del ritual eclesiástico del matrimonio. A los cuatro años, con el fallecimiento del padre, tanto la madre, como Flora, como su hermano, quedaron en la situación de vulnerabilidad que les ocasionaba la ilegitimidad: ningún documento civil acreditaba ni el matrimonio de su madre con su padre, ni la paternidad de Mariano. La pobreza y el hecho de ser hija ilegítima determinaron la vida de Flora, y su madre la instó a casarse con el único hombre que, según ella, y por el estigma de su condición, querría aceptarla: André Chazal, de quien huiría años más tarde y quien la violentaría hasta intentar matarla.

Flora Tristán se alejó de su marido por la violencia a la que éste la sometió mientras convivieron, por la violencia con la que intentó siempre apartarla de sus hijos y por las persecuciones que la llevaron a esconderse por los alrededores de París durante un tiempo. Finalmente decidió viajar al Perú en busca del reconocimiento de su legitimidad y su familia, asentada en

Arequipa, la reconoció y acogió emocionalmente, pero no legalmente: los meses que duró su viaje durante el año 1833 por el mar, por territorio peruano y de regreso nuevamente a Francia se convirtieron en notas que la autora vertió luego en *Peregrinaciones de una paria*, publicada ya en Europa.

En este texto Flora Tristán se narró mucho a sí misma, habló de su Francia natal cuestionándola pero también idealizándola, y se dirigió abiertamente al Perú juzgando algunas de sus dinámicas sociales y políticas. En el caso de Flora el libro es un puente de ida y vuelta, de dos veces regresar al lugar del que había partido, por la importancia que dio ella a sus antecedentes peruanos. En el prólogo de *Peregrinaciones*, Flora se advirtió a sí misma y advirtió al Perú de aquello que sucedería: el desamor de su familia, la ruptura con los poderes políticos, el castigo ejemplar en la Plaza de Armas de Arequipa cuando fue quemado su libro. Flora Tristán había viajado al Perú a sanar heridas vitales abiertas, a obtener aquello que ella sabía que le pertenecía para poder liberarse del hombre que la perseguía y la había violentado durante años, pero ni la familia quiso cerrar la herida, ni obtuvo aquello que ella sabía que era de ella: el viaje y el libro se convirtieron en la confluencia entre su herida, su experiencia vital, y la elaboración literaria de sí misma, de la Flora Tristán que volvería a Europa y años más tarde sería reconocida como parte de la historia del feminismo y del socialismo europeos.

Juana Manuela Gorriti, nacida el 16 de Julio de 1816 fue hija de Feliciana Zuvíria – quien provenía de una tradición familiar partidista – y del general José Ignacio Gorriti — activo en las luchas de independencia y gobernador de la provincia —. La familia tuvo que trasladarse a Bolivia tras los cambios de gobierno en Argentina en 1831: en *La novia del muerto* o en *El*

lucero Manantial Juana Manuela recogió ya tanto las imágenes de su infancia en Salta como los avatares políticos de las guerras civiles de todo aquel período. Fue en Bolivia que contrajo matrimonio con el militar Manuel Isidoro Belzú, a pesar de lo cual en 1841 intentó, sin él, trasladarse a Salta para instalarse allí con sus dos hijas. A Juana Manuela no le fue posible quedarse en Argentina, de modo que regresó a Bolivia y luego acompañó, en su exilio, a su marido al Perú: tiempo después ella no regresaría ya con él a Bolivia.

Poco después de su llegada al Perú publicó *La quena* en la *Revista de Lima*, un relato en el que aparecen retratados, apenas iniciado el texto, dos de los grandes nudos que todavía vivía el Perú independiente, liberal, el Perú en el que ni siquiera las reformas del gobierno de Castilla habían incorporado a la población tradicionalmente excluida: en *La Quena* el sometimiento de las mujeres a la tutela y orden de los hombres, y el estigma y exclusión bajo la que vivían todavía indígenas y personas mestizas articulan el texto.

La vida de la autora es un tejido entre la dependencia familiar y su autonomía: Juana Manuela viaja, se exilia por motivos familiares, por las acciones militares y por los juegos de poder tanto del padre primero como del marido después, pero su vida habla también de las decisiones que ella tomó sobre sí misma. En *La Quena* la protagonista, Rosa, es una mujer que vive bajo las órdenes de la familia y es, a la vez, una mujer que expresa con claridad y firmeza su propia voluntad, decide a quién amar, y habla con admiración del pasado indígena de su nación, encarnado en Hernán, el hombre a quien su familia despreciará por ser mestizo y a quien ella ama. Juana Manuela Gorriti vive traslados territoriales que no decide: las

decisiones de su padre la arrancan por primera vez de un lugar vital a los quince años, pero ella escribe y se arraiga a sí misma, a la memoria de lugares y a los nuevos lugares con su escritura. Se arraiga, además, con una mirada crítica que sabe poner en evidencia los nudos de los países por los que transita: la violencia, la exclusión, el conflicto identitario y la pretendida sujeción de las mujeres.

Juana Manuela habló y escribió explícitamente acerca de la violencia que muchos hombres ejercían sobre las mujeres: cosiendo ideas y visiones con las que podía manejarse con soltura entre la intelectualidad argentina y la limeña, desordenando sutilmente los mismos cánones sociales que utilizaba para denunciar, usando incluso los mismos mandatos que tradicionalmente recaían sobre las mujeres, terminaba cuestionando las relaciones patriarcales dentro de la familia: denunciaba el abandono masculino, el maltrato masculino que se ejercía a escondidas, e identificaba todo esto como causas de exclusión de las mujeres. Proponía, pues, que las mujeres debían poder elegir cómo vivir y con quién, porque privadas de esta libertad lo que tenía lugar eran los círculos de violencia de tantos hombres sobre ellas, círculos que finalmente las expulsaban de la misma sociedad que las obligaba a casarse por conveniencias sociales: relatos como *La quena* fluyen alrededor de todas estas cuestiones.

En textos como *Si haces mal no esperes bien*, además, Juana Manuela puso en evidencia las prácticas todavía más extremas de cosificación de las mujeres andinas: este fragmento, ambientado en el Valle del Rímac, describe el rapto de una niña quechua a manos de unos soldados:

> Mariano tómala: galopa hasta alcanzar a los arrieros, y di al mío que lleve esta cholita con el mayor cuidado, y que al llegar a Lima no vaya tontamente

> a entregarla en casa. Que la deje al guarda de la garita de Maravillas hasta que tú llegues, ¿entiendes?[5]

Juana Manuela dedicó buena parte de su tiempo, a partir del año 1850, a la educación de las niñas a las que enseñaba en la escuela que inauguró en su propia casa: la enseñanza y la escritura, sus visiones sobre los hechos políticos, pero sobre todo sobre las realidades humanas, centraron su vida. Juana Manuela Gorriti no dejó nunca de escribir. Su escritura triangula, de alguna manera, su relación con el mundo que la rodea y que la lleva de un lugar al otro del territorio americano: los relatos que Juana Manuela Gorriti publicaba asiduamente en la prensa peruana y argentina, en periódicos y revistas como *El Comercio*, *La Revista de Lima*, *La revista del Paraná* y *La Revista de Buenos Aires* son el recorrido territorial que ella hace: entre los años 1874 y 1875 regresó a Argentina y escribió *Peregrinaciones de una alma triste*, relato en el que las experiencias de Laura, la protagonista, sirven a Juana Manuela para hablar de Chile, Argentina, Paraguay, Brasil y Perú. El texto está narrado en primera persona femenina, en la voz de Laura, una joven nacida en Argentina cuya vida transcurre en el Perú. Tras liberarse del cuidado excesivo al que estaba sometida por la tuberculosis que sufría, Laura descubre nuevas formas de cuidado, de intensidad vital, viaja, mira, explica y opina dentro de una narración ágil, moderna, joven y muchas veces sarcástica:

> - Criatura!, ¿y la misa? Cuando lleguemos, habrá ya pasado!
> - Siempre llegaremos a tiempo. ¿Acaso no conozco yo las costumbres de aquella casa? La madre sacristana llama a misa para despertar al capellán que se suelda con las sábanas
> (…) 0 Pero allí se empleaba un procedimiento digno de ser estudiado por nuestros congresos constitucionales y muy superior a la teórica prueba de los programas. Las chicas aprendían de memoria el panegírico y lo recitaban ante un comité municipal que acordaba sus votos[6]

Juana Manuela Gorriti, en realidad, reescribe la historia y el presente: Laura recrea su propia historia, pero a la vez la autora convierte a Laura en la voz que piensa las realidades de muchos países americanos. Ni en el Perú ni en Argentina los nuevos estados reconocían la ciudadanía de las mujeres, y sin embargo en "Peregrinaciones de un alma triste" el sujeto que explica la realidad y que se convierte en referente humano, en ideal de modernidad y en ideal crítico es una mujer. La escritura vuelve a ser, en este texto, el soporte de una propuesta política de Juana Manuela y el relato sirve para visibilizar la práctica ciudadana encarnada en la vida de una mujer.

Tras el tiempo en Buenos Aires, ya de vuelta al Perú, los miércoles, la autora fue el centro de las conocidas "Veladas Literarias": encuentros en los que mujeres y hombres de la literatura, de la palabra escrita, se encontraban en casa de Juana Manuela quien, como las *preciosas* de los siglos XVI y XVII en Europa, desplazaba la política al interior de su casa.

Los viajes que vivió Juana Manuela Gorriti trasladaban heridas: el arranque de la tierra natal primero, el matrimonio no feliz en Bolivia, los círculos de violencia política, social, humana… y cada vez que viajó en el intento de regreso, al menos hasta el final de su vida, tuvo que volver atrás. Pero, escribiendo sus viajes se desplazó ella de la violencia y convirtió sus relatos en propuestas políticas: poniendo en evidencia la violencia de la exclusión cultural, la de la guerra y la de las sociedades que pretendían la modernidad pero se anclaban a lastres como el de la sujeción de las mujeres y el de la expulsión de mestizos e indígenas. Se desplazó, sobre todo, escribiendo, hacia la posibilidad de tejer con hilo propio el relato de su vida.

Clorinda Matto de Turner murió exiliada en Argentina: entre su primera novela y su última obra extensa transcurrieron dos décadas, muchas

vivencias de carácter personal, social y político, y varios traslados territoriales. Como Juana Manuela, Clorinda Matto escribió siempre: en formato periodístico antes que en formato literario, y durante mucho tiempo manteniendo las dos formas de escritura. En sus artículos y novelas Clorinda Matto ahondó en las realidades andinas y limeñas en las que vivían muchas mujeres y fue hilando una propuesta de feminidad que viajaría con ella desde los Andes, se entretendría en ciudades americanas como Lima y Buenos Aires, y se trasladaría también con ella hasta muchas ciudades europeas. Clorinda denunció en obras como *Aves sin Nido* el mantenimiento de formas de vida coloniales en territorio andino, el abuso contra las poblaciones andinas, y denunció el papel de clérigos y de los poderes locales en ello: todo lo cual le costó la expulsión de algunos núcleos culturales y literarios en el Perú y la expulsión de la Iglesia con la excomunión, pero la violencia política en el Perú la expulsó, además, del territorio, de su espacio vital: la imprenta que ella había fundado bajo el nombre de "La equitativa" fue saqueada e incendiada y Clorinda abandonó Lima en un viaje trasandino que la llevaría hasta Argentina, donde fue recibida como una conocida escritora y donde recibiría, al cabo de algunos años, el encargo de viajar por Europa para conocer de cerca las políticas educativas del viejo continente, en especial las que comprometían a la educación de las mujeres.

En el recorrido territorial de su vida, Clorinda deja el Cusco para trasladarse a Arequipa y luego a Lima en busca de trabajos, se asienta allí durante tiempo y escribe para pensar y decir las realidades de los Andes. Tras ser expulsada del Perú se refugia en Argentina, donde habla y escribe acerca de la historia y el presente de este país, de las naciones americanas, de las realidades de las mujeres en América: uno y otro desplazamiento

territorial y escriturario agudizan la visión crítica de Clorinda respecto a su país y respecto a su América, por la incapacidad política de los poderes tradicionales, por la violencia contra las gentes excluidas, pero en su "Viaje de Recreo" por Europa Clorinda cose un regreso idílico humano, territorial y político que parece cerrarle heridas.

Creación literaria de realidades nacionales de otredad y diferencia

La red de escritura que tantas mujeres tejieron en América Latina durante el siglo XIX puede pensarse como una importante experiencia política: más allá del espacio de debate que suponía, por ejemplo el Congreso, más allá de las otras instituciones desde las que los hombres de élites ideaban naciones para los nuevos estados, – naciones que expulsaran a grandes sectores de la población del derecho a la representación o de la participación – las escritoras propusieron a través de la literatura y de la prensa una intensa reflexión en torno a lo nacional desde miradas que incluyeran a todos los sectores de la población y plantearon, tal como he anotado anteriormente, la necesidad de la autonomía y de la libertad de las mujeres como ejes de modernidad, denunciando las diferentes formas de violencia a las que estaban sometidas. Los textos escritos por ellas, pues, planteaban una imagen de realidad nacional compleja y distanciada de la que se configuraba desde los discursos ideológicos y políticos gobernantes: así, el siglo XIX fue el escenario en el que lentamente se fueron construyendo los estados que tenían que satisfacer los intereses de las élites criollas y debían ser capaces de mantener, en realidad, la colonialidad, y fue a la vez el escenario en el que muchas escritoras denunciaron el mantenimiento de este mismo orden.

Uno de los problemas fundamentales que denunciaron en sus escritos nuestras autoras fue el de la inestabilidad gubernamental, el de los violentos enfrentamientos que asaltaban la vida constantemente: las dinámicas de ataque caudillista que Flora Tristán conoció en los años treinta en el Perú, sus consecuencias en las décadas siguientes, y el "autoritarismo constitucional" del que Ana Peluffo habla[7] para analizar las últimas décadas del siglo están presentes en los de las tres autoras. Sobre la contradicción que suponía querer construir un Estado moderno a la vez que se perpetuaban dinámicas de violencia política que invadían la vida cotidiana, que confrontaban a las gentes e impedían la consolidación de un proyecto común escribió, por ejemplo, Juana Manuela Gorriti que:

> En aquel divorcio de un mundo nuevo, que quería vivir de su joven existencia, y de un mundo añejo, que pretendía encadenarlo a la suya, decrépita y caduca; en este inmenso desquiciamiento de creencias y de instituciones, todos los intereses estaban encontrados, los vínculos disueltos; y en el seno de las familias ardía la misma discordia que en los campos de batalla.[8]

Otro de los temas que sitúa a nuestras escritoras en otro lugar político fue el modo en que trataron en sus textos la alteridad indígena y la diversidad mestiza: mientras ideólogos, diputados, misioneros y poderes terratenientes cosificaban y animalizaban a grandes sectores de la población, con estructuras políticas de exclusión y con prácticas de violencia, ellas abordaron lo nacional desde miradas que proponían la inclusión de todos estos sectores en los proyectos culturales, sociales y políticos. Clorinda Matto, que había crecido rodeada de familias quechuahablantes en Cusco construyó, por ejemplo, en *Aves sin Nido* un relato ficticio inspirado en aquella realidad que conocía. Entre la ficción y su conocimiento el texto

significó un espejo puesto frente a la intelectualidad de la época – que obviaba lo andino por considerar que todo ese legado cultural significaba atraso y se contraponía al ideario de modernidad que guiaba al Estado –, frente a la sociedad limeña y frente a muchos de los poderes del momento:

> Amo con amor de ternura la raza indígena, por lo mismo que he observado de cerca sus costumbres, encantadoras por su sencillez, y la abyección a que someten esa raza los mandones de villorrio que, si varían de nombre, no degeneran el epíteto de tiranos. No otra cosa son, en lo general, los curas, gobernadores, caciques y alcaldes.[9]

Las tres autoras – y en general las escritoras americanas del siglo XIX – se acercaron también a lo nacional reflexionando acerca de lo femenino y acerca de las mujeres.

Cada una de ellas vivió y conoció de distinta manera algo de las violencias masculinas que las sociedades que las rodeaban normalizaban, y las tres hicieron explícitas sus reflexiones acerca de la necesidad de abordar esta realidad en sus escritos. Flora Tristán terminó herida de bala una tarde de setiembre de 1838 en París, Juana Manuela decidió vivir apartada de su marido y por alguna razón escribió tantas veces acerca de las violencias de los hombres contra las mujeres, y a Clorinda Matto los hombres de Piérola le destrozaron su espacio de creación, su imprenta: cada una de ellas, pues, supo en la piel la experiencia de la violencia.

Las tres autoras coincidieron en identificar el tutelaje sobre las mujeres como una de tantas formas de violencia a las que eran sometidas con normalidad tanto por las sociedades europeas como por las sociedades americanas, y las tres lo entendieron como causa de desorden social y humano. En la escritura de cada una de estas tres autoras está presente,

además, y también en su vida, la creencia de que la modernidad llegaría, y solo, con la educación y la autonomía de las mujeres.

Clorinda, en la ficción que construyó dentro de su novela *Aves sin nido*, ahondó en algo que había marcado profundamente la historia del Perú desde el siglo XVI: la ilegitimidad. Identificada como forma de violencia que derivaba muchas veces de violaciones y de persuasiones de los hombres, la ilegitimidad supone en su novela un gran desorden social: el amor entre Manuel y Margarita, hermanos que desconocen su parentesco y que son fruto de la relación del antiguo sacerdote del pueblo y más tarde obispo de la diócesis, Pedro de Miranda y Claro con doña Petronila Hinojosa – en el momento de la novela casada con el gobernador Sebastián Pancorbo –, y la obligación sexual a que es sometida la india Marcela, esposa del indio Juan Yupanqui, suponen una clara denuncia de la autora de aquello que de manera normalizada sucedía y determinaba la vida de las mujeres.

Clorinda Matto, como Juana Manuela en sus obras, ponía en evidencia la necesidad de una rotunda transformación de la realidad para las mujeres como ideal de constitución de una nación peruana inclusiva, representativa, en camino hacia la modernidad y, al fin y al cabo, humana. Precisamente refiriéndose a los hombres, a las formas de violencia que estos eran capaces de ejercer Juana Manuela, en un capítulo que tituló "Los bárbaros del siglo XIX"[10], y en un contexto de pleno debate en torno a la civilización y la barbarie que los intelectuales desarrollaban para justificar el sometimiento y la exclusión de las poblaciones indígenas, una de las voces de sus textos decía, refiriéndose a los hombres:

> Ah, la señora no sabe que en este país hay dos clases de salvajes: los agrestes y los civilizados.

> Estos últimos, los más temibles, son los que intentan asaltar esta casa y arrebatar de ella a la señora.
> - ¡A mi! ¡Dios mío! ¿en dónde estoy?
> - En una tierra bárbara, donde no alcanza la acción de las leyes, donde se ejerce el más escandaloso vandalismo.[11]

La política escrita y hecha palabra delante de auditorios de Flora Tristán, de Juana Manuela Gorriti y de Clorinda Matto fue más allá de la denuncia. En sus textos encontramos, también, propuestas e imágenes de realidades ideales para las mujeres. En "Peregrinaciones de una paria" Flora Tristán retrató a mujeres a las que admiró por su saber cultural y político, por su autonomía, mujeres de las que se hizo amiga en Arequipa y en Lima, y habló, también, de algunas comunidades religiosas que le parecieron expresiones de libertad femenina:

> Fui a visitar un convento de mujeres, el de La Encamación. No se siente nada religioso en el interior de aquel monasterio. La regla conventual no se presenta en ninguna parte. Es una casa en donde todo ocurre corno en cualquier otra. Hay veintinueve religiosas. Cada una de ellas tiene su alojamiento en el que hace cocinar, trabaja, educa niños, habla, canta; en una palabra, procede como mejor le parece. Hasta vimos algunas que no usaban el hábito de su orden. Aceptan alumnas que entran y salen. La puerta del convento está siempre abierta. Es un género de vida cuyo objeto no se comprende. Estaría una tentada de creer que esas mujeres se han refugiado en aquel recinto para ser más independientes de lo que podían ser en el mundo[12]

Reescribir la historia, volverla a pensar pensando una parte de la realidad no contada, la femenina, resignificando algunos de los paradigmas tradicionales del 'lugar de las mujeres' fue una práctica común también en las escrituras de estas autoras. Apenas llegada a Buenos Aires Clorinda Matto, en su conferencia *Las obreras del pensamiento en la América del Sur* contó que:

> La República Argentina, que tiene héroes de la guerra magna, porque sus madres supieron amamantarlos con el seno de las espartanas, habrá de enorgullecerse también de ser la patria de Juana Manuela Gorriti, muerta hace tres años, después de haber ilustrado su época con multitud de libros cuyo número me excusa de la enumeración. Juana Manuela, rodeada del respeto y de la admiración, no por haber sido esposa y madre de presidentes de una república, sino por haber sido escritora Eduarda Mansilla de García, la fantástica. (…) Eduarda, hermana de un general, madre de un marino distinguido, no vivirá en la posteridad por ellos, sino por sus obras.[13]

Un territorio propio

Las repúblicas que Flora, Clorinda y Manuela querían que existieran distaban notablemente de la realidad: sus repúblicas de origen permitían la violencia política que a ellas las habían expulsado del territorio, sus repúblicas permitían la violencia contra las mujeres, estaban comprometidas con las élites, e invisibilizaban a las poblaciones indígenas y mestizas, pero los viajes de las tres autoras debían devolverles territorio, debían regresarlas a algún lugar propio. Por eso creo que, en gran medida, en los textos de viaje, en sus descripciones de los países que visitan, sobre todo Flora Tristán y Clorinda Matto se rehacen a sí mismas inventando patrias que, en realidad, no existen.

Clorinda Matto cuestionó a inicios del siglo XX, viajando por Europa, en su obra, la catolicidad que pretendía la uniformización de las naciones, pero también la falta de religiosidad en algunos países. Su viaje "por encargo", y seguramente también el hecho de haber vivido siempre en una nación católica, eminentemente religiosa, la llevaban a perseverar en la apuesta por la pervivencia de lo religioso como ideal de futuro y de modernidad nacional y la invitaron a cuestionar los países liberales: Clorinda,

sin embargo, había sido excomulgada en su país: ¿creaba, así, entonces, un lugar identitario que sanara la herida del exilio?

Hacía décadas que Flora Tristán, en el Perú de Clorinda, se había escandalizado al ver la mezcla que subyacía entre lo religioso y lo bárbaro en aquella supuesta República moderna:

> El 24 de septiembre para festejar a Nuestra Señora, una gran procesión recorrió la ciudad, una de aquellas procesiones en las que el clero del país despliega más ostentación. Son las únicas diversiones del pueblo. Las fiestas de la iglesia peruana dan una idea de lo que debían ser las Bacanales y las Saturnales del paganismo. (…) Por la tarde se representó un Misterio al aire libre, en la plaza de las Mercedes. Era una cosa nueva para mí, hija del siglo XIX, recién llegada de París, la representación de un misterio bajo el pórtico de una iglesia en presencia de una inmensa multitud de pueblo. Pero el espectáculo más lleno de enseñanzas, era la brutalidad, los vestidos groseros y los harapos de ese mismo pueblo, cuya extrema ignorancia y estúpida superstición retrotraían la imaginación de la Edad Media. (…) Con estos medios es como se mantiene en sus prejuicios a los pueblos de América. El clero ha ayudado a la revolución, pero no ha pensado abandonar el poder y lo conservará por mucho tiempo todavía. Por lo que pude ver, fui la única en regresar entristecida de ese espectáculo. Siempre me he interesado vivamente por el bienestar de las sociedades en medio de las cuales el destino me ha transportado y sentía un verdadero pesar por el embrutecimiento de aquel pueblo. Su felicidad, me decía, no ha entrado jamás dentro de las combinaciones de los gobernantes. Si hubiesen querido realmente organizar una república, habrían tratado de hacer germinar, por medio de la instrucción, las virtudes cívicas hasta entre las últimas clases de la sociedad.[14]

El escándalo que le regalaba el Perú permitía a Flora identificarse con el ideal de República moderna europea: pero la República idealizada de Flora, sin embargo, la había condenado, juzgado y perseguido por ser libre! ¿Creaba, así, entonces, Flora, un lugar identitario en su mente que sanara las heridas que la habían llevado a viajar para encontrar un lugar del que ser?

Flora Tristán, Juana Manuela Gorriti y Clorinda Matto de Turner son parte de una tradición literaria y política que define gran parte de la historia

contemporánea de América: gran parte de lo nacional, de lo territorial, de las visiones que existieron yendo más allá de los discursos que negaron la otredad y la alteridad sometiéndola.

Sus heridas vitales, los viajes que escribieron y los territorios que narraron son pare de un largo recorrido que cruza vivencias, países y relaciones para llegar al lugar vital más intenso:

---

[1] La idea de 'red' tiene que ver con varios aspectos: la literatura femenina que más circuló durante el período colonial fue, sin duda, la literatura religiosa. Tamizadas por la vigilancia de las autoridades eclesiásticas algunas creaciones literarias lograron moverse por el territorio, ser conocidas por otras mujeres, pero fue durante el siglo XIX que se creó una red de relación entre escritoras que tenían en común, además, la preocupación por la libertad y la educación de las mujeres. De ahí el contenido político de estos textos: alimentados entre sí, nacionales, trasnacionales, capaces de conectar a autoras y con propuestas de recreación de la realidad. Un ejemplo precioso de la red de relaciones que se crea entre mujeres de distintos países a través de la escritura durante el siglo XIX fue la obra "Cocina Ecléctica", de Juana Manuela Gorriti. Una de las últimas ediciones críticas es CATTARULLA (2014): se trata de un recetario en el que participaron distintas escritoras de distintos países, además de amigas y conocidas. Un recetario en el que mujeres que escribían sobre política, sobre educación, mujeres que escribían novelas, poesía, ponían en común, como haciendo una gran cocina de ollas y fogones enormes, más saber. Cruzando fronteras, rescatando tradiciones: todo aquello que los Estados, la política del poder, no sabían hacer demasiado bien en aquel período.

[2] Algunas autoras, entre ellas Clorinda Matto, recuperaron la memoria de mujeres que habían participado en los procesos de independencia entre finales del siglo XVIII e inicios del siglo XIX. A esto llama Fanny Arango la "inscripción de la matria" en la historia de la patria, al hecho de que estas autoras mujeres ampliaran el pasado para poder ver en él aquello que las mujeres habían hecho de manera fundante: ARANGO, en GUARDIA (2010), pp.123-39.

[3] ALVARADO (2011), p. 35.

[4] Recientemente se ha publicado DENEGRI (2017). *Revista Chilena de Literatura*, 96. En él la autora reflexiona acerca del hecho de que los viajes en estas tres mujeres sirven para cortar el dolor que dejan tierra atrás. En el caso de las autoras que yo analizo aquí, y desde otra perspectiva que dialoga con la de Denegri, el viaje es parte de la herida.

[5] GORRITI (1907), p.113.

[6] GORRITI (2001). *Peregrinaciones*…, p. 229.

[7] PELUFFO, 2005.
[8] GORRITI (2001). "El pozo de Yocci" [1869]", en *Ficciones …,* p. 136.
[9] MATTO (2005). *Aves sin nido*, p. 51.
[10] GORRITI (2001). *Peregrinaciones…,* p. 300.
[11] *Ibídem*, p. 302.
[12] TRISTÁN(2008 [1838]), p. 429.
[13] MATTO (1895). *Las obreras del pensamiento…*
[14] TRISTÁN (2008 [18338]. *Peregrinaciones…, p.* 194-5.

Referencias bibliográficas

ALVARADO, M. J. (2011). *Manifiesto.* Lima: Biblioteca Nacional del Perú.

ARANGO, F. (2010):"La inscripción de la matria: discurso de género, memoria histórica e identidad de la heroína como alegoría de la construcción de la nación". In: Sara Beatriz GUARDIA. *Las mujeres en la independencia de América Latina.* Lima: Centro de Estudios de la Mujer en la Historia de América Latina, pp.123-39.

CATTARULLA, C. (ed.) (2014). *Cocina ecléctica.* Buenos Aires: Fondo Editorial de la Secretaría de Cultura de la Provincia de Salta.

DENEGRI, F. (2017). "Cortar el nudo. Los relatos de viaje de Maipina de la Barra, Clorinda Matto de Turner y Eduarda Mansilla". *Revista Chilena de Literatura*, 96 (2017), pp. 29-54.

GORRITI, J. M. (1861): "Si haces mal no esperes bien". *La revista de Lima.* Publicado en J. M. GORRITI (1907). *Sueños y realidades.* Vol. II. Buenos Aires: Biblioteca de La Nación.

GORRITI, M. (1869). "El pozo de Yocci. 1869". In: Juana Manuela GORRITI (2001). *Ficciones Patrias.* Barcelona: Biblioteca Clarín.

GORRITI, J. M (2001). "Peregrinaciones de un alma triste". In: Juana Manuela GORRITI: *Ficciones Patrias*, Barcelona, Ed. Agea.

MATTO, C. (2005). *Aves sin nido.* México: Colofón.

MATTO, C. (s/d). "Las obreras del pensamiento en la América del Sur". *Fundación el libro total,* 15. Disponible en http://www.ellibrototal.com/ ltotal/?t=1&d=3556 _ 3671_1_1_3556. Consultado el 20/01/2018.

PELUFFO, A. (2005). *Lágrimas andinas. Sentimentalismo, género y virtud republicana en Clorinda Matto de Turner.* Pittsburg: Universidad de Pittsburg.

TRISTÁN, F. (2008 [1838]). *Peregrinaciones de uma paria, 1833-1834. Arequipa: Ediciones El Lector.*

Imagens e estereótipos da imigração Brasileira na Espanha durante as primeiras décadas do século XXI

*Erika Masanet**
*Maria Estela Escanhoela Amaral Santos***

Introdução

Em meados de 1980 o Brasil tornou-se um país de emigração, marcando um ponto de virada em relação às etapas anteriores, nas quais o país, tradicionalmente, tinha sido um país de imigração. Estados Unidos, Europa e Japão foram os principais destinos da emigração brasileira. Com o endurecimento das políticas migratórias nos Estados Unidos a partir de 2001, a emigração brasileira para a Europa se intensificou, sendo a Espanha um dos principais destinos.[1]

Paralelamente, na Espanha ocorreu o processo oposto, tendo se consolidado como país de imigração no final de 1990 e início do século XX. Nesse contexto de imigração e de crescente diversificação étnica e cultural dos fluxos migratórios no país, houve um aumento progressivo de brasileiros na Espanha. Muito embora não tenha sido uma presença numericamente significativa em comparação com outros grupos de imigrantes, a partir de 2003 foi crescente a chegada da população brasileira ao país, com destaque entre 2006 e 2007.[2] Este incremento está associado ao *boom* imobiliário na Espanha e às oportunidades de emprego, especialmente no setor da construção.[3]

* Departamento de Sociología y Antropologia Social, Universitat de València (Espanha).
** Sociedade Brasileira de Psicanálise Winnicottiana.

Desde 2010, e coincidindo com a crise econômica na Espanha, houve uma diminuição do grupo brasileiro no país: de 153.685 brasileiros residentes no início de 2009 caiu para 146.941 um ano depois, segundo os dados do *Padrón Municipal de Habitantes* do Instituto Nacional de Estatística (INE)[4] da Espanha. Essa tendência decrescente continuou nos anos seguintes: 138.556 brasileiros em 2010, 132.585 em 2011, 125.883 em 2012, 118.566 em 2013 e 114.860 em 2014 (*Padrón Municipal de Habitantes*, INE). A crise econômica espanhola teve um impacto muito forte na destruição do emprego no mercado de trabalho espanhol,[5] especialmente nos setores onde a representação da população trabalhadora imigrante era importante. Nesse contexto de crise laboral, e com base nos dados anteriores apresentados, houve um fluxo de saída de brasileiros da Espanha, tanto para o seu país de origem como para outros países, embora não tivesse sido um movimento em massa.

A partir da segunda metade da década de 1990, portanto, inicia-se uma etapa da imigração brasileira na Espanha caracterizada por sua crescente importância numérica e seu caráter laboral – perfil do imigrante econômico que tem como projeto migratório a procura de estabilidade financeira[6] e que finaliza em 2009-2010 com a crise econômica e a consequente saída de uma parte dos brasileiros para o exterior. Isso denota como os fluxos de entrada e de saída dos imigrantes, neste caso dos brasileiros, acompanham os ciclos econômicos dos países envolvidos, sobretudo a situação econômico-laboral do contexto receptor.

Desde 2015, no entanto, observa-se uma ligeira recuperação na chegada da população brasileira em terras espanholas: de 116.364 para 122.467 em 2016 segundo os dados provisionais do *Padrón Municipal de Habitantes* desse último ano. Esse leve crescimento da população brasileira não é devido à recuperação da economia espanhola, uma vez que os efeitos da crise econômica sobre o emprego e o bem estar da população ainda permanecem, mas há mudança de perfil do

imigrante brasileiro (com qualificação em busca de aperfeiçoamento educacional e profissional e com expectativa de melhor qualidade de vida) e à crise política vigente no Brasil.

Por outro lado, em todos os anos analisados, os dados do *Padrón Municipal de Habitantes* indicam a elevada feminização da população imigrante brasileira no território espanhol. Assim, em 1º de janeiro de 2010, o país contava com 146.941 imigrantes brasileiros, sendo 57.472 homens (39,1% do total) e 89.469 mulheres (60,9%). Já em 1º de janeiro de 2017 os dados provisionais do INE assinalavam 35,7% de homens brasileiros e 64,3% de mulheres brasileiras.

O objetivo deste trabalho é oferecer uma reflexão em torno dos imaginários sociais e estereótipos sobre o grupo brasileiro e o grupo espanhol/valenciano, sob a perspectiva dos imigrantes brasileiros, no contexto de recepção espanhol e observar a sua evolução desde a primeira década do século XXI até a atualidade. O estudo é baseado em dados primários qualitativos obtidos principalmente de seis entrevistas em profundidade realizadas com a população brasileira residente em Valencia (Espanha) durante outubro de 2017. Foram entrevistadas três mulheres e três homens, entre 32 e 51 anos, sendo três com ensino superior e três com ensino médio. Para analisar a evolução das percepções sociais e estereótipos nos últimos dez anos, a informação qualitativa obtida nessas entrevistas foi comparada com os resultados qualitativos de 18 entrevistas em profundidade realizadas em Alicante e em Madrid durante 2006 e 2007, no âmbito de uma tese de doutorado.[7]

Breves notas teóricas sobre os conceitos de representação social e estereótipos

a) O conceito de representação social

A teoria das representações sociais localiza-se entre o campo da psicologia e da sociologia, uma vez que surge tanto de elementos sociológicos (por exemplo, a

cultura e a ideologia), como de elementos psicológicos (por exemplo, a imagem e o pensamento).[8] A representação social abrange conceitos como atitude, opinião, imagem, percepção, estereótipo, crença, etc. Entre esses conceitos, o que mais se aproxima ao de representação social é o da imagem ou imaginário social, de modo que é um termo frequentemente utilizado como sinônimo de representação social.[9]

A seguinte enunciação de Tomás Ibáñez (1988)[10] resume de maneira acertada a noção de representação social de Moscovici y Jodelet, que foram os que mais contribuíram para o campo teórico das representações sociais:

> É a maneira em que nós, sujeitos sociais, apreendemos os acontecimentos da vida cotidiana, as características do nosso meio ambiente, as informações que circulam nele, e as pessoas do nosso entorno próximo ou distante. (...) Este conhecimento é baseado em nossas experiências, mas também nas informações, conhecimentos e modelos de pensamento que recebemos e transmitimos através da tradição, da educação e da comunicação social. Desta forma, esse conhecimento é, em muitos aspectos, um conhecimento socialmente elaborado e compartilhado.[11]

As representações sociais são formas de conhecimento construídas e compartilhadas socialmente e referem-se ao conhecimento ou saber de sentido comum. Trata-se de um processo de construção da realidade por parte dos sujeitos num contexto histórico determinado. Isto é, as representações refletem as condições do ponto de vista social e histórico dos sujeitos que as elaboram, por isso é necessário levar em consideração o contexto sociocultural onde estão localizados os grupos e sujeitos de representação que estudamos. Além disso, as instituições e organizações com as quais os atores sociais interagem são relevantes, bem como pertencer a certos grupos e práticas sociais dos quais participam. Outra fonte essencial de representação social atualmente é a mídia como transmissora de conhecimentos, valores, modelos, informações e, também, a comunicação interpessoal.[12] A mídia, em especial, como meio e mensagem ideológica, tem uma

influência relevante no processo de construção simbólica e social de um objeto de representação.

Tanto Abric (1994)[13] como Perera (1999)[14] destacam quatro funções básicas das representações sociais:

a) Função de conhecimento: permitem aos sujeitos adquirir novos conhecimentos e incluí-los em seus esquemas cognitivos e de valores de forma assimilável e compreensível. Assim, as representações sociais permitem compreender e explicar a realidade social, além de facilitar a comunicação, a transmissão e a disseminação do conhecimento.

b) Função de identidade: as representações desempenham um papel importante na definição dos traços de identidade dos grupos, diferenciando um grupo do outro. Isso permite localizar os atores sociais no contexto social, facilitando assim o desenvolvimento de uma identidade social e pessoal consistente com o sistema de normas e valores sociais.

c) Função de orientação: as representações canalizam os comportamentos e as condutas. Ou seja, elas intervêm na definição de uma situação e permitem produzir uma série de expectativas, o que possibilita uma ação na realidade. Além disso, a seleção das informações permite uma interpretação da realidade.

d) Função de justificação: as representações permitem justificar a adoção de um determinado comportamento ou explicar uma ação ou conduta em uma situação específica.

De acordo com Moscovici (1961),[15] as representações sociais são articuladas em torno de três dimensões fundamentais: a informação, o campo da representação e a atitude.

a) A informação é a soma dos conhecimentos que um grupo tem sobre um objeto de natureza social.

b) O campo de representação refere-se à organização do conteúdo da representação de forma hierárquica e que pode variar de um grupo para outro, bem como dentro do mesmo grupo. Este componente refere-se à ideia de imagem, ao conteúdo concreto das proposições referentes a um aspecto do objeto de representação.

c) A atitude é a dimensão da representação que estabelece a orientação mais ou menos favorável para o objeto da representação social e, portanto, denota uma orientação avaliativa em relação ao objeto.

b) As noções de identidade social e estereótipos

De acordo com Tajfel:

> (...) a identidade social é a consciência que tem o indivíduo de pertencer a um ou vários grupos sociais, juntamente com o valor e o significado emocional que atribui a essa pertença.[16]

Em geral, os indivíduos se definem a si mesmos de acordo com a sua pertença a um grupo social e buscam uma identidade social positiva.[17] Portanto, e segundo Hogg e Abrams,[18] "embora uma sociedade seja constituída por indivíduos, os pontos de vista, as opiniões e as práticas das pessoas são adotadas dos grupos aos quais pertencem".

Atualmente, a cultura e a identidade são realidades complexas e dinâmicas em contínua transformação e reconfiguração, especialmente nos espaços multiculturais que originam os contextos de imigração. A grande quantidade de relações sociais e a intervenção na sua conformação de dimensões temporais (onde componentes do passado, presente e futuro interagem) e espaciais (lugares,

territórios e contextos) produzem um processo contínuo de reconstrução nas identidades.[19]

Por outro lado, podemos definir os estereótipos como a atribuição de características psicológicas gerais a grupos sociais,[20] ou seja, são crenças de grupo compartilhadas.[21] É a percepção de que todos os membros de um grupo têm as mesmas qualidades e que essas características os diferenciam dos outros.[22] Da mesma forma, essas generalizações não levam em consideração a heterogeneidade dentro do grupo.[23]

A construção de estereótipos de caráter hostil pode ter consequências nefastas para um grupo social. Mesmo assim, os estereótipos, sejam verdadeiros ou falsos, são a nossa maneira de pensar em categorias e compreender e explicar o nosso ambiente por serem fatos psicológicos que não podem ser evitados.[24] Os estereótipos, portanto, nos ajudam a explicar o meio em que vivemos, nos permitem economizar tempo e esforço na interação com outros grupos, já que o processamento da informação é uma tarefa complexa e cara.[25] Eles são usados para prever e interpretar o comportamento dos indivíduos de outro grupo[26] e para tornar mais simples as relações complexas entre grupos.[27]

Os estereótipos caracterizam-se por ter uma grande estabilidade temporal, uma vez que experiências e percepções são distorcidas para se adequarem ao sistema de estereótipos vigente.[28] Quando um sistema de estereótipos é estabelecido, os fatos que sustentam esse sistema captam a nossa atenção, ignorando aqueles que o contradizem.[29] E quando se trata de estereótipos hostis, há uma forte resistência à informação que os contradiz.[30]

Percepções sociais em relação ao grupo espanhol

Há similaridade nos depoimentos de nossos participantes quando equiparam brasileiros e espanhóis em certas características como alegres, acolhedores, festeiros, sociáveis, abertos. Quando se referem aos valencianos, em especial, a alegria e a sociabilidade se restringem à família e aos amigos de longa data, de raízes, como alguns mencionaram. Com relação à comunidade valenciana parece haver certa barreira de impedimento de novas amizades à privacidade familiar e social constituída. Mesmo identificados como um povo alegre há o registro de que o forte deles é a tradição. Assim, observamos que os valencianos não introduzem brasileiros em seus lares, mesmo que os conheça e se relacione com eles há muito tempo; a socialização ocorre no âmbito público.

> Aqui em Valencia, o que eu percebi eles são muito amigos, mas não te deixam entrar no grupo deles. Eles têm um grupo familiar, de amigos, de toda a vida que você não consegue se meter no grupo deles; assim, eu tenho amigos valencianos que eles nunca me convidaram para ir a casa deles, conhecer os irmãos, os pais, mas assim, como amiga mesmo (Angela, 33 anos).

Interessante ressaltar que por mais respeito que haja por outras culturas, a referência será sempre a própria e a partir daí parece inevitável comparações, como pudemos observar em alguns testemunhos que ressaltam a alegria e a receptividade como aspectos acentuados do brasileiro em relação ao espanhol, e a sinceridade e a franqueza como marcas do espanhol em relação ao brasileiro.

Valencia foi escolhida por muitos por seu clima favorável, pela qualidade de vida, por ser uma cidade litorânea e internacionalmente universitária e, portanto, percebida como aberta e atraente, tal como o Brasil é visto pelo estrangeiro e sentido pelo nativo, ou seja, sinônimo de receptividade. A imagem dos brasileiros deste estudo, independente de ter morado ou não em regiões do norte da Espanha onde há predomínio de baixas temperaturas e chuva frequente em certos períodos

do ano, é de que o clima interfere no estado de humor das pessoas e na sociabilidade:

> Lá [referindo-se à região norte da Espanha] as pessoas não saem na rua, é do trabalho pra casa e da casa para o trabalho (...). Valencia é um convite à socialização porque as pessoas se reúnem fora de casa, estão todos na rua, não faz tanto frio no inverno (Angela, 33 anos).

O processo de globalização favoreceu o acesso de intercâmbio cultural, seja para estudar desde um curso intensivo de idiomas à inserção em um programa de pós-graduação, como intensificou as transferências corporativas (expatriação de executivos), ampliou o trânsito de turistas, aventureiros, fugidios em busca de melhores condições econômicas e de vida. Nesse contexto, identificamos todos os nossos participantes numa dessas motivações, inicialmente, transformando-as durante a permanência em solo espanhol após superação das dificuldades naturais, previstas no processo de adaptação cultural conforme estudos de Black, Mendenhall e Oddou (1991),[31] e também Pereira, Pimentel e Kato (2005).[32]

> Quando eu estava, digamos, vivendo o meu Brasil dentro da Espanha eu achava que minha cultura era melhor, minha comida era melhor, nossos costumes, nosso clima era melhor. Você está fechado dentro de uma casa, um quarto, onde a única que você tem são as memórias, são as lembranças do você que viveu, você não está vivendo numa coisa nova, então isso dificulta muito a princípio. Você só vai se abrir mesmo e entender quando você sai para a rua e começa a conhecer gente; aí é quando você começa a expandir seu conhecimento e as coisas começam a mudar (João, 42 anos).

Com base nas etapas descritas no processo de adaptação cultural (fase de *lua de mel*); fase de choque cultural; fase de adaptação e fase de domínio cultural) pelos autores mencionados acima, os nossos depoentes enfatizaram positivamente a percepção social em relação ao grupo espanhol. Isso pode associar ao alcance satisfatório de cada um deles à inserção na cultura espanhola ao ponto de experimentar um sentimento de pertencimento sem perder as próprias raízes,

compatível com a última etapa do processo de adaptação cultural que sugere sensação de conforto no novo ambiente cultural:

> Eu acho muito interessante a cultura valenciana, o idioma (...). Eu tive a sorte também de cair numa família totalmente aberta que não me via como estrangeiro, me via como um ser humano, então isso é muito importante (João, 42).

Representações sociais sobre o Brasil e a comunidade brasileira

O Brasil e o brasileiro compõem aspectos coincidentes na visão dos espanhóis, em geral, assim resumidos: um país tão grande quanto à alegria do seu povo; tão atraente de belezas naturais como são sua culinária, sua música, seus ritmos e suas mulheres; tão festivo e divertido, com seu carnaval e futebol, que encantam e logo espantam os interessados por ordem da violência local.

Os depoimentos foram unânimes quanto aos fatores que, na perspectiva deles, o Brasil e os brasileiros são representados pelos espanhóis. É forte o aspecto festivo, festeiro, de mais diversão do que trabalho, somado à crença de que a alegria e a simpatia são inerentes a todo e qualquer brasileiro e brasileira; que todos, homens e mulheres, sabem dançar e que a imagem do homem está ligada ao futebol e a da mulher à sensualidade.

Tal representação não indica imagem negativa, no sentido de não aceitabilidade do brasileiro junto à comunidade espanhola e, portanto, a receptividade dos espanhóis em relação aos brasileiros é positiva com base nas características e expectativas que configuram o estereótipo da brasilidade, como simpatia, facilidade de comunicação e alegria. No entanto, há indícios de que esses atributos são incompatíveis com o perfil do que seja um profissional e o de uma mulher digna de respeito, como ilustram essas vinhetas: "A sensação que eu tenho é que eles acham que a gente trabalha pouco. E que a gente é muito alegre o tempo todo. Que todo mundo dança, todos os brasileiros dançam" (Cláudia, 32 anos); "E

também diziam muito assim 'menos samba e mais trabalho', como se o brasileiro fosse vago, como se passasse a vida bailando." (Márcia, 51 anos); "O homem tem sua representação associada ao futebol e a mulher à de sensualidade, de objeto sexual" (João, 42 anos); "Eles têm aí oculto, sim, que toda mulher brasileira é fácil." (Angela, 33 anos).

Como país, o Brasil ainda é desconhecido por muitos dos espanhóis, em especial por aqueles que nunca tiveram outro acesso que não fosse pela mídia (TV), a qual contribui para reforçar a imagem associada a muita festa e pouco trabalho, muita riqueza natural e pouca segurança. Além disso, os depoentes revelaram percepções de que a raça negra é predominante, que o Brasil é uma colônia de férias pública, porém, perigosa.

A representação dos espanhóis sobre o brasileiro e o Brasil, como um povo e uma nação movidos à festa, identificados pela simpatia, beleza e diversão em contraposição à insegurança, violência e delinquência também foi absorvida pelos próprios brasileiros dentro e fora da sua terra natal que, por diversas razões e em momentos diversos, se alojaram e continuam se alojando em terras espanholas.

Os acontecimentos políticos, esportivos, festivos e policiais viabilizados pela mídia, em geral, juntam-se à conduta de cada brasileiro instalado na Espanha para reforçar as representações que destacam o Brasil ora em um país viável, acolhedor, bonito, atraente, ora como repulsivo, inseguro, violento. Os testemunhos revelaram não haver grandes discrepâncias entre os espanhóis mais velhos e os mais novos, ou seja, os que já viajaram ou que de algum modo entraram em contato com a cultura brasileira e aqueles que não se abriram para oportunidades de conhecer novas culturas, sobre alguns aspectos do Brasil ligados à festa, dança, alegria e violência.

Como disse um dos participantes "o Brasil virou a vitrine do mundo" por ocasião das Olimpíadas no Rio de Janeiro e não é arriscado supor que esse evento possa ter despertado o interesse de muitos que não o conhecem. Refletindo sobre o objeto do nosso estudo, os três últimos grandes acontecimentos esportivos recentes (Copa do Mundo de Futebol, Olimpíadas e Paraolimpíadas) sediados no Brasil, colaboraram para reforçar as questões que, na percepção dos nossos participantes, reproduzem a imagem dos espanhóis sobre o Brasil e o brasileiro:

> Eu acho que ainda é um estereótipo bem carnaval, bem carnaval mesmo. Eu achava que não porque hoje em dia a gente tem internet, a gente conhece gente do mundo inteiro. (...). E eu achava que esse tipo de estereotipo tinha caído" (Cláudia, 32 anos).

A imagem do país do 'oba-oba', da mulher com pouca roupa, da alegria, da favela, da violência urbana, pode ser ampliada considerando que Valencia, onde vivem os brasileiros entrevistados, é uma cidade universitária, que contempla o programa Erasmus (intercâmbio cultural) e, portanto, a oportunidade de estudantes brasileiros apresentarem seus 'brasis' é imensa. Além disso, todos os demais que já se encontram inseridos na comunidade espanhola-valenciana mostram a vontade de alterar a representação social de brasileiros e sua terra natal junto aos espanhóis, como ilustram alguns depoimentos:

> (...) a gente quer que a pessoa entenda a nossa cultura (...). Então as pessoas só vão mudar esse protótipo quando elas conhecem um brasileiro que quer explicar como funciona isso" (João, 42 anos);
>
> "O Brasil não é só isso, o Brasil tem muita coisa bonita para ser mostrada e eu mostro, eu mostro. (...). Eu boto na internet e mostro aonde vão passando muitas imagens do Brasil" (Márcia, 51 anos).

Estereótipos da mulher brasileira

Pelos depoimentos obtidos neste estudo podemos descrever a mulher brasileira de acordo com características que a enquadram num estereótipo de brasilidade[33] e com aspectos relacionados ao que se espera dela. Inicialmente, enumeramos os adjetivos que descrevem a imagem da mulher brasileira: bonita, sensual, simpática, atraente, comunicativa, prostituta, fácil, disponível, sedutora, ameaçadora, objeto de desejo, provocante, quente. Esse conjunto contempla o estereótipo da brasileira para os espanhóis, segundo a percepção dos participantes do nosso estudo. Além disso, a maioria acrescentou o que é esperado dela: que saiba dançar, que seja bonita, que seja 'aberta', que seja exuberante, que use pouca roupa: características que reunidas compõem o 'perfil carnaval'.

Em alguns depoimentos pudemos observar que o estereótipo da mulher brasileira está intimamente relacionado à imagem do Brasil como país:

> Acham que o Brasil é um país lindo, que tem praias lindas, é um país enorme e tem mulheres lindas. (Francisco, 33 anos);
>
> Eles falam que Brasil é samba, festa, mulata, capoeira (João, 42 anos).
>
> Eles falam muito que o Brasil é muito bonito, que tem lugares maravilhosos, que as pessoas são encantadoras, que o brasileiro abre muito a porta da sua casa (Márcia, 51 anos).

A revisão de literatura[34] sobre mulheres brasileiras em Portugal e na Espanha, segundo nossa pesquisa, demonstra a percepção negativa da caracterização da brasilidade e seus impactos no cotidiano de brasileiras que se estabeleceram nesses países. De acordo com a literatura revista, em ambos os países da Península Ibérica, a brasileira imigrante não é vista em sua singularidade, mas enquadrada no padrão do estereótipo descrito acima; independente do grau de instrução, nível de qualificação, cor, todas as mulheres brasileiras são previamente marcadas com a etiqueta da alegria e da prostituição.

É possível supor que alegria, simpatia são sinônimos de disponibilidade sexual, segundo os testemunhos colhidos nesta investigação, e que formas corporais e uso de roupas extravagantes ou de menos, como o 'fio dental', estão associadas à imagem da mulher brasileira, o que contribui para exacerbar a sua sexualidade:

> O interesse chamativo do corpo, do físico; sempre vê a brasileira como objeto mesmo de desejo, de corpo bonito, de sensual, de sensualidade porque as imagens que eles têm são de mulata de biquíni, fio dental (João, 42 anos).

Piscitelli (2005)[35] revela que a busca dos espanhóis pela mulher brasileira prostituta se dá pela nacionalidade e não pela cor, e pela sensualidade, por sua alegria e afetuosidade. Em Portugal, a brasileira é vista como atenciosa, alegre e carinhosa em contraponto com a portuguesa considerada fria. Em ambos os países as mulheres brasileiras são percebidas pelas europeias como ameaçadoras de casamentos e destruidoras de famílias, cujos homens são vítimas dessas pecadoras:

> As mulheres mais velhas, elas assim, elas tem receio, não é essa a palavra, têm ressentimento com as brasileiras que anos atrás vinham pra cá para roubar os maridos delas. (Angela, 33 anos).

Vasconcelos (2005)[36] ilustra a construção dos estereótipos da brasileira e da europeia como Eva e Maria, respectivamente; a primeira, negra ou mestiça das ex-colônias, pecadora, prostituta, e Maria, branca, europeia, mãe e esposa. Tal dicotomia deve ser entendida dentro do contexto histórico, de poder, desde o período colonial e que, de certo modo, se perpetua até os dias hoje de acordo com nossos depoentes quando descrevem a imagem que acham que os espanhóis têm do Brasil e das brasileiras:

> Eu já percebi, por exemplo, assim, uma certa malícia nas palavras quando você diz que é brasileira, mas diretamente nunca ninguém me insultou, passou do limite comigo" (Angela, 33 anos);

> O Brasil é visto como uma colônia de férias aonde a pessoa vai para poder se divertir, festa, beber, mulher (João, 42 anos).
>
> Eles têm aí oculto, sim, que toda mulher brasileira é fácil, isso deve também que historicamente por causa de anos atrás que realmente a maior parte das latinas, principalmente as brasileiras que vinham pra cá para ser prostitutas porque saíam do Brasil para cá em busca de dinheiro, de trabalho melhor, para mandar dinheiro para lá (Angela, 33 anos).

Osvaldo Sargentelli (1924-2002), apresentador e empresário da noite, estreou seu *show* de mulatas em 1971 no Rio de Janeiro e mundo afora, transformando a mulher de pele morena e de contornos corporais expressivos em símbolo da identidade brasileira e principal atrativo turístico nacional. Isso contribuiu para consolidar a imagem colonialista pelo mundo e perpetuada através da TV, por meio de novelas, vinhetas de carnaval e marketing turístico.

Uma das formas de discriminação é a não correspondência de certos aspectos que contemplam a estereotipia que, neste caso, identifica a mulher brasileira. Não ser sensual, não saber dançar, não ser alegre e disponível, podem ser pontos de inconformidade com o que se espera dela. Da mesma forma, atrelar a imagem estereotipada da brasileira a serviços como atendimento a clientes, vendas,[37] funções que demandam simpatia, por mais que sejam exaltados como função laboral positiva, pode ser encarado como inferior, racista, caso se trate de uma 'imposição' com aparência de valorização do jeito brasileiro de ser.

Podemos afirmar, por meio dos dados obtidos nas entrevistas deste estudo, que a mulher brasileira tem desafiado e enfrentado as barreiras do estigma que a reduz à imagem de aparente beleza e pouca confiabilidade. Conquistada a condição de certa independência, de poder escolher sair da casa dos pais para estudar, morar fora, construir a própria vida sem passar direto dos braços do pai para os do marido, como antigamente, o fluxo de mulheres que viajam (a trabalho, para estudar ou a passeio) aumentou significativamente, e as três participantes desta

pesquisa estão entre as que ousaram o desafio de conhecer e se envolver na cultura espanhola.

Conclusões

O movimento migratório de brasileiros na Espanha tem sido motivado, principalmente, pela busca de melhores condições em termos econômicos, educacionais, laborais, e de bem-estar e qualidade de vida. Entendemos que as razões se alternam entre imigrar e emigrar em função do cenário sociopolítico e econômico de ambos os países e das oportunidades no âmbito local. No momento atual podemos observar um leve crescimento da população brasileira na Espanha, embora esteja longe do incremento experimentado durante a etapa imigratória no contexto espanhol caracterizada pelo acelerado aumento dos imigrantes em geral e a sua crescente diversificação.

Os resultados do nosso estudo apontam à grande estabilidade temporal que caracterizam os estereótipos em relação aos imaginários sociais da comunidade brasileira e, especialmente, da mulher brasileira. Assim, a comparação entre o estudo realizado durante a primeira década do século XXI[38] e o nosso trabalho com dados atuais, mostra a perseverança do estereótipo da mulher brasileira na Espanha baseado na marca da brasilidade que exalta a sua sexualidade. Nesse sentido, a mídia e o *marketing* turístico nas décadas de 70 a 90 ajudaram a construir e manter a imagem da mulher brasileira como atrativo turístico,[39] associando mulheres seminuas e paisagens naturais com praias, e eventos como o carnaval em promoção de turismo brasileiro. Isso contribuiu para consolidar a imagem colonialista pelo mundo e que ainda hoje é perpetuada através da mídia, o marketing turístico e as instituições públicas brasileiras que ao longo do tempo não favoreceram a desconstrução de tal estereótipo.

Essa desconstrução pode levar o tempo que nos separa do período do Brasil colônia, do racismo, do sexismo e do poder hegemônico até os dias de hoje. Enquanto isso, as brasileiras continuam sofrendo discriminações pelo estigma de "corpo colonial",[40] disponível, e ao desembarcar nos países de imigração, como Espanha e Portugal, entre outros, as mulheres brasileiras são recepcionadas sob o poder desse imaginário construído pelos colonizadores e assimilado pelos brasileiros.

Da mesma forma, e levando em consideração o estudo anterior mencionado,[41] as percepções sociais sobre o grupo brasileiro em geral ainda permanecem no tempo na sociedade espanhola. Assim, as imagens positivas associadas à alegria, simpatia e diversão do povo brasileiro, e que muitas vezes favorecem a aceitabilidade e inserção social desta comunidade na sociedade de acolhida, se misturam com percepções menos positivas baseadas na escassa formação e competência profissional. Além disso, a imagem do Brasil coincidente com a percepção da comunidade brasileira também continua na visão dos espanhóis: festa, diversão, beleza natural em contraposição à insegurança e violência. Os grandes acontecimentos esportivos recentes no Brasil visibilizados pela mídia, além de ter despertado a curiosidade e o interesse de muitos espanhóis pelo país, também podem ter contribuído a reforçar essas representações sociais que os espanhóis têm sobre o Brasil e o povo brasileiro.

Estereótipo é uma construção social complexa, que se instala e permanece ao longo do tempo e que na sociedade digital e globalizada em que vivemos pode ter veiculação eficaz e imediata. A mídia e as redes sociais poderiam contribuir para a transformação do processo de estigmatização da mulher brasileira, embora seja um processo difícil e complexo quando se trata de estereótipos hostis, uma vez que existe uma forte resistência à informação que os contradiz. Diante disso, a

evolução da desestigmatização da estereotipia negativa que envolve o Brasil, o brasileiro e a brasileira é um processo individual, coletivo e das instituições públicas, que deve se fortalecer através do rompimento do silêncio, da absorção de tal imagem rumo à transformação da representação social estabelecida no colonialismo.

Finalmente, consideramos nosso estudo limitado diante de uma questão enraizada e tão complexa como é o caso das representações sociais e estereótipos em relação ao Brasil e os brasileiros. Nesse sentido, o estudo apresenta algumas limitações. Em primeiro lugar, é necessário conhecer o ponto de vista dos espanhóis sobre o Brasil e a comunidade brasileira através de entrevistas qualitativas com a população espanhola. E, em segundo lugar, seria interessante ampliar o número de entrevistas aos brasileiros para obter uma maior diversidade da mostra e dos discursos. Por tanto, sugerimos este como um trabalho motivador para outros futuros que possam enriquecer o tema em questão e que possam contribuir para a possibilidade de transformação dos estereótipos.

---

[1] MASANET; BAENINGER; MATEO (2012), pp. 89-121.
[2] MASANET; BAENINGER (2011), pp. 59-83, 2011.
[3] MASANET; PADILLA (2010), pp. 49-86.
[4] O *Padrón Municipal de Habitantes* do INE é o registro administrativo dos habitantes dos municípios e é gerido pelas prefeituras. Encontra-se permanentemente atualizado, obtendo dados oficiais da população de forma anual. O *Padrón* é a principal fonte estatística para a estimação do *stock* da população imigrante, em situação regular ou irregular, e para a análise das características sociodemográficas dessa população.
[5] ES. CONSEJO ECONÓMICO Y SOCIAL (CES): *Memoria sobre la situación socioeconómica y laboral de España 2009*, Consejo Económico y Social (2010) [http://www.ces.es/ documents /10180/61238/MEMORIA%20CES%202009] - Acesso em nov. 2017.
[6] MASANET; PADILLA (2010).
[7] MASANET (2009).
[8] ALFONSO (2007).
[9] BANCHS (1986).
[10] IBÁÑEZ (1988).
[11] IBÁÑEZ (1988), p. 171.

[12] ALFONSO (2007).
[13] ABRIC (1994).
[14] PERERA (1999).
[15] MOSCOVICI (1961).
[16] TAJFEL (1978), p. 63.
[17] TURNER; GILES (1981), pp. 1-21.
[18] HOGG; ABRAMS (1988), p.2.
[19] ES. Centro de Investigación y Documentación Educativa (CIDE): *La construcción de la identidad en contextos multiculturales*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2000. Ver, também, LARRAÍN (2001).
[20] TAJFEL (1969), p. 177.
[21] McGARTY; YZERBYT; SPEARS (2002), pp. 1-15.
[22] HOGG; ABRAMS (1988), p. 65.
[23] PÁEZ (2004), pp. 752-69.
[24] KAHNEMAN (2012).
[25] BEL (2013), pp. 66-7.
[26] BEL (2013), pp. 66-7.
[27] HASLAM; TURNER; OAKES; REYNOLDS; DOOSJE (2002), pp.157-185.
[28] HOGG; ABRAMS (1988), p. 80.
[29] W. LIPPMANN (1922), p. 119.
[30] TAJFEL (1978), p. 181.
[31] BLACK; MENDENHALL; ODDOU (1991), pp. 291-317.
[32] PEREIRA; PIMENTEL; KATO (2005), pp. 53-71.
[33] GOMES (2011).
[34] GOMES (2011).
[35] PISCITELLI (2005).
[36] VASCONCELOS (2005).
[37] PADILLA; GOMES (2016), pp. 169-201.
[38] MASANET; BAENINGER (2010), pp. 151-74.
[39] GOMES (2009).
[40] GOMES (2013).
[41] MASANET; BAENINGER (2010), pp. 151-174.

Referências bibliográficas

ABRIC, J. C. (1994). *Pratiques sociales et représentations*. París: PUF.

ALFONSO, I. (2007). *La teoría de las representaciones sociales*. Disponível em <http://www.psicología-online.com/artículos/2007/representaciones_sociales.html> Acesso em 13 nov. 2017.

BANCHS, M. A. (1986). "Concepto de representaciones sociales: un análisis comparativo". *Revista Costarricense de Psicología*, n. 8-9.

BEL, G. (2013). *Anatomia d'un desengany. La Catalunya que és i l'Espanya que no va poder ser.* Barcelona: Edicions Destino, 2013.

BLACK, J. S.; MENDENHALL, M.; ODDOU, G. (1991). "Toward a comprehensive model of international adjustment: an integration of multiple theoretical perspectives". *Academy of Management Review*, 16 (2), 1991, pp. 291-317.

GOMES, M. S. (2009). *Marketing turístico e violência contra as mulheres: (Des)(re)construções do Brasil como um paraíso de mulatas* (Dissertação de Mestrado em Sociologia), Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

_____ (2011). "Mulheres brasileiras em Portugal e imaginários sociais: uma revisão crítica de literatura". CIES *e-Working Paper*, nº 106.

_____ (2013). *O Imaginário Social <Mulher Brasileira> em Portugal: uma análise de construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação* (Tese de Doutoramento em Sociologia). Lisboa: Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

HASLAM, S. A.; TURNER, J. C.; OAKES, P. J.; REYNOLDS, K. J.; DOOSJE, B. (2002). "From personal pictures in the head to collective tools in the world: How shared stereotypes allow groups to represent and change social reality". In: Craig McGARTY, Vincent Y. YZERBYT e Russell SPEARS (eds.). *Stereotypes as Explanations. The Formation of Meaningful Beliefs about Social Groups.* Cambridge: Cambridge University Press, pp.157-185.

HOGG, M. A.; ABRAMS, D. 91988). *Social Identifications. A Social Psychology of Intergroup Relations and Group Processes.* Londres: Routledge.

IBÁÑEZ, Tomás (coord.) (1988). *Ideologias da vida cotidiana*. Barcelona: Sendai.

KAHNEMAN, D. (2012). *Pensar rápido, pensar despacio.* Barcelona: Debate.

LARRAÍN, J. (2001). "El concepto de identidad". In*: Identidade chilena*. Santiago de Chile: E. Lom.

LIPPMANN, W. (1922). *Public Opinion*. Nova York: McMillan Company.

MASANET, Erika. 2009). *De Brasil a España: un estudio sobre la migración desde una perspectiva integrada de los lugares de origen y de destino* (Tesis Doctoral). Alicante: Universidad de Alicante.

_____; BAENINGER, R. (2010). "Imágenes recíprocas y estereotipos entre la población brasileña y autóctona en el contexto multicultural español". *Convergencia, Revista de Ciencias* Sociales, 53: 151-74.

_____. BAENINGER, R. (2011). "Brasileiros e brasileiras na Espanha: mercado de trabalho, seguridad social e desemprego". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, 121, pp. 59-83.

_____; BAENINGER R.; MATEO, M. A. (2012). "La inmigración brasileña en España: características, singularidades e influencia de las vinculaciones históricas". *Papeles de Población*, 71, pp. 89-121.

_____; PADILLA P. (2010). "La inmigración brasileña en España y Portugal ¿sistema migratorio ibérico?". *OBETS. Revista de Ciencias Sociales*, 5 (1), pp. 49-86.

McGARTY, C.; YZERBYT, V.Y; SPEARS, R. (2002). "Social, cultural and cognitive factors in stereotype formation". In: Craig McGARTY, Vincent Y. YZERBYT e Russell SPEARS (eds.): *Stereotypes as explanations. The formation of meaningful beliefs about social groups*. Cambridge: Cambridge University Press.

MOSCOVICI, S. (1961). *Psychoanalyse son image et son public*. París: Presses Universitaires de France.

PADILLA B.; GOMES, M. S. (2016). "Empoderamento, interseccionalidade e ciberativismo: uma Análise do 'Manifesto contra o preconceito às mulheres brasileiras em Portugal'". *Tomo*, 28, pp. 169-201.

PÁEZ, Dario. (2004). "Relaciones intergrupales". In: D. PÁEZ, Itziar FERNÁNDEZ, Silvia UBILLOS y Elena ZUBIETA (eds.). *Psicología Social, cultura y educación*. Madrid: Pearson Educación.

PERERA, M. (1999). *A propósito de las representaciones sociales: apuntes teóricos, trayectoria y actualidad*, Informe de Investigación. La Habana: CIPS.

TAJFEL, Henri (1969). "Cognite aaspects of prejudice". *Journal of Biosocial Science*, 1 (S1).

_____ (1978). "Social categorization, Social Identity and Social Comparison". In: id. (ed.): *Differentiation Between Social Groups. Studies in Social Psychology of Intergroup Relations*. Londres: London Academic Press.

TURNER, J. C.; GILES, H. (1981). "Introduction: the social psychology of intergroup behavior". In: ____ (eds.). *Intergroup behavior*. Chicago: The University of Chicago Press.

PEREIRA, N. A. F.; PIMENTEL, R.; KATO, H. T. (2005). "Expatriação e estratégia internacional: o papel da família como fator de equilíbrio na adaptação do expatriado". *RAC*, 9 (4), pp. 53-71.

PISCITELLI, A. (2005). "Gênero e racialização no contexto de relações transnacionais: comentários a partir de uma leitura das relações presentes no turismo sexual em Fortaleza (Brasil)". Disponível em [http://www.lpp-uerj.net/olped/documentos/ppcor/0274.pdf]. Acesso em 22 nov. 2017.

VASCONCELOS, V. (2005). "Visões sobre as mulheres na Sociedade Ocidental". *Revista Ártemis*, 3, pp. 88-97.